

Mestrado em Gestão Empresarial

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

**Análise das alterações ao nível da estrutura das
explorações agrícolas da Região Algarve e respectivo
tecido empresarial, decorrentes da aplicação dos apoios
comunitários, com especial incidência no período 1994/99**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão Empresarial

Orientação: Professora Doutora Maria Raquel Lucas

Co – orientação: Professor Doutor António Covas

João Pedro Valadas da Silva Monteiro

Faro

2001

À Vanda, Matilde e Marta.

AGRADECIMENTOS

.À minha mulher e filhas pela motivação que sempre me inculiram e pela paciência demonstrada, principalmente nas alturas em que a intensidade do trabalho era maior e o tempo disponível escasseava.

.Aos meus pais e irmã pela força e alento que sempre me transmitiram.

.Aos Professores Doutores António Covas e Raquel Lucas, por todo o apoio, colaboração e orientação prestados ao longo da execução deste trabalho, sem os quais não teria sido possível levar este barco a bom porto.

.À minha colega, Maria de Belém, pela disponibilidade que sempre demonstrou em ajudar-me.

.À Professora Doutora Teresa de Noronha, pelas “dicas” valiosas e todo um conjunto de documentação que me disponibilizou.

.Aos colegas da Direcção Regional de Agricultura do Algarve que me facultaram parte dos dados, bem como todo um conjunto de “apports” indispensáveis à realização deste trabalho.

.Aos professores do Mestrado em Gestão Empresarial por me terem fornecido as ferramentas / conhecimentos técnicos, indispensáveis à realização de um trabalho desta natureza.

.Aos meus colegas do 1º curso de Mestrado em Gestão Empresarial por toda a camaradagem e apoio facultados.

.Aos dirigentes, técnicos e membros das Organizações de Produtores do sector hortofrutícola algarvio, pela disponibilidade e amabilidade demonstradas aquando do preenchimento e recolha dos inquéritos levados a cabo no âmbito deste trabalho.

RESUMO

Com o presente trabalho de dissertação, pretendeu-se fazer uma avaliação do impacto, ao nível da estrutura e realidade sócio - económica das explorações agrícolas da Região do Algarve, da aplicação dos fundos estruturais, particularmente no período de vigência do Segundo Quadro Comunitário de Apoio (1994-99).

No Capítulo Introdutório, procede-se ao enunciado da tese, explicita-se o seu enquadramento conceptual, as directrizes em torno das quais esta dissertação foi construída. Ao longo do Capítulo Primeiro, refere-se a abordagem, caracterização e fundamentação das escolhas metodológicas realizadas neste trabalho para efeitos de recolha e processamento da informação utilizada.

No Capítulo Segundo, procede-se à avaliação global do modo como esses montantes foram aplicados, por forma a aferir das suas repercussões ao nível do aumento das valências das explorações agrícolas e respectivo tecido empresarial. Procurou-se avaliar o grau de concretização das metas traçadas *a priori*, aquando do lançamento do Segundo Quadro Comunitário de Apoio para o sector agrícola, e encontrar possíveis explicações para os desfasamentos verificados.

No Capítulo Terceiro do presente trabalho, promoveu-se uma reflexão sobre a eficácia desses apoios na resolução dos constrangimentos estruturais das explorações agrícolas de três sectores considerados nevrálgicos no contexto da agricultura algarvia - citricultura, horticultura e pomar tradicional de sequeiro (na vertente dos frutos secos), por forma a avaliar, por um lado, o pragmatismo demonstrado pelos empresários desses sub-sectores e respectivas associações na utilização eficiente desses recursos, e por outro, a adequação estrutural dessas mesmas ajudas face aos problemas específicos das várias fileiras em presença. Procede-se, igualmente, à análise dos processos de transmissão de preços ao longo dos vários estádios dessas fileiras, por forma a aquilatar da capacidade de influência detida pelos diferentes agentes em presença no processo da fileira.

No Capítulo Quarto, tendo como pano de fundo alguns dos resultados apresentados e a análise SWOT efectuada, procedeu-se ao delineamento de um conjunto de possíveis

linhas de orientação, tendentes a obviar alguns dos problemas detectados. Paralelamente, e atendendo à importância crucial do factor água, apresenta-se uma avaliação da situação actual e possíveis linhas de intervenção futura ao nível de duas importantes infraestruturas de apoio ao regadio sediadas no Algarve. Por último, no Capítulo Final, refere-se um conjunto de considerações finais, numa perspectiva de continuidade e mudança face ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio actualmente em vigor.

PALAVRAS-CHAVE: impacte; fundos comunitários; explorações agrícolas; sector hortofrutícola; organizações de produtores; comercialização.

ABSTRACT

The impact of the structural funds from the Second Communitarian Framework of Support, established for the period of 1994/1999, were evaluated on the present studies regarding structural, social and economical aspects of agricultural enterprises at the Algarve.

In the Introductory Chapter we make the enunciation of the thesis and explain its conceptual background, the guidelines used in this study. During the First Chapter we state and justify the options that were made in order to collect and make the processing of the data used in this dissertation.

In the Second Chapter of this study, a block of informations is presented concerning how the funds were used in order to check their impact in terms of increasing both enterprise valencies and agricultural producers capability. In addition, we seek to evaluate the concreteness degree of predefined targets which were settled when this framework of structural funds was launched. The purpose was to find out whether there was a significant gap between planned and executed goals.

In the Third Chapter, a reflexion is promoted about the effectiveness of those funds solving some of the structural constraints which affected agricultural enterprises at Algarve from the three most important agricultural sectors: citriculture, horticulture and traditional unirrigated grove. We intended to determine the efficacy of both agricultural producers and their organizations on using those funds and at the same time was our intention to assemble data that can show us if the communitarian framework scheduling was defined according to the historical and specific problems of those sectors. An analysis of the prices transmission process along the several stages of the commercialization chains is also made in this particular chapter.

During the Fourth Chapter, as a result of the present situation diagnosis which was carried out using a SWOT Analysis, and having as framework some of the results achieved, we pointed out a set of possible guidelines for future behaviour of those sectors as a way to solve some of the problems that have been detected.

Finally in the Final Chapter a group of general conclusions are pointed out regarding aspects of continuity and possible change in the context of the Third Communitarian Framework of Support, established for the period of 2000/2006.

KEY-WORDS: impact; structural funds; agricultural enterprises; the fruit and vegetables sector; producers organizations; commercialization.

SIGLAS DE ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS

CCRA - Comissão de Coordenação da Região Algarve

CE - Comunidade Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

DGD Regional – Direcção - Geral do Desenvolvimento Regional

DGD Rural – Direcção – Geral do Desenvolvimento Rural

DRAALG - Direcção Regional de Agricultura do Algarve

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FEOGA-G - Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola – Secção Garantia

FEOGA-O - Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola – Secção Orientação

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

HORECA – Sector Hotelaria, Restauração e Cafés

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPC - Índice de Preços no Consumidor

IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

INGA – Instituto Nacional de Garantia Agrícola

MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

OCM – Organização Comum de Mercado

OP – Organização de Produtores

PAC - Política Agrícola Comum

PAMAF - Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal

PDR- Plano de Desenvolvimento Regional

PEDAP - Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

PIB - Produto Interno Bruto

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

SAU - Superfície Agrícola Utilizada

SIMA – Serviço de Informação de Mercados Agrícolas

SWOT- *Strengths, Weakness, Opportunities and Threats*

UE – União Europeia

UTA - Unidade de Trabalho Anual

VABcf - Valor Acrescentado Bruto (custo de factores)

VABpm - Valor Acrescentado Bruto (preços de mercado)

VALcf – Valor Acrescentado Líquido (custo de factores)

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	VI
SIGLAS DE ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS	VIII
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE QUADROS	XIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XVII
INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO ALGARVE	XVIII
Enquadramento geográfico e dinâmicas demográficas	XVIII
Evolução económica e convergência	XIX
Estrutura Produtiva	XX
Evolução do VAB e do emprego por sectores de actividade	XXI
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO: O ENUNCIADO DA TESE	I
Introdução	1
1. Objecto e âmbito do estudo	1
1.1. Objecto	1
O QCA II português	2
1.2. Âmbito	4
2. Objectivos e restrições	5
2.1. Objectivos	6
2.2. Restrições	12
3. Os resultados esperados	17
4. Organização do trabalho	19
CAPÍTULO PRIMEIRO: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA TESE	21
Introdução	21
1. Design do estudo	21
Pesquisa exploratória	22
- Fontes de dados secundários -	23
- Estudos piloto -	25
- Estudo de casos -	25
- Observação informal -	26
2. Definição da informação necessária ao estudo	26
3. Método de recolha da informação primária	27
- Método de comunicação -	30
3.1. Questionário	33
3.1.1. Desenho e estrutura dos questionários	38
3.1.2. Pré-teste e revisão dos questionários	43
3.1.3. Plano de amostragem	45

População	46
Seleção das unidades a inquirir	46
3.1.3.1. Distribuição das entrevistas previstas	54
3.1.4. Trabalho de campo	55
3.1.5. Preparação dos dados recolhidos	56
4. Técnicas de análise da informação primária	56
<i>CAPÍTULO SEGUNDO: AVALIAÇÃO GLOBAL DO IMPACTE DO PROGRAMA PAMAF NA EVOLUÇÃO DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL REGIONAL</i>	
Introdução	60
1. A tendência longa (1984-93): breve caracterização da agricultura algarvia	62
2. As alterações de política introduzidas pela reforma de 1992	65
3. A avaliação por medidas do PAMAF	67
3.1. Medida 1- Infraestruturas Agrícolas	69
3.1.1. Avaliação financeira	69
3.1.2. Avaliação física	70
3.1.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 1	71
3.2. Medida 2- Apoio às Explorações Agrícolas	73
3.2.1. Avaliação financeira	73
3.2.2. Avaliação física	74
3.2.2.1. Tipologia de investimento	74
3.2.2.2. Tipo de investidor	80
3.2.2.3. Investimento apoiado por classe de dimensão económica	81
3.2.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 2	83
3.3. Medida 3- Florestas	84
3.3.1. Avaliação financeira	84
3.3.2. Avaliação física	85
3.3.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 3	87
3.4. Medida 5- Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas	88
3.4.1. Avaliação financeira	88
3.4.2. Avaliação física	89
3.4.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos	91
4. A avaliação global do PAMAF	91
4.1. Avaliação financeira	92
4.2. Comparação entre Programas (PEDAP/PAMAF)	92
4.3. Avaliação por tipologia de projectos	93
4.4. Influência na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	94
4.5. Análise da estrutura dos apoios	97
Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamento dos Agentes	100
<i>CAPÍTULO TERCEIRO: OBJECTIVOS, ESTRATÉGIA, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS: O SUB-SECTOR HORTOFRUTÍCOLA ALGARVIO NO CONTEXTO DO 2º QCA</i>	
Introdução	105
1. A situação do sub-sector hortofrutícola em 1994	105
2. O papel do associativismo na hortofruticultura	107
2.1. Tipologias de circuitos de comercialização via OP para hortofrutícolas	111
3. Análise das principais fileiras hortofrutícolas	114
3.1. Evolução sócio - estrutural global	117
3.1.1. População Agrícola	117
3.1.2. Produtor Agrícola	121
3.1.3. Origem do Rendimento	125
3.1.4. Estrutura das Explorações Agrícolas	126
3.1.5. Utilização das Terras	130

3.1.6. Equipamento das Explorações	132
3.1.7. Contabilidade Agrícola	134
3.2. O Sector da Citricultura	135
3.2.1. Organização empresarial do sector expedidor	137
3.2.2. Indústrias de transformação	143
3.2.3. Métodos de produção alternativos	144
3.3. O Sector da Horticultura	146
3.3.1. Estrangulamentos Estruturais do Sector	147
3.3.2. Organização empresarial do sector expedidor	153
3.3.3. O papel da transformação	156
3.3.4. Métodos de produção alternativos	158
3.4. O Sector do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio (Frutos Secos)	159
3.4.1. Produção	162
3.4.2. O papel das OP no quadro da organização da produção e comercialização	167
3.4.3. O papel da transformação	174
4. Avaliação do impacte dos apoios à hortofruticultura algarvia no período 1986/1999	176
4.1. Apoios aos produtores	176
4.1.1. Apoios directos	176
4.1.1.1. Ajudas ao investimento e despesas de desenvolvimento	177
4.1.1.1.1. Medidas de investimento na exploração agrícola	177
4.1.1.1.2. Medidas de investimento florestais	181
4.1.1.1.3. Medidas de apoio às despesas de desenvolvimento	182
4.1.1.2. Ajudas ao rendimento	182
4.1.1.2.1. Medidas Agro – Ambientais	182
4.1.1.2.2. Florestação de Terras Agrícolas	185
4.1.1.2.3. Outras ajudas ao rendimento	186
4.1.2. Apoios indirectos (via OP)	188
4.1.2.1. Ajudas ao sector de frutos de casca rija e alfarroba	188
4.1.2.2. Ajudas ao figo	190
4.1.2.3. Outras ajudas indirectas	192
4.2. Apoios directos às OP	193
4.2.1. Incentivos à reconversão das unidades de transformação e comercialização	193
4.2.2. Outras linhas de apoio directo às OP	196
5. Análise dos processos de transmissão de preços nas mais importantes fileiras hortofrutícolas	203
Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamento dos Agentes	216
CAPÍTULO QUARTO: DIAGNÓSTICO E LINHAS DE ORIENTAÇÃO POSSÍVEIS PARA AS FILEIRAS HORTOFRUTÍCOLAS NO HORIZONTE DO 3º QCA	220
Introdução	220
O enquadramento da Agenda 2000	221
1. A situação de partida do sub-sector	223
2. Algumas linhas de orientação	230
3. A importância dos aproveitamentos hidroagrícolas no desenvolvimento do sub-sector hortofrutícola	238
3.1. Descrição geral	239
3.2. Caracterização e avaliação dos Perímetros	240
3.2.1. Ocupação cultural	241
3.2.2. Características sócio – estruturais	242
3.2.3. Consumos e eficiência de condução da água de rega	243
3.2.4. Receitas da obra	245
3.2.5. Papel dos apoios	246
3.3. Principais estrangulamentos detectados e linhas de actuação possíveis	248

Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamentos dos Agentes	250
<i>CAPÍTULO FINAL: CONTINUIDADE E MUDANÇA NAS POLÍTICAS E NOS COMPORTAMENTOS</i>	252
O contexto actual da PAC	255
Portugal no contexto da PAC	257
Sugestões de pesquisa futura	261
<i>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</i>	263
<i>ANEXO A- INFORMAÇÃO ACESSÓRIA</i>	A-1
<i>ANEXO B- ILUSTRAÇÕES</i>	B-1
<i>ANEXO C- FORMULÁRIOS DOS INQUÉRITOS REALIZADOS</i>	C-1
<i>ANEXO D- RESULTADOS DA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DOS INQUÉRITOS ÀS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS</i>	D-1
<i>ANEXO E- RESULTADOS DA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DOS INQUÉRITOS ÀS OP</i>	E-1

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1- Indicador do poder de compra per capita, por NUTS II</i>	XX
<i>Quadro 2- Evolução da população empregada no Algarve por sectores de actividade</i>	XXIII
<i>Quadro 3- Evolução do VABpm em volume por UTA (Algarve)</i>	XXIV
<i>Quadro 4- Evolução do VABpm (Algarve)</i>	XXIV
<i>Quadro 5- Evolução do Rendimento por Unidade de Trabalho Agrícola (Algarve)</i>	XXV
<i>Quadro 6- Diferenças entre dados primários e secundários</i>	23
<i>Quadro 7- Instrumentos de pesquisa e análise por tipo de informação utilizada</i>	27
<i>Quadro 8- Etapas a considerar numa pesquisa de informação primária</i>	28
<i>Quadro 9- Vantagens e desvantagens dos métodos de recolha dos dados primários</i>	29
<i>Quadro 10- Avaliação comparativa dos métodos de entrevista</i>	36
<i>Quadro 11- Tipologia das questões utilizadas no inquérito à estrutura das explorações agrícolas</i>	41
<i>Quadro 12- Tipologia das questões utilizadas nos inquéritos às OP do sector do sector hortofrutícola algarvio</i>	43
<i>Quadro 13- Representatividade das 3 OP seleccionadas</i>	49
<i>Quadro 14- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP- Citrinos</i>	50
<i>Quadro 15- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba</i>	51
<i>Quadro 16- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP – Hortícolas</i>	51
<i>Quadro 17- Representatividade da população inquirida</i>	51
<i>Quadro 18- Identificação das classes de área utilizadas</i>	53
<i>Quadro 19- Distribuição das entrevistas realizadas por classes de área das explorações agrícolas</i>	54
<i>Quadro 20- Avaliação da execução física da Medida 1</i>	71
<i>Quadro 21- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 1 do PAMAF</i>	72
<i>Quadro 22- Áreas de Plantação Aprovadas (1994/1999)</i>	75
<i>Quadro 23- Jovens – Investimento Aprovado (MEEA) (1994/99)</i>	81
<i>Quadro 24- Investimento Apoiado no Algarve por classe de DE (94/99)</i>	82
<i>Quadro 25- Avaliação da execução física da Medida 2</i>	82
<i>Quadro 26- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 2 do PAMAF</i>	83
<i>Quadro 27- Indicadores de realização física no Algarve da Medida 3 (1994/99) e sua comparação com alguns indicadores do PAF (1986/93)</i>	86
<i>Quadro 28- Avaliação da execução física da Medida 3</i>	86
<i>Quadro 29- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 3 do PAMAF</i>	87
<i>Quadro 30- Tipologia dos projectos executados no âmbito da Acção 1 da Medida 5</i>	90
<i>Quadro 31- Avaliação da execução física da Medida 5</i>	90
<i>Quadro 32- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 5 do PAMAF</i>	91
<i>Quadro 33- Investimento Aprovado na Agricultura (1994 – 1999)</i>	95
<i>Quadro 34- Apoios à FBCF (1994-98)</i>	96
<i>Quadro 35- Apoios ao Investimento/Investimento Apoiado (Aprovações)</i>	96
<i>Quadro 36- Estrutura da distribuição dos Apoios (1999)</i>	98
<i>Quadro 37- Distribuição dos Apoios (1999)</i>	98
<i>Quadro 38- Dimensão mínima exigida por tipologia de OP</i>	113
<i>Quadro 39- Evolução das médias de consumo per capita de produtos hortofrutícolas em Portugal</i>	115
<i>Quadro 40- Evolução do saldo da balança comercial portuguesa em produtos hortofrutícolas</i>	116
<i>Quadro 41- Evolução das áreas e produções adstritas à horticultura por tecnologia produtiva</i>	146
<i>Quadro 42- Margem Bruta Padrão/ha em 1989, 1994 e 1997 (preços constantes de 1989)</i>	148
<i>Quadro 43- Comparação da utilização das terras aráveis no Algarve (1989, 1994 e 1999) – citrinos e hortícolas</i>	152
<i>Quadro 44- Evolução das áreas de amendoeira no Algarve</i>	163
<i>Quadro 45- Evolução da produção de amêndoa no Algarve</i>	164
<i>Quadro 46- Evolução da área adstrita à cultura da alfarrobeira no Algarve</i>	165
<i>Quadro 47- Evolução da produção de alfarroba no Algarve</i>	165
<i>Quadro 48- Evolução da área adstrita à cultura da figueira no Algarve</i>	166

<i>Quadro 49- Evolução da produção de figo no Algarve</i>	166
<i>Quadro 50- Projectos apresentados ao abrigo dos Reg.s 797/84 e 2328/91</i>	177
<i>Quadro 51- Projectos apresentados ao abrigo dos Reg. 2328/91 e NOVAGRI</i>	178
<i>Quadro 52- Projectos apresentados ao abrigo do PAMAF- Medida 2.1 e 2.2</i>	179
<i>Quadro 53- Ajudas ao figo- OCM Transformados à base de frutos e prod. hortícolas (campanha 1999/2000)</i>	191
<i>Quadro 54- Tipologia dos projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à transformação de citrinos</i>	193
<i>Quadro 55- Comparação do número de projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à comercialização de citrinos e hortícolas</i>	195
<i>Quadro 56- Tipologia dos projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à comercialização de citrinos e hortícolas</i>	195
<i>Quadro 57- Estrutura do volume de vendas^(a) por tipo de estabelecimento</i>	204
<i>Quadro 58- Evolução de várias margens de comercialização para a laranja Baía (97/99)</i>	209
<i>Quadro 59- Evolução de várias margens de comercialização para a laranja Valência Late</i>	210
<i>Quadro 60- Evolução de várias margens de comercialização para o feijão verde</i>	211
<i>Quadro 61- Evolução de várias margens de comercialização para o tomate</i>	212
<i>Quadro 62- Estruturação fundiária do Perímetro de Rega do Alvor</i>	242
<i>Quadro 63- Estruturação fundiária do Perímetro de Rega de Silves, Lagoa e Portimão</i>	243
<i>Quadro 64- Peso da Agricultura Portuguesa na UE</i>	257

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução Sectorial do VAB do Algarve	XXII
Gráfico 2- Peso relativo dos vários fundos estruturais no QCA II português	4
Gráfico 3- Evolução da parte das despesas da secção Garantia do FEOGA nas despesas da União Europeia (em % das despesas realizadas)	66
Gráfico 4- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 1 (1994/1999)	70
Gráfico 5- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 2 (1994/1999)	74
Gráfico 6- Investimento Aprovado – Acção Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEEA) - segundo a Natureza (1994/99)	75
Gráfico 7- Representatividade das várias culturas permanentes praticadas no Algarve (1989 e 1999)	78
Gráfico 8- Evolução do número de explorações com efectivo pecuário	79
Gráfico 9- Tipo de investidor (1994/99)	81
Gráfico 10- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 3 (1994/1999)	85
Gráfico 11- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 5 (1994/1999)	89
Gráfico 12- Repartição do investimento por Medida do PAMAF – Algarve (1994/99)	92
Gráfico 13- Peso relativo dos vários instrumentos de apoio a projectos de beneficiação	93
Gráfico 14- Peso relativo dos vários instrumentos de apoio a projectos de reestruturação/inação	94
Gráfico 15- Evolução da FBCF no Algarve a Preços de 1990	94
Gráfico 16- Peso do Investimento Aprovado nas Explorações Agrícolas por Instrumento de Apoio no Algarve (1994/99)	97
Gráfico 17- Estrutura dos apoios ao rendimento- 1999	99
Gráfico 18- Associações do Mundo Rural Algarvio por tipologia	109
Gráfico 19- Evolução da representatividade dos tipos de actividade dos membros do agregado familiar do produtor (por tipo de OP)	118
Gráfico 20- Evolução da representatividade dos tipos de actividade dos membros do agregado familiar do produtor (por classes de SAU)	119
Gráfico 21- Variação do tipo de mão-de-obra assalariada por categoria de OP (1993/2000)	120
Gráfico 22- Variação do tipo de mão-de-obra assalariada por classes de SAU (1993/2000)	120
Gráfico 23- Variação do tempo de actividade na exploração por categoria de OP (1993/2000)	122
Gráfico 24- Variação do tempo de actividade na exploração por classes de SAU (1993/2000)	123
Gráfico 25- Evolução da representatividade dos diferentes tipos de estatuto jurídico dos produtores inquiridos (por tipo de OP)	124
Gráfico 26- Evolução da representatividade dos diferentes tipos de estatuto jurídico dos produtores inquiridos (por classe de SAU)	124
Gráfico 27- Evolução da representatividade das diferentes fontes de rendimento do produtor agrícola inquirido (por tipo de OP)	125
Gráfico 28- Evolução da representatividade das diferentes fontes de rendimento do produtor agrícola inquirido (por classes de SAU)	126
Gráfico 29- Representatividade em termos de número de explorações das diferentes classes de SAU	127
Gráfico 30 – Evolução da representatividade em termos de área adstrita às diferentes classes de SAU	128
Gráfico 31- Variação da SAU e sua natureza, por categoria de OP (1993/2000)	129
Gráfico 32- Variação dos tipos de culturas agrícolas por categoria de OP (1993/2000)	131
Gráfico 33- Variação dos diferentes tipos de equipamentos agrícolas por categoria de OP (1993/2000)	133
Gráfico 34- Variação dos diferentes tipos de equipamentos agrícolas por classes de SAU (1993/2000)	133
Gráfico 35- Evolução das áreas de citrinos no Algarve	135
Gráfico 36- Evolução das produções de citrinos no Algarve	136
Gráfico 37- Evolução das áreas das principais culturas hortícolas no Algarve	150
Gráfico 38- Evolução das produções das principais culturas hortícolas no Algarve	151
Gráfico 39- Evolução das áreas de Horticultura Biológica no Algarve	158
Gráfico 40- Evolução das áreas de citrinos beneficiadas pela protecção integrada	183
Gráfico 41- Evolução das áreas de produção biológica de frutos secos	184
Gráfico 42- Estrutura dos apoios auferidos pelas explorações agrícolas inquiridas por tipologia de OP	199
Gráfico 43- Estrutura dos apoios auferidos pelas explorações agrícolas inquiridas por classes de SAU	202

Gráfico 44- Percentagem de vendas de produtos hortícolas e frutícolas (nacionais e importados) pelos associados da APED no total de vendas nacional	205
Gráfico 45- Comparação da evolução das cotações médias mensais do tomate em dois mercados abastecedores (1998)	206
Gráfico 46- Evolução das cotações médias mensais da amêndoa (1997/99)	207
Gráfico 47- Evolução das margens de comercialização (produção/merc. abast.) médias anuais para a amêndoa (miolo)	207
Gráfico 48- Evolução das cotações médias mensais do figo fresco (1997/99)	208
Gráfico 49- Evolução das margens de comercialização (produção/merc. abast.) médias anuais para o figo fresco	208
Gráfico 50- Evolução das cotações médias mensais da laranja Baía (1997/99)	209
Gráfico 51- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- laranja Baía	209
Gráfico 52- Evolução das cotações médias mensais da laranja Valência Late (1997/99)	210
Gráfico 53- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- laranja Valência Late	210
Gráfico 54- Evolução das cotações médias mensais do feijão verde (1997/99)	211
Gráfico 55- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- feijão verde	211
Gráfico 56- Evolução das cotações médias mensais do tomate (1997/99)	212
Gráfico 57- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- tomate	212
Gráfico 58- Evolução das cotações médias mensais do morango (1997/99)	213
Gráfico 59- Evolução das margens absolutas de comercialização médias anuais para o morango	213
Gráfico 60- Evolução das cotações médias mensais de meloa Gália (1997/99)	214
Gráfico 61- Evolução das margens absolutas de comercialização médias anuais para meloa Gália	214
Gráfico 62- Pagamentos por mercado e por Estado Membro (1997)	258
Gráfico 63- Estrutura das OCM Produtores no Algarve em 1999	260
Gráfico 64- Correlação entre Regiões Agrárias portuguesas na repartição das OCM Produtores (1999)	260

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1- Divisão biofísica do Algarve</i>	XVIII
<i>Figura 2- Principais etapas para lançamento de um novo QCA</i>	2
<i>Figura 3- O equilíbrio na inter-relação entre políticas, mercados e agentes</i>	11
<i>Figura 4- Métodos de obtenção dos dados primários</i>	31
<i>Figura 5- Intermediários entre a informação procurada e obtida</i>	32
<i>Figura 6- Comercialização dos Citrinos no Algarve (circuito via OP) - campanha 1999/2000</i>	141
<i>Figura 7- Canais de escoamento dos Citrinos no Algarve (circuito anterior à OP)</i>	142
<i>Figura 8- Comercialização dos Hortícolas no Algarve – circuito via OP (campanha 1999/2000)</i>	154
<i>Figura 9 - Canais de escoamento dos Hortícolas no Algarve (circuito anterior à OP)</i>	154
<i>Figura 10- Canais de escoamento dos Frutos Secos no Algarve (circuito via produtor)</i>	168
<i>Figura 11- Comercialização da amêndoa no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000</i>	169
<i>Figura 12- Comercialização da alfarroba no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000</i>	170
<i>Figura 13- Comercialização do figo no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000</i>	171
<i>Figura 14- Localização geográfica dos Grandes Aproveitamentos HidroAgrícolas existentes no Algarve</i>	238
<i>Figura 15- Características relevantes do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor</i>	239
<i>Figura 16- Características relevantes do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão</i>	240

INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO ALGARVE

Enquadramento geográfico e dinâmicas demográficas

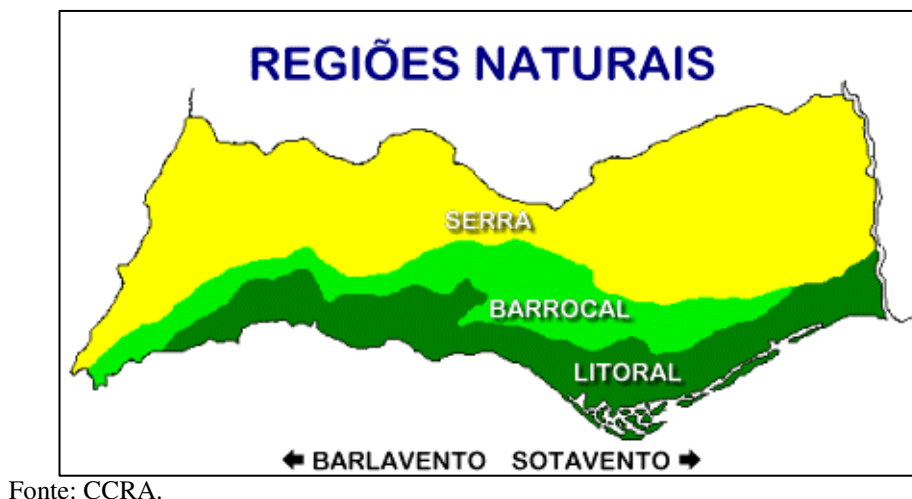
No extremo ocidental da Península Ibérica, no Sul de Portugal, o Algarve individualiza-se facilmente do resto do país, não só pela sua localização periférica, mas também pelas suas características morfológicas e geológicas.

A região do Algarve, que tem pouco mais de 5% da superfície total do país, confina a Norte com o Alentejo, a Este é separada da região espanhola Andaluzia pelo rio Guadiana, e a Oeste e a Sul é banhada pelo Oceano Atlântico, perfazendo no seu total cerca de 5.000 Km².

A região caracteriza-se por um clima temperado com influências mediterrâneas, uma temperatura média da ordem dos 17°C e uma humidade relativa entre os 50% e os 75%. Aliado às suas belas praias, a amenidade do seu clima é um dos seus maiores potenciais naturais constituindo um dos principais atractivos sob o ponto de vista turístico e convidando à permanência humana.

Apesar da sua individualidade, a região apresenta internamente diversidades de ordem vária, condicionadas principalmente pela geologia, que permite subdividir o Algarve nas seguintes três sub-regiões, apresentadas na figura 1:

Figura 1- Divisão biofísica do Algarve



Fonte: CCRA.

- A Serra, ocupando cerca de 50% da superfície regional, tem solos pobres e de reduzida utilidade agrícola provocando uma progressiva desertificação ecológica e humana;
- O Barrocal, que constitui cerca de 25% da área regional, tem solos com boa aptidão hidrológica e elevada capacidade agrícola, apesar da existência de inúmeros afloramentos rochosos;
- O Litoral, corresponde a uma estreita faixa junto à costa e é onde se concentram os melhores solos agrícolas, a maior parte da actividade económica regional e os principais centros urbanos.

A posição geográfica do Algarve, na periferia do Continente Europeu, não tem facilitado a redução dos desníveis de desenvolvimento entre a Região e o centro europeu, nem tem permitido tirar partido da sua posição marítima privilegiada face ao Atlântico e ao Mediterrâneo.

A partir da década de setenta, o Algarve tem-se revelado a região nacional mais atractiva em termos demográficos. Com um crescimento médio anual de 0,5% na década de oitenta, a sua população rondava os 347.000 habitantes em 1997, cerca de 3,67% da população continental, segundo dados do INE. Este crescimento populacional, feito à custa das migrações e não como resultado do movimento natural, provocou um envelhecimento demográfico, especialmente no interior.

Evolução económica e convergência

No período 1990-1997, o contributo do Algarve para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional manteve-se, segundo dados do INE, praticamente inalterado, variando entre 3,6%-3,5%.

Embora a região do Algarve tenha apresentado taxas de crescimento económico ligeiramente superiores, em média, às do Continente desde a adesão à Comunidade Europeia, a circunstância de a população algarvia ter aumentado significativamente o

seu peso no todo nacional (de 3,47 % em 1981 para 3,67 % em 1997) repercute-se numa aproximação do PIB per capita regional à média nacional.

Com efeito, o Algarve, cujo PIB evidenciava até 1995 uma tendência crescente e era, com Lisboa e Vale do Tejo, uma das duas regiões portuguesas que apresentava PIB *per capita* acima da média nacional, reduziu significativamente essa tendência. Assim se em 1995, o Continente apresentava como indicador do poder de compra per capita, o valor de 101,98 contra 106,47 do Algarve, já no ano de 2000 o Algarve regista 91,3, ao passo que Lisboa e Vale do Tejo atinge 136,8 (conforme quadro 1).

Quadro 1- Indicador do poder de compra *per capita*¹, por NUTS II

Regiões NUTS II	Indicador do poder de compra per capita
Norte	86,0
Centro	77,5
Lisboa e Vale do Tejo	136,8
Alentejo	70,3
Algarve	91,3
Continente	101,7
Portugal	100,0

Fonte: INE, “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio”, 2000.

Estrutura Produtiva

O Algarve configura-se como a região com maior grau de distorção face à estrutura de actividades do país, em que se conjuga um modelo de exploração turística com a expansão desequilibrada dos serviços de apoio (CCRA, 2000). O aumento da população residente, reforçada pelos milhões de visitantes que circulam por ano no Algarve, gerou em alguns sub-sectoros um padrão distorcido de organização das actividades, com

¹ O indicador de poder de compra *per capita* é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder médio do País a que foi atribuído o valor 100 (INE, “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio”, 2000).

incidência na precarização do emprego e na variação sazonal significativa dos preços. É neste quadro que se regista:

- um forte impulso nos sectores do comércio, dos serviços e dos restaurantes e similares,
- o declínio das actividades industriais tradicionais, em que alguns domínios registaram processos de desarticulação profundos (v.g. conservas e cortiça) de recuperação problemática,
- uma relativa estagnação da pesca, que, tem assistido a uma quebra no seu rendimento devido, entre outros factores, ao atraso tecnológico da frota e à sobreexploração de alguns recursos, e
- um crescimento muito tímido da agricultura, obrigada a concorrer com o Turismo na utilização dos solos e na procura de mão-de-obra, que só parcialmente, conseguiu, reorientar as suas opções produtivas de acordo com as novas condições do mercado (maiores facilidades de transporte, possibilidade de intervenção precoce no mercado, acordos pontuais e estáveis com grandes distribuidoras, etc.).

Evolução do VAB e do emprego por sectores de actividade

O modelo de desenvolvimento económico regional acima referido está naturalmente reflectido na evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional e do emprego, registando-se os seguintes valores:

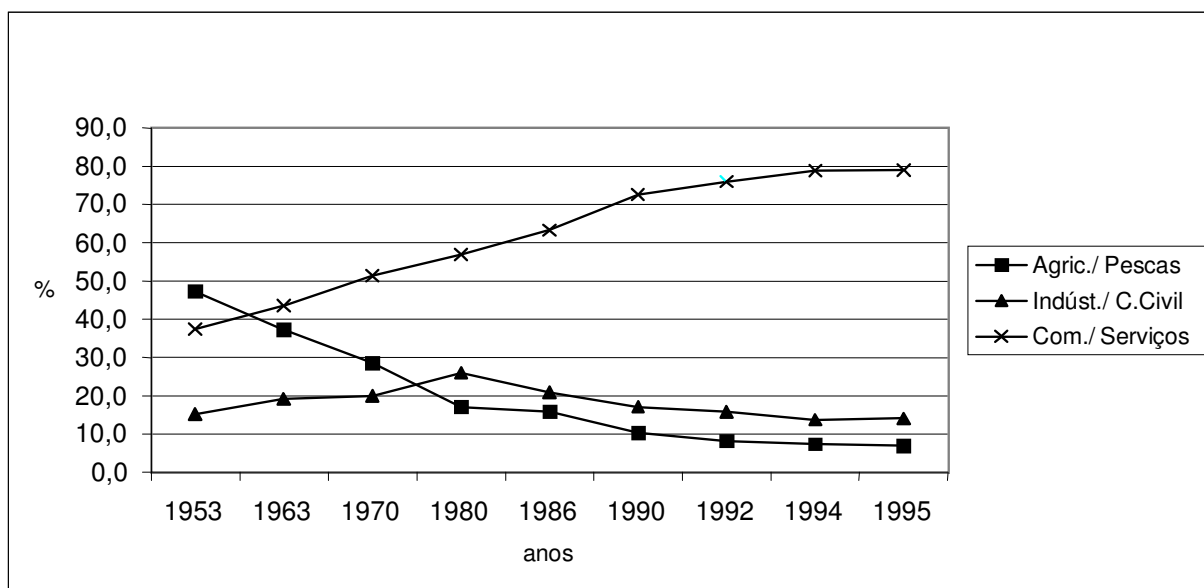
- a) Em 1992 o VAB regional contribuía em cerca de 3,8 % para o VAB nacional, enquanto em 1994 representava 3,48 %. De então para cá essa contribuição tem-se mantido praticamente inalterada, rondando os 3,5 %. No que concerne aos vários sectores de actividade económica regional, assiste-se:
 - a.1) A um decréscimo relativo (conforme observável no gráfico 1), entre 1970 e 1995, da criação de riqueza regional pelo sector primário (passou de 28,6%

para 6,9%), que registou, durante a última década, um crescimento médio ligeiramente positivo, traduzindo-se por um crescimento do Produto Agrícola da ordem dos 0,4 % ao ano (contra cerca de 1,5 % da média nacional). No entanto, o peso do sector agrícola no VAB regional é ainda claramente superior ao que se passa a nível nacional, já que no período de 86 a 98 a importância do VABpm do sector agrícola no VABpm nacional passou de valores próximos dos 6 % para atingir em 98 o seu valor mais baixo, rondando os 2 %;

a.2) Paralelamente, verifica-se a expansão do sector terciário (de 51,4% para 79,0%). É, aliás, a nível nacional, a região onde este sector tem o maior contributo para o VAB regional, induzido pelo peso da actividade turística;

a.3) No sector secundário, apenas a indústria de construção tem no Algarve alguma expressão associada ao desenvolvimento do turismo.

Gráfico 1- Evolução Sectorial do VAB do Algarve



Fonte: CCRA (2000).

b) Elevada expressão do emprego no comércio e serviços, representando 66,9% do total no ano de 1998, conforme se atesta pelo quadro 2, valor muito superior à média nacional. Os hotéis e restaurantes absorviam, só por si, cerca de 15 % do emprego na região. Redução drástica do emprego remunerado na agricultura e nas pescas.

Assim em 1998, cabiam ao binómio agricultura/silvicultura, 12,5% dos activos empregados, valor, se bem que elevado quando comparado com a média comunitária, abaixo do que verifica no Continente ($\approx 17,8\%$);

Quadro 2- Evolução da população empregada³ no Algarve por sectores de actividade

Unid.: %

Sector	Anos				
	1994	1995	1996	1997	1998
Sector I	10,6	10,6	12,2	12,5	12,5
Sector II	16,3	16,6	17,9	19,7	20,6
Sector III	73,1	72,8	69,9	67,8	66,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Anuários Estatísticos.

Embora a região contribua pouco para o VAB nacional, deve-se ter em conta o emprego que lhe está subjacente. A relação entre o VAB e o emprego permite obter a produtividade média regional.

No Algarve, em 1992, a produtividade era de 2.502 contos enquanto no total do país era de 2.496 contos. A região, embora tenha uma representação reduzida em termos absolutos, registava uma produtividade superior à média nacional. Com o correr dos anos, e em termos globais, a evolução da produtividade do trabalho tem-se vindo a degradar, de tal modo que em 1998 era já inferior à média nacional, 2.952 contos face aos 3.028 contos da média nacional, segundo AMAL (1999).

Se no entanto, se proceder a uma desagregação desta análise por sectores de actividade económica, observa-se, no caso concreto da agricultura⁴, um forte crescimento deste indicador, conforme se observa pelo quadro 3.

³ Em 1999, 13,7% da população residente no Algarve trabalhava no sector primário (INE, 2000).

⁴ Segundo GPPAA, 1999-2000, o cálculo da produtividade do conjunto dos factores de produção agrícola deveria ser medida através do rácio entre o valor acrescentado e as quantidades de trabalho e bens de capital utilizadas, o que obrigaria a estabelecer uma relação de conversão entre os dois factores. Tal envolve uma grande complexidade, que sem uma fundamentação minuciosa, conduz a uma subjectividade não desejável, pelo que se optou por considerar a seguinte relação aritmética:

$$\text{Produtividade aparente do trabalho agrícola} = \text{VAB}_{\text{Agric.}} / \text{UTA}, \text{ em que,}$$

1 UTA (Unidade de Trabalho Anual): corresponde ao trabalho de uma pessoa ocupada a tempo inteiro na exploração agrícola, equivalendo a 2.200 horas de trabalho por ano (8 horas por dia, durante 275 dias).

Quadro 3- Evolução do VABpm⁵ em volume por UTA (Algarve)

	1994	1995	1996	1997	Tx.Var.Méd.Anual 94-97 (%)
1994=100	100,0	115,6	130,5	187,6	-
Tx.Var.Anual (%)	-	15,6	12,9	43,8	17,0

Fonte: GPPAA (2000).

Esta situação reflecte:

- O aumento da produtividade do trabalho, resultante do crescimento do produto (ver quadro 4), acompanhada pela continuação da redução do volume de trabalho (por via do aumento da mecanização);

Quadro 4- Evolução do VABpm (Algarve)

	1994	1995	1996	1997	Tx.Var.Méd.Anual 94-97 (%)
Índice Volume (1994=100)	100,0	108,6	109,5	138,6	-
Tx.Var.Anual (%)	-	8,6	0,8	26,6	8,5

Fonte: GPPAA (2000).

- Algumas das grandes alterações estruturais que o tecido agrícola conheceu, nomeadamente, o aumento do rácio “bens de capital/volume de trabalho” (que resultou quer de alterações tecnológicas quer da redução do desemprego oculto⁶) e o aumento do peso dos estratos de maior dimensão económica e produtividade.

Inclusivamente, para o período em apreço, foi maior a taxa de crescimento da produtividade do trabalho face ao rácio similar que nos dá o rendimento do trabalho (presente no quadro 5), facto que se prende entre outras coisas com o esmagamento dos preços na produção como consequência da crescente globalização dos mercados

⁵ Vide Anexo B- Quadro 30.

⁶ Estes valores de produtividade ao nível do sector agro - florestal estão correlacionados com as diferentes classes de dimensão económica e as actividades predominantes, nomeadamente com o nível de mecanização e propensão do sistema produtivo para o mesmo. Os contrastes observados resultam também de diferentes graus de “desemprego oculto”. Por exemplo a dispersão da terra por um elevado número de explorações em regiões onde predomina o minifúndio permite que activos sem possibilidade de inserção nos outros ramos da economia tenham na agricultura uma fonte de ocupação e rendimento, o que acontecerá em muito menor grau em regiões onde há maior concentração fundiária.

ocorrida no período em análise e que será analisada com maior detalhe mais à frente neste trabalho.

Quadro 5- Evolução do Rendimento por Unidade de Trabalho Agrícola (Algarve)

	Índice anual: 1994 = 100				
	1994	1995	1996	1997	Tx.Var.Méd.Anual 94-97 (%)
RLT /UTA	100,0	86,9	114,3	166,4	13,6
RLAA/UTA familiar	100,0	80,7	105,7	163,4	13,1

Fonte: GPPAA (2000).

Algumas reflexões podem fazer-se em torno do percurso produtivo seguido pelo Algarve:

- Incapacidade de diversificação / sustentação da base económica regional, quer por via do alargamento da fileira turismo/lazer, quer através do arrastamento das actividades produtivas (v.g. agricultura, indústria, com excepção da construção civil);
- Forte mobilidade profissional, com transferência avultada de mão-de-obra do sector primário para o terciário, resultando, de um lado, numa capacidade de trabalho deficientemente qualificada, com habilitações insuficientes e com formação profissional incipiente e da parte do sector primário, num importante estrangulamento em resultado de fortes carências ao nível deste factor de produção;
- Baixa densidade de relações intersectoriais na região;
- Crescente desfasamento entre as regiões do litoral e interior. É cada vez mais notória a dicotomia geográfica do Algarve, traduzida por um litoral com excessiva densidade populacional e de concentração de serviços, assemelhando-se cada vez mais a uma metrópole que se estende de Lagos a Tavira, que pelo seu grande dinamismo funciona cada vez mais como um pólo estrangulador do crescimento do interior. Cerca de 80% das áreas urbanas (centros tradicionais e zonas de ordenamento turístico) localizam-se na faixa litoral sul, concentram 4 em cada 5 camas existentes a nível regional, detêm a maior capacidade polarizadora de deslocações motivadas pelo acesso ao emprego e ao ensino, e concentram o maior

número de unidades que compõem o sistema de equipamentos e serviços públicos com área de influência supra local, bem como a rede de serviços de apoio às empresas e de serviços de natureza social;

- Alguma falta de sensibilidade por parte das entidades regionais competentes para se aperceberem das potencialidades de certas micro-dinâmicas territoriais, as quais não foram assim devidamente relevadas e apoiadas;
- Escassez de novas iniciativas e de investimentos estruturantes no campo económico.

Daqui resultou uma especialização produtiva do Algarve baseada no comércio, na hotelaria e no turismo, sediados num litoral cada vez mais sobrecarregado, em contraste com o interior, a braços com uma crescente desertificação

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO: O ENUNCIADO DA TESE

Introdução

Neste capítulo introdutório apresenta-se o enunciado da tese, sua profundidade temática, sua delimitação territorial e horizonte temporal, objectivos principais e restrições associadas à contingência agro-rural. Apresentam-se ainda as expectativas ou os resultados esperados na forma de sumárias conclusões preliminares. Para o efeito, o capítulo encontra-se organizado em quatro tópicos fundamentais:

- ◆ objecto e âmbito do estudo,
- ◆ objectivos e restrições,
- ◆ resultados esperados,
- ◆ organização do trabalho.

1. Objecto e âmbito do estudo

A tese que agora se apresenta, intitulada, “análise das alterações ao nível da estrutura das explorações agrícolas da Região Algarve e respectivo tecido empresarial, decorrentes da aplicação dos apoios comunitários, com especial incidência no período 1994/99”, contem, já por si, a opção temática, a delimitação conceptual e territorial e o respectivo horizonte temporal (objecto e âmbito). Ainda assim, em seguida, todos estes aspectos serão desenvolvidos.

1.1. Objecto

O objecto do estudo é a análise das alterações da estrutura das explorações agrícolas da Região Algarve e respectivo tecido empresarial num quadro conceptual preciso, delimitado e balizado pelo programa operacional de agricultura extraído do PDR/QCA II, na forma de objectivos e instrumentos nele contidos, e num horizonte temporal suficientemente dilatado (1984 - 1999), de modo a que as políticas empreendidas

possam produzir todos os seus efeitos, o mesmo é dizer, que os efeitos de estrutura possam predominar sobre as contingências da conjuntura agro-rural.

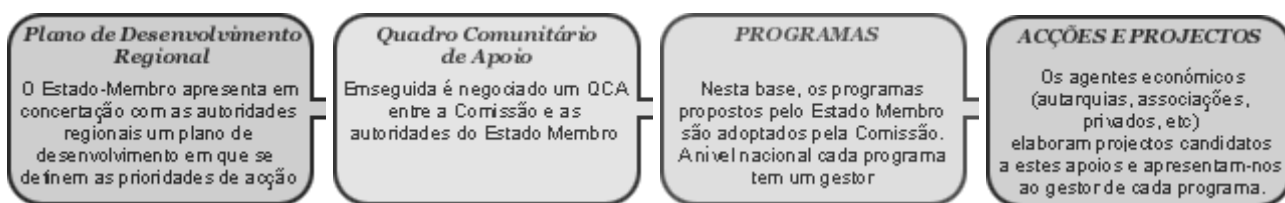
Do objecto “PAMAF regional” passa-se para um objecto “PAMAF- subsectorial”, tentando perceber o seu percurso, as suas especificidades empresariais e organizativas, os seus mecanismos transmissores intra-fileira, em cada passo aferindo a lógica conjunta de políticas, mercados e agentes. Afinal, o objecto, em sentido próprio, é a compreensão desta lógica e das suas condições de funcionamento, em dois tempos sobrepostos, o estrutural (o objecto), e o conjuntural (turbulência ou restrição).

Neste contexto, pela importância de que se reveste no desenvolvimento conceptual e analítico de todo o trabalho, uma referência breve ao “produtor de enquadramento”, ou seja, ao QCA⁷ II, deve ser feita.

O QCA II português

O QCA II português foi assinado em 28 de Fevereiro de 1994 e destinava-se a vigorar por um período de 6 anos, de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1999. Tratou-se de um contrato de parceria entre o Governo português e a Comissão Europeia (cujos principais passos da tramitação inerente ao seu lançamento constam na figura 2), que visava levar a cabo no terreno uma diversidade de programas, por sector e por região, designados intervenções operacionais.

Figura 2- Principais etapas para lançamento de um novo QCA



Fonte: DGD Regional (1999).

⁷ Portugal beneficia, desde 1986, de apoio financeiro comunitário regular, correspondendo a fases distintas: a primeira, relativa ao período de 1986 a 1988, designada de Anterior Regulamento, a segunda referente ao QCA 1989-1993 (QCA I), a terceira referente

O QCAII português tinha os seguintes objectivos:

- A aproximação à União Europeia;
- Redução das assimetrias regionais internas.

O montante de verbas global repartia-se por três grandes fontes de financiamento:

- Investimento Público Nacional: - 1 374,5 milhões de contos (m.c.)
- Investimento Privado: - 1 151,8 m.c.
- Co-financiamento Comunitário: - 3 115,3 m.c.

(Total do Quadro Comunitário de Apoio: - 5 641,6 m.c.)

A este montante acresciam 224,5 m.c., destinados aos 14 Programas de Iniciativa Comunitária e 601 m.c. para o Fundo de Coesão.

Encontravam-se em execução cerca de 17 Programas Operacionais, agrupados em 4 Eixos Prioritários (*vide* Anexo B- Figura 1), onde se integravam ainda 14 Programas de Iniciativa Comunitária que traduziam objectivos estratégicos da política de desenvolvimento do país. Cada Programa Operacional era, por sua vez, constituído por duas ou mais intervenções operacionais, de acordo com os objectivos mais específicos para que estava vocacionado.

O Programa Operacional «Modernização do Tecido Económico» era uma das intervenções operacionais do Eixo 2- “Reforçar os Factores de Competitividade da Economia”. Este Programa estava estruturado, conforme se pode observar no Anexo B- Figura 1, nos seguintes subprogramas:

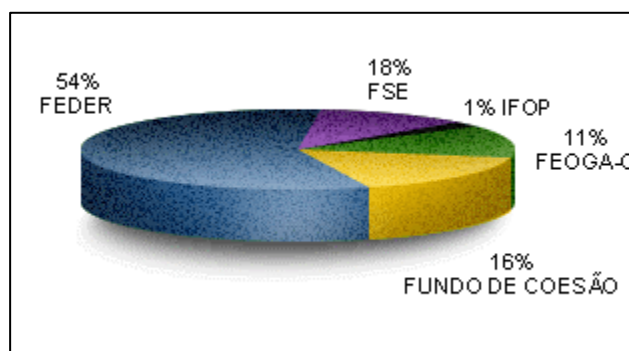
- Agricultura
- Pescas
- Indústria
- Turismo e Património Cultural

ao QCA 1994-1999 (QCA II). A quarta fase, actualmente em vigor, corresponde ao QCA III e abrange o período 2000-2006 (Comissão de Gestão do QCA III).

- Comércio e Serviços

repartindo-se o seu financiamento (nos montantes anteriormente indicados) entre participação comunitária (distribuída, nas proporções constantes no gráfico 2, pelo FEDER, FEOGA, FSE e IFOP)⁸ e participação nacional, financiada pela Administração Central, Administração Local, Empresas Públicas e Outras, e Sector Privado.

Gráfico 2- Peso relativo dos vários fundos estruturais no QCA II português



Fonte: DGD Regional (1999).

1.2. Âmbito

O âmbito do presente trabalho incidiu sobre as explorações agrícolas algarvias e respectivo tecido empresarial, particularmente as pertencentes aos sub-setores da horticultura, citricultura e do pomar tradicional de sequeiro, pela importância sócio-económica que os mesmos representam no contexto agrícola algarvio.

Enquadrou-se esta avaliação, não numa perspectiva macroeconómica, ou seja, orientada para uma análise crítica das grandes linhas da política agrícola nacional/regional definidas para o sector, durante o período em causa, mas sim, numa óptica mais particularizada, direccionada para a empresa agrícola enquanto unidade

⁸ A política de desenvolvimento definida pelo Tratado de Roma para a Comunidade Europeia institui o princípio da coesão económica e social, que tem em vista assegurar o desenvolvimento harmonioso do seu espaço, pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das mais desfavorecidas. Para a realização destes objectivos, existem 4 Fundos Estruturais:

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
FSE - Fundo Social Europeu
IFOP - Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca

produtiva/empresarial. Para se conhecer os reais impactes de um determinado quadro de políticas sobre um dado sector, torna-se indispensável evoluir do particular para o geral, isto é, começar por realizar uma avaliação desses efeitos no seu nível mais elementar - neste caso concreto, a exploração agrícola- e daí evoluir, gradualmente, para escalas superiores.

Os fundos estruturais foram assim encarados como um instrumento facilitador / impulsionador, colocado à disposição dos empresários agrícolas para ultrapassarem os constrangimentos estruturais que, nos últimos anos, têm funcionado como poderosos “handicaps” à necessária reestruturação das suas explorações.

A estruturação do QCA II para o sector agrícola português foi norteada por um conjunto de parâmetros definidos à escala microeconómica, nomeadamente em termos de reconversão, modernização e apetrechamento técnico das explorações agrícolas, melhoria da eficácia de funcionamento das suas estruturas organizativas e das infra-estruturas de apoio à produção, bem como a nível do rejuvenescimento e aumento das valências do tecido empresarial.

Importou assim, ao longo deste trabalho, reflectir sobre a eficácia dos apoios comunitários, ou seja, o efeito de alavancagem induzido por estes na superação dos défices competitivos das explorações agrícolas, elementos nucleares do tecido produtivo agrícola e do mundo rural, e simultaneamente, aferir da eficiência demonstrada pelos empresários do sector na utilização desses mesmos recursos.

2. Objectivos e restrições

Os objectivos propostos e as restrições encontradas, aquando da elaboração deste trabalho, são os que seguidamente se enunciam.

2.1. Objectivos

Os objectivos de uma política pública formulam-se e realizam-se a vários níveis: nos planos macroeconómico, mesoeconómico, e microeconómico. Embora o objecto deste estudo se situe ao nível microeconómico, isso não invalida o cumprimento de objectivos de nível mais elevado, como são aqueles que foram fixados para o Eixo 2- “Reforçar os Factores de Competitividade da Economia”, o Programa Operacional «Modernização do Tecido Económico» e o Sub-Programa 1- Agricultura.

A definição do QCA II português, traduziu-se por uma hierarquia, uma escala, de objectivos, perfeitamente identificados à medida que se avançava para instrumentos de âmbito cada vez mais específico.

Os objectivos do Eixo 2 eram os seguintes:

- Modernizar e expandir as infra-estruturas fundamentais de transportes, telecomunicações e energia;
- Apoiar o esforço de competitividade do tecido empresarial, nos diferentes sectores económicos nacionais.

Por sua vez, a intervenção operacional deste Eixo 2, designada por «Modernização do Tecido Económico», pressupunha que para assegurar um crescimento sustentado da economia portuguesa, tornava-se necessário assegurar uma diferenciação do sistema produtivo, uma alteração nos factores de competitividade que apoiasse esse processo de diferenciação, e uma maior diversificação de mercados para zonas exteriores à Comunidade.

O processo de evolução natural da economia portuguesa até ao final do século integrava assim vários vectores de actuação interrelacionados, dos quais se podiam destacar, segundo Ferreira (1994) , os seguintes:

- ❖ Dar maior peso aos serviços internacionais, fortalecer a capacidade competitiva do sector turístico e melhorar substancialmente a qualidade e diversidade dos serviços que apoiam internacionalmente os sectores exportadores da indústria;

- ❖ Dar expressão mais significativa a sectores e produtos industriais com maior sofisticação tecnológica e perspectivas favoráveis de procura mundial, articulando-os com a base industrial existente;
- ❖ Potenciar os sectores industriais tradicionais, quer reforçando a sua competitividade pela inovação, pela qualidade e pela proximidade do mercado, quer partindo deles para desenvolver novas actividades com mercados dinâmicos;
- ❖ Desenvolver as actividades associadas aos recursos naturais que mais nos especificam no contexto europeu, e que possam constituir base para produções competitivas no sector agro-pecuário, florestal, mineiro ou de recursos oceânicos;
- ❖ Utilizar de forma mais sistemática a posição geográfica do País como uma vantagem comparativa transversal, que pode contribuir para os objectivos de desenvolvimento do sector de serviços internacionais e de instalação de novas actividades industriais.

Estes vectores enquadravam um vasto processo de ajustamento estrutural, de modernização e de diversificação que, obedecendo a problemas e desafios comuns, se diferenciava sectorialmente nas suas concretizações.

Por último o Subprograma 1- Agricultura, entroncava em três grandes áreas - objectivo, a saber:

- Reforço da capacidade de competir do sector agrícola, quer do seu segmento intensivo, quer extensivo, expressa ao longo de todas as fileiras do complexo agro-industrial;
- Reforço da capacidade de integrar actividades e rendimentos nas explorações agrícolas ⁹;

⁹ Segundo o INE, exploração agrícola é uma unidade de produção que utiliza pelo menos 1 hectare de superfície agrícola, ou que atinge um certo limite mínimo de produção especializada (v.g. 500 m² de flores, 2.000 m² de vinha, 1 vaca, ...).

- Reforço da capacidade de preservar através da integração das externalidades relativas à ocupação do espaço e aos efeitos sobre o ambiente, no modelo de economia agrária.

O «**reforço da capacidade de competir**» passava pelo desenvolvimento de culturas (produtos) e actividades rentáveis em explorações viáveis ou que o passassem a ser, e pela eficiência das componentes de transformação e de distribuição da fileira.

A concretização desta estratégia era conseguida, quer através de algumas das medidas operacionais do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), quer com a cobertura amortecedora de políticas de ajustamento às novas situações de mercado, neste caso concreto medidas de cessação de actividade associadas à Reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

A segunda grande área - objectivo, «**reforço da capacidade de integrar**», pretendia ter em conta um conjunto muito significativo de explorações características da agricultura portuguesa, que apresentam uma racionalidade *sui generis* assente na integração de rendimentos obtidos em actividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora da exploração. Estas explorações têm um conjunto de atributos que explicavam a necessidade de existir relativamente a elas uma estratégia adequada: o peso na produção, a valorização ou impedimento de desvalorização dos recursos e o serem suporte da viabilidade de outras explorações.

A estratégia relativa a esta área-objectivo visava a persistência deste tipo de explorações agrícolas, implicando para isso, o apoio a actividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no seu interior, mas apenas nos casos em que o conjunto dessas várias actividades e, conseqüentemente, as remunerações associadas lhes conferissem ou viessem a conferir total viabilidade.

Nestas circunstâncias, os instrumentos que permitiriam concretizar este desiderato, englobavam medidas relativas à área-objectivo «reforço da capacidade de competir», ligadas a actividades agrícolas e não agrícolas, associadas a medidas relativas à valorização de recursos naturais e ambientais.

A terceira área-objectivo acima referida, «**reforço da capacidade de preservar**», estava principalmente direccionada para as zonas mais desfavorecidas. Com efeito, a preservação do ambiente e dos recursos naturais exige, nas condições concretas de muitas zonas do país, a permanência de explorações agrícolas activas, em número adequado. Por isso, tornava-se necessário que as actividades nelas desenvolvidas ou integradas fossem atractivas, isto é, devidamente valorizadas. No entanto, embora prioritárias, as zonas mais desfavorecidas não beneficiavam, em exclusivo dos instrumentos da política associados a esta área-objectivo.

A concretização desta estratégia era conseguida, uma vez mais, através da articulação entre algumas das medidas operacionais do PAMAF e as Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, nomeadamente, Agro-Ambientais e Florestação de Terras Agrícolas.

Partindo do atrás exposto, e tendo como referência o objecto e âmbito deste estudo, os objectivos traçados, aquando da implementação do projecto que esteve na base desta tese de dissertação, foram os seguintes:

- 1) Avaliar, sucintamente, a execução, ao nível da Região Algarve, das principais medidas operacionais do PAMAF, principal instrumento operativo do Subprograma 1- Agricultura do QCA II;
- 2) Proceder a uma análise das repercussões induzidas pelas linhas de apoio comunitárias, disponíveis durante o período de vigência do referido QCA (1994/1999), ao nível da estrutura das explorações agrícolas algarvias, particularmente as pertencentes aos sub-sectoros da hortofruticultura. Atendendo à sua importância estratégica, procurou-se alargar essa análise também ao contexto de certas infraestruturas regionais de apoio/complemento à produção (v.g. aproveitamentos hidroagrícolas, unidades transformadoras, etc.);
- 3) Partindo da avaliação referida nos pontos anteriores, tentar estabelecer uma ponte para o QCA III através do apontar de pistas sobre medidas correctivas que deveriam ter sido acauteladas para se evitar a repetição de certos erros de concepção ocorridos no passado e do relevar de aspectos positivos cujo exemplo

seria de interesse equacionar. Esta análise foi feita, apesar do QCA III já se encontrar, oficialmente, com mais de dois anos de implementação, numa perspectiva essencialmente *ex-ante*. Procurou-se adoptar uma visão imparcial, abstraída da realidade dos novos instrumentos operacionais já em vigor, por forma a evidenciar aspectos (tendo em conta os resultados a que se chegou no decorrer desta tese) que possam, eventualmente, representar algum contributo no contexto do recente quadro de políticas regionais para o sector agrícola, quer para efeitos de análise comparativa, quer tendo em conta possíveis reformulações intercalares.

A avaliação/análise do impacte dos apoios, no quadro das explorações agrícolas, mencionada no ponto dois dos objectivos atrás enunciados, foi norteadada por três vectores:

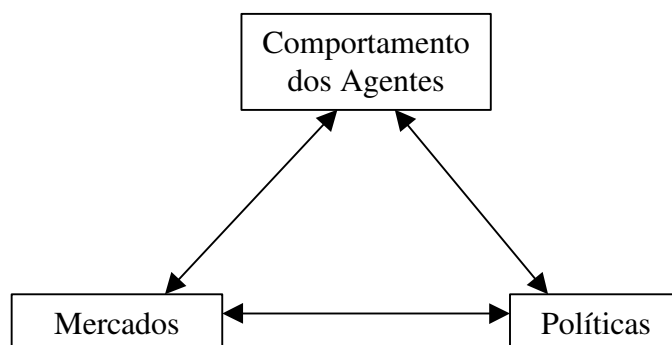
- As **políticas**, particularmente as definidas para o sector agrícola algarvio, as quais apontam pistas, traçam directrizes para a evolução que se pretende para o sector e que não são mais do que um conjunto de decisões e regras de conduta definidas *a priori*, durante um determinado período de tempo, com vista a atingir determinados objectivos gerais. No contexto actual, esta política agrícola regional resulta, grandemente, da implementação à escala regional da política agrícola nacional (quando deveria dar maior ênfase às especificidades próprias de cada região), a qual, por sua vez, e por força da nossa inclusão no seio da União Europeia, é marcadamente resultante das orientações emanadas da Comissão Europeia.
- Os **mercados** que, no caso concreto deste trabalho, foram encarados no seu sentido lato, ou seja, reportados ao conjunto dos «públicos» susceptíveis de exercer uma influência nas vendas de um dado produto (Lendrevie *et al*, 1992) e restringidos a quatro escalas dimensionais:
 - . O mercado local, de proximidade;
 - . O mercado regional;
 - . O mercado nacional;
 - . Os mercados externos, tanto numa perspectiva individualizada, como global.

- Os **agentes** com intervenção directa no sector, reportados ao papel dos produtores agrícolas e suas organizações.

Os agentes movimentam-se no seu dia a dia, desenvolvendo comportamentos, que resultam, por um lado, dos sinais emanados pelos mercados, do seu grau de perfeição em termos de funcionamento e das condicionantes que impõem, e por outro, seguindo ou simplesmente acomodando-se às linhas de acção traçadas pelas políticas, ou pelo contrário resistindo às mesmas. O comportamento dos agentes, face a estes estímulos recebidos, resulta, em larga medida, das suas próprias conveniências.

Do ponto de vista meramente teórico, se as políticas forem correctamente definidas, planeadas e implementadas, e funcionando os mercados perfeitamente, ter-se-ia, idealmente, uma situação de equilíbrio entre estes três vértices, traduzida no esquema da figura 3.

Figura 3- O equilíbrio na inter-relação entre políticas, mercados e agentes



Fonte: Elaboração própria.

Nessa situação, observar-se-ia o seguinte:

- O comportamento dos agentes seria equitativamente ditado pelas políticas e pelos mercados;
- As políticas seriam direccionadas para os agentes, resultando de estratégias tendentes a ultrapassar os principais obstáculos que estes enfrentam, enquanto intervenientes nos mercados;

- Os mercados, cada vez mais desregulamentados, seriam, no entanto, sensíveis à influência dos agentes.

Na prática, no entanto, o que na maior parte das vezes ocorre é uma maior aproximação dos agentes, umas vezes para o lado das políticas, outras para o lado dos mercados.

Ao longo deste trabalho, e à medida que se procedeu à avaliação de resultados e apresentação das conclusões dos vários capítulos, tentou-se perspectivar também a sua influência ao nível das inter-relações entre estes três vértices.

2.2. Restrições

As principais restrições encontradas ao longo da elaboração deste trabalho, foram essencialmente de quatro tipos:

A) Os ciclos de mudança estrutural na agricultura, particularmente os resultantes da transição entre políticas, neste caso concreto, quadros de políticas, são longos. Arranca-se tarde (normalmente o primeiro ano é perdido) e o seu término efectivo arrasta-se por vezes ainda durante largo período, após o fim do período oficial de vigência.

Existe sempre um desfasamento entre o início oficial de implementação do novo quadro instrumental e o seu efectivo arranque no terreno. É o tempo necessário ao interiorizar das novas regras de funcionamento, à clarificação e operacionalização dos objectivos propostos, às necessárias alterações visando a modificação/reestruturação de toda a máquina por detrás das estruturas de apoio responsáveis no terreno pela implementação física das novas acções, entre outros aspectos.

Por outro lado, igualmente aquando do encerramento, decorre normalmente um prolongamento de um ou mais anos após o término oficial até ocorrer a efectiva conclusão dos programas, o qual deriva do atraso decorrente da concretização física dos projectos de investimento aprovados.

Em virtude deste facto, torna-se particularmente difícil, em trabalhos desta natureza, restringir-se o período de análise ao intervalo temporal oficialmente definido para vigência do Quadro de Financiamento Comunitário em apreço, sob pena da avaliação efectuada ser inconclusiva, uma vez que não contabiliza a totalidade dos projectos de investimento realmente executados.

As próprias consequências resultantes da aplicação dessas políticas demoram o seu tempo a externalizar os seus efeitos - no caso concreto dos objectivos definidos para este trabalho de dissertação interessavam as consequências sobre a estrutura das explorações agrícolas e respectivo tecido empresarial - já que medeia sempre um intervalo de tempo importante entre a execução dessas políticas e o retorno, proporcionado pelas mesmas.

Assim sendo, e por forma a ser possível:

- obter algum “feedback” sobre os reais efeitos decorrentes da implementação das orientações e objectivos subjacentes ao QCA II, no quadro das explorações agrícolas algarvias,
- caracterizar o ponto de partida e a situação de chegada, acções indispensáveis quando se pretende levar a cabo uma avaliação rigorosa,

houve necessidade, no intuito de possibilitar a prossecução dos objectivos propostos para este trabalho de dissertação, de proceder a um alargamento do horizonte temporal em análise.

Por forma a permitir uma mais eficaz avaliação do impacte das políticas de apoio, em análise no período de 1994/1999, foi necessário penetrar nos seus antecedentes – período 1984/1993 (correspondendo parte deste período, de 1986 a 1993, à vigência do Anterior Regulamento/QCA I). Concomitantemente, houve também que perspectivar um pouco para além do término oficial do QCA II, já em sobreposição temporal com o novo QCA III, actualmente em vigor.

B) A relativa dispersão e pouca divulgação de trabalhos de avaliação do impacto das linhas de financiamento proporcionadas ao abrigo dos quadros comunitários de apoio.

Durante a pesquisa bibliográfica realizada, aquando do delineamento e fundamentação deste trabalho, foram realizadas:

- consultas a bases de dados de referências bibliográficas de várias entidades, tais como: Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Universidade do Algarve, Universidade de Évora, Instituto Superior de Agronomia, Ministério da Agricultura, Comissão de Coordenação da Região Algarve, entre outros,
- pesquisa de informação relevante através dos principais motores de busca da Internet,
- consultas de “sites” oficiais de vários organismos públicos e privados,

entre outros autores, apresentam-se as seguintes referências:

1. Anastácio, J. A. F. (1997) – “Avaliação dos efeitos da nova PAC e do aumento da concorrência nos mercados agrícolas no sector agrícola português: uma abordagem de equilíbrio parcial”. Universidade de Évora: Tese de Mestrado em Economia Agrícola.
2. DRAALG - Direcção Regional de Agricultura do Algarve (2000) – “O Papel das Cooperativas na Valorização dos Produtos do Sequeiro Algarvio”. Projecto INTERREG II – Desenvolvimento Rural através do Sector Cooperativo, Faro.
3. DRAALG - Direcção Regional de Agricultura do Algarve (2001) – “Plano de Desenvolvimento Regional (2000/2006)”. Faro.
4. Félix, A.; Madeira, E.; Graça, J.; Rita, F. (2000) – “Identificação e Estudo dos Sistemas Tipo de Produção de Alfarroba. Influência das Medidas da PAC nestes

Sistemas” in *Sistemas Agrários Tradicionais: Contributos para o seu estudo*. DRAALG, Publicação no âmbito do Programa INTERREG II, Faro, pp. 75-90 (Colectânea).

5. Freitas, M.; Graça, J. (2000) – “Evolução do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio”, in *Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio*. Universidade do Algarve, p. 15-45 (Colectânea).

6. GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (1999-2000) – “Panorama Agricultura”/ 1998 e 1999. MADRP, Lisboa.

7. Graça, J. (2000) – “Análise das Medidas de Política Florestal nos Concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira, S. Brás de Alportel, Loulé e Silves”, in *Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio*. Universidade do Algarve, p. 47-61 (Colectânea).

8. Madeira, M. E. (1988) – “Impacte do Reg. (CEE) N°797-85 na Zona Agrária de Tavira”. UAAlg: Relatório de Fim de Curso de Engenharia Hortofrutícola.

9. Madeira, E. (2000) – “Impacte de Medidas de Política no Concelho de Loulé” in *Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio*. Universidade do Algarve, pp. 63-85 (Colectânea).

10. MEPAT – Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (1996) – “Avaliação *ex-post* do 1º quadro comunitário de apoio 1989-93: agricultura.” / coordenação Armando Sevinate Pinto. Lisboa.

11. *Portugal. Plano de Desenvolvimento Rural 2000-06. Portugal Continental*. Dez. 1999.

12. Rita, F.; Graça, J.; Espada, J. (2000) – “Sistemas de Produção de Alfarroba e Perspectivas de Desenvolvimento no Concelho de Loulé” in *Valorização do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio*. Universidade do Algarve, p. 87-112 (Colectânea).

13. Rosa, V. (2001) - “As Organizações de Produtores e a Política Comunitária: a Capacidade do Algarve perante as novas decisões” in *Circuitos de Comercialização dos Produtos Hortícolas do Algarve: Situações de Bloqueio e Perspectivas*. Edição de Maria Teresa de Noronha, Faro, p. 153-158 (Colectânea).

14. Varela, J. J. L. M.; Silva, I. C. C. P.; Bouça, J. E. (2000) – “Sistemas Agrários Tradicionais/Sobreiro” in *Sistemas Agrários Tradicionais: Contributos para o seu estudo*. DRAALG, Publicação no âmbito do Programa INTERREG II, Faro, pp. 161-233 (Colectânea).

Da análise efectuada aos trabalhos anteriormente listados, pôde-se constatar, tomando como referência o objecto e âmbito desta tese de dissertação, o seguinte:

- Onze deles, incidem, essencialmente, numa perspectiva documental e agregada, ou seja, orientada para uma apreciação global, macroeconómica, do conjunto (ou de parte) das políticas agrícolas e avaliação das suas repercussões em termos do funcionamento dos mercados agrícolas e/ou comportamento dos agentes do sector;
- Os três outros trabalhos, mais focalizados numa análise microeconómica, onde se procura igualmente estabelecer uma relação causa-efeito entre a aplicação dos fundos comunitários e as alterações verificadas ao nível das explorações agrícolas em determinados indicadores de natureza sócio-económica e estrutural, apresentam no entanto, um grau de desenvolvimento/profundidade ao nível dos vários temas estudados, inferior ao tratamento veiculado através desta tese de dissertação. Dois destes trabalhos têm, à semelhança desta tese, um âmbito geográfico regional, enquanto o terceiro trabalho se restringe a um dado concelho do Algarve. A totalidade destes três trabalhos apresentam um grau de especialização sectorial superior ao apresentado por este trabalho de dissertação, já que neles se promove uma abordagem orientada para uma dada fileira em particular, concretamente a da alfarrobeira;

Devido à reduzida expressão dos trabalhos versando temas microeconómicos, aliado ao cariz mais especializado dos mesmos, resultaram algumas dificuldades aquando da estruturação desta dissertação e, principalmente, no que concerne à selecção das metodologias mais adequadas para proceder à concretização de alguns dos objectivos propostos.

- C) **A reduzida divulgação de dados por parte das entidades competentes,** principalmente no que respeita ao nível da execução física dos projectos de investimento aprovados. Paralelamente à escassez de informação disponibilizada para consulta pública, a mesma carece de maior desagregação, indispensável aquando da elaboração de estudos desta natureza.
- D) **A existência de metas/objectivos traçados *a priori*, aquando do lançamento destes programas, regionalmente pouco pertinentes.** A maior relevância atribuída à escala regional dessas metas (v.g. indicadores de execução física) seria importante já que permitiria, em primeira instância, aumentar, durante o período de execução dessas políticas, a eficácia dos seus objectivos enquanto balizas de referência dos comportamentos, acautelando percursos muito desfasados das metas pré-definidas. No final, permitiriam a realização de balanços efectivos para efeitos de determinação do grau de concordância entre o planeado e o executado. Não se está, com isto, no entanto, a advogar a imposição de procedimentos determinísticos, mas antes, esquemas de funcionamento flexíveis, passíveis de revisão intercalar, se assim for tido por conveniente, o que implicaria a associação de mecanismos orientados para uma avaliação permanente do seu nível de execução. Em suma, que garantissem a sua constante monitorização e eventual reprogramação.

3. Os resultados esperados

É possível, à partida, antecipar alguns dos resultados esperados. Com efeito, conhece-se a história recente da agricultura e as suas tendências pesadas, a margem de liberdade contida no quadro de objectivos e instrumentos dos QCA II e III, o comportamento previsível dos mercados e as expectativas racionais dos agentes económicos, assim como, as principais restrições associadas à política pública para a agricultura. Este

“complexo de liberdades e restrições”, autoriza a extrair as seguintes conclusões preliminares do presente estudo:

- A) As explorações agrícolas algarvias sofreram uma certa reestruturação, encontrando-se:
- Melhor equipadas;
 - Com uma estrutura fundiária mais adaptada às novas exigências do mercado;
 - Mais especializadas (a especialização produtiva aumentou).
- B) O tecido empresarial sofreu algumas alterações que se prendem com:
- Um relativo rejuvenescimento;
 - Um aumento das competências técnicas;
 - Uma mentalidade menos avessa à mudança e inovação, e um espírito mais aberto ao associativismo.
- C) As associações de agricultores aumentaram substancialmente o seu papel no quadro da comercialização agrícola regional, apresentando-se como uma mais valia e como uma verdadeira solução no quadro de um mercado cada vez mais global, mercê do aumento da sua massa crítica, associado a uma mais eficaz actuação.
- D) Como corolário das hipóteses acima enunciadas, a agricultura algarvia ganhou em termos de competitividade. Porém, esse acréscimo ainda não é, *per si*, suficiente para garantir a sustentação e equilíbrio do sector, no período pós-subsídios.

No final deste trabalho, procurou-se aferir a validade deste conjunto de tendências, relativamente ao seu grau de concretização e eventuais desvios verificados.

4. Organização do trabalho

Atendendo ao seu objecto, âmbito, objectivos e restrições, para além deste capítulo introdutório, o trabalho encontra-se estruturado em mais cinco capítulos.

O capítulo primeiro corresponde ao enquadramento teórico-metodológico da tese, nomeadamente, os aspectos relativos à selecção e fundamentação teórica da recolha de informação (secundária e primária) e das técnicas de pesquisa da informação primária, utilizadas.

No capítulo segundo, procede-se a uma avaliação do impacte do programa PAMAF na evolução do complexo agro-florestal regional. O capítulo inclui uma breve caracterização da agricultura algarvia durante o período 1984-93, sumárias considerações acerca das alterações de política introduzidas pela reforma da PAC de 1992, a análise discriminada das suas principais medidas operacionais e a avaliação global do PAMAF.

No capítulo terceiro focam-se os aspectos ligados aos objectivos, estratégia, programação e avaliação de resultados do 2º QCA ao nível do sub-sector hortofrutícola algarvio. Após uma caracterização da situação do sub-sector em 1994 e do papel do associativismo no contexto hortofrutícola apresentam-se: a análise das principais fileiras hortofrutícolas, a avaliação do impacte dos apoios à hortofruticultura algarvia no período 1986/1999 e os processos de transmissão de preços nas mais importantes fileiras desse sub-sector.

Partindo da caracterização do sub-sector hortofrutícola algarvio (terminada a vigência do QCA II), decorrente da análise SWOT efectuada, no capítulo quarto apontam-se algumas linhas de orientação possíveis para as fileiras hortofrutícolas algarvias no horizonte do 3º QCA. Devido à sua importância crucial no desenvolvimento do sub-sector, promove-se ainda neste capítulo uma reflexão sobre o estado actual e

perspectivas futuras de dois importantes aproveitamentos hidroagrícolas localizados no Algarve.

No capítulo final, perspectivam-se algumas considerações finais relativamente à continuidade e mudança nas políticas e nos comportamentos, no contexto do actual 3º QCA. Simultaneamente, apontam-se algumas ideias sobre potenciais linhas de pesquisa futuras, deixadas em aberto na sequência deste trabalho de dissertação.

A bibliografia e os anexos, onde constam elementos de informação de base e complementar, os formulários e os quadros de resultados relativos aos inquéritos realizados no âmbito desta dissertação, são apresentados no final do trabalho.

CAPÍTULO PRIMEIRO: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA TESE

Introdução

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento teórico-metodológico da tese, ou seja, são descritas as principais metodologias utilizadas no processo de obtenção de dados. Desta forma, detalham-se os procedimentos necessários à obtenção da informação, define-se a informação necessária para o estudo específico, selecciona-se o método de recolha de dados que melhor se aplica ao estudo e apresenta-se o enquadramento e fundamentação teórica das diferentes opções tomadas no processamento da informação obtida.

Sendo o processo de obtenção e o tratamento e análise dos dados, dois importantes momentos deste estudo, o capítulo encontra-se dividido nos seguintes pontos:

- *Design* do estudo
- Definição da informação necessária ao estudo
- Método de recolha da informação primária
- Técnicas de análise da informação primária

1. *Design* do estudo

Qualquer processo de obtenção de dados passa por duas fases distintas: o *design* do estudo e o trabalho de campo, ou seja, a forma como o estudo vai ser conduzido e como vão ser recolhidos os dados e por quem.

Quer em gestão, quer em marketing, quer em estudos sociais, o *design* de um estudo pode ser classificado em dois grandes grupos (Malhotra, 1996, p. 86; Churchill, 1996, p. 114; Zikmund, 1997, p. 51), baseados:

- na Pesquisa Exploratória - que tem como principal objectivo a produção de conhecimento e compreensão sobre a situação em estudo, ou seja, é utilizada para clarificar e definir a natureza do problema;
- na Pesquisa Conclusiva – que serve como auxílio ao tomador de decisão na determinação, avaliação e selecção de uma dada situação e pode ser de dois tipos, descritiva (descrevendo as características de uma população ou amostra) ou casual (determinando as relações de causa efeito).

No caso concreto do *design* deste trabalho, a pesquisa exploratória, a definição da informação a recolher, a pesquisa conclusiva, o método de recolha dos dados, a construção do instrumento de recolha de dados e o método de amostragem e cálculo da dimensão da amostra foram os procedimentos adoptados para a obtenção da informação necessária.

Pesquisa exploratória

Em termos genéricos, a utilidade da pesquisa exploratória é descrita por Malhotra (1996, p. 117) e Churchill (1996, p. 118). No caso concreto deste trabalho, através desta pesquisa, pretendeu-se, entre outros factores, obter conhecimento sobre o assunto em estudo, clarificando ideias e estabelecendo prioridades sobre o objecto de análise.

Existem muitas técnicas que permitem investigar problemas. Autores como Malhotra (1996, p.165-184), Churchill (1996, p.118-129) e Zikmund (1997, p. 129-146) indicam quatro métodos de pesquisa exploratória:

- Fontes de dados secundários
- Estudos piloto
- Estudos de casos
- Observação

Para efeitos deste trabalho, utilizou-se apenas o primeiro dos quatro métodos de pesquisa exploratória descritos. A informação obtida por este método permitiu posteriormente, definir o tipo de dados primários a recolher.

- Fontes de dados secundários -

Como métodos empregues, fez-se o levantamento bibliográfico, o levantamento documental e estatístico e a pesquisa de estudos já efectuados, tendo como base, entre outros, a listagem de publicações anteriormente mencionadas, e dentro destas, os trabalhos mais focalizados numa abordagem de cariz microeconómico. Recorrer-se a estas fontes torna o trabalho menos dispendioso e mais rápido do que recorrer às fontes primárias, uma vez que estas últimas são obtidas em primeira mão pelo investigador e envolvem a sua recolha. Por outro lado, a utilização dos dados secundários traz algumas desvantagens, que variam consoante os objectivos, a natureza e os métodos utilizados para os recolher. Tanto num caso, como noutro, existem vantagens e inconvenientes que interessa desde logo salientar e que constam no quadro 6.

Quadro 6- Diferenças entre dados primários e secundários

Dados Primários	Dados Secundários
.A partir de conhecimentos individuais; .Em geral o custo é elevado, em tempo e viagens; .Tendem a apresentar alguma subjectividade; .Deve existir um pré-teste; .São em geral muito específicos para o problema em estudo.	.A partir de publicações existentes ou recolha de outra informação; .Custo nulo ou muito baixo; .Podem ser recolhidos com alguma facilidade; .Podem ser enviesados ou incompletos; .Podem estar desactualizados; .Exigem uma análise rigorosa das suas limitações.

Fonte: Viana *et al* (1997).

Os dados secundários disponíveis a um estudo, recolhidos mediante estudos documentais (“desk reserach”), podem ser obtidos externamente à empresa ou empresas a partir da qual a pesquisa será conduzida, em bibliotecas, livrarias, *Internet*, órgãos governamentais e não governamentais, jornais, revistas e bases de dados ou internamente.

No âmbito do presente trabalho, recorreu-se, fundamentalmente, às seguintes fontes externas de informação **secundária**:

- Pesquisa bibliográfica, que envolveu consultas a bases de dados de referências bibliográficas de várias entidades, tais como, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Universidade do Algarve, Universidade de Évora, Instituto Superior de Agronomia, Ministério da Agricultura e de outros organismos por este tutelados, Ministério do Planeamento e de outros organismos por este tutelados, Comissão de Coordenação da Região Algarve, Instituto Nacional de Estatística, entre outras;
- Consulta de *sites* específicos da *Internet* e de outra informação relevante, veiculada mediante pesquisa realizada por intermédio de vários motores de busca.

No domínio da pesquisa bibliográfica / cibernética, destaque para dois grandes tipos de dados recolhidos:

- Informação sobre o nível de execução e tipologia das ajudas comunitárias, colocadas ao dispor das explorações agrícolas no âmbito do QCA II definido para o Algarve;
- Elementos estatísticos para a Região Algarve, veiculados via Recenseamentos Gerais da Agricultura (RGA), mormente os dois últimos, respeitantes aos anos de 1989 e 1999.

A análise da informação secundária obtida revelou que na grande parte dos trabalhos realizados recorre-se, essencialmente, a técnicas de estudo descritivo, mediante recurso a fontes de informação dos dois tipos (secundárias e primárias), valendo-se para esse efeito das duas técnicas de pesquisa mais usuais:

- estudos documentais (para recolha e análise de dados secundários), apresentando esses trabalhos entre si diferenças quanto aos níveis de desagregação da informação secundária utilizada, e
- complemento dessa informação através do recurso a estudos quantitativos (recolha e análise de dados primários), mais concretamente, a inquéritos por amostragem utilizando questionários estruturados.

Grande parte da informação obtida através das fontes de informação secundária serviu de apoio à concepção da generalidade dos capítulos constantes neste trabalho, com particular relevância no que diz respeito ao Capítulo Segundo “Avaliação do impacte do programa PAMAF na evolução do complexo agro-florestal regional”.

- Estudos piloto -

Em muitas situações, grande parte das experiências e dos conhecimentos adquiridos não estão disponíveis em suporte escrito mas na mente das pessoas que, directa ou indirectamente trabalham com o problema em estudo. Como tal existem técnicas que permitem ouvir as suas opiniões. Tal é o caso do Estudo Piloto.

O estudo piloto visa reunir informação básica acerca do campo de pesquisa em questão antes de utilizar métodos mais precisos e inflexíveis (Moreira, 1993, p.134). Consiste num projecto de pesquisa que envolve uma amostragem, menos rigorosa que noutro tipo de estudos, porque efectuado com um reduzido número de indivíduos.

Estes estudos geram dados primários através de quatro tipos de técnicas: a entrevista de grupo, a entrevista individual, as técnicas projectivas e a pesquisa *on-line (mail e internet)*.

Este tipo de estudos não foi considerado no presente trabalho uma vez que exigem uma selecção cuidadosa dos entrevistados. Devem ser indivíduos com mais experiência, informação e capacidade analítica de comunicar as suas experiências e conhecimentos, situação que se considerou não existir no âmbito do presente trabalho.

- Estudo de casos -

O estudo de casos consiste na investigação intensiva sobre casos idênticos ao problema em questão com o objectivo de obter informação complementar. O método pode envolver o exame de registos existentes, a observação de uma situação ou constatação de um facto, de entrevistas estruturadas ou não, entre outras formas. Também esta técnica de pesquisa exploratória foi considerada não adequada no caso concreto deste estudo, quer porque cada empresa é um caso diferente, quer pela atitude receptiva e

capacidade de integração que o investigador deve reunir nestes casos, quer ainda pelo elevado nível de profundidade com que os dados devem ser obtidos (Churchill, 1996, p. 128).

- Observação informal -

A observação é uma técnica de pesquisa exploratória onde alguns indivíduos, que estão relacionados com o problema em estudo, são observados. Nesta técnica a observação é informal e dirigida, uma vez que se centra unicamente na observação de objectos, comportamentos e factos de interesse para o problema em estudo. Essas informações são obtidas junto de uma amostra casual ou intencional de pessoas com experiência nesse campo. Contudo, estas pesquisas não são conclusivas, não são tomadas como verdades, devendo posteriormente ser investigadas (Churchill, 1996).

2. Definição da informação necessária ao estudo

Na maioria das situações os dados obtidos através da pesquisa exploratória não são suficientes ou não satisfazem as necessidades do investigador, embora sejam fundamentais para identificar melhor o problema a estudar, sugerir outros métodos já testados e aprovados de colheita de dados, identificar variáveis chave, sugerir outro tipo de dados a serem colhidos para obtenção da informação desejada, servir como base comparativa e complementar dos dados primários a serem recolhidos mediante trabalho de campo (Malhotra, 1996, p. 117; Green, 1998, p. 111). Sendo assim, o investigador deve recorrer à obtenção de informação através dos dados primários. No quadro 7 apresentam-se as opções assumidas no âmbito deste trabalho em termos de tipo de informação utilizada e metodologias mais adequadas à sua pesquisa. A fundamentação teórica e as razões subjacentes às diferentes escolhas são apresentadas seguidamente.

Quadro 7- Instrumentos de pesquisa e análise por tipo de informação utilizada

Método de análise	Tipo de estudo	Técnica de pesquisa	Tipo de informação recolhida
-	Descritivo	“Desk research”	Secundária
Quantitativo	Descritivo	Inquérito por questionário	Primária
Qualitativo	Exploratório	Inquérito por entrevista semidirectiva	Primária

Fonte: Elaboração própria.

Nesta fase o investigador tem que definir que tipo de dados primários necessita, ou seja, quais são os dados que, devido à sua especificidade, são colectados propositadamente, mediante trabalho de campo, com o propósito de atender às necessidades específicas do estudo em causa.

Uma operação de criação de dados primários deve ser planeada de forma detalhada e controlada para que os dados obtidos sejam de qualidade elevada e para que as previsões de tempo e de custo sejam cumpridas.

Uma vez que os dados secundários disponíveis eram insuficientes para fornecer a resposta adequada exigível ao estudo em causa, foi decidido proceder à recolha de dados primários, muito embora, atendendo às diferenças apresentadas no quadro 6, os dados primários estejam associados a um maior custo e morosidade. Contudo, as informações de natureza secundária obtidas desempenharam um papel muito importante, quer na selecção dos instrumentos de pesquisa de dados primários utilizados neste trabalho, quer na própria logística associada a essa tarefa.

3. Método de recolha da informação primária

Com esta fase inicia-se a pesquisa conclusiva descritiva, que se caracteriza por possuir objectos bem definidos, procedimentos formais e ser dirigida para a solução de problemas ou avaliações alternativas. Quando o investigador chega a esta etapa deve possuir um conhecimento profundo do problema em estudo e tem de saber exactamente

o que pretende com a pesquisa, ou seja, o que vai medir, quando e onde o fará, como o fará e porque vai fazê-lo (Churchill, 1996, p. 138).

Os já referidos “handicaps” associados à pesquisa de informação dita primária, obrigaram à realização de um levantamento rigoroso das suas efectivas necessidades e a um planeamento pormenorizado da sua concepção e implementação, cujas principais etapas são enunciadas no quadro 8.

Quadro 8- Etapas a considerar numa pesquisa de informação primária

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Compreensão da necessidade de dados primários2. Determinação das necessidades de informação, tendo em conta os objectivos do estudo a efectuar3. Identificação das fontes de informação4. Identificação das capacidades e recursos disponíveis para a sua efectivação5. Escolha da forma mais indicada para conduzir o estudo6. Escolha das técnicas de pesquisa7. Concepção dos instrumentos de pesquisa (v.g. questionário)8. Planeamento da amostra9. Recolha dos dados10. Interpretação e análise dos dados11. Apresentação dos seus resultados |
|--|

Fonte: Viana *et al* (1997).

Todas estas etapas foram utilizadas no âmbito da pesquisa da informação primária utilizada nesta dissertação. Porém, em termos da sua importância relativa há que salientar as fases 1, 2, 6, 7, 8 e 10.

Cabe ao investigador seleccionar o método de recolha dos dados que melhor se aplica ao estudo. Neste domínio pode optar-se pelo método da *observação* ou da *comunicação* (Churchill, 1996, p.268; Zikmund, 1997, p.62; Malhotra, 1996, p.218). Ambos os métodos utilizam grande variedade de técnicas e de formas como se pode observar na figura 4. A decisão de optar por um ou outro método depende entre outros factores da informação necessária, do orçamento (tempo e dinheiro) e das características dos respondentes (Malhotra, 1996, p.212).

O método da observação consiste na recolha do comportamento dos indivíduos em relação a um objecto ou a um evento (Churchill, 1996, p. 268), não existindo qualquer contacto com o indivíduo observado. O método da comunicação, consiste em colocar-se um conjunto de questões a um indivíduo através da administração de um questionário. Ambos os métodos possuem vantagens e desvantagens (quadro 9), cabendo ao investigador seleccionar o método mais adequado ao estudo. Por se considerar mais adequado ao objecto e objectivos do presente estudo, o método da comunicação foi seleccionado. Dentro deste método, a análise pode ser de duas naturezas distintas, quantitativa ou qualitativa (Gofton, 1997).

Quadro 9– Vantagens e desvantagens dos métodos de recolha dos dados primários

	Vantagens	Desvantagens
Comunicação	Mais versátil Mais rápido Menor Custo Pode ser usada para obter a grande maioria dos dados	Depende da boa vontade dos respondentes Depende de o respondente dispor ou lembrar do dado solicitado Depende da sinceridade dos respondentes O instrumento ou a forma de recolha pode influenciar as respostas Menos preciso
Observação	Independente da boa vontade dos respondentes Não há influência do processo nas respostas Certos dados só podem ser obtidos por este método Independente da sinceridade dos respondentes Independente dos respondentes disporem ou lembrarem os dados solicitados Mais preciso	Menos versátil Menos rápido Maior custo Os dados recolhidos são de interpretação mais difícil Não pode ser utilizado para obter dados de situações íntimas Só pode ser usado para obter dados exteriorizados através de comportamentos

Fonte: Churchill, 1996, p. 269-272; Malhotra, 1996, p. 221.

O método quantitativo procura garantir com precisão os resultados finais, sem erros de análise e de interpretação. É o método mais adoptado sempre que se realiza um estudo descritivo, através do qual se tenta obter uma descrição completa e precisa da situação a ser estudada ou aplicada e as suas características em dado momento, relativamente a um caso concreto. Já o método qualitativo é aplicado em estudos explicativos, «em

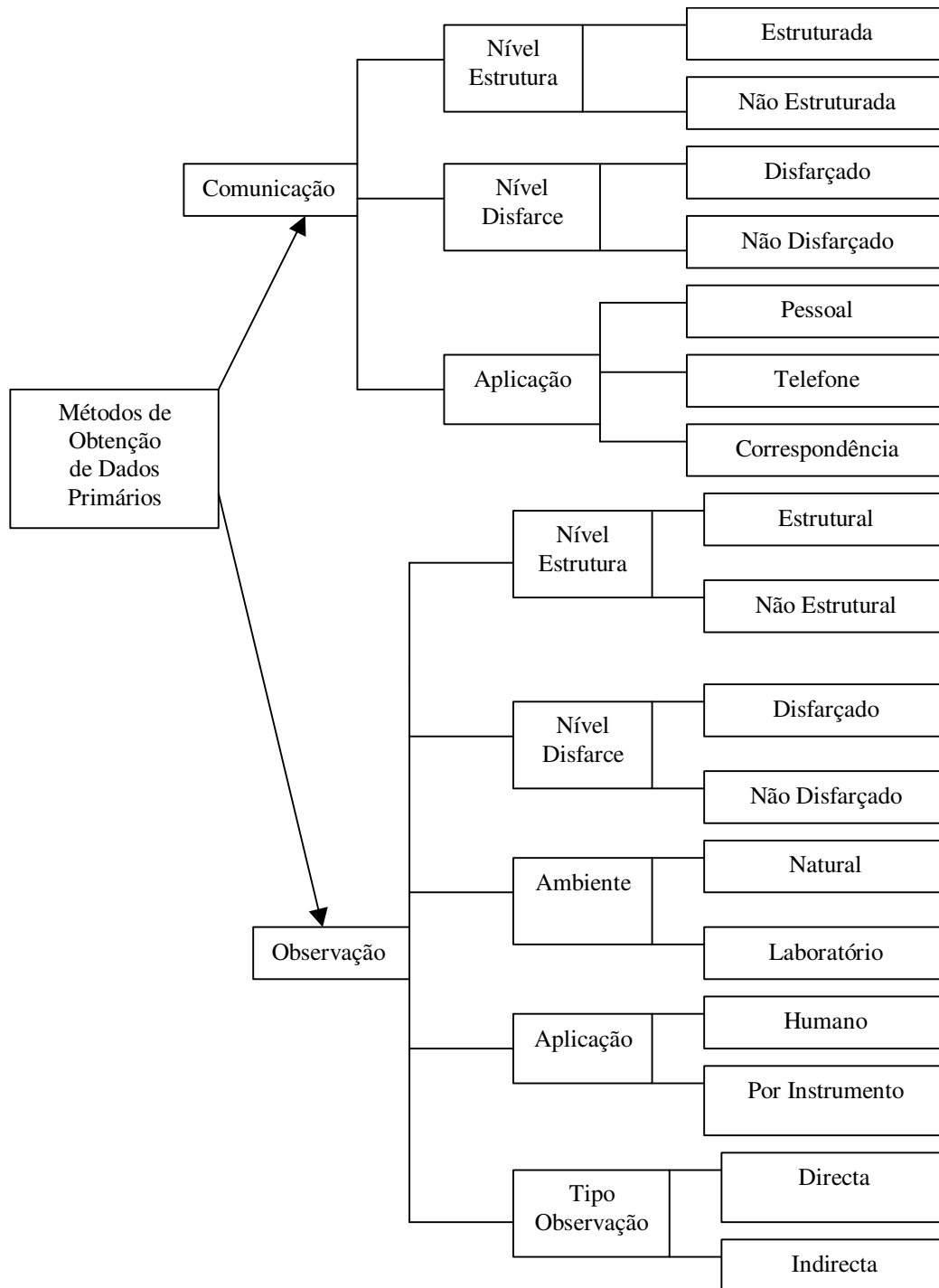
profundidade», onde se procuram “razões” para explicar determinados fenómenos (Martins, 1999).

- Método de comunicação -

O método de comunicação ou entrevista pessoal consiste na aplicação de um questionário estruturado ou não, a uma população sobre a qual se procura obter informação. Este método requer que se entrevistem indivíduos – respondentes – recolhendo-se a informação utilizando questionários escritos ou verbais.

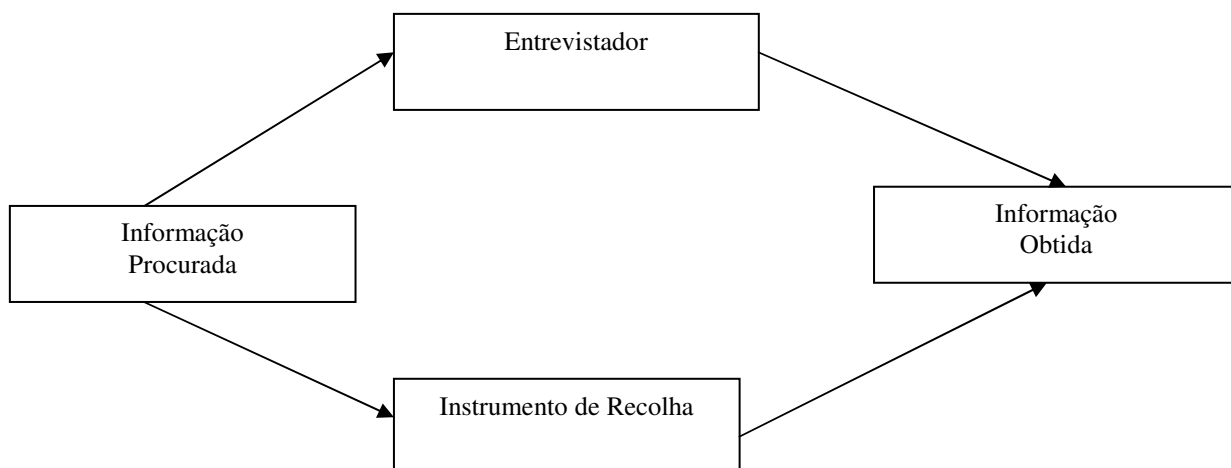
A entrevista é o método mais utilizado e como refere Ann Oakley (Oakley, 1998, p. 231) “*a entrevista é como o casamento; toda a gente sabe o que é, muitos passaram por isso, mas mesmo assim, por detrás de cada porta fechada há sempre um mundo de segredos*”. Trata-se de uma forma de observação indirecta, onde o investigador se dirige ao indivíduo para obter a informação procurada. Quando o entrevistador responde às perguntas intervém na produção de informação. A informação obtida desta forma é menos objectiva do que a obtida através da observação directa, em virtude de não ser recolhida isoladamente. Existem neste processo dois intermediários entre a informação obtida e a procurada, que são o entrevistador e o instrumento de recolha (figura 5).

Figura 4- Métodos de obtenção dos dados primários



Fonte: Churchill, 1996, p. 270; Malhotra, 1996, p. 213.

Figura 5– Intermediários entre a informação procurada e obtida



Fonte: Elaboração própria.

O entrevistador e o instrumento de recolha são dois dos pontos de deformação e de erros que é necessário controlar para que a informação obtida não seja falseada, voluntariamente ou não.

O instrumento de recolha da informação pode ser um questionário ou um guião de entrevista (tópicos a usar numa entrevista não estruturada). Ambos têm como função registar as informações obtidas, muito embora o primeiro exija uma elaboração mais aprofundada (Moreira, 1993, p. 134).

No método de comunicação existem três operações fundamentais. A primeira consiste em **conceber um instrumento de observação**, que seja capaz de obter toda a informação adequada e necessária. O instrumento pode ser um questionário ou um guião de entrevista. A sua elaboração requer um pré-inquérito como complemento de estudo, para que seja capaz de produzir informação adequada e deverá conter perguntas sobre cada um dos aspectos previamente definidos formuladas com a máxima precisão. Esta precisão validada através da segunda operação que consiste em **testar o instrumento de observação**. A exigência de precisão varia consoante se trate de um questionário ou de um guião de entrevista. O guião é o suporte da entrevista, enquanto o questionário se destina a ser respondido pelo entrevistado e pode, inclusivamente, ser por ele preenchido. Assim, as perguntas devem ser claras e precisas, ou seja, formuladas de tal modo que todos os respondentes as interpretem da mesma forma. Além da

exigência de precisão é, ainda, necessário que o entrevistado esteja em condições de dar a resposta, que a conheça e não esteja constrangido ou inclinado a escondê-la. Para que haja segurança de que as perguntas são bem compreendidas e as respostas corresponderão, de facto, às informações procuradas, é fundamental testar as perguntas junto de um pequeno número de pessoas com características idênticas à amostra. Em relação ao guião as exigências são menores. A terceira operação consiste na **recolha dos dados**. Esta fase constitui a obtenção de informação, ou seja, a recolha ou reunião das informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra.

Existem restrições no método de comunicação superiores ao método de observação, uma vez que esta tem que vencer a resistência natural ou a inércia dos indivíduos. À partida os indivíduos não estão dispostos a responder, excepto se virem nisso alguma vantagem ou se verificarem que a sua opinião pode ajudar a avançar as coisas num domínio que considerem importante.

Existe uma grande interdependência entre a observação e a análise dos dados. As perguntas que constituem o instrumento de comunicação determinam o tipo de informação a obter e o uso que dela se pode fazer na análise dos dados. Por outro lado, a informação recolhida dependerá da pergunta que figura no instrumento de observação. Deverá haver antecipação e interrogação para cada resposta prevista: *“Será que a pergunta que coloco vai fornecer a informação e o grau de precisão de que necessito na fase posterior?”* ou *“Para que deve servir esta informação e como vou poder medi-la e relacioná-la com as outras?”* (Quivy, 1992, p. 187).

3.1. Questionário

Por definição, um questionário é um instrumento rigorosamente estandardizado, tanto no texto das questões, como na sua ordem (Ghiglione *et al*, 1997). Segundo o dicionário, por inquérito entende-se uma procura metódica que se baseia, nomeadamente, em questões e testemunhos.

Quando se constrói um questionário deve decidir-se qual o nível de estruturação ou standartização necessário e o nível de disfarce que vai utilizar, ou seja, em que medida o respondente se apercebe dos propósitos da entrevista e dos assuntos sobre os quais está a ser questionado.

Um questionário muito estruturado possui predeterminadas as perguntas e as respostas, enquanto um questionário não estruturado, não limita a resposta do entrevistado nem a pergunta do entrevistador. O nível de estruturação é o meio mais usual de diferenciar entrevistas (Moreira, 1994, p. 133).

Os questionários podem ser classificados pela combinação do nível de estruturação e do nível de disfarce em (Zikmund, 1997, p. 205):

- *Questionário estruturado não disfarçado* – também designado por questionário fechado, são utilizados normalmente em pesquisas conclusivas e as perguntas são apresentadas com as mesmas palavras, ordem e opções de resposta a todos os respondentes. A sua maior vantagem reside na simplicidade de aplicação e na facilidade de codificação, análise e interpretação dos resultados;
- *Questionário não estruturado não disfarçado* – normalmente utilizado em entrevistas individuais e em grupo efectuadas em pesquisa exploratória, caracteriza-se por a forma de resposta ser aberta, ou seja, o entrevistado pode dar qualquer resposta à pergunta efectuada uma vez que não há uma estruturação predefinida das perguntas e das respostas. Designa-se por isso, muito frequentemente, por questionário aberto. Permite uma maior liberdade na resposta mas apresenta como desvantagem a dificuldade de codificação, análise e interpretação da informação obtida;
- *Questionário não estruturado disfarçado ou técnica projectiva* - é pouco utilizado porque a sua aplicação é demorada e a interpretação da informação difícil, exigindo o recurso a especialistas (psicólogos e psicanalistas). Neste questionário cria-se uma situação em que os respondentes são encorajados a exporem livremente as suas opiniões, sentimentos, estrutura de personalidade, comportamentos e necessidades emocionais, entre outros aspectos;

- *Questionário estruturado disfarçado* – sendo de difícil aplicação e interpretação é pouco utilizado. Procura associar a facilidade de aplicação das técnicas estruturadas não disfarçadas com as vantagens das técnicas não estruturadas disfarçadas;
- *Questionário misto* – que combina perguntas e respostas pré-definidas dos questionários estruturados não disfarçados com perguntas de resposta aberta dos questionários não estruturados não disfarçados.

Como se observa na figura 4, os métodos de recolha de dados pela comunicação ou pela observação variam quanto à forma de aplicação. No método de observação recorre-se fundamentalmente ao instrumento e ao factor humano, enquanto o método de comunicação permite a utilização de vários tipos de entrevista, desde a pessoal, em casa ou na rua, à realizada pelo correio, pelo telefone ou em painel. A opção por um ou outro método depende de vários factores, embora o custo e a fiabilidade sejam os mais importantes (Helfer, 1996, p. 74). O quadro 10 apresenta a avaliação comparativa dos diferentes métodos de entrevista em relação às variáveis consideradas mais relevantes (Malhotra, 1996, p. 206).

Quadro 10– Avaliação comparativa dos métodos de entrevista

Variáveis	Método	Telefone	Casa	Rua	Correio	Painel
Flexibilidade na recolha dos dados		Moderada	Alta	Alta	Baixa	Baixa
Diversidade das questões		Baixa	Alta	Alta	Moderada	Moderada
Utilização de auxiliares de resposta		Baixa	Moderado/Alto	Alta	Moderada	Moderada
Controlo da amostra		Moderado/Alto	Potencialmente Alto	Moderado	Baixo	Moderado/Alto
Controlo do ambiente da entrevista		Moderado	Moderado/Alto	Alto	Baixo	Baixo
Controlo do campo de forças		Moderado	Baixo	Moderado	Alto	Alto
Quantidade de dados		Baixa	Alta	Moderada	Moderada	Alta
Grau de resposta		Moderado	Alto	Alto	Baixo	Moderado
Anonimato percebido		Moderado	Baixo	Baixo	Alto	Alto
Carácter social		Moderado	Alto	Alto	Baixo	Baixo
Obtenção de informação sensível		Alta	Baixa	Baixa	Alta	Alta
Nível de entrevistas enviesadas		Moderado	Alto	Alto	Nada	Nada
Rapidez		Alta	Moderada	Moderada	baixa	Baixa/Moderada
Custo		Moderado	Alto	Moderado/Alto	Baixo	Baixo/Moderado

Fonte: Malhotra, 1996, p. 206.

Nesta dissertação, a pesquisa da informação primária foi levada a cabo através da realização de questionários. Os motivos subjacentes a esta opção, prenderam-se fundamentalmente com os seguintes aspectos:

- Necessidade de recolher, tratar e comparar informações de sub-sectores distintos (horticultura, pomar tradicional de sequeiro e citricultura), com especificidades e particularidades muito próprias e diferenciadas;
- A elevada heterogeneidade das explorações agrícolas e das suas organizações associativas, mesmo quando pertencentes ao mesmo sub-sector;

- Necessidade de obter informação sobre uma grande variedade de parâmetros/comportamentos, cuja recolha, mediante outros métodos, mesmo que possível, levaria demasiado tempo;
- Necessidade de obter informação que se reporta ao passado;
- Necessidade de auscultar fenómenos como as opiniões, atitudes, preferências, entre outros, que só são acessíveis de forma prática pela linguagem;
- Menores exigências ao nível do tempo necessário e relativa simplicidade na aplicação desta técnica;
- Possibilidade de aceder a um maior leque de indivíduos, condição indispensável tendo em conta, por exemplo, a grande dimensão do universo de explorações agrícolas em presença.

De entre as várias técnicas que se podem conceber para a realização de um questionário (Ghiglione *et al*, 1997), utilizaram-se, no decorrer desta dissertação, duas delas:

- Entrevistas semidirectivas¹⁰ para auscultação de opiniões emitidas por agentes ligados ao sector agrícola algarvio, tais como, técnicos, empresários agrícolas, dirigentes associativos, docentes universitários, entre outros. Visaram a obtenção de informação essencialmente de natureza qualitativa, extremamente difícil de quantificar e precisar, a qual, neste trabalho, serviu fundamentalmente para preencher lacunas, complementar e validar a informação, veiculada pelas demais técnicas utilizadas (estudos documentais e questionários). Este tipo de inquéritos são uma das técnicas de pesquisa usadas no âmbito dos chamados estudos exploratórios¹¹;

¹⁰ Segundo Ghiglione *et al*, 1997, na entrevista semidirectiva (por vezes chamada clínica ou estruturada) o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá obter são deixadas ao critério deste último, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista.

¹¹ Segundo Churchill, 1996, trata-se de um processo de análise qualitativa através do qual é possível reunir ideias e melhorar o conhecimento acerca de um problema específico. Normalmente para esta pesquisa recorre-se a “focus groups” e/ou entrevistas pessoais a especialistas no sector que está a ser estudado.

- Questionários mistos efectuados de um modo pontual no tempo, através do método da entrevista pessoal, visando a obtenção de informação de natureza quantitativa. Estes instrumentos são catalogados na categoria das técnicas de pesquisa de informação usadas nos chamados estudos descritivos.

3.1.1. Desenho e estrutura dos questionários

Neste ponto englobam-se as fases de definição, forma de resposta, redacção e sequência das questões e ainda a forma e *layout* dos questionários. Foram de dois tipos os questionários elaborados:

- . Inquérito à estrutura das explorações agrícolas
- . Inquéritos às OP do sub-sector hortofrutícola algarvio

No desenho de questionários é fundamental: 1) a especificação da informação a recolher; 2) a determinação do tipo de questionário e método de aplicação; 3) a determinação do conteúdo das questões; 4) a determinação da forma de respostas a cada questão; 5) o fraseado utilizado em cada questão; 6) a determinação da sequência das questões; 7) a escolha das características físicas do inquérito e 8) o teste do questionário (Churchill, 1996).

Especiais cuidados deverão ser tomados com o tipo de perguntas a realizar. Estas não deverão ser tendenciosas, nem devem indicar o sentido das respostas. De facto, a utilização de determinadas palavras ou frases poderão indiciar emotividade e sugerir sentimentos de aprovação ou reprovação em relação ao sentido das respostas (Tull *et al*, 1990).

Aquando da elaboração da matriz do questionário pretendeu-se que este fosse o mais directo possível, por forma a evitar, por um lado, interpretações dúbias / respostas enfiadas, e por outro, ser susceptível de originar respostas longas ou subjectivas, facilitando desse modo o tratamento da informação recolhida

As questões a incluir num inquérito podem ser de quatro tipos fundamentais: 1) Abertas, em que a pessoa interrogada tem toda a liberdade quanto à forma e extensão da resposta; 2) Fechadas, nas quais o inquirido deve escolher entre um número reduzido de respostas possíveis; 3) Preformatadas, em que o inquirido responde a uma pergunta com uma escolha limitada de respostas e ainda tem oportunidade de expressar a sua própria opinião e 4) Escalas de atitudes, onde o inquirido escolhe numa escala o seu grau de acordo/desacordo com uma afirmação (Lendrevie *et al*, 1992).

No caso concreto deste trabalho, o pré-teste realizado condicionou ou influenciou a escolha do tipo de questões utilizadas nos questionários. Foi também importante para a redacção e concepção da estrutura dos questionários a decisão de administrá-los por entrevista pessoal e directa.

Dentro das várias formas de proceder à administração dos questionários, existem conforme anteriormente se apresentou, entre outras, as por correio, telefone ou entrevista pessoal (Churchill, 1996). O tipo de informação a recolher, a estrutura do questionário e até mesmo as características idiossincráticas dos inquiridos são factores importantes a considerar quando se selecciona a melhor forma de administrar o questionário.

A entrevista pessoal e directa permite uma maior rapidez de recolha de dados, possibilita a recolha de maiores volumes de informação, possibilita maiores taxas de sucesso nas respostas às questões colocadas, já que é possível esclarecer eventuais dúvidas ou dificuldades levantadas aos inquiridos aquando do preenchimento dos formulários. Seguidamente apresentam-se, para cada um dos questionários administrados, a respectiva estrutura.

Inquéritos à estrutura das explorações agrícolas

O inquérito foi concebido para ser respondido em cerca de 30 a 40 minutos. A justificação para este longo período de resposta está no grande volume de informação que se pretendia obter e grau de dificuldade das respostas, derivado da necessidade de evocar dados de um passado algo distante (ano de 1993), comparando-os com o passado recente (ano de 2000).

O questionário (cujo modelo é apresentado no Anexo C) iniciava-se com a recolha de informação relativa ao local de residência, sexo, idade e tipo de agricultor em presença, portanto de natureza sócio - demográfica.

Em relação às restantes perguntas e do ponto de vista da sua estrutura, estes questionários foram divididos em três partes distintas, segundo o tipo de informações que se pretendeu colher:

1. Numa primeira parte pretendia-se caracterizar e detectar a evolução sócio – demográfica e económica do produtor agrícola e respectivo agregado familiar.
2. Numa segunda parte a evolução que se pretendia caracterizar reportava-se ao contexto da estrutura das explorações agrícolas em apreço.

Como já mencionado, procurava-se com estas questões avaliar uma dada evolução verificada. Para tal foram escolhidos dois referenciais temporais, o ano de 2000 (embora oficialmente seja já o 1º ano do novo QCA III, optou-se por escolhê-lo em detrimento do ano de término oficial do QCA II, 1999, visto o prazo de execução para a grande maioria dos instrumentos de apoio por este veiculados se ter prolongado ainda por este ano) e o ano de 1993 (ano imediatamente anterior ao início do QCA II).

Na concepção destas duas partes iniciais foi aproveitada alguma da tipologia e estruturação presente no formulário do inquérito do último Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) / 1999, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

3. Uma terceira parte onde se procurava avaliar, por um lado, o tipo de apoios comunitários a que o produtor/empresário se candidatou durante o período em análise, por forma a aferir do seu grau de contribuição para a evolução acima enunciada, e por outro, a existência de eventuais vínculos com outras associações/cooperativas, anteriormente à sua entrada para a OP, por forma a poder comparar as condições de comercialização, facilidade e canais de escoamento das produções, tidas então, com as actuais.

No que concerne aos tipos de questões utilizadas no formulário em apreço, estas podem ser classificadas conforme consta no quadro 11.

Quadro 11- Tipologia das questões utilizadas no inquérito à estrutura das explorações agrícolas

Tipo de questão	Informação recolhida	Localização
Fechadas	Evolução das características sócio-demográficas e económicas dos produtores agrícolas e respectivo agregado familiar	1 a 3.1
Fechadas	Evolução das características estruturais das explorações agrícolas	4 a 9
Fechadas	Apoios comunitários	10, 14, 14.1
Fechadas	Relação com associações do sector	11, 11.2
Preformatadas	Relação com associações do sector	11.1
Escala de atitudes	Relação com associações do sector	12
Fechadas	Comercialização	13

Fonte: Elaboração própria.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

Estes inquéritos foram concebidos para serem respondidos em cerca de 30 a 35 minutos. A justificação para este longo período de resposta está no grande volume de informação que se pretendia obter e necessidade de consulta, na maioria das vezes, de dados em arquivo.

Com estes inquéritos procurava-se analisar, como complemento à informação fornecida pelos anteriores, determinados aspectos cruciais, quer para a viabilidade económica das explorações agrícolas associadas das várias OP, quer para a compreensão do contexto organizacional do sector expedidor hortofrutícola algarvio, tais como:

- Grau de representatividade dessas organizações no cômputo da produção comercializável regional;
- Principais destinos da produção comercializada;

- Quota regional de consumo;
- Importância das indústrias transformadoras regionais e da média/grande distribuição no cômputo da produção comercializada;
- Importância dos métodos de produção agrícola alternativos;
- Tipologia das ajudas comunitárias a que a OP se candidatou;
- Estrutura de custos operacionais, modalidade de formação dos preços de campanha e condições de pagamento aos associados.

O questionário (cujo modelo é apresentado no Anexo C), do ponto de vista da sua estrutura, foi dividido em três partes distintas, segundo o tipo de informações que se pretendeu colher:

1. Numa primeira parte pretendia-se, por uma lado, caracterizar o enquadramento legal de actuação destas organizações no quadro dos regulamentos comunitários em vigor para o sector, e por outro, obter informação relativamente ao tipo de ajudas directas a que estas estruturas se candidataram durante o período de vigência do QCA II;
2. Numa segunda parte pretendia-se dissecar e caracterizar alguns dos aspectos mais importantes do ponto de vista do financiamento e operacionalidade corrente destas estruturas, tais como, a estrutura de custos operacionais existente, a modalidade adoptada para formação dos preços de campanha e as condições de pagamento aos associados;

Estas duas partes iniciais consubstanciavam-se através de formulários comuns para todas as OP em presença.

3. A terceira parte onde se procurava avaliar determinados aspectos relacionados com a comercialização dos produtos hortofrutícolas, tais como, grau de representatividade dessas organizações no cômputo da produção comercializável regional, principais destinos da produção comercializada, quota regional de consumo, importância das indústrias transformadoras regionais e da média/grande distribuição no cômputo da produção comercializada, importância dos métodos de produção agrícola alternativos;

Esta última parte implicou a existência de três questionários distintos, tendo em consideração as especificidades decorrentes dos vários sub-setores em presença: citricultura, horticultura e pomar tradicional de sequeiro.

No que concerne aos tipos de questões utilizadas no formulário em apreço, estas podem ser classificadas conforme se indica no quadro 12.

Quadro 12- Tipologia das questões utilizadas nos inquéritos às OP do sector do sector hortofrutícola algarvio

Tipo de questão	Informação recolhida	Localização
Fechadas	Enquadramento legal e tipologia de ajudas directas	1 a 2.3
Abertas	Características de funcionamento	3, 6
Fechadas	Características de funcionamento	4, 5
Fechadas	Informações sobre comercialização	7 a 17.1, 17.3, 18, 19, 20.1, 20.3, 21, 22, 23.1, 23.2.1, 23.2.2, 23.3, 23.4.1, 23.4.2, 24
Preformatadas	Informações sobre comercialização	17.2, 17.4, 20.2, 20.4, 23.2.3, 23.4.3

Fonte: Elaboração própria.

3.1.2. Pré-teste e revisão dos questionários

Após a construção dos questionários e, antes de dar início à sua aplicação, torna-se necessário testá-los, para posteriormente se fazerem os ajustamentos necessários e apresentar-se a sua redacção final.

Por forma a testar:

- o tipo de frases mais aconselhado (tendo em conta algumas condicionantes importantes, já anteriormente referidas e que se prendiam por exemplo com a necessidade de evocar dados de um passado algo longínquo – ano de 1993 e com

um certo desconhecimento/falta de familiaridade dos entrevistados em relação a certos termos técnicos, por exemplo relativos aos diversos tipos de apoios),

- o melhor sequenciamento das várias questões, e
- possibilitar uma escolha correcta dos vários aspectos em estudo, salvaguardando as especificidades dos vários sub-sectoros em presença, devidamente equilibrados entre os objectivos mínimos que se pretendiam alcançar com estes inquéritos e a necessidade de não se ultrapassar um certo limiar de razoabilidade em termos de dimensão e tempo necessário ao seu preenchimento,

estabeleceram-se como meta do pré-teste:

- No caso dos inquéritos à estrutura das explorações agrícolas, três produtores de cada uma das três OP seleccionadas (produtores que eram, simultaneamente, dirigentes dessas estruturas), com o objectivo principal de verificar a aceitação do questionário, tendo em conta os factores acima mencionados, e que sucintamente se resumem à compreensão, duração e estrutura do questionário elaborado;
- No caso dos inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio, foram previamente inquiridas as três OP seleccionadas para efeitos de realização do inquérito à estrutura das explorações agrícolas, na pessoa dos presidentes das suas direcções ou de elementos pertencentes ao corpo técnico das mesmas.

Na aplicação dos questionários piloto o entrevistador deparou-se com as seguintes dificuldades:

- Necessidade de equilibrar a dimensão/grau de dificuldade de preenchimento do questionário (sua exequibilidade prática), e simultaneamente, garantir que as informações obtidas fossem suficientemente caracterizadoras/representativas das diferentes realidades em presença;
- O cruzamento do condicionalismo acima referido, com:

. a relativa heterogeneidade das explorações agrícolas em presença, motivada pelo facto de pertencerem a três sub-sectoros hortofrutícolas distintos (apresentando naturais discrepâncias, por exemplo, em termos de lógicas de funcionamento, tipos de apoios disponíveis, entre outros),

. o facto da maioria das questões colocadas no questionário serem fechadas (por forma a facilitar a sua resposta),

obrigou a um aturado trabalho para efeitos de selecção do leque de potenciais respostas;

- Necessidade de desenvolver alguns “subterfúgios” para a memória que ajudassem ao respondente a recuar tão atrás no tempo.

Uma vez efectuado o pré-teste, passou-se à fase de análise dos dados de forma a verificar o tipo de alterações que seria necessário fazer nos questionários. As conclusões retiradas foram bastante úteis na medida em que proporcionaram alguns reajustamentos em relação ao modelo original dos questionários. Eliminaram-se algumas questões em virtude de se concluir que não faziam sentido, substituíram-se outras, alterou-se a redacção daquelas que suscitaram dúvidas aos respondentes e transformaram-se algumas questões abertas em fechadas. Após estas alterações, chegou-se à versão final dos questionários que podem ser apreciadas no Anexo C e que constituíram os instrumentos de base para a criação de dados primários.

3.1.3. Plano de amostragem

O plano de amostragem foi elaborado do modo seguinte:

População

Inquérito à estrutura das explorações agrícolas

As populações em causa eram constituídas pelas explorações agrícolas (unidades estatísticas) associadas de três Organizações de Produtores (OP), seleccionadas para o efeito por serem consideradas representativas de outros tantos sub-sectoros nevrálgicos, no contexto do panorama hortofrutícola regional, a saber, citricultura, horticultura e pomar tradicional de sequeiro.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

Trataram-se de inquéritos individuais, realizados ao conjunto (população) das OP algarvias (unidades estatísticas) pertencentes aos três sub-sectoros acima identificados, (pré)reconhecidas (à data de início da campanha de comercialização 1999/2000) no âmbito dos Regulamentos (CEE) N°1035/72, (CE) N°2200/96 ou em fase de transição do primeiro para o segundo desses regulamentos.

Seleção das unidades a inquirir

Inquérito à estrutura das explorações agrícolas

O recurso, no caso concreto deste inquérito, à técnica da amostragem, teve a ver com razões de natureza logística que tornaram impossível, por ser demasiado dispendioso e moroso, entrevistar todos os possíveis inquiridos, atendendo ao universo alargado e geograficamente disperso de indivíduos (produtores agrícolas) em presença. Assim, optou-se por colher essa informação a partir de uma porção dessa população (amostra), com a qual se realizaram inferências sobre o conjunto da população (Gofton, 1997 e Churchill, 1996).

Uma amostra corresponde a um subconjunto da população, através da qual se estabelece ou estima as características da mesma, devendo para tal ser a amostra representativa, por forma a dar uma imagem válida da população (Martins, 1999).

A amostra em causa, era constituída por 24 explorações agrícolas, sendo estratificada por categoria de OP e classe de área.

Aquando da sua construção, optou-se por uma amostragem bietápica. A principal razão por detrás desta escolha, prendeu-se com a necessidade de proceder à selecção sequencial de duas amostras distintas.

Realizou-se uma primeira amostragem para escolha de um dado conjunto de OP, feita a partir do universo das Organizações de Produtores algarvias (unidades estatísticas), (pré)reconhecidas no âmbito dos Regulamentos (CEE) N°1035/72, (CE) N°2200/96 ou em fase de transição do Regulamento (CEE) N°1035/72 para o Regulamento (CE) N°2200/96. As populações de explorações agrícolas associadas dessas OP amostradas, constituíram então o universo, a partir do qual se procedeu à segunda amostragem, para selecção das explorações/produtores agrícolas a inquirir.

Este processo apresentava importantes vantagens, tendo em conta os condicionalismos de ordem logística e os propósitos que se visavam:

- Permite obter amostras suficientemente representativas, possibilitando assim a realização de análises aprofundadas;
- Maior facilidade de administração;
- As amostras, assim seleccionadas, exigem menos elementos que as provenientes da utilização de uma amostragem única.

Existem dois tipos principais de amostras: as probabilísticas, mais objectivas, e as não probabilísticas, mais subjectivas. No primeiro tipo a selecção de cada unidade a incluir na amostra é realizada aleatoriamente. No segundo tipo é realizada de acordo com o juízo do investigador e portanto é um critério mais tendencioso (Gofton, 1997).

Para efeitos de realização do inquérito à estrutura das explorações agrícolas, optou-se pela utilização do método não probalístico, tendo-se assim abdicado da possibilidade de calcular a margem de erro dos dados recolhidos. As razões subjacentes a esta decisão,

prenderam-se com quatro factores de natureza operacional, relativos, respectivamente, à concepção do questionário utilizado, características dos inquiridos, disponibilidade de informação qualitativa sobre os potenciais entrevistados e determinados condicionalismos logísticos que afectaram o entrevistador, a saber:

- Este inquérito destinava-se a caracterizar a evolução temporal da exploração agrícola, tomando como referência o ano de 2000 (pós – QCA II) e comparando-o com o ano de 1993 (pré – QCA II). A necessidade de se proceder à evocação de factos de um passado já relativamente distante, poderia (como veio efectivamente a acontecer) levantar sérias dificuldades de resposta, se não se tomassem certos cuidados, aquando da selecção dos potenciais entrevistados;
- Por norma, a resposta a questionários que envolvam determinado tipo de perguntas relacionadas com o tipo e quantidade de certas posses materiais, neste caso concreto, dimensão da propriedade, tipo de equipamentos, atribuição de subsídios, entre outros, poderia levantar algumas reservas aquando da resposta, como por exemplo recusa, omissão ou deturpação propositada de dados;
- Os condicionalismos apontados nos dois pontos anteriores, obrigaram à obtenção de informação privilegiada sobre determinadas características psicológicas dos potenciais entrevistados, tais como, capacidade de memória, acessibilidade/receptividade, sinceridade, entre outras;
- Grande dimensão da população em presença, elevada distância geográfica que normalmente separava o inquiridor do inquirido, dificuldade de conciliar “timings” oportunos para ambas as partes, duração temporal relativamente elevada necessária para o preenchimento do formulário.

Dentro dos métodos de amostragem não probabilísticos estão as amostras por conveniência, por juízo de valor e por quotas. No primeiro caso, os indivíduos são seleccionados segundo a conveniência do entrevistador ou acessibilidade. No segundo, a escolha da amostra realiza-se de acordo com a ideia de um especialista ou conhecedor da população em estudo, que escolhe arbitrariamente os elementos da amostra de acordo com esse conhecimento. Finalmente, na mais vulgarmente utilizada amostra por quotas,

o investigador procura assegurar uma certa representatividade da população seleccionando os elementos da amostra baseado em determinados parâmetros (Luck *et al*, 1987).

Na primeira amostragem foram seleccionadas, por conveniência, três OP, cada uma delas pertencente a um dos três sub-setores da hortofruticultura algarvia acima identificados. Os critérios de amostragem usados foram os seguintes:

- Essas organizações pertencerem a três sub-setores distintos da hortofruticultura algarvia: horticultura, citricultura e pomar tradicional de sequeiro;
- Representatividade dessas estruturas no contexto organizacional agrícola algarvio (conforme quadro 13);

Quadro 13- Representatividade das 3 OP seleccionadas

Nº total de associados activos das OP sediadas no Algarve	Nº total de associados activos das 3 OP seleccionadas	Peso (%)
822	143	17,4

Fonte: Inquéritos às OP.

- Devido à importância crescente e interesse estratégico dos chamados métodos de produção alternativos, principalmente ao nível da citricultura, privilegiar uma OP da categoria de citrinos que estivesse simultaneamente reconhecida como associação de protecção integrada;
- No campo do pomar tradicional de sequeiro, privilegiar a selecção de uma OP que fosse o mais representativa possível deste tipo de produtos. Assim, convém salientar que a OP seleccionada para representar neste trabalho as produções do pomar tradicional de sequeiro, lida, por via de dois tipos de reconhecimento distintos, ao abrigo dos Regulamentos Comunitários específicos, a saber, categoria de Frutas e categoria de Frutos de Casca Rija e Alfarroba¹², com a totalidade do conjunto dos frutos secos – amêndoa, alfarroba e figo;

¹² Apesar desses 2 tipos distintos de reconhecimentos, para efeitos de simplificação da sua notação, optou-se neste trabalho por referenciar esta OP unicamente pela designação correspondente à categoria de Frutos de Casca Rija e Alfarroba.

- Existência de uma relação privilegiada do autor com o(s) dirigente(s) da organização. A utilização do critério familiaridade prendeu-se, única e exclusivamente, com os já identificadas condicionalismos de natureza logística. Atendendo ao grande número de possíveis inquiridos, distância geográfica entre eles e o inquiridor, dificuldade de conciliar “timings” oportunos para ambas as partes, necessidade de uma sensibilização prévia sobre a natureza do inquérito (por forma a garantir maior aderência ao mesmo da parte dos inquiridos seleccionados), entre outros motivos, a existência dessa empatia favorece bastante a tarefa de recolha e a qualidade dos dados obtidos.

Relativamente à segunda amostragem, partindo das explorações agrícolas associadas de cada uma dessas três OP, foram seleccionadas, por juízo de valor e quotas (neste caso o parâmetro utilizado foi o do número de explorações agrícolas por classe de área), sete explorações agrícolas pertencentes à OP- Citrinos, sete da OP- Hortícolas e treze da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba. Os critérios de amostragem por juízo de valor utilizados são os que abaixo se reproduzem, tendo resultado de informações de natureza qualitativa fornecidas sobre os potenciais inquiridos:

- . Capacidade de resposta ao questionário;
- . Receptividade ao questionário (houve ainda um reforço do critério receptividade através da realização duma segunda triagem via contacto telefónico).

A representatividade das três amostras assim seleccionadas foi a que se indica nos quadros 14, 15 e 16.

Quadro 14- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP- Citrinos

Classe de área (ha)	Nº de explorações total	Peso (%)	Amostra	Peso (%)
0-2 (exclusivé)	0	0	0	0,0
2-5 (exclusivé)	5	20,8	1	14,3
5-10 (exclusivé)	8	33,3	2	28,6
>=10	11	45,8	4	57,1
Total:	24	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito à OP- Citrinos seleccionada.

Quadro 15- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba

Classe de área (ha)	Nº de explorações total	Peso (%)	Amostra	Peso (%)
0-2 (exclusivé)	14	12,5	2	15,4
2-5 (exclusivé)	37	33,0	4	30,8
5-10 (exclusivé)	32	28,6	4	30,8
>=10	29	25,9	3	23,1
Total:	112	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito à OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba seleccionada.

Quadro 16- Representatividade da amostra de explorações agrícolas da OP – Hortícolas

Classe de área (ha)	Nº de explorações total	Peso (%)	Amostra	Peso (%)
0-2 (exclusivé)	0	0,0	0	0,0
2-5 (exclusivé)	4	57,1	4	57,1
5-10 (exclusivé)	3	42,9	3	42,9
>=10	0	0,0	0	0,0
Total:	7	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito à OP- Hortícolas seleccionada.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

Por força dos condicionalismos impostos, aquando da sua identificação, a população em apreço era constituída por 11 OP que operavam com os seguintes produtos:

- Citrinos
- Hortícolas
- Frutos secos: amêndoa, alfarroba e figo

A população de OP inquiridas tinha a representatividade, face ao número total de OP sediadas no Algarve, que se aponta no quadro 17.

Quadro 17- Representatividade da população inquirida

Nº total de OP sediadas no Algarve	População	Representatividade da população (%)
12	11	91,7

Fonte: Elaboração própria; DRAALG,1999; GPPAA, 1999-2001.

Para efeitos de determinação das unidades estatísticas a inquirir, optou-se por proceder à selecção da totalidade dessas estruturas. Os motivos subjacentes a essa tomada de decisão foram os seguintes:

- Necessidade de proceder a uma quantificação rigorosa de determinados parâmetros;
- Elevada heterogeneidade das OP, mesmo quando pertencentes ao mesmo sub-sector, o que levantaria desde logo problemas em efectuar extrapolações válidas, dada a especificidade e finalidade da informação a recolher, no caso de se ter optado por uma amostragem;
- Reduzida dimensão da população em presença.

Para esta tese de dissertação, as fontes de informação utilizadas para identificação das populações em apreço foram as seguintes:

Inquéritos à estrutura das explorações agrícolas

- Levantamento das OP -

- Listagem das OP regionais e dados sobre estas, presentes no manual “Os Actores do Mundo Rural Algarvio e as Ajudas susceptíveis de serem potenciadas através das suas Associações” (DRAALG,1999);
- Listagem das OP regionais e dados sobre estas presentes no “Anuário Hortofrutícola 2000/01” (GPPAA, 1999-2001).

- Levantamento das explorações agrícolas -

Conjunto de informações fornecido pelas respectivas direcções das várias OP em causa, e que respeitavam a:

- Listagem de todas as explorações agrícolas associadas de cada uma das OP escolhidas, inventariadas por classes de área. Neste trabalho as classes de área utilizadas foram as que se indicam no quadro 18.

Quadro 18- Identificação das classes de área utilizadas

Classes de área (ha)
0-2 (exclusivé)
2-5 (exclusivé)
5-10 (exclusivé)
≥ 10

Fonte: Elaboração própria.

- Listagem de contactos telefónicos dos produtores agrícolas.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

- Listagem das OP regionais e dados sobre estas, presentes no manual “Os Actores do Mundo Rural Algarvio e as Ajudas susceptíveis se serem potenciadas através das suas Associações” (DRAALG, 1999);
- Listagem das OP regionais e dados sobre estas presentes no “Anuário Hortofrutícola 2000/01” (GPPAA, 1999-2001).

Fundamental é ainda a definição rigorosa da área geográfica e do período de tempo em estudo (Churchill, 1996). No caso concreto dos inquéritos levados a cabo neste trabalho, a delimitação espaço - temporal foi a que a seguir se indica.

Inquéritos à estrutura das explorações agrícolas

Este inquérito destinava-se a caracterizar a evolução temporal da exploração agrícola, tomando como referência o ano de 2000 (pós – QCA II) e comparando-o com o ano de 1993 (pré – QCA II).

No que respeita à sua incidência geográfica, o facto das três OP que constituíram a base de selecção do universo de amostragem, terem o seu campo de influência circunscrito aos concelhos de Faro/Olhão (OP do sub-sector da horticultura), Loulé/Albufeira (OP do sub-sector dos frutos de casca rija e alfarroba) e Silves (OP do sub-sector da citricultura), condicionou, maioritariamente, as explorações alvo de inquérito a essas mesmas localizações geográficas.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

- Período de referência: Período 1994/99 (Ajudas Comunitárias); Campanha 1999/2000 (Produção Comercializável);

- Incidência geográfica: Regional.

3.1.3.1. Distribuição das entrevistas previstas

Inquéritos à estrutura das explorações agrícolas

A distribuição das entrevistas pelas classes de área consideradas teve por base uma matriz cuja proporcionalidade é a constante no quadro 19.

Quadro 19- Distribuição das entrevistas realizadas por classes de área das explorações agrícolas

Classe de área (ha)	Peso (%)	Amostra
0-2 (exclusivé)	7,4	2
2-5 (exclusivé)	33,3	9
5-10 (exclusivé)	33,3	9
>=10	25,9	7
Total:	100,0	27

Fonte: Elaboração própria.

Inquéritos às OP do sector hortofrutícola algarvio

Foram realizadas 11 entrevistas à totalidade das OP reconhecidas e a operar no Algarve nas categorias de produtos pertencentes aos seguintes sub-sectores hortofrutícolas: citricultura, horticultura e pomar tradicional de sequeiro.

3.1.4. Trabalho de campo

Os trabalhos de campo decorreram de Junho a Outubro de 2001.

Participou na recolha dos dados um só entrevistador.

Para a selecção dos potenciais inquiridos, o entrevistador começou por proceder a uma auscultação prévia, por via telefónica, relativamente à disponibilidade e aceitação por dos possíveis entrevistados, tendo desde logo procedido na maioria dos casos, em caso afirmativo, ao agendamento das entrevistas.

Estas entrevistas decorreram normalmente nas sedes das organizações de produtores em causa, na residência dos inquiridos ou em locais públicos (v.g. cafés). Antes de começar a administração do questionário, o entrevistador esclarecia o inquirido quanto aos objectivos do inquérito em causa, o âmbito do mesmo, garantindo-lhe que as respostas dadas seriam confidenciais.

Para além do preenchimento dos formulários dos inquéritos, elaborado pelos inquiridos na presença do inquiridor, por forma a possibilitar o esclarecimento de dúvidas, eventualmente surgidas, aquando da resposta às questões formuladas, aproveitou-se igualmente para abordar, em formato entrevista semidirectiva, outro tipo de assuntos, para os quais o formato tipo questionário não seria o mais indicado, por ser:

- demasiado limitativo em virtude de se ter de obedecer a um esquema rígido, com imposição de questões,
- demasiado formal, levantando alguns constrangimentos face a questões de natureza mais sensível.

Nessa modalidade de entrevista, o entrevistador adoptou uma atitude activa, colocando as questões consideradas pertinentes, e não versadas no inquérito ao entrevistado.

Esta relação de presença física estabelecida com o inquirido (empresário agrícola /dirigente associativo) aquando da realização do inquérito/entrevista foi o único método,

salvo melhor opinião, encontrado, para recolher as informações julgadas pertinentes para a caracterização pretendida. Não só devido às possíveis interpretações dúbias suscitadas pelas questões, mas, também, porque ao apelar-se nos inquéritos, a estádios temporais passados, tal circunstância poderia levantar, dificuldades óbvias, a algumas das pessoas envolvidas.

Assim, pela sua natureza os dados do inquérito/entrevista são apenas aproximados, passíveis de erro decorrentes das características pessoais do inquirido, havendo a salientar-se, em particular, as imprecisões de memória e as incorrecções de cálculo, para já não falar da subjectividade normalmente presente neste tipo de operações.

3.1.5. Preparação dos dados recolhidos

Terminadas as entrevistas, procedeu-se de seguida à validação e correcção dos questionários. Nesse processo efectuaram-se os seguintes passos:

- controlaram-se todos os questionários de forma a verificar se estavam completos;
- foram rejeitados três¹³ questionários;
- controlou-se a legibilidade e compreensibilidade dos questionários;

Terminado o trabalho de validação e correcção dos questionários, procedeu-se à codificação dos questionários, transferiram-se as respostas codificadas, por tipo de informação, para um ficheiro em *Excel* e procedeu-se no final à limpeza dos dados e à identificação de erros de introdução. Com esta tarefa terminada estavam reunidas as condições de iniciar o tratamento dos dados.

4. Técnicas de análise da informação primária

Para além da decisão sobre o instrumento de análise, da correcção e codificação dos questionários, introdução dos dados e limpeza da base de dados, o ajustamento

¹³ Três dos inquéritos realizados à estrutura das explorações agrícolas associadas da OP- Frutos de casca rija e alfarroba, tiveram de ser eliminados por preenchimento incorrecto.

estatístico e a selecção do método de análise dos dados são dois processos muito importantes em qualquer estudo conforme referem Malhotra (1996, p. 472), Churchill (1996, p. 628) e Reis (1993, p. 104).

O ajustamento estatístico consiste nos pesos ou ponderações dos dados devido ao processo de amostragem, às escalas utilizadas ou à reespecificação das variáveis com a introdução, por exemplo, de variáveis *dummy*¹⁴ e embora aumentem a qualidade da análise, podem não ser necessários (Malhotra, 1996, p. 482).

No que respeita à selecção do método de análise dos dados, o grande desafio que se coloca é o de escolher correctamente as técnicas de análise entre as inúmeras possíveis. A escolha não deve ser feita ao acaso, uma vez que uma análise imprópria pode ser uma fonte de erro e conduzir a conclusões enviesadas (Reis, 1993, p. 165). Deste modo, o investigador deve começar por identificar quantas variáveis pretende analisar em simultâneo, em que escala de medida foram definidas essas variáveis e, se a análise que pretende fazer consiste numa mera descrição dos dados recolhidos ou o objectivo do trabalho é mais vasto, pretendendo generalizar a toda a população os resultados obtidos através da amostra.

As técnicas estatísticas podem, segundo Malhotra (1996, p. 489), ser classificadas em:

- *univariadas e bivariadas* – apropriadas para analisar dados quando a análise consiste na medição simples de cada variável ou cruzamento de duas variáveis;
- *multivariadas* – quando analisam em simultâneo todas as variáveis, reduzindo assim a quantidade de resultados. São também usadas para verificar a relação entre três ou mais variáveis, recorrendo-se nestes casos à análise factorial das correspondências e à classificação hierárquica para reduzir o conjunto dos indivíduos, segundo o conjunto de respostas, em classes mais ou menos homogéneas (Helfer, 1996, p. 80).

¹⁴ Variáveis dicotómicas, binárias, instrumentais ou qualitativas que podem assumir valores de 0 ou 1 (Malhotra, 1996, p. 484).

Atendendo à natureza da informação primária recolhida por questionário (apresentada no Anexo D para o caso dos Inquéritos às Explorações Agrícolas e Anexo E – Inquéritos às OP) utilizaram-se:

- 1) O método descritivo clássico, tendo-se para esse fim procedido à introdução dos dados em folhas de cálculo do *Excel* especificamente concebidas.

A análise dos dados foi realizada da seguinte forma:

- Codificação das respostas por tipo de informação;
- Tabulação das respostas;
- Agrupamento das informações, segundo dois tipos de critérios:
 - . Categoria de OP (utilizada nos dois tipos de inquéritos realizados e para todas as questões);
 - . Classe de área total ou classe de SAU (só utilizada nos inquéritos à estrutura das explorações agrícolas, e apenas para aquelas questões em que esta triagem foi considerada relevante);
- Realização de contagens;
- Cálculo de médias e frequências.

A forma de análise dos dados foi univariada, ou seja, cada variável foi tratada independentemente das demais.

- 2) O método explicativo para efeitos de tratamento da informação qualitativa recolhida na 2ª parte (características de funcionamento) dos inquéritos administrados às OP, na medida em que havia necessidade de explicar as razões subjacentes à adoção de determinados comportamentos.

A informação primária em causa, desempenhou um papel muito importante na concepção deste trabalho de dissertação, com particular incidência no que concerne à

elaboração dos Capítulos Terceiro (Objectivos, Estratégia, Programação e Avaliação de Resultados: O sub-sector hortofrutícola algarvio no contexto do 2º QCA) e Quarto (Diagnóstico e linhas de orientação possíveis para as fileiras hortofrutícolas no horizonte do 3º QCA), nomeadamente ao nível da análise SWOT e delineamento do conjunto de possíveis linhas de orientação.

CAPÍTULO SEGUNDO: AVALIAÇÃO GLOBAL DO IMPACTE DO PROGRAMA PAMAF NA EVOLUÇÃO DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL¹⁵ REGIONAL

Introdução

Neste capítulo, procedeu-se a uma avaliação sumária, no âmbito da Região Algarve, do principal instrumento operacional do Subprograma 1- Agricultura do QCA II, o Programa de Modernização e Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), com base em informação secundária, recolhida mediante “desk research”, complementada por informação primária de natureza qualitativa, colectada mediante entrevistas em formato semidirectivo feitas a alguns especialistas do sector agrícola regional.

Pretendeu-se, de uma forma sucinta e objectiva, aferir da eficiência de aplicação das principais medidas operacionais, definidas no quadro deste Programa, ao nível dos seguintes aspectos:

- Confrontação dos indicadores de realização física e financeira, planeados, com os dados de execução disponíveis;
- Realização de análises pontuais a determinados parâmetros, sempre que possível orientadas para a especificidade das várias medidas operacionais em presença;
- Avaliação de determinados aspectos conceptuais e de natureza funcional para cada uma das medidas em apreço;

¹⁵ **COMPLEXO AGRO-FLORESTAL (CAF)**, segundo GPPAA, 2000, inclui a Agricultura e Silvicultura e as indústrias de primeira transformação dos produtos primários. Consideram-se os seguintes ramos das Contas Nacionais (INE):
 Agricultura: Ramo 1 (Agricultura e Caça);
 Indústria Agro-Alimentar (IAA): Ramos 17 (Abate e Conservas de Carne), 18 (Lacticínios), 20 (Óleos e Gorduras Alimentares), 21 (Produtos dos Cereais e Leguminosas), 22 (Outros Produtos Alimentares), 23 (Bebidas), 24 (Tabaco);
 Silvicultura: Ramo 2 (Silvicultura e Explorações Florestais);
 Indústrias Florestais (IF): Ramos 27 (Madeira e Cortiça) e 28 (Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações).
Em 2000 este sector representou 11 % do PNB e 18 % do emprego nacional, só sendo ultrapassado pelo sector têxtil.

Nota: O agregado IAA não inclui as indústrias de conserva de peixe; no ramo 28 só as indústrias do papel são de primeira transformação, gerando cerca de um terço do produto do ramo (CESE, o Sector Florestal Português).

Paralelamente procedeu-se também a uma avaliação global do PAMAF em termos de:

- Execução financeira e sua confrontação com o programa predecessor PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa), vigente durante o período de 1986-1993¹⁶;
- Impacte ao nível de determinados indicadores económicos da Agricultura algarvia;
- Dicotomia «Apoios ao desenvolvimento vs Apoios ao investimento».

A avaliação realizada, foi enquadrada:

- no contexto da Reforma da PAC de 1992, e
- da evolução sócio – económica e estrutural ocorrida na última década ao nível do tecido empresarial agrícola e respectivas unidades produtivas.

Como já oportunamente referido, deparou-se, aquando da elaboração deste trabalho, com uma particularidade decorrente da elevada longevidade dos ciclos de mudança estrutural na agricultura (particularmente os resultantes duma transição entre políticas), o que proporciona uma “décalage” acentuada entre períodos oficiais de vigência e períodos efectivos de execução.

Com o intuito de melhor proceder à caracterização dos reais efeitos resultantes da aplicação das linhas de financiamento concedidas ao abrigo do QCA II, no quadro das explorações agrícolas algarvias, houve necessidade de proceder a um alargamento do horizonte temporal em análise. Assim, e por forma a possibilitar uma efectiva avaliação do impacto das políticas de apoio, em análise no período de 1994/1999, foi necessário penetrar nos seus antecedentes – período 1984/1993, o que conduziu a uma sobreposição temporal, de 1986 a 1988, com a vigência do Anterior Regulamento e, de

¹⁶ O PEDAP iniciou-se logo em 1986 (Anterior Regulamento), tendo continuado ao longo do QCA I.

1989 a 1993, com o QCA I. Tentou-se proceder a uma caracterização sumária da agricultura algarvia de então, ponto de partida indispensável para melhor se compreender a evolução do sector em períodos mais recentes.

1. A tendência longa (1984-93): breve caracterização da agricultura algarvia

No período em análise, existiram duas fases distintas que convém destringir, uma vez que se caracterizaram, no que respeita ao sector agrícola nacional, e no caso concreto deste trabalho, algarvio, por apresentarem conjunturas e enquadramentos político-institucionais claramente diferenciados.

- Período de 1984 a 1985 (Período de pré - adesão) -

Apesar dos efeitos da eminente adesão do nosso País à então designada Comunidade Económica Europeia (CEE), já se faziam sentir neste período – não do ponto de vista das novas regras de funcionamento dos mercados, já que estas só começariam a entrar em vigor a partir da data de adesão oficial, mas por via dos acordos de pré-adesão, e das linhas de apoio entretanto disponibilizadas para preparar os diferentes sectores da vida económica nacional para a nova conjuntura que se avizinhava - Portugal, e em particular o Algarve, continuaram na prática a caracterizar-se por, grosso modo, apresentarem um sector agrícola na linha do que se vinha acentuando de há vários anos para então: relativamente antiquado, com problemas de desarticulação estrutural e padecendo, na maioria dos seus sub-sectores, de uma acentuada debilidade do ponto de vista competitivo.

O sector produtivo continuava a deter uma elevada importância no quadro económico e social, em termos de peso na riqueza gerada e emprego que absorvia, mas a tendência para o envelhecimento e degradação das infraestruturas produtivas, e respectivo tecido empresarial, tinha já entrado numa espiral descendente. Apesar disso, o elevado proteccionismo, particularmente como resultado da manutenção das políticas reguladoras de abastecimento do mercado interno, e um certo isolacionismo ainda persistente, iam permitindo disfarçar, se bem que grosseiramente, esta situação.

A **horticultura** algarvia atravessava um período de elevado fulgor, na continuidade do ocorrido a partir do início da década de 70, com o despoletar do “boom” da horticultura protegida e da cultura dos primores, ombreando, par a par, com a fruticultura (MADREFRUTA, 1997).

A **citricultura** apresentava já nessa altura, um forte dinamismo, traduzido por uma elevada expansão, a qual teve a sua origem nas décadas de 50 e 60, em que a cultura teve um incremento espectacular, durante o qual quadruplicou a sua área, devido essencialmente à entrada em funcionamento do perímetro de rega de Silves, Lagoa e Portimão (DRAALG, 1998) e às melhores condições de acesso aos mercados fora da Região. Esse crescimento, com maior ou menor intensidade, manteve-se até aos dias de hoje (a ponto de já ser apelidada de monocultura do Algarve).

Segundo Freitas *et al*, 2000, o **pomar tradicional de sequeiro** tinha já então entrado numa fase de declínio (iniciado logo a partir dos anos sessenta), motivado pelos problemas de escassez de mão-de-obra resultantes dos surtos de emigração, e agudizados, já em finais da década de 70, pelo aumento da competição por esse mesmo recurso promovida pelo turismo e actividades afins.

Ao nível do **associativismo**, a crise estava, também já por esta altura, instalada, num fenómeno de regressão que se iniciara logo a partir da década de 70.

Até aos anos setenta, as cooperativas forneciam um serviço fundamental aos seus associados no domínio do aconselhamento técnico, aprovisionamento e divulgação dos factores de produção, garantindo ainda a estabilidade dos seus preços. Tratavam-se de cooperativas de porta aberta, com uma lógica social dominante (DRAALG, 2000). Procuravam, por isso, alargar o âmbito da sua intervenção ao conjunto de actividades desenvolvidas nas áreas onde se inseriam. Possuíam, normalmente, um património vasto e valioso, e eram essencialmente prestadores de serviços aos cooperantes (v.g. moagem de cereais, lagar de azeite, transformação de frutos secos, etc). Durante este período, ocorre uma grande adesão a esse modelo por parte dos agricultores.

A Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo é paradigmática deste tipo de estrutura no Algarve, ultrapassando no seu apogeu os 5.000 associados, o que fazia dela uma das maiores cooperativas agrícolas do sul do país (DRAALG, 2000).

A crise iniciada com abandono das áreas cerealíferas no Algarve, arrasta estas cooperativas para situações economicamente difíceis, já que as secções de compra e venda de factores de produção e de mecanização dependiam, fundamentalmente, desta actividade. A manutenção das instalações subaproveitadas passa a ter um peso incomportável na estrutura de custos. Com o passar dos anos, o sector cooperativo tradicional perde importância devido à sua incapacidade de adaptação estratégica e de modernização das estruturas produtivas.

Foi neste cenário de perda de importância, falta de capacidade interventora e relativo abandono do sistema cooperativista que se chegou ao ano de 1986.

- Período de 1986 a 1993 -

A 1 de Janeiro de 1986 dá-se a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

O ano de 1986 marca uma mudança profunda que o sector agrícola, nacional e algarvio, foi “obrigado” a enfrentar. É a partir desta data que se começam a fazer sentir os reais impactos decorrentes da entrada efectiva do nosso país na CEE. Forçado a abolir grande parte das medidas proteccionistas que defendiam a nossa economia estruturalmente desequilibrada, os diferentes sectores da vida económica portuguesa, e mais acentuadamente o sector agrícola, foram apanhados de surpresa aquando do choque brusco decorrente da eliminação de parte dessas barreiras.

A agricultura algarvia, duma maneira geral, não estava preparada para os novos cenários de comercialização. Com uma estrutura produtiva e comercial algo antiquada, debatendo-se com problemas de falta de competitividade e infraestruturas relativamente envelhecidas, a maioria das explorações agrícolas regionais ressentiram-se com alguma brusquidão,

quando de um momento para o outro foram obrigadas a concorrer com produções oriundas de determinados mercados modernos e competitivos.

Os apoios comunitários, disponíveis durante este período, quer no âmbito do Anterior Regulamento (1986/88), quer durante o QCA I (1989/93), não foram suficientes, na maioria dos sub-sectores da agricultura algarvia, para contrabalançar os importantes estrangulamentos acima mencionados e induzir um efeito de contraciclo, já que para além dos atrasos na sua efectiva implementação, foram, de um modo geral, desenquadrados de um plano estratégico global para o sector, que tomasse em linha de conta as especificidades da agricultura regional, nomeadamente a sua vulnerabilidade geográfica face por exemplo à proximidade do forte mercado espanhol, o atraso estrutural e tecnológico, a falta de dimensão crítica e a descapitalização acentuada de muitos dos seus empresários.

2. As alterações de política introduzidas pela reforma de 1992

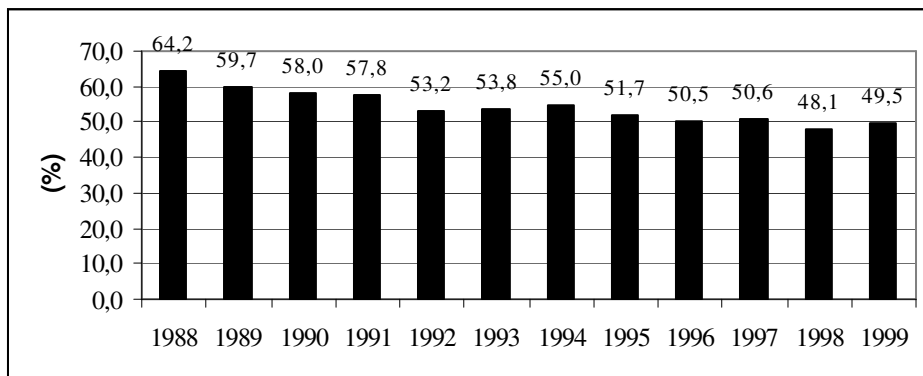
A reforma da PAC, ocorrida em 1992, que visou acima de tudo promover uma reorientação das despesas, teve por objectivo uma melhor harmonização da oferta e da procura, através nomeadamente da redução da produção (retirada de terras da produção, manutenção das quotas leiteiras, controlo da produção de carne de bovino), da promoção de um maior respeito pelo ambiente, de uma utilização mais racional dos solos e da baixa dos preços. Esta baixa foi compensada por ajudas directas aos agricultores, mormente à produção, por incentivos à racionalização dos custos de produção e à melhoria da qualidade dos produtos, pela reconquista do mercado interno e pela orientação para novas utilizações industriais ou energéticas (biocombustíveis). Paralelamente, a União Europeia incentivou a silvicultura e o desenvolvimento da pluriactividade, associando nomeadamente a agricultura e o "turismo verde".

É um facto que, no decurso dos anos, as despesas da secção Garantia do FEOGA¹⁷ não diminuíram em valor real, mas diminuiu a parte que lhes cabe no orçamento europeu, a

¹⁷ O objectivo do FEOGA consiste em apoiar os mercados e em promover ajustamentos estruturais na agricultura. O FEOGA está dividido em duas secções:

qual passou de 64,2% em 1988, para 49,5% em 1999 (conforme gráfico 3).

Gráfico 3- Evolução da parte das despesas da secção Garantia do FEOGA nas despesas da União Europeia (em % das despesas realizadas)



Fonte: Comissão Europeia – 1988/96; INGA – 1997/99.

Simultaneamente, essas despesas orientaram-se para uma maior eficácia. O controlo da produção reduziu os custos dos excedentes, a limitação das ajudas à exportação decorrente dos acordos sobre o comércio mundial permitiu reorientar os meios disponíveis para apoios ligados ao respeito das novas prioridades políticas. Por outro lado, desenvolveram-se as acções estruturais realizadas no quadro da secção Orientação do FEOGA, contribuindo-se assim para a melhoria das estruturas e das condições de produção, transformação e comercialização dos produtos.

O elemento central do pacote de medidas então adoptado consistiu na redução dos preços dos principais produtos e na retirada de terras da produção. Ficou definido que, por um lado, as terras retiradas da produção poderiam ser utilizadas para produções não alimentares, como, por exemplo, biocombustíveis, e que, por outro, os preços dos produtos agrícolas eram aproximados dos do mercado mundial. Para compensar esta diminuição dos preços indicativos, passou a ser concedida aos agricultores uma ajuda directa aos rendimentos, calculada com base no rendimento médio de cada região de produção. Além disso, foram estabelecidas medidas de apoio financeiro complementar,

- A secção Garantia financia as medidas de apoio aos preços e de restituições à exportação, de modo a garantir preços estáveis aos agricultores. Representa cerca de 88,5 % do orçamento do FEOGA, cobre as organizações comuns de mercado dos diferentes produtos agrícolas da UE e as medidas de acompanhamento (agro-ambientais, florestais e de reforma antecipada dos agricultores);

- A secção Orientação assegura subvenções para programas de racionalização, modernização, melhoramentos estruturais na agricultura, e para a protecção e o fomento do desenvolvimento económico das zonas rurais menos favorecidas. A realização destes objectivos passa por uma série de medidas orientadas para questões tão diversas como a agricultura em zonas de montanha ou o despovoamento das zonas rurais. Representa cerca de 11,5 % do orçamento do FEOGA.

orientadas, sobretudo, para as categorias mais vulneráveis de agricultores e para a promoção de métodos de exploração menos intensivos.

Paralelamente às alterações introduzidas nos mecanismos de mercado, foram adoptadas três novas medidas de acompanhamento destinadas a promover as actividades silvícolas, a agricultura compatível com o ambiente, com menor recurso a pesticidas e fertilizantes, e um regime de reforma antecipada dos agricultores com 55 ou mais anos de idade, de modo a facilitar a instalação de jovens agricultores.

3. A avaliação por medidas do PAMAF

Tomando em linha de conta os vários tipos de apoios veiculados via QCA II, a saber:

- a) ajudas de natureza estrutural, que assumiram a forma de subsídios a fundo perdido, destinados a financiar o investimento e desenvolvimento no sector agro-florestal (apoios ao investimento e despesas de desenvolvimento),
- b) prémios e indemnizações (apoios ao rendimento),

os principais instrumentos operativos, com relevância estrutural para o sector, e que se consubstanciavam nestes dois tipos de ajudas, foram os seguintes:

◆ Medidas da Política Agrícola Comum

- Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF)
- Indemnizações compensatórias¹⁸
- Ajudas à produção (OCM)

¹⁸ Embora integrando, durante o QCA II, as Medidas Específicas de Apoio às Regiões Desfavorecidas da Acção 1 da Medida 2 do PAMAF, por estarem vocacionadas para um tipo de apoio de natureza assaz diferente- perda de rendimento em regiões desfavorecidas- em relação aos restantes instrumentos de apoio veiculados através desse programa, optou-se por referenciá-la isoladamente.

◆ **Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum** ¹⁹

- Regulamento (CEE) n.º 2078/92- Medidas Agro-Ambientais
- Regulamento (CEE) n.º 2079/92- Reforma Antecipada na Agricultura
- Regulamento (CEE) n.º 2080/92- Medidas Florestais na Agricultura

Decorrente da sua maior relevância para os objectivos do trabalho em apreço e, simultaneamente, por ter constituído o principal instrumento operativo do Subprograma 1 – Agricultura, do Eixo 2 do QCA II para Portugal continental (*vide* Anexo B- Figura 1), procedeu-se, no decorrer das páginas seguintes, à apresentação do conjunto de apoios veiculados via PAMAF²⁰ no Algarve, durante o período em questão (1994/99), no âmbito das suas principais medidas operacionais, a saber:

- Medida 1- Infraestruturas Agrícolas
- Medida 2- Apoio às Explorações Agrícolas
- Medida 3- Florestas
- Medida 5- Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas

Simultaneamente, foi feita uma tentativa de estabelecimento e avaliação do nível de concretização de alguns indicadores de realização física que estiveram subjacentes ao lançamento das várias linhas deste Programa.

Como principal óbice encontrado, relativamente à prossecução desse intento, é de referir o facto de, na bibliografia consultada, esse conjunto de indicadores de natureza física terem sido apenas definidos para o global do território continental, aquando do lançamento do PAMAF, correspondendo a metas nacionais a atingir com a aplicação do mesmo.

O facto desses objectivos não estarem regionalizados, obrigou a tentar colmatar essa falha através do estabelecimento de um critério (eventualmente discutível), susceptível de possibilitar a extrapolação para o Algarve dos referidos indicadores.

¹⁹ *Vide* Anexo A- pp. 3-5.

²⁰ *Vide* Anexo A- pp. 1-2.

3.1. Medida 1- Infraestruturas Agrícolas

Seguidamente procede-se a uma avaliação sumária da execução desta Medida a nível do Algarve. Esta avaliação foi realizada a três níveis: financeiro, onde se procede à apresentação dos montantes gastos por Acção e sua repartição concelhia; físico, através da realização duma análise relativamente ao grau de execução física que a Medida teve no Algarve; por último, da concepção e procedimentos administrativos que caracterizaram esta Medida durante o seu período de execução.

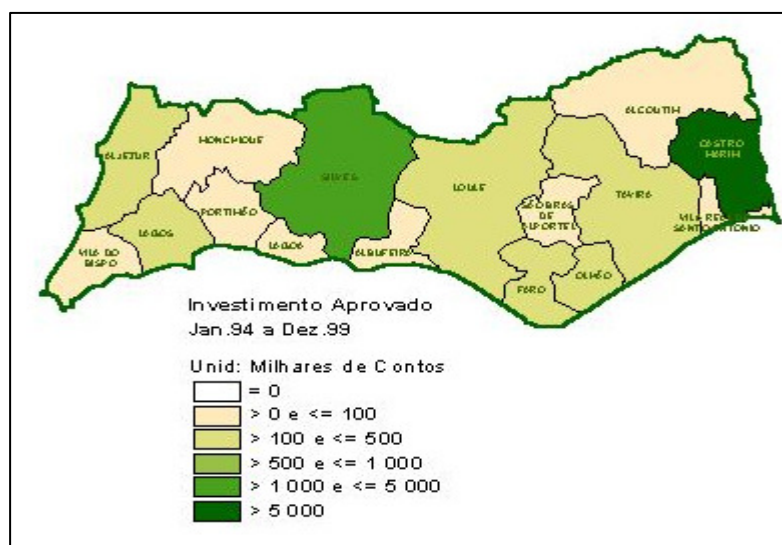
3.1.1. Avaliação financeira

No âmbito da Medida 1, foram aprovados 14,7 milhões de contos investimento (37% do total do PAMAF para a região), representando cerca de 15% do investimento em infraestruturas aprovado para o Continente. O subsídio ascendeu a 14,3 milhões de contos, representando cerca de metade do subsídio aprovado para a região (conforme se depreende da análise dos dados expressos no Anexo B - Quadro 14).

De referir que a acção 1 - Regadios absorveu cerca de 92% do investimento aprovado, com destaque para os Grandes Regadios (só ao Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio coube 81%, ou seja, cerca de 11 milhões de contos). Seguiram-se os investimentos em Caminhos Agrícolas e Rurais (5%) e em Electrificação (3%), conforme se pode verificar pela análise dos dados constantes no Anexo B - Quadro 8-B.

Da análise do gráfico 4, constata-se que o concelho de Castro Marim, onde se localiza o Grande Regadio do Sotavento Algarvio, absorveu a grande maioria do investimento aprovado nesta medida (71% do total, quase exclusivamente por via da obra acima mencionada, segundo os dados presentes no Anexo B – Quadro 8-A), seguindo-se-lhe o concelho de Silves (14%), devido a um outro projecto de Grandes Regadios (o do Barlavento Algarvio).

Gráfico 4- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 1 (1994/1999)



Fonte: IFADAP- A partir de Anexo B- Quadro 8-A.

3.1.2. Avaliação física

Partindo da análise dos dados constantes no quadro 20, pode-se afirmar que, genericamente os níveis de execução física desta medida foram bastante positivos, principalmente atendendo ao facto deste e demais graus de concretização terem sido, neste trabalho, calculados em relação a indicadores físicos estimados para a globalidade do território continental (apresentados aquando do lançamento oficial do programa), logo estando sujeitos a inevitáveis desfazamentos face àquilo que foi efectivamente executado a nível da Região Algarve durante este período.

Quadro 20- Avaliação da execução física da Medida 1

Previsto (Continente) ²¹	Executado (Algarve) ²²	Grau de concretização ²³ (%)		Peso do investim. Regional ²⁴ (%)
85.000 ha de regadio beneficiados (8.700 ha de nova área regada)	11.908 ha beneficiados (10.078 ha de nova área regada)	14,0 (115,8)		19,0
60 000 ha de drenagem beneficiados	0 ha de drenagem beneficiados	0,0		0,0
900 km de caminhos	79 km de caminhos	8,8		10,0
1.600 km de linhas de média tensão	68 km de linhas de média tensão	4,3	4,5	3,0
800 km de linhas de baixa tensão	19 km de linhas de baixa tensão	2,4		
1.000 postos de transformação	64 postos de transformação	6,4		
35.000 ha de emparcelamento beneficiados	2.750 ha de emparcelamento beneficiados	7,9		4,0

Nota: Os valores sublinhados correspondem às situações em que o grau de concretização no Algarve (face à programação definida a nível do Continente) excedeu o peso do investimento regional nesta Medida (esta notação é similar para as demais medidas avaliadas, e seguidamente apresentadas).

3.1.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 1

No quadro 21 apresentam-se, em traços gerais, as características conceptuais e administrativas consideradas mais salientes, decorrentes da execução desta Medida no Algarve.

²¹ Ferreira (1994).

²² A partir de Anexo B – Quadros 3 a 7.

²³ Grau de concretização = Executado (Algarve) / Previsto (Continente) x 100

²⁴ A partir de Anexo B – Quadro 8-B.

Quadro 21- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 1 do PAMAF

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>Resposta adequada às necessidades em termos de infraestruturas, excepto no que respeitou a caminhos, em que os apoios disponíveis ficaram bastante aquém das necessidades.</p>	<p>A partir sensivelmente de 1997, a Unidade de Gestão (UG) das acções Caminhos e Novos Regadios Colectivos deixou de ser regional para passar a ser de âmbito nacional. Esta situação, implicou perda de poder decisório por parte das entidades regionais em termos de aprovações de candidaturas apresentadas, com a particularidade destas terem, devido à sua implantação no terreno, na maior parte das vezes, um melhor conhecimento da realidade local e do real interesse para a actividade agrícola dos vários projectos de investimento apresentados.</p> <p>No caso dos Pequenos Regadios, Beneficiação de Regadios Tradicionais e Electrificação Rural era o IFADAP quem recebia as candidaturas e decidia. As zonas agrárias não tinham conhecimento e como os técnicos do IFADAP não se deslocavam ao campo, nada obstava a que, por exemplo, se solicitasse um subsídio para um furo que já existia.</p> <p>A validação era feita com o facto consumado, porque só nessa altura o agricultor tinha obrigação de o comunicar à DRAALG.</p> <p>Desconhecimento por parte da DRAALG dos reais critérios para apreciação das candidaturas por parte das UG, quando os mesmos divergiram daqueles que foram definidos em legislação própria, aquando do lançamento do PAMAF.</p> <p>Desconhecimento pela DRAALG da dotação financeira para cada acção, o que invalidou qualquer planeamento adequado ao interesse da região.</p> <p>As acções Caminhos e Electrificação não continham, ao contrário das demais, qualquer critério ponderador para apreciação das candidaturas em termos de rendibilidade prevista dos investimentos.</p> <p>Embora os critérios para selecção das candidaturas desta medida (Desp. 45, D.R. II Série, de 96/06/20) englobassem para todas as acções, com excepção das atrás enunciadas, o critério rendibilidade, quando se analisam os elementos que eram obrigatórios de constar no processo de candidatura não se vislumbram dados suficientes que permitissem uma avaliação efectiva deste item.</p>

Fonte: A partir de DRAALG, 2001.

Partindo dos elementos, acima evidenciados, verificamos que apesar do balanço, meramente aritmético, pontos fortes vs pontos fracos, ser francamente desfavorável em

relação aos primeiros, esta Medida conseguiu de certo modo cumprir o seu objectivo primordial: resposta às necessidades em termos de infraestruturas. As principais notas negativas prendem-se com aspectos ligados a um excessivo centralismo (ao nível da decisão executiva) e à pouca atenção dedicada aos critérios de natureza económica para efeitos de selecção das candidaturas.

3.2. Medida 2- Apoio às Explorações Agrícolas

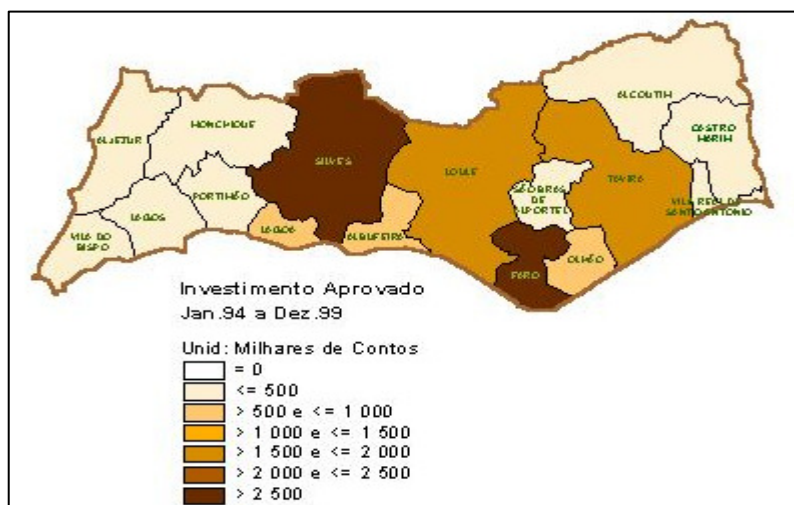
Apresenta-se, seguidamente, a avaliação sumária da execução desta Medida a nível do Algarve, nas três perspectivas consideradas, financeira, física e conceptual-administrativa.

3.2.1. Avaliação financeira

À Medida 2, Apoio às Explorações Agrícolas, correspondeu a principal parcela de investimento aprovado para a região – 15,1 milhões de contos, representando cerca de 38% do investimento aprovado ao abrigo do PAMAF para o Algarve. O subsídio elevou-se a 7,3 milhões de contos e os prémios e indemnizações a 772,5 milhares de contos. O investimento representou cerca de 8% do total de investimento da medida aprovado para o Continente, conforme se verifica pela análise dos dados presentes no Anexo B- Quadro 14.

À acção 1 coube 51,5% do investimento total regional nesta medida, enquanto na acção 2 essa percentagem desceu para 43,2% (valores calculados a partir dos dados constantes no Anexo B – Quadro 11-B).

Gráfico 5- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 2 (1994/1999)



Fonte: IFADAP- A partir de Anexo B – Quadro 11-A.

O gráfico 5 permite verificar que foram os concelhos de Silves e de Faro a absorver as maiores parcelas de investimento (respectivamente, 28% e 24%, conforme se depreende da análise dos dados constantes no Anexo B – Quadro 11-A), fundamentalmente, por via dos investimentos relacionados com a citricultura e a horticultura.

3.2.2. Avaliação física

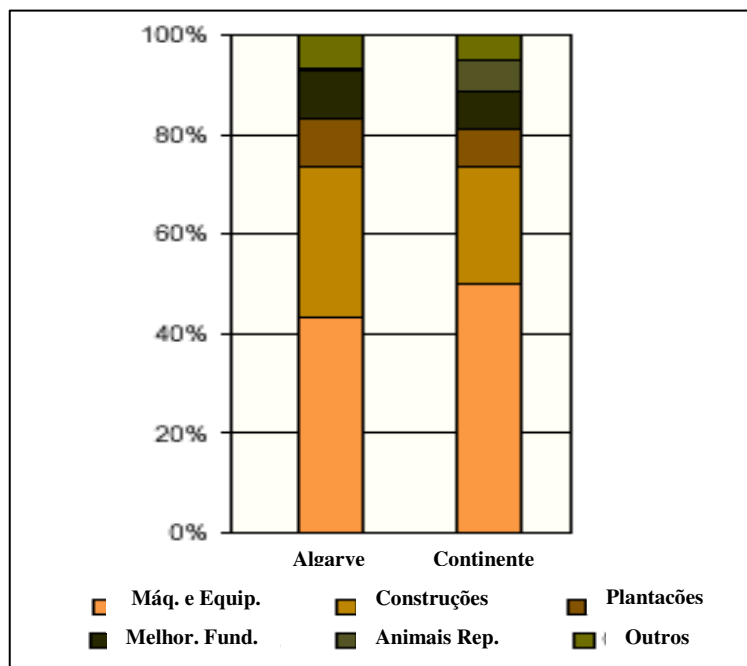
Procede-se, seguidamente, à apresentação de alguns indicadores considerados pertinentes para a avaliação física desta Medida no Algarve. Os parâmetros em análise são a tipologia de investimento, o tipo de investidor e o investimento por classe de dimensão económica das explorações agrícolas.

3.2.2.1. Tipologia de investimento

Pela análise dos dados constantes no gráfico 6 e quadro 22, pode-se facilmente constatar que ao nível da Medida 2 do PAMAF, e mais concretamente, no âmbito do seu principal instrumento operacional, a Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEAA), foram privilegiados os investimentos na componente máquinas e equipamentos (43,5% do total), logo secundados pelas vertentes construções agrícolas (30,2%) e plantações (9,7%). Já o investimento em animais reprodutores representou apenas cerca de 0,6%.

Ao nível das plantações, o destaque vai assumidamente para os citrinos, com praticamente 90% dos montantes atribuídos para fruticultura, via MEAA e RISA, segundo dados do IFADAP.

Gráfico 6- Investimento Aprovado – Acção Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEEA) - segundo a Natureza (1994/99)



Fonte: Anexo B - Quadro 9.

Quadro 22- Áreas de Plantação Aprovadas (1994/1999)

(hectares)

	ALG	Continente
Vinha (PAMAF)		
MEEA - Plantações	27	2 708
Melhoria das Estruturas Vitivinícolas	102	6 737
Total	129	9 445
Fruticultura (MEEA e RISA)		
Citrinos	2 417	2 574
Pomóideas	9	3 580
Prunóideas	138	1 575
Frutos secos	28	4 488
Outros	126	4 073
Total	2 718	16 291
Olivicultura (PAMAF)	0	9 238

Nota: RISA- Reestruturação e Inovação do Sector Agrícola.

Fonte: A partir de IFADAP (1999), (2000).

Terá interesse efectuar, seguidamente, o cruzamento desses dados, relativos a investimento e áreas beneficiadas no âmbito das linhas de apoio acima identificadas, com a evolução de alguns indicadores estruturais ocorrida, na última década, ao nível das explorações agrícolas do Algarve.

Segundo INE (2000), a estrutura da utilização da SAU²⁵ no Algarve registou, na última década, alterações relativamente a 1989. Com efeito, aumentou em termos relativos a área de culturas e pastagens permanentes, e diminuiu a área de terras aráveis e de horta familiar.

Em termos genéricos, constata-se que ao longo destes últimos anos houve um estrangulamento no que respeita à diversificação da agricultura algarvia, com as culturas forrageiras, os citrinos e, embora em menor grau, o olival, a ganharem peso relativamente a todas as outras culturas que, tradicionalmente, constituíam a base do rendimento agrícola da região.

No que às culturas permanentes diz respeito, registou-se, neste período, um aumento da área de citrinos e olival, tanto em termos absolutos, como relativos, contrariamente ao ocorrido com a área de outros frutos frescos e vinha (conforme visível no gráfico 7).

É igualmente de realçar, a importância crescente dos frutos subtropicais (em 1999 já representavam 217 ha, conforme se observa no Anexo B- Quadro 21, mais de metade dos quais adstritos à cultura do abacateiro) para os quais existem importantes nichos de mercado, que se traduzem numa procura e valorização crescentes para este tipo de produtos (principalmente ao nível das grandes superfícies comerciais). A sua produção, nalgumas áreas do Algarve, goza de importantes vantagens comparativas. Não só em relação a outras regiões do País e do espaço comunitário, face à boa adaptabilidade do clima, mas também face aos tradicionais produtores da América Central e do Sul, já que devido à maior proximidade dos mercados destinatários, consegue-se reduzir consideravelmente, quer os encargos associados ao transporte, quer o desfasamento temporal entre a colheita e a venda ao consumidor final, o que se traduz na possibilidade de apresentar fruta com melhor qualidade. Mas para que haja uma maior aderência por

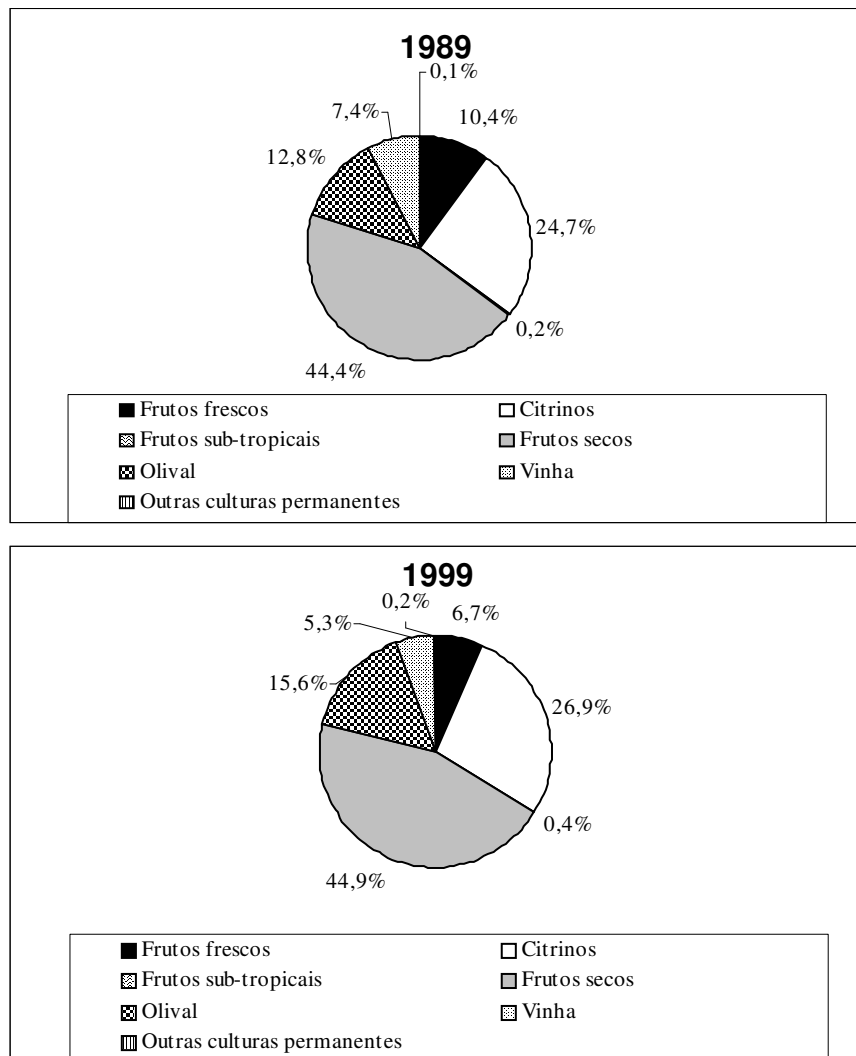
parte dos produtores algarvios, e um subsequente reforço das áreas/produções obtidas, é fundamental, nalgumas dessas culturas, resolver determinados aspectos referentes às técnicas culturais e selecção das variedades mais adequadas, tendo em vista obviar a alguns problemas de pragas e doenças, bem como de menor qualidade dos frutos, susceptíveis de provocar uma diminuição do seu valor comercial.

Já a área correspondente aos frutos secos, em termos absolutos, registou uma redução (26.610 ha 1989 para 25.528 ha em 1999, conforme se observa no Anexo B- Quadro 21).

Dada a importância que o pomar de citrinos apresenta no panorama agrícola do Algarve, assinala-se a evolução verificada em relação ao mesmo nos últimos dez anos. Se em termos relativos, a representatividade da cultura relativamente à área ocupada, entre 1989 e 1999, pouco variou, conforme se pode constatar no gráfico 7, em termos absolutos essa situação já foi bem distinta. Assim, de 1989 para 1999, registou-se um aumento substancial da área de citrinos (+ 3.051 ha, conforme se depreende da análise do Anexo B- Quadro 21), acompanhada por uma redução do número de explorações (- 1.821 explorações, segundo dados do INE). Esta evolução indicia uma tendência no sentido do reforço da concentração fundiária, fundamental neste tipo de actividade face aos desafios da competitividade que “obrigam” as explorações a “encorpar” no sentido de adquirirem dimensão crítica e por esta via melhorarem as condições de escoamento da produção, diluírem custos de produção, por exemplo, graças a uma maior adequação à mecanização, criação de economias de escala, etc.. De 1994 para 1999 assiste-se igualmente a um aumento de área, de 15.683 para 17.859 ha (quase + 14%). É de realçar o importante esforço de reestruturação dos pomares existentes, traduzido pelo abate de áreas com árvores antigas, ou variedades sem valor comercial, e sua substituição parcial por populações jovens e/ou de variedades comercialmente mais apelativas.

²⁵ Superfície Agrícola Utilizada (SAU): inclui terras aráveis (culturas temporárias e pousio) limpas e sob coberto de matas e florestas, horta familiar, culturas e pastagens permanentes. Não inclui matas e florestas sem culturas sob coberto, nem outras áreas das explorações sem utilização agrícola (GPPAA, 1999-2000).

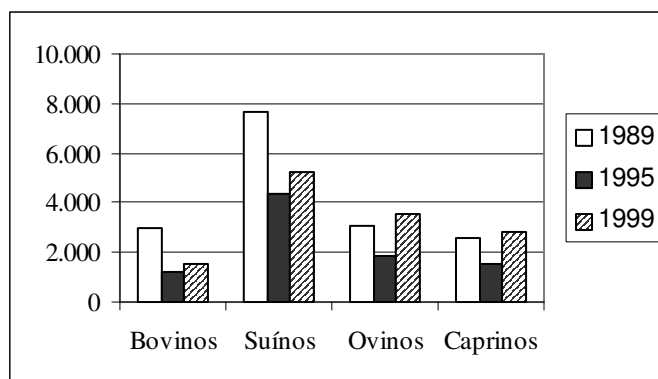
Gráfico 7- Representatividade das várias culturas permanentes praticadas no Algarve (1989 e 1999)



Fonte: INE (2000).

No domínio da produção pecuária, o aspecto mais saliente foi a acentuada diminuição global, entre 1989 e 1999, do número de explorações com efectivos animais (conforme se observa no gráfico 8), acompanhando, aliás, a evolução ocorrida em termos nacionais. No entanto é de destacar a recuperação que se registou, de 1995 para 1999, no que a esse item diz respeito.

Gráfico 8- Evolução do número de explorações com efectivo pecuário



Fonte: Anexo B - Quadro 24.

Ao nível do efectivo, assistiu-se:

- ◆ À relativa estabilização da produção de pequenos ruminantes (menor número de produtores, mas efectivos maiores por exploração e mesmo peso relativo na produção regional), com clara tendência de decréscimo para a caprinicultura;
- ◆ Nos bovinos, a uma redução do número absoluto de animais - uma vez mais com recuperação de 1995 para cá –, embora se verifique no cômputo geral um aumento significativo no número médio dos efectivos por exploração;
- ◆ A uma tendência de redução da produção de suínos em termos de número de explorações e de efectivo.

O RGA/1999 permitiu concluir que as explorações agrícolas do Algarve estão melhor equipadas tanto no que se refere ao número de equipamentos, como relativamente à capacidade dos mesmos. O número de explorações com tractor aumentou 15,2 % e o número destes 14,6 %, face a 1989 (Anexo B - Quadro 25). Embora em termos percentuais os tractores de maior potência (≥ 55 cv) tenham registado um maior aumento do que os de menor potência (< 55 cv)- 28,8 % vs 11,5 %, em termos absolutos registou-se um maior aumento nos tractores de menor potência, 647 contra 440. São de assinalar igualmente os aumentos consideráveis registados entre os dois recenseamentos na utilização de outros equipamentos agrícolas. Assim, o número de distribuidores de adubos e correctivos cresceu 252,9 %, os semeadores 161,8 %, os

pulverizadores e os polvilhadores 60,8 %, os motocultivadores / motoenxadas / motoceifeiras 60,0 %, as gadanheiras 52,2 % e as enfardadeiras 50,8 %.

Observa-se assim, em larga medida, pelo atrás exposto, uma correlação positiva, mais ou menos acentuada, conforme os casos, entre a evolução dos indicadores em causa e os montantes de investimento veiculados através das linhas de apoio comunitárias em análise.

3.2.2.2. Tipo de investidor

Neste ponto, apresenta-se uma análise do investimento aprovado, segundo o tipo de investidor, utilizando-se para esse efeito a terminologia do instrumento Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas²⁶ (ATP, Jovem ou outros)²⁷.

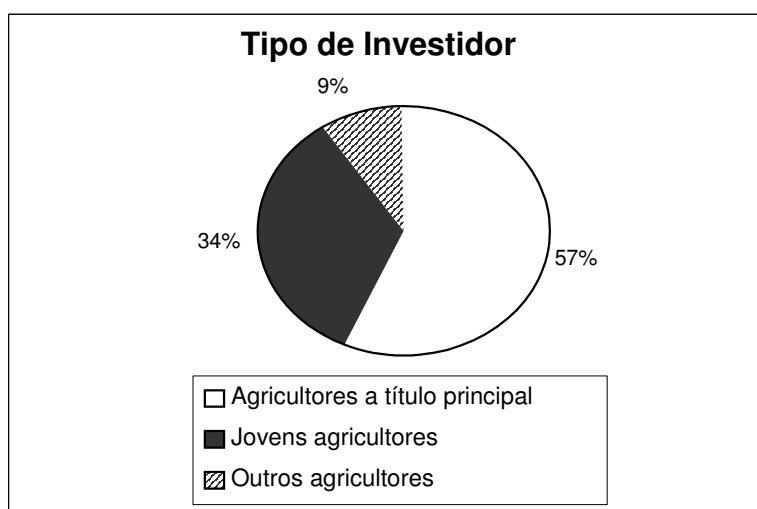
Partindo da análise do gráfico 9, pode-se constatar que, apesar de ter havido uma predominância dos projectos de investimento titulados por ATP (57%), foi significativo o peso correspondente a projectos colocados por Jovens Agricultores (34%), dos quais perto de 86% corresponderam a 1^{as} instalações, conforme os dados constantes no quadro 23.

²⁶ A Acção 1 da Medida 2 do PAMAF é o único instrumento de que se dispõe de informação a este nível, o que decorre da diferenciação que é feita em termos de incentivos ao investimento.

²⁷ ATP – Agricultor a Título Principal ou agricultor cujo rendimento proveniente da exploração agrícola é igual ou superior a 50% do seu rendimento e que dedica mais de 50% do seu tempo de trabalho à exploração.

Jovem Agricultor - com mais de 18 e menos de 40 anos de idade (tinha de ser ATP ou passar a ser com o investimento).

Gráfico 9- Tipo de investidor (1994/99)



Fonte: Anexo B - Quadro 10.

Quadro 23- Jovens – Investimento Aprovado (MEEA) (1994/99)

	Nº projectos	Investimento (mil contos)	Nº 1ª instalações
ALG	224	2 853	192
TOTAL	5 633	62 069	4 734

Fonte: A partir de GPPAA (1999); IFADAP (1999), (2000).

3.2.2.3. Investimento apoiado por classe de dimensão económica ²⁸

No Algarve, mais de 80% do investimento apoiado, verificou-se nas explorações ditas Médias e Grandes, revelando assim face aos valores do Continente, um comportamento

²⁸ Dimensão Económica (DE)- A classificação de uma exploração agrícola numa classe de DE tem como base a respectiva Margem Bruta Padrão (MBP) e corresponde ao valor de margem bruta total da exploração, isto é, o somatório das margens brutas das diferentes actividades existentes na empresa, calculadas com base nas margens brutas padrão (MBP). As classes de Dimensão Económica consideradas correspondem aos seguintes intervalos de MBS:

MP – Muito Pequenas de 0 a 4 UDE

P – Pequenas > 4 a 16 UDE

M – Médias > 16 a 40 UDE

G – Grandes >40 UDE

A Margem Bruta Padrão (MBP) consiste, para um dado ano, no valor monetário da produção agrícola bruta, deduzido dos principais custos específicos proporcionais correspondentes à produção em questão. Esta margem não é obtida para cada exploração em concreto mas com base em valores médios, numa dada região, representativos do sistema de produção associado à actividade em causa, utilizando determinada tecnologia de produção.

A MBS é medida em Unidades de Dimensão Europeia (UDE), correspondendo 1 UDE a 1200 euros, ou seja, cerca de 240 contos.

MARGEM BRUTA é o valor monetário de uma produção agrícola (produção bruta) deduzida dos principais custos específicos proporcionais, correspondentes à produção em questão (MADRP, “Agricultura Portuguesa: Principais Indicadores”, 2000).

assaz diferente, no que a este aspecto concerne, conforme se pode constatar pelo quadro 24.

Quadro 24- Investimento Apoiado no Algarve por classe de DE (94/99)

(%)

Classes de DE	ALG	Continente
MP	1,0	2,6
P	16,5	32,8
M	29,0	33,9
G	53,5	30,7
Total	100	100

Fonte: A partir de GPPAA (1999-2000).

Quadro 25- Avaliação da execução física da Medida 2

Previsto (Continente) ²⁹	Executado (Algarve) ³⁰	Grau de concretização Algarve ^{*31} (%)	Peso do investim. Regional ³² (%)
36.000 explorações em projectos de melhoria de eficácia de estruturas agrícolas	934 explorações em projectos de melhoria de eficácia de estruturas agrícolas	2,6	5,0
18.000 explorações em projectos no âmbito da reconversão, diversificação e reorientação da produção	1.238 explorações em projectos no âmbito da reconversão, diversificação e reorientação da produção	6,9	12,0
6.000 projectos de jovens agricultores	224 projectos de jovens agricultores	3,7	4,6

A análise do quadro 25 mostra que, globalmente, o nível de concretização regional nesta medida foi inferior ao registado com a Medida 1, atrás referida. Destaque, no entanto, para a apreciável taxa de instalação de jovens agricultores.

²⁹ Ferreira (1994).

³⁰ A partir de Quadro 10; IFADAP (1999), (2000).

³¹ Grau de concretização = Executado (Algarve) / Previsto (Continente) x 100

3.2.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 2

No quadro 26 apresentam-se, em traços gerais, as características conceptuais e administrativas consideradas mais salientes, decorrentes da execução desta Medida no Algarve.

Quadro 26- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 2 do PAMAF

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Boa adequação das medidas de apoio ao investimento às situações de empresários profissionais e actividades competitivas, em explorações bem dimensionadas.</p> <p>Majorações aos jovens agricultores, quer para a 1ª instalação como ATP, quer para os investimentos nas explorações.</p> <p>Continha alguns aspectos promotores da organização dos produtores, nomeadamente as ajudas aos custos de gestão.</p>	<p>Baixa eficácia – insuficiente nível de autofinanciamento por parte dos agricultores, altas taxas de juro, atrasos no pagamento dos subsídios.</p> <p>Demasiada especialização da acção 2.2.</p> <p>Falta de adequação das medidas à agricultura pouco empresarial, praticada por muitos dos pequenos agricultores da região.</p> <p>Poucos agricultores envolvidos.</p> <p>Apoio aos custos de gestão das organizações/associações de agricultores tinha âmbito de aplicação muito restritivo.</p>

Fonte: A partir de DRAALG, 2001.

Da análise dos pontos fortes e pontos fracos, acima evidenciados, decorrentes da execução desta Medida no Algarve, constata-se que houve uma maior adequação dos seus instrumentos de apoio à agricultura dita empresarial em detrimento da chamada “pequena” agricultura, com a agravante do atraso a nível do pagamento dos subsídios, obrigar na maioria das vezes os agricultores a recorrer ao crédito (com altas taxas de juro), contribuindo ainda mais para agravar a situação de descapitalização em que muitos deles se encontravam.

³² A partir de Anexo B – Quadro 11.

3.3. Medida 3- Florestas

Neste ponto procede-se, à semelhança dos casos anteriores, a uma avaliação sumária da execução desta Medida no Algarve, nas três perspectivas contempladas neste trabalho, financeira, física e conceptual-administrativa.

3.3.1. Avaliação financeira

Para as florestas foram aprovados cerca de 2,8 milhões de contos de investimento, no âmbito da Medida 3, representado 7% do montante aprovado para a região no âmbito do PAMAF e cerca de 9% do montante aprovado para o Continente (*vide* Anexo B - Quadro 14).

No âmbito da acção 1 - Programa de Desenvolvimento Florestal da Medida 3, cerca de 95% do investimento foi aprovado ao abrigo da componente (Re)Arborização, Beneficiação, Infraestruturas e Uso Múltiplo da Floresta, conforme se pode verificar pela análise do Anexo B - Quadro 12-B. A intervenção efectuada ao nível desta componente foi maioritariamente em Arborização (49%) e Beneficiação (38%); menor peso teve o investimento em Infraestruturas (6%) e Uso Múltiplo da Floresta (3%).

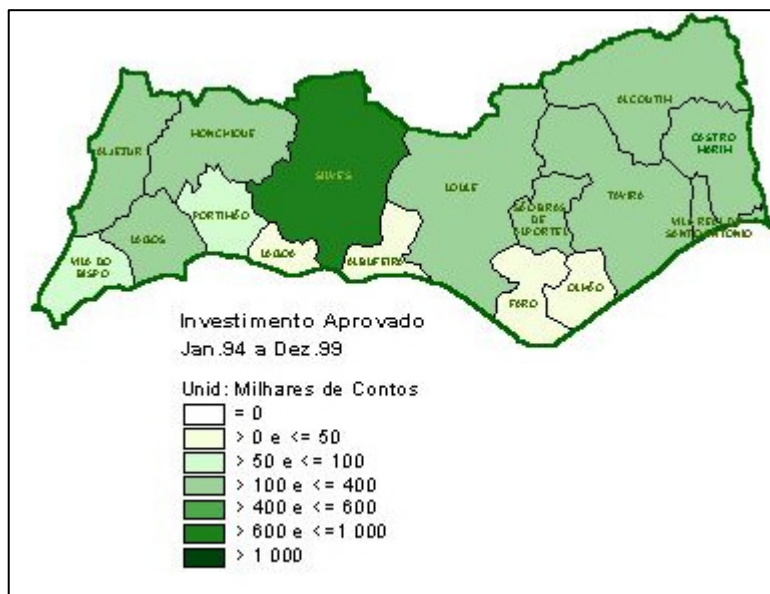
Esta medida continha ainda componentes que diziam respeito ao apoio à manutenção produtiva e à diversidade biológica da floresta, ao fomento cinegético e dos recursos aquícolas e ainda a estudos, no sentido de proporcionarem uma melhor gestão da floresta. A aplicação destas componentes teve uma expressão reduzida.

Para a componente Viveiros e Melhoramentos Florestais foram canalizados 96,5 milhares de contos de investimento, representando 3,5% do total do investimento aprovado, e para a Manutenção de Povoamentos, 23,4 milhares de contos, menos de 1% do investimento aprovado (*vide* Anexo B - Quadro 12-B).

O investimento médio dos projectos, no Algarve, foi de 4,8 mil contos, face aos 6,2 mil contos de média no Continente (conforme Anexo B- Quadro 14).

Pela análise do gráfico 10, observa-se que ao concelho de Silves coube a maior fatia do investimento realizado (cerca de 24%, segundo os dados apresentados no Anexo B – Quadro 12-A), seguindo-se-lhe o de Lagos (13%).

Gráfico 10- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 3 (1994/1999)



Fonte: IFADAP- A partir de Anexo B – Quadro 12-A.

3.3.2. Avaliação física

Comparando com o ocorrido durante o período 1986/1993, ao abrigo do homólogo Programa de Acção Florestal (PAF), executaram-se no Algarve 249 projectos, contra 584 ao abrigo da Medida 3 do PAMAF (variação de +134,5% para o 2º QCA), conforme é patente no quadro 27.

Observou-se no entanto, um decréscimo significativo, entre esses dois períodos, no que concerne às vertentes Beneficiação de Povoamentos (-13,5%) e sobretudo Arborização (-52,3%), razão que se prendeu em larga medida com a forte concorrência promovida pelo Reg. (CEE) N°2080/92 (que dum maneira geral concedia melhores condições aos proponentes). Esta situação, viria a traduzir-se no facto do instrumento Medida 3 do PAMAF, praticamente apenas ter sido utilizado em áreas pedregosas e com mato, onde não era possível aplicar o Reg. 2080/92.

Quadro 27- Indicadores de realização física no Algarve da Medida 3 (1994/99) e sua comparação com alguns indicadores do PAF (1986/93)

Parâmetros		Execução física	Execução física	Var. 99/93 (%)
		PAMAF - medida 3	PAF	
Nº projectos		584	249	134,5
Área total intervencionada (ha)		19.630		
Arborização (ha)		7.031	14.755	-52,3
Beneficiação de povoamentos (ha)		12.437	14.380	-13,5
Caminhos (km)	Construção	279		
	Beneficiação	265		
Aceiros (km)	Construção	161		
	Beneficiação	83		
Aquedutos (nº)		65		
Vaus (nº)		11		
Barragens (nº)		86		

Fonte: IFADAP – 1986/1993; DRAALG/Direcção de Serviços das Florestas (DSF) – 2001.

Quadro 28- Avaliação da execução física da Medida 3

Previsto (Continente) ³³	Executado (Algarve) ³⁴	Grau de concretização Algarve ³⁵ (%)		Peso do investim. Regional ³⁶ (%)
165.500 ha de beneficiação	12.437 ha de beneficiação	7,5	<u>12,1</u>	9,0
55.000 ha de arborização / rearborização	7.031 ha de arborização / rearborização	12,8		
5.000 km de rede viária	544 km de rede viária	11,0		
2.000 km de rede divisional	244 km de rede divisional	12,2		
500 barragens	86 barragens	17,2		

Da análise do quadro 28, resulta que o nível de concretização regional nesta Medida foi bastante positivo, já que excedeu claramente a percentagem que lhe caberia face ao respectivo peso do investimento regional, usado como critério neste trabalho.

³³ Ferreira (1994).

³⁴ A partir do Quadro 13.

³⁵ Grau de concretização = Executado (Algarve) / Previsto (Continente) x 100

³⁶ A partir do Anexo B – Quadro 12-B.

3.3.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos da Medida 3

No quadro 29 apresentam-se, em traços gerais, as características conceptuais e administrativas consideradas mais salientes, decorrentes da execução desta Medida no Algarve.

Quadro 29- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 3 do PAMAF

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Bem adaptada à região. Taxa de subsídio favorável. Possibilidade de incluir o IVA no investimento elegível.	Forte concorrência do 2080/92. Demasiada burocracia. Falta de apoio às organizações de produtores. Cinco anos era pouco tempo para prever a manutenção da floresta. Pouca resposta das organizações. Não incluiu compensação aos produtores. Procedimento para apresentação da cartografia digital complexo e desajustado da realidade técnica da maioria dos projectistas.

Fonte: A partir de DRAALG, 2001.

Da análise dos aspectos acima mencionados é de destacar o facto de, genericamente, esta Medida se apresentar bem adaptada à região (apesar da forte concorrência da medida de Acompanhamento da Reforma da PAC vocacionada para o sector florestal), mas ter tido uma fraca aderência por parte das organizações de produtores do sector, devido à relativa falta de apoios específicos para estas estruturas.

3.4. Medida 5- Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas

Seguidamente, procede-se, para esta Medida, a uma avaliação sucinta da sua execução ao nível da Região do Algarve, nas três vertentes contempladas neste trabalho, financeira, física e conceptual-administrativa.

3.4.1. Avaliação financeira

A Medida 5, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas, com 3,3 milhões de contos de investimento, foi responsável por apenas 8% do total aprovado no âmbito do PAMAF para a região, conforme se deduz da análise dos dados presentes no Anexo B- Quadro 14, valor esse que correspondeu a 2% do total aprovado para o Continente no âmbito da Medida.

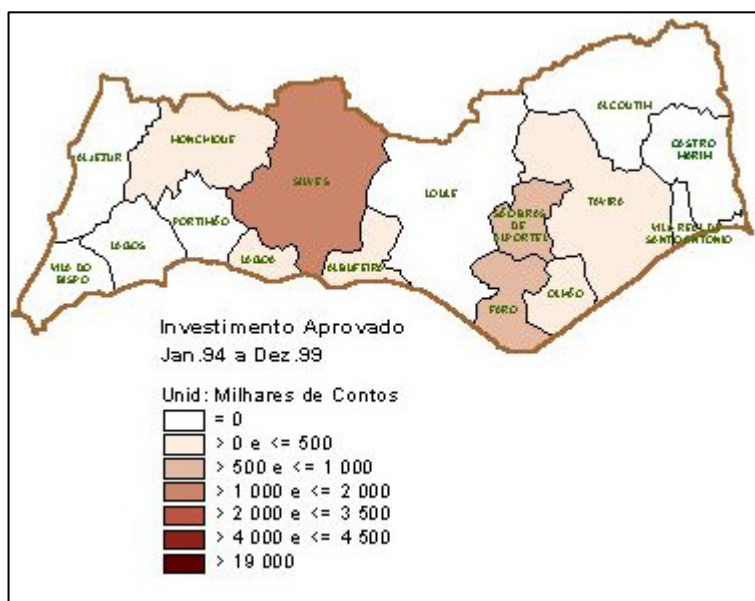
A acção 1, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas, absorveu cerca de 97% do investimento aprovado, enquanto que para a acção 2 foram canalizados apenas 3% do investimento total (*vide* Anexo B – Quadro 13 - B).

Segundo dados fornecidos pelo IFADAP, ao nível da acção 1, os sectores que absorveram maiores parcelas de investimento foram os das Frutas e Produtos Hortícolas (67%), dos Ovos e Aves de Capoeira (28%) e dos Produtos Silvícolas (5%).

A acção 2 tinha como objectivo a criação ou modernização de unidades vocacionadas para o fabrico e comercialização de produtos agrícolas ou géneros alimentícios que beneficiem de uma denominação de origem, uma indicação geográfica ou de um certificado de especificidade. O sector que mais se destacou nesta acção foi o do Produtos Diversos (93%). Ao das Frutas e Produtos Hortícolas coube 7%.

Da análise do gráfico 11, resulta que, foi para o concelho de Silves que se dirigiu a maior parcela de investimento (41% do total de investimento aprovado, segundo os dados constantes no Anexo B – Quadro 13-A), seguido dos concelhos de Faro (22%) e de S. Brás de Alportel (15%).

Gráfico 11- Repartição geográfica dos montantes aprovados na Medida 5 (1994/1999)



Fonte: IFADAP- A partir do Anexo B – Quadro 13-A.

3.4.2 Avaliação física

Da análise do quadro 30, constata-se que em termos de número de projectos de investimento executados, à data de Março de 2001, o predomínio era claramente do sector das frutas e produtos hortícolas, com cerca de 68,4% do total, sendo que 52,6% correspondiam ao sub-sector dos frescos e, apenas, 15,8% ao sub-sector dos transformados.

Quanto à natureza do investimento executado, 31,6% desses projectos diziam respeito a situações de modernização/racionalização das instalações existentes, enquanto a ampliação de unidades existentes e criação de novas unidades, representaram cada uma delas, 26,3% dos projectos executados.

Quadro 30- Tipologia dos projectos executados no âmbito da Acção 1 da Medida 5

Sub. Sector do Investimento	Natureza do Investimento	Nº de Projectos
Frutas e Produtos Hortícolas Frescos	Modernização/Racionalização	3
	Ampliação de unidade existente	3
	Criação de nova unidade	3
	Outra	1
Frutas e Produtos Hortícolas Transformados	Modernização/Racionalização	1
	Reestruturação	2
Ovos e Aves de Capoeira	Modernização/Racionalização e protecção do ambiente	1
Cortiça	Criação de nova unidade	2
Material Lenhoso	Ampliação de unidade existente	2
Vinho	Modernização/Racionalização/Qualidade	1

Fonte: DRAALG/Direcção de Serviços de Planeamento (DSP)/Divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados (DPRTD) – 2001.

Quadro 31- Avaliação da execução física da Medida 5

Previsto (Continente) ³⁷	Executado (Algarve) ³⁸	Grau de concretização Algarve ³⁹ (%)		Peso do investim. Regional ⁴⁰ (%)
600 projectos na área da transformação e comercialização	19 projectos na área da transformação e comercialização	3,2		2,0
250 projectos na área da criação e modernização de unidades produtivas	0 projectos na área da criação e modernização de unidades produtivas	0,0	0,9	2,0
100 projectos no âmbito da promoção e certificação de produtos de qualidade	1 projecto no âmbito da promoção e certificação de produtos de qualidade	1,0		
60 projectos na área de reforço da capacidade de acesso aos mercados	1 projecto na área de reforço da capacidade de acesso aos mercados	1,7		

Nesta Medida, conforme se depreende da leitura do quadro 31, merece destaque o bom nível de concretização ao nível da criação de unidades transformação e comercialização, a que não é alheio o esforço, a que mais à frente se fará referência, de aposta numa estratégia de criação de centrais hortofrutícolas.

³⁷ Ferreira (1994).

³⁸ A partir de informação fornecida pela DRAALG/DSP (até Março de 2001); IFADAP (1999), (2000).

³⁹ Grau de concretização = Executado (Algarve) / Previsto (Continente) x 100

⁴⁰ A partir de Anexo B – Quadro 13.

3.4.3. Avaliação da concepção e procedimentos administrativos

No quadro 32 apresentam-se, em traços gerais, as características conceptuais e administrativas consideradas mais salientes, decorrentes da execução da Medida 5 no Algarve.

Quadro 32- Principais pontos fortes e pontos fracos em termos de concepção e procedimentos administrativos da Medida 5 do PAMAF

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Privilegia os investimentos por OP's e AP's com situação financeira comprovadamente equilibrada.	Funcionamento muito moroso, complicado e com grande carga burocrática. Desfasamento entre as actividades mais apoiadas e as perspectivas de desenvolvimento da região.

Fonte: A partir de DRAALG, 2001.

Da análise dos elementos apresentados no quadro 32, constata-se, pelo lado positivo uma maior vocação desta Medida para os projectos de investimento apresentados por estruturas associativas, enquanto pelo lado negativo, e à semelhança do já referido em relação a outras medidas, é de salientar a excessiva burocracia associada à tramitação processual.

4. A avaliação global do PAMAF

Seguidamente, e à semelhança do efectuado para as medidas parcelares, procede-se a uma avaliação sumária da execução deste Programa a nível do Algarve. Esta avaliação foi realizada a cinco níveis: financeiro, onde se procede à apresentação dos montantes gastos por medida operacional; comparação da sua execução global com a ocorrida no âmbito do PEDAP, que foi o programa operacional por excelência, durante o período 1986/93; tipologia de projectos – beneficiação vs reestruturação/ inovação; influência na formação bruta de capital fixo; por último, ao nível da estrutura dos apoios veiculados, consubstanciada na dicotomia entre investimento e rendimento.

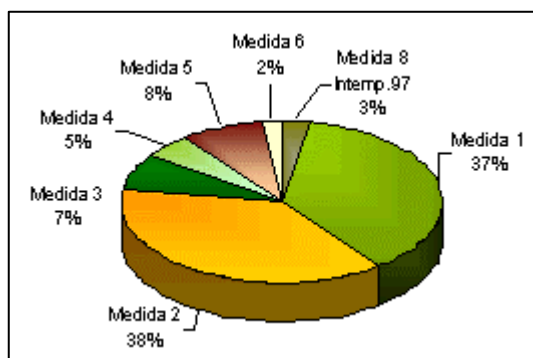
4.1. Avaliação financeira

A região de Algarve foi responsável pela aprovação de 3.745 projectos de investimento ao abrigo deste Programa, correspondendo-lhes 39,9 milhões de contos de investimento, 29,2 milhões de contos de subsídio e 772,5 milhares de contos de prémios e indemnizações. O investimento aprovado para a região representou cerca de 7% do total aprovado para o Continente (consultar Anexo B - Quadro 14).

O investimento médio dos projectos do PAMAF na região, foi de 10.6 mil contos, inferior ao valor médio do Continente (11.7 mil contos, segundo dados do IFADAP), atingindo o maior valor na medida 5, com 119.1 mil contos, e o menor na medida 8, com 3.5 mil contos.

Por medidas a maior fatia de investimento aprovado coube à Medida 2 (38% do investimento realizado no Algarve ao abrigo do PAMAF), logo seguida pela Medida 1 (37%), conforme se observa no gráfico 12.

Gráfico 12- Repartição do investimento por Medida do PAMAF – Algarve (1994/99)



Fonte: IFADAP- A partir de Anexo B – Quadro 14.

4.2. Comparação entre Programas (PEDAP/PAMAF)

De acordo com os dados fornecidos pelo IFADAP (conforme Anexo B - Quadro 17), o número de projectos aprovados no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento

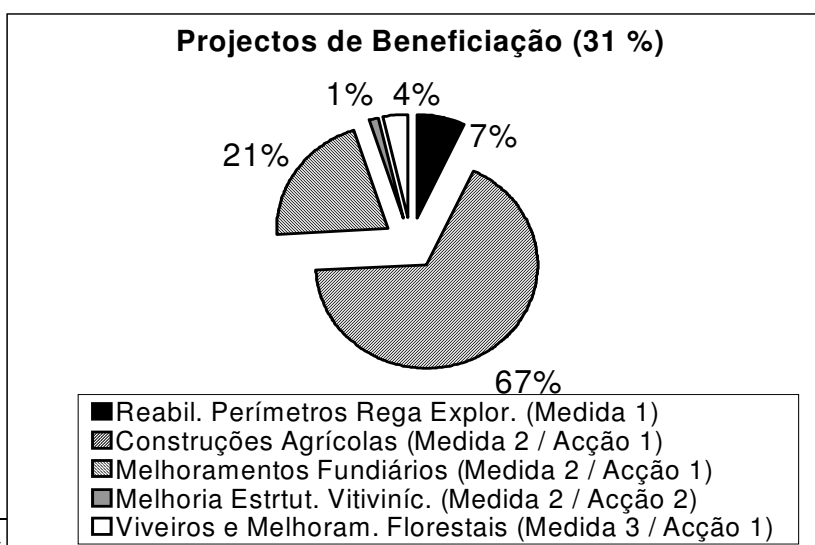
da Agricultura Portuguesa (PEDAP)⁴¹, vigente durante o período 1986/93, para a região do Algarve, foi de 1.223. A estes projectos correspondeu um investimento de 8.700.000.000\$00, tendo este montante sido subsidiado em 7.511.300.000\$00. No PAMAF (QCA II) a situação do Algarve, no que toca ao número de projectos aprovados, aumentou significativamente, traduzindo-se em 3.745 projectos, e 39.878.800.000\$00 de investimento aprovado. A este investimento correspondeu um subsídio global de 29.241.500\$00 (conforme Anexo B – Quadro 14).

É interessante notar a este respeito que o conjunto Anterior Regulamento/QCA I teve a duração de 3+5 anos, pelo que os números apresentados dizem respeito a um período de 8 anos, enquanto que os números relativos ao QCA II dizem respeito a um período de 6 anos. Assim, o investimento médio anual, na região do Algarve, aumentou em 511%, a que correspondeu um aumento no número de projectos entregues de 206%. Pode-se, portanto, afirmar que houve um elevado aumento de dinâmica do sector.

4.3. Avaliação por tipologia de projectos

Da análise dos gráficos 13 e 14, resulta uma maior aposta nos projectos de investimento ditos de reestruturação / inovação (69%), com destaque para a componente RISA da Acção 2 da Medida 2, em detrimento da componente mais virada para o apoio à melhoria / beneficiação (31%).

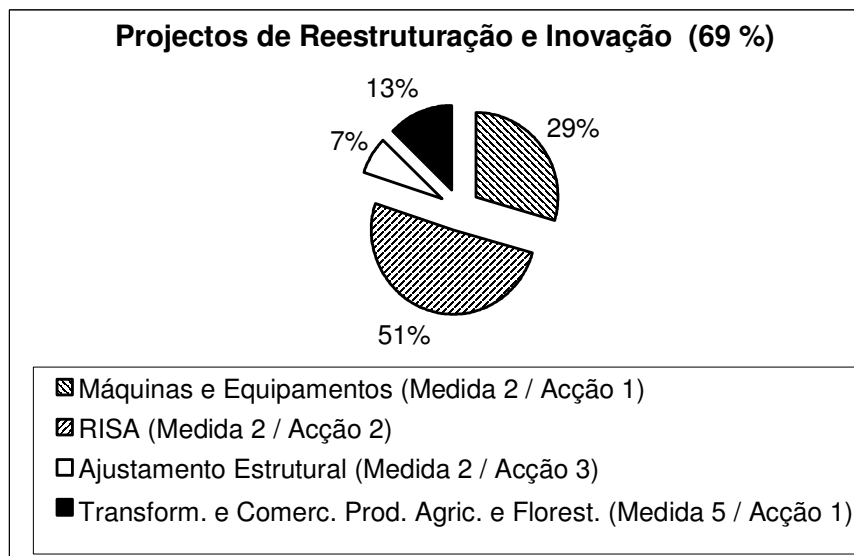
Gráfico 13- Peso relativo dos vários instrumentos de apoio a projectos de beneficiação



⁴¹ O PEDAP foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/86, de 28 de Maio de 1986.

Fonte: Anexo B – Quadro 15.

Gráfico 14- Peso relativo dos vários instrumentos de apoio a projectos de reestruturação/ inovação



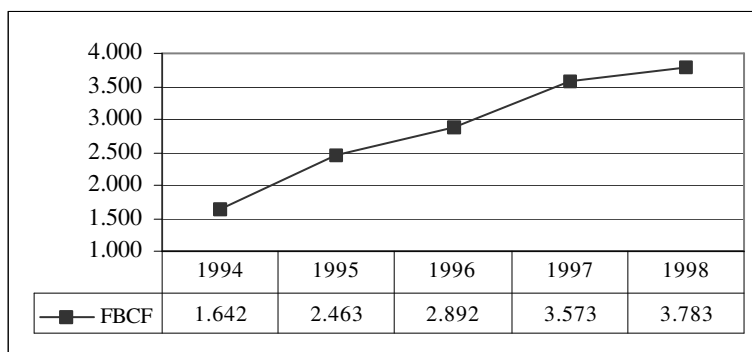
Fonte: Anexo B - Quadro 15.

4.4. Influência na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

De 1994 a 1998, observou-se um crescimento importante dos níveis de investimento nas explorações agrícolas algarvias, na ordem dos 130% (*vide* gráfico 15). Em 1994, e presumivelmente, embora não constando no referido gráfico, também em 1999, esses valores foram substancialmente mais baixos, devido à transição entre quadros comunitários de apoio. Esta situação trouxe problemas à operacionalização dos apoios ao investimento e, como consequência, o adiamento de projectos.

Gráfico 15- Evolução da FBCF no Algarve a Preços de 1990

(mil contos)



Fonte: MADRP.

A FBCF⁴² representou, no período 1994-99, a principal componente do investimento, quer total, quer aprovado na agricultura algarvia, tendo o seu peso relativo, 77,8%, sido substancialmente superior ao verificado para o total do Continente (57,5%), conforme se pode observar pelo quadro 33.

Quadro 33- Investimento Aprovado na Agricultura (1994 – 1999)

(milhares de contos)

ALG	Investimento nas Explorações Agrícolas	14 866
	Infraestruturas	3366
	Investimento Imaterial	866
Continente	Investimento nas Explorações Agrícolas	218 047
	Infraestruturas	125 125
	Investimento Imaterial	36 103

NOTA: O investimento em capital fixo pode ser realizado quer nas explorações agrícolas quer fora delas, sob a forma de infra-estruturas. Os gastos com investigação, formação e estudos na área agrícola constituem também uma forma de investimento, embora não assumindo uma expressão “materializável” (daí a designação de investimento imaterial).

Fonte: Cálculos GPPAA a partir de dados do IFADAP.

Os agricultores algarvios suportaram, durante o período de 1994 a 1998, cerca de 60% das despesas em FBCF (conforme se verifica pela análise da componente *Apoios/FBCF*, presente no quadro 34), o que significa que as variações do investimento estiveram ligadas em grande medida às suas expectativas sobre os rendimentos futuros, tendo cabido à política um papel de acelerador (os riscos dos particulares são reduzidos pela participação pública) e orientador no que se refere às áreas a privilegiar.

O investimento nas explorações agrícolas algarvias objecto de apoio (FBCF ^A) representou cerca de 84 % do total desse investimento, com uma taxa de subsídio média próxima de 47 %.

Quadro 34- Apoios à FBCF (1994-98)

(%)		
FBCF^A /FBCF (1)	Apoios/FBCF^A (2)	Apoios/FBCF (1) x (2)
84,2	46,8	39,4

Nota: Apoios são subsídios concedidos ao abrigo do PAMAF para investimento nas explorações agrícolas.

Fonte: GPPAA (1999-2000).

Apesar do investimento apoiado nas explorações agrícolas (FBCF^A) ter sido, no âmbito do QCA II, a componente da política de investimento na agricultura algarvia com maior expressão financeira, os investimentos *Imaterial* e em *Infra-estruturas* beneficiaram, comparativamente, de um maior grau de apoio, conforme se constata pelo quadro 35. Esta situação derivava de estes últimos serem, normalmente, projectos de âmbito colectivo sem ou com pequenas contrapartidas privadas, ao contrário do que se passava com o investimento nas explorações agrícolas onde, em média, a taxa de apoio (valor dos subsídios no investimento total) rondou os 47% (mesmo assim mais de 4 pontos percentuais acima da média registada para o global do Continente).

Quadro 35- Apoios ao Investimento/Investimento Apoiado (Aprovações)

Período 1994-99		
(%)		
	ALG	Continente
Infra-estruturas	97,7	83,2
Inv. Imaterial	99,9	97,9
FBCF ^A	47,4	43,0

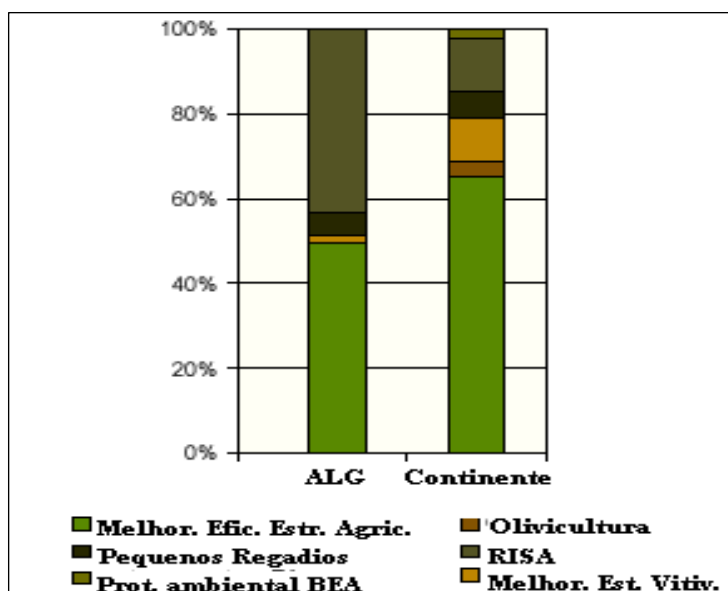
Fonte: A partir de IFADAP.

No âmbito do FBCF^A, a Acção 1- Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas (MEEA) da Medida 2 do PAMAF, foi o instrumento de apoio mais utilizado, conforme

⁴² Segundo o INE, a FBCF define-se como o valor do conjunto de bens e serviços, produzidos e/ ou adquiridos no período de referência e atribuídos ao processo produtivo agrícola como factores de produção, com vida útil superior a um ano ou acima de determinado valor pré- definido.

se observa pelo gráfico 16, tendo-lhe correspondido cerca de 50% dos montantes de investimento realizados no Algarve.

Gráfico 16- Peso do Investimento Aprovado nas Explorações Agrícolas por Instrumento de Apoio no Algarve (1994/99)



NOTA: RISA- Reestruturação e Inovação do Sector Agrícola

PABEA- Protecção Ambiental e Bem Estar Animal

Fonte: Anexo B - Quadro 16.

4.5. Análise da estrutura dos apoios

Neste ponto, procedeu-se a uma análise comparativa (partindo de informação veiculada em GPPAA, 1999) do peso relativo que os dois tipos de apoios mais importantes, veiculados via QCA II – apoios ao investimento⁴³ e apoios ao rendimento⁴⁴ - tiveram no Algarve. Esta análise, aferida ao ano de 1999, é bastante útil, na medida em que permitiu dissecar alguns aspectos relativos às estratégias seguidas no Algarve tendentes

⁴³ *Apoios ao Investimento e Despesas de Desenvolvimento* - incluíam ajudas associadas, de modo genérico, ao investimento nas explorações agrícolas e aos projectos de investimento essencialmente públicos e ainda ajudas relativas a despesas que, não sendo claramente de investimento, tinham um sentido mais amplo do que a sua expressão formal explícita (GPPAA, 1999).

⁴⁴ *Apoios ao Rendimento* - continham um conjunto de apoios directamente ligados ao rendimento dos produtores agrícolas e associados à produção de produtos específicos, à manutenção da produção em condições consideradas de desfavorecimento, à manutenção de determinados modos e formas de produção, à compensação pela ocorrência de fenómenos adversos, ao incentivo para a fixação de jovens agricultores e ao incentivo para determinadas opções de reorientação da produção (GPPAA, 1999).

à definição de prioridades para aplicação das ajudas comunitárias durante o período em causa.

O quadro 36 evidencia a heterogeneidade do Algarve face ao Continente no que concerne à estrutura dos apoios. Enquanto na globalidade do Continente se verificou um maior peso dos *Apoios ao Rendimento* (60,7%), face aos *Apoios ao Investimento e Desenvolvimento* (39,3%), no Algarve a situação é inversa. Assim, a estrutura desses apoios na região reflectiu a seguinte distribuição: *Apoios ao Rendimento* (31,9%) e *Apoios ao Investimento e Desenvolvimento* (68,1%).

Quadro 36- Estrutura da distribuição dos Apoios (1999)

Regiões	Apoios ao Rendimento	Apoios ao Investimento e Desenvolvimento	TOTAL
	(%)	(%)	(%)
Continente	60,7	39,3	100,0
Algarve	31,9	68,1	100,0

Fonte: Quadro seguinte.

Essas diferenças significativas resultaram, principalmente, da menor capacidade do Algarve em absorver *Apoios ao Rendimento* (apenas 1,8% do total), reflectindo uma estrutura produtiva menos adequada aos apoios da PAC. Isso já não acontece com os *Apoios ao Investimento e Desenvolvimento* (6,1% dos montantes globais concedidos no Continente em 1999), conforme evidenciado no quadro 37.

Quadro 37- Distribuição dos Apoios (1999)

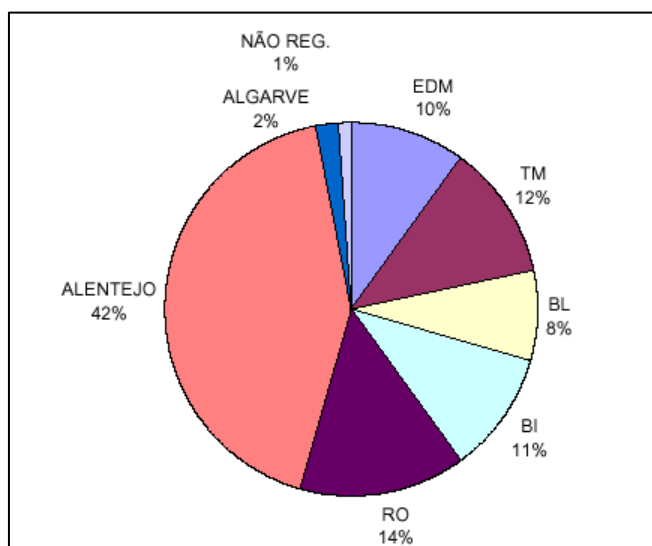
Regiões	Apoios Totais		Apoios ao Rendimento		Apoios ao Investimento e Desenvolvimento	
	mil contos	%	mil contos	%	mil contos	%
Continente	220.106	100,0	133.667	100,0	86.439	100,0
Algarve	7.715	3,5	2.460	1,8	5.255	6,1

Fonte: A partir de GPPAA (1999).

Assim, o Algarve recebeu em 1999, apenas 734 mil contos no quadro das OCM relativas aos Produtores (menos de 0,8%), segundo dados patentes no Anexo B - Quadro 2, o que se repercutiu, devido à importância destas ajudas na estrutura dos

Apoios ao Rendimento, numa representatividade da região no grupo dos *Apoios ao Rendimento* de apenas cerca de 2%. Nas demais regiões esse peso foi substancialmente superior (conforme se constata pela observação do gráfico 17). Para além desse aspecto, convém realçar, dentro dos *Apoios ao Investimento e Desenvolvimento*, a enorme importância alcançada por um só investimento - Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio – que só à sua conta foi responsável por cerca de 15% do montante global adstrito a este tipo de apoios.

Gráfico 17- Estrutura dos apoios ao rendimento- 1999



Fonte: INGA.

Do exposto ao longo deste capítulo, resulta que:

- Durante o período do QCA II, as principais medidas (do PAMAF) de apoio ao investimento no sector agrícola foram as directamente relacionadas com a *Agricultura*, com 75% da despesa pública gasta no período 1994-1999, embora seja de realçar a importância dos impactes indirectos através do investimento na área das Florestas (7% dos apoios) e Agro-Indústrias (8%), conforme patente no gráfico 12;
- No agregado Agricultura verificou-se o predomínio das aprovações em investimento nas explorações agrícolas (78%, conforme resulta da análise dos dados do quadro 33) e, dentro deste, a utilização do instrumento de *apoio Melhoria da Eficácia das Explorações Agrícolas* (MEEA) que representou cerca de 50% das aprovações no mesmo período (a partir de Anexo B- Quadro 11- B). As *máquinas e equipamentos*

representaram cerca de 43% do investimento aprovado no âmbito da MEEA (a partir de Anexo B- Quadro 9), onde os *jovens* atingiram cerca de 34% da titularidade do investimento realizado (consultar Anexo B- Quadro 10). No que respeita à classificação do investimento por *Orientação Técnico - Económica (OTE)* das explorações beneficiárias, verificou-se o predomínio da Citricultura, cujas explorações especializadas, entre 1994 e 1999, representaram 58% do valor global do investimento no âmbito das explorações agrícolas (*vide* quadro 52);

- No investimento em Infra-estruturas, da Agricultura, o destaque foi para os regadios com cerca de 92% do valor das aprovações (a partir de Anexo B- Quadro 8- B), enquanto nas Florestas, o Algarve é a única região do País onde o sobreiro não é a espécie mais utilizada (*Portugal*, 1999), recaindo essa preferência no pinheiro manso. Nas Agro-Indústrias destacou-se o sector das Frutas e Produtos Hortícolas (67% do investimento aprovado, segundo dados do IFADAP);
- A evolução da FBCF na agricultura algarvia no período em apreço permite observar um crescimento importante dos níveis de investimento nas explorações agrícolas algarvias, na ordem dos 130%, de 1994 a 1998 (a partir de gráfico 15). Os agricultores algarvios suportaram cerca de 60% das despesas em FBCF. O investimento nas explorações agrícolas objecto de apoio (FBCF^A) representou cerca de 84 % do total, com uma taxa de subsídio média próxima de 47 % (cf. quadro 34).

Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamento dos Agentes

Tendo em conta o período de tempo relativamente longo, de 1984 a 1999, que enquadrou a avaliação global realizada ao longo deste capítulo, e no qual se evidenciaram, claramente, devido às suas diferentes características, três fases distintas:

- Período de 1984 a 1985
- Período de 1986 a 1993
- Período de 1994 a 1999/2000

tem lógica que a análise suprareferenciada seja igualmente repartida no tempo.

- Período de 1984 a 1985 (Período de pré – adesão) –

Ao longo desta fase, os agentes dos vários sub-setores da agricultura algarvia em apreço neste trabalho, os quais, nesta altura, estavam fundamentalmente restringidos aos produtores individuais, desenvolviam um comportamento, face, quer às políticas de enquadramento e regulação do sector agrícola, quer aos mercados, na linha daquilo que tinha norteado a sua actividade até então: orientando as suas produções primordialmente para o mercado local ou de proximidade, e no caso dos volumes operados assim o exigirem, para o mercado regional.

Esses mercados, em virtude das políticas proteccionistas ainda então vigentes, nomeadamente no que concerne às medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno, funcionavam em condições que se podem, genericamente, classificar de artificialmente induzidas, já que não estavam sujeitos à livre competição por parte de outros mercados (externos).

Esta situação, permitia, ainda, a sobrevivência de explorações agrícolas, caracterizadas por modos de produção essencialmente artesanais, orientações produtivas claramente desfasadas das características edafo-climáticas da zona onde estavam inseridas (do que resultavam produtividades extremamente baixas) e estruturas de custos desequilibradas.

Em suma, as políticas, apesar do País estar na eminência da entrada oficial para a CEE (período de pré - adesão) - estando aliás já a beneficiar de apoios económicos específicos de modo a preparar as suas infraestruturas económicas para o novo estágio que daí adviria - ao invés de acautelarem, através das suas directrizes, as significativas alterações que se avizinhavam, promovendo a necessária reestruturação que se exigia, caracterizaram-se por uma relativa inércia e ineficácia. Esta situação contribuiu para induzir, nos mercados e nos agentes, com maior ou menor intensidade em função do sub-sector em causa, comportamentos de certa forma “ilusórios”, traduzidos numa insuficiente preocupação em relação ao futuro próximo.

Havia assim à data, uma profunda e estreita proximidade entre políticas, mercados e agentes, a qual no entanto se alicerçava em premissas que se podem, de certa forma, rotular de falaciosas.

- Período de 1986 a 1993 –

A insuficiente preparação dum elevada percentagem dos agentes para as mudanças significativas ocorridas ao nível das políticas de enquadramento do sector agrícola, nomeadamente ao nível das novas regras de funcionamento dos mercados, em virtude da adesão oficial de Portugal à CEE, a 1 de Janeiro de 1986, provocaram nestes sérias dificuldades, traduzindo-se num importante impacto negativo, cujo grau de intensidade foi variável dentro dos diferentes sub-sectores da hortofruticultura algarvia.

Como resultado da supressão, parcial ou total (dependendo das fileiras em questão) das barreiras proteccionistas até então existentes, as quais, tal como atrás referido, impunham um funcionamento distorcido aos mercados (até aqui reduzidos ao seu âmbito interno), e face ao “novo” estímulo à livre concorrência, fomentado pelas alterações das políticas (por via dos acordos de adesão à CEE), as «regras do jogo» sofreram uma inversão quase completa.

Sem estarem devidamente preparados para competir com mercados externos modernos e mais competitivos (se bem que nesta fase inicial ainda reduzidos à escala comunitária), os agentes enfrentaram durante este período alguma desorientação, face aos outros dois vectores, políticas e mercados:

- afastaram-se dos mercados, ou melhor dizendo, encontraram-se de um momento para o outro, desfasados em relação aos mercados (que evoluíram da escala local/regional para uma escala intra-comunitária), e, simultaneamente,
- as políticas só muito lentamente e com um grau de eficácia bastante variável de sub-sector para sub-sector, foram sendo adaptadas para poderem entrar em linha de conta com a especificidade estrutural da agricultura algarvia.

- Período de 1994 a 1999/2000

Neste período, assistiu-se, por via das alterações introduzidas pela reforma da PAC de 1992, pela primeira vez, desde a adesão do nosso País à Comunidade Europeia, a uma certa inflexão - se bem que com níveis de eficácia e rapidez de implementação no terreno, variáveis de sub-sector para sub-sector - no movimento de desfasamento/alheamento que até então tinha caracterizado, duma maneira geral, o quadro de políticas traçadas para o sector, face à realidade estrutural da generalidade dos sub-sectores agrícolas algarvios.

Mercê de uma maior objectividade e realismo dos sinais emanados pelas políticas, foi visível uma certa consonância dos agentes em relação às linhas de acção por estas implementadas.

Ao melhorarem os índices de confiança dos agentes em relação às orientações apontadas pelas políticas, em virtude de uma maior identificação com estas, assistiu-se, se bem que ainda aquém da intensidade que seria desejável e exigível, e uma vez mais variando bastante com os diferentes sub-sectores, a uma tentativa de estancar a tendência negativista e de desânimo que até então tinha caracterizado o seu comportamento.

No caminho que ainda falta percorrer pela generalidade dos sub-sectores da agricultura algarvia até atingirem a sustentabilidade sócio-económica, alguns passos positivos foram dados, durante este período, no sentido de dotar as explorações agrícolas de algumas das ferramentas necessárias para almejar a uma maior competitividade, num quadro de mercado cada vez mais global e livre de barreiras.

No contexto daquilo que se poderá classificar de estágio inicial do plano de reestruturação a que a agricultura algarvia se terá de submeter, é de destacar o esforço levado a cabo pelos empresários agrícolas para se modernizarem, dotando as suas explorações de investimentos importantes em novas plantações (comercialmente mais apelativas), equipamentos modernos, infraestruturas de apoio, entre outros.

É de realçar um certo corte com a tendência e tradição passadas, consubstanciada por uma maior abertura dos produtores/empresários face ao risco e à

inovação/modernização e igualmente um relativo rejuvenescimento do tecido empresarial ocorrido.

Estas acções foram acompanhadas e estimuladas por determinados investimentos do sector público, nomeadamente na criação de novas áreas de regadio, em acções de formação e reciclagem técnica, e por uma maior aposta no desenvolvimento e reforço de actividades ligadas à transformação e comercialização, complementares e geradoras de valor acrescentado, localizadas a jusante da produção.

É de referir que a análise atrás efectuada, foi elaborada numa óptica global, direccionada para a generalidade do sector agrícola algarvio. Como se referiu, o comportamento dos vários sectores da actividade agrícola foi, neste período, bastante heterogéneo, havendo assim necessidade de encarar a análise acima reproduzida com algum cuidado.

No capítulo seguinte faz-se uma tentativa para retomar esta avaliação, tentando, face aos elementos apresentados e recolhidos por inquérito, destriçar um pouco melhor os comportamentos, muito particulares, dos agentes dos vários sub-sectoros em apreço.

CAPÍTULO TERCEIRO: OBJECTIVOS, ESTRATÉGIA, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS: O SUB-SECTOR HORTOFRUTÍCOLA ALGARVIO NO CONTEXTO DO 2º QCA

Introdução

Nesta parte do trabalho, procurou-se fornecer uma visão histórica e proceder a uma caracterização (actual) deste importante sub-sector da agricultura algarvia, que foi e continua a ser, a principal componente da agricultura praticada no Algarve, bastando para isso frisar que os frutos e os hortícolas frescos produzidos no Algarve representaram, em 1999, respectivamente, cerca de 18 % e 7 % do VAB nacional dos respectivos sub-sectores, os quais movimentaram, segundo dados do INE, 133.781 milhões de contos e 265.021 milhões de contos a nível nacional.

Procedeu-se a uma análise da evolução sócio - económica e organizacional do tecido empresarial, bem como das alterações estruturais ocorridas ao nível das explorações agrícolas algarvias, em resultado da aplicação dos fundos comunitários disponibilizados para este sector, com particular incidência no período de 1994 a 1999 (vigência do QCA II). Esta análise baseou-se em grande parte na recolha e tratamento de informação veiculada via inquéritos, construídos numa perspectiva direccionada para as Organizações de Produtores (OP).

A escolha das OP como universo da amostragem, inseriu-se na lógica de comercialização, defendida a nível comunitário e nacional, de fomento do associativismo, como via de excelência para ultrapassar os constrangimentos de falta de massa crítica.

1. A situação do sub-sector hortofrutícola em 1994

Na sequência do atrás exposto, constata-se que, à entrada do ano de 1994, a agricultura algarvia continuava a enfrentar significativos estrangulamentos, mais importantes nalguns sub-sectores do que noutros. Os apoios disponíveis durante este período no âmbito do QCA I, não foram suficientes, ou por uma deficiente concepção ou pelo atraso na sua

implementação, para obstar às dificuldades provocadas por uma realidade comercial agressiva.

Segundo MADREFRUTA, 1997, a actividade **hortícola** sofreu um enorme revés, coincidente com a entrada efectiva de Portugal na C.E.E., e a consequente abertura das fronteiras, pois :

- Não conseguiu tirar partido dos apoios específicos durante as fases de pré-adesão e adesão (as opções que se verificaram na pré-adesão foram desenquadradas de um plano estratégico global para o sector), factor essencial, tanto mais que o tecido empresarial se encontrava fortemente descapitalizado, para assegurar a adaptação das estruturas produtivas às novas regras de mercado;
- Ressentiu-se grandemente da elevada permissividade do mercado português a produtos de menor qualidade importados como excedentes de outros países a preços concorrencialmente desleais, por via de um ineficaz controlo das regras de entrada de produtos hortícolas vindos do exterior;
- Passou a sofrer exageradamente, a pressão de interesses de outras actividades, tendo sido relegada para um plano secundário, mesmo a nível da política agrícola.

Como consequência dos factos atrás mencionados, a actividade deste sub-sector entrou num declínio estrutural relativamente acentuado, que ainda hoje se faz sentir, traduzido por significativas perdas de área de produção adstritas e de riqueza gerada.

A **citricultura**, mercê de um conjunto de políticas mais adaptadas à sua especificidade, à maior capacidade que os seus empresários revelaram para aproveitar os apoios financeiros entretanto disponíveis, em parte derivada do maior desafogo financeiro que detinham, conseguiu, com alguma dificuldade, manter e aumentar mesmo a sua importância no contexto do sector agrícola algarvio (num fenómeno de transferência a partir de outras áreas da actividade agrícola), isto apesar, das condições de remuneração das suas produções nunca mais terem voltado aos níveis anteriormente existentes.

Ao nível das produções do **pomar tradicional de sequeiro**, e em grande parte devido ao atraso com que chegaram os apoios específicos para este sub-sector (embora a regulamentação de base para os “Planos de Melhoria” seja de 1989, os mesmos só se tornam efectivos a partir de 1996, com o reconhecimento das primeiras Organizações de Produtores), o declínio, já atrás mencionado, acentua-se. Nos mercados de exportação, sentem-se os efeitos da concorrência aberta, sendo o figo e a amêndoa fortemente afectados por produtos de regiões mais competitivas (consultar Anexo A- p. 9). A alfarroba, em grande parte, devido aos possíveis usos ao nível da transformação da semente é a única produção que “navega” em contraciclo, conseguindo conquistar mercados e consolidando, de uma vez por todas, o seu domínio dentro das espécies do pomar tradicional de sequeiro.

Ao nível do sector **cooperativo**, o atraso na implementação das políticas emanadas da Comissão, tendentes à aposta preferencial na revitalização e aumento da capacidade interventora das organizações e associações de agricultores (que na prática só começam a surtir efeito sensivelmente a partir de 1994), este período, caracterizou-se por uma relativa estagnação. As cooperativas existentes, continuavam a desempenhar uma actividade maioritariamente vocacionada para o aprovisionamento - fornecimento e divulgação – de factores de produção, possuindo um papel quase residual ao nível da comercialização. Começa, no entanto, já nesta fase, a assistir-se a comportamentos heterogéneos ao nível do movimento associativo dentro dos vários sub-sectores da hortofruticultura algarvia, com a citricultura a assumir claramente a liderança, mercê dum dinamismo acentuadamente superior aos seus congéneres, horticultura e pomar tradicional de sequeiro.

2. O papel do associativismo na hortofruticultura

Segundo Rosa, 2001, as Organizações de Produtores (OP) são o instrumento encontrado e utilizado pela UE, junto dos agentes produtivos, para reestruturar e disciplinar a aplicabilidade da PAC e das suas reformas, quer para efeitos de promover o ganho de massa crítica, traduzida por maiores superfícies produtivas/produções e, conseqüentemente, maior capacidade de intervenção junto dos restantes intervenientes

da fileira, quer para condicioná-los ao respeito de determinadas directrizes (v.g. qualidade da produção, respeito pelo ambiente e gestão dos recursos hídricos, etc.).

Porém, Portugal, neste domínio do associativismo, ainda se encontra bastante longe dos seus congéneres europeus. Assim, em 1998, com 71 milhões de Euros de Produção Vegetal comercializada via OP, Portugal participava, nesta vertente, em 0,65% do total europeu (estimado em 10.864 milhões de Euros), segundo dados em GPPAA (1999-2001). Este valor representa apenas 2,8% de produção comercializada via OP face a outros operadores, enquanto que a média europeia se coloca nos 10,3%.

As razões para este relativo desinteresse da parte dos nossos agricultores em se organizarem, são de fundo e advém, em larga medida, dos seguintes aspectos:

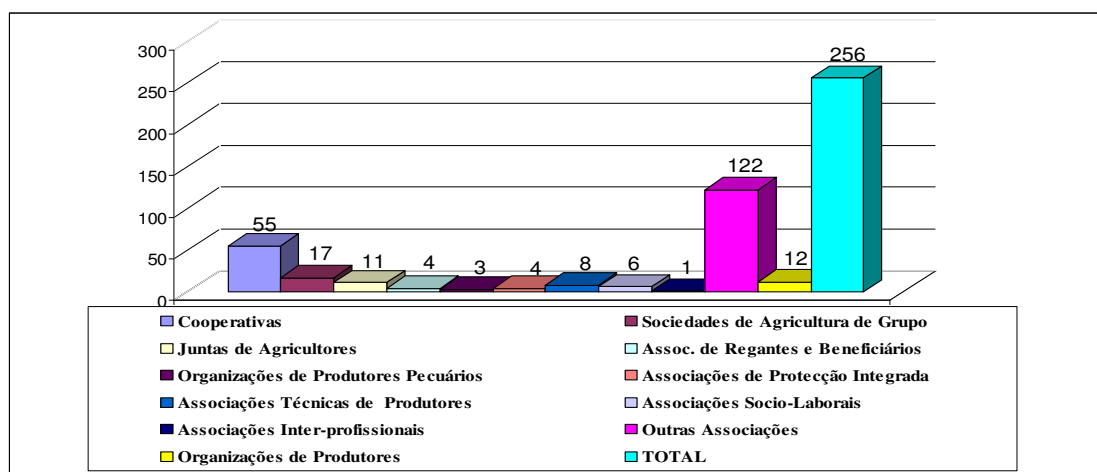
- Inexistência até à bem pouco tempo de uma estratégia política de incentivo a essa organização (se comparada com uma tradição de 30/40 anos em países como a Espanha). Mesmo a que hoje existe, está longe de ser satisfatória e devidamente enquadrada com as especificidades nacionais do sector.
- Analisando a adaptabilidade das OP nacionais à política comunitária para o sector, verifica-se que, segundo dados do GPPAA, do total destas estruturas existentes em Portugal, à data de 1998, apenas 6% possuíam Programas Operacionais aprovados pela UE. Esta situação constitui, naturalmente (juntamente com a baixa apetência organizativa dos produtores), um poderoso “handicap” no que concerne à eficiência em termos de aproveitamento dos apoios colocados à disposição destas estruturas. A comprová-lo, o facto do volume estimado de ajudas canalizadas por OP nacional, em 1998, ser na ordem dos 500 contos, contra, por exemplo, os 889 mil contos por congénere holandesa. Quer isto dizer que, por cada 1\$00 de ajudas, as OP nacionais comercializam 296\$00 de produtos vegetais – o que representa o valor mais elevado da Europa (Rosa, 2001).
- Generalizada descapitalização do sector;

- Receio que muitos dos nossos agricultores ainda sentem em se agruparem, o qual entre outros motivos encontra explicação na:
 - ◆ falta de uma mentalidade/tradição associativista,
 - ◆ proliferação de episódios de insucesso envolvendo cooperativas e outro tipo de associações, à custa, muitas vezes, de graves prejuízos para os seus associados.

No entanto, considerando apenas os sub-setores de Frutas e Hortícolas, o panorama é substancialmente melhor. Em 1998, do valor total da Produção Nacional de Frutas e Hortícolas, a produção comercializada via OP/AP a operar em Portugal, chegou aos 14,6% (preços correntes). Deste montante, cerca de 32% correspondeu a frutas, ficando o remanescente a cargo da produção de hortícolas (GPPAA, 1999-2001).

No Algarve, a situação não difere grandemente do panorama nacional atrás descrito. Actualmente, existem 12 OP no Algarve (conforme gráfico 18), 6 reconhecidas e 1 com pré – reconhecimento no âmbito do Reg. (CE) N°2200/96, 3 em fase de adaptação para transição do Reg. (CEE) N°1035/72 para o regulamento acima mencionado e 2 ainda só com reconhecimento no âmbito do Reg. (CE) N°1035/72 (*vide* Anexo E- Quadro 1). Dentro destas – de frisar serem todas da área dos hortofrutícolas – a predominância do sub-sector citrícola é notória, já que a ele se dedicam exclusivamente (como OP da categoria citrinos) 7 destas estruturas, para além de outras que o fazem em paralelo com outro tipo de produtos.

Gráfico 18- Associações do Mundo Rural Algarvio por tipologia



Fonte: DRAALG (1999): modificado.

Em 1998, de um total de 10.632 membros de OP/AP, correspondentes a 90 destas estruturas existentes a nível nacional, 9% estavam sediados no Algarve, o que dava uma média de 99 membros por OP/AP. Quanto às Formas Jurídicas⁴⁵ assumidas por essas OP/AP, 60% eram Cooperativas e as restantes Sociedades Comerciais, sendo que nestas últimas, predominavam as Sociedades Comerciais de Responsabilidade Limitada. No que respeita à distribuição do Volume da Produção nacional comercializada via OP/AP por região, ao Algarve coube, em igual período, uma quota de 5% (54.041 ton) – muito longe dos cerca de 70% a cargo do Ribatejo e Oeste (GPPAA, 1999-2001).

Se bem que para os citrinos o valor da produção comercializada via OP seja razoável, superior até à média europeia (12,4% na campanha 98/99⁴⁶, mais de 18% na campanha 99/00⁴⁷), nos restantes sub-sectores essa percentagem é muito baixa. Como regra a eficácia destas estruturas é ainda reduzida, possuindo como principais óbices os seguintes aspectos:

- ◆ Produção dispersa e de baixa rentabilidade (em qualidade e quantidade);
- ◆ Poucos associados ⇒ Pequena concentração da oferta ⇒ Reduzida capacidade de intervenção junto dos restantes intervenientes da fileira, quer a montante, quer a jusante;
- ◆ Custos de funcionamento elevados, em larga medida, derivados de um “superavit” acentuado entre a capacidade instalada – ao nível das respectivas centrais hortofrutícolas – e a produção laborada;
- ◆ Fraca capacidade de penetração nos mercados;
- ◆ Estruturas demasiado mecanicistas, com pouca flexibilidade de actuação;
- ◆ Hábitos enraizados de forte dependência do Estado;

⁴⁵ **Natureza jurídica das Organizações de Produtores (OP)**

As Organizações de Produtores (OP) são entidades colectivas dos seguintes tipos (Regulamento (CE) nº2200/96, do Conselho):

- Cooperativas Agrícolas;
- Sociedades Comerciais;
- Sociedades de Agricultura de Grupo;
- Agrupamentos Complementares de Exploração Agrícola (ACEA);
- Agrupamentos Complementares de Empresas;
- Sociedade Civil sob a forma comercial.

⁴⁶ DRAALG (2000-2001).

⁴⁷ A partir de Anexo E- Quadro 3 e Anexo B- Quadro 18.

- ◆ Inexistência quase total de organizações regionais de grau superior que permitam uma eficaz integração vertical ao longo da fileira. Só recentemente e tendo em vista um maior reforço da capacidade de intervenção das OP, foram criadas duas estruturas de 2º grau, sob a forma de Agrupamentos Complementares de Empresas, integrando algumas das OP da região no sector dos citrinos.

2.1. Tipologias de circuitos de comercialização via OP para hortofrutícolas

Nesta categoria existem dois grandes tipos de circuitos⁴⁸, a saber:

Modalidade A- “A OP negocia directamente o escoamento da produção dos seus associados com as Grandes e Médias Superfícies e/ou outros retalhistas.”

Nesta modalidade, consideram-se, como principais vantagens e inconvenientes, os seguintes aspectos:

Vantagens:

- Concentração da oferta ⇒ Maior poder negocial;
- Diluição do efeito limitador decorrente da falta de dimensão crítica da exploração, já que a OP, para efeitos de (pré) reconhecimento, tem de respeitar uma dimensão mínima (consultar quadro 38);
- Maiores possibilidades de economias de escala na aquisição dos factores de produção;
- Procura de mercado facilitada;
- Maior facilidade no escoamento do produto;
- Indicação de espécies/variedades a produzir, bem como de épocas de produção (escalamento);
- Apoio técnico;
- Maiores facilidades na obtenção de subsídios ao investimento e existência de apoios específicos à comercialização⁴⁹;

⁴⁸ A partir de comunicação elaborada por CACIAL- Cooperativa Agrícola dos Citricultores do Algarve, CRL..

- Maior segurança nos recebimentos.

Desvantagens:

- Estar condicionado por um conjunto de regras decorrentes do funcionamento institucional das OP, já que estas, para serem reconhecidas⁵⁰, têm de sujeitar-se ao cumprimento de um conjunto de requisitos, entre os quais:
 - Todos os associados têm que ser produtores do produto respeitante ao reconhecimento⁵¹;
 - A OP terá que garantir a preparação dos produtos dos associados para o mercado;
 - Os associados têm que vender toda a sua produção através da OP;
 - Os associados têm que aprovar e aplicar um conjunto de regras comuns, que definem a forma como vão trabalhar em conjunto;
 - A OP terá que oferecer garantias suficientes quanto à capacidade para realizar as suas tarefas;
 - Colocar os seus membros em condições de obter a execução de práticas de cultivo respeitadoras do ambiente;

⁴⁹ **Tipos de Apoios concedidos às OP no quadro do Reg. (CE) N° 2200/96**

Ajudas Directas

a) Às OP pré - reconhecidas:

. ajuda destinada a suportar integralmente os custos de constituição e de funcionamento da organização. Pode atingir no máximo 10% (1º ano), 10% (2º ano), 8% (3º ano), 6% (4º ano) e 4% (5º ano) do valor da produção comercializada, ou uma ajuda forfetária também em função do valor da produção comercializável.

b) Às OP reconhecidas:

. ajuda à constituição do Fundo Operacional (60% ou 50% do seu valor total).

Este fundo destina-se às seguintes utilizações:

- Financiamento de retiradas do mercado (não pode exceder 30% do fundo);
- Financiamento do Programa Operacional, que tem, em traços gerais, como objectivo, a racionalização dos processos de produção, a melhoria da qualidade da produção, a defesa do ambiente e, por último, o controlo do respeito das normas de qualidade e das disposições fitossanitárias e de resíduos.

Ajudas Indirectas

- ◆ Majoração dos valores das ajudas nos contratos com a indústria dos citrinos- Reg. (CE) N°2202/96;
- ◆ Acesso a ajudas à execução do Plano de Melhoria no caso de OP de Frutos de Casca Rija e Alfarroba;
- ◆ Acesso dos associados a toda uma série de apoios (assistência técnica, orientação produtiva, informações úteis, etc...).

⁵⁰ Reconhecimento nos termos do Reg. (CE) N° 2200/96.

⁵¹ As categorias de produtos objecto de reconhecimento são as seguintes (Regulamento (CE) n°2200/96, do Conselho):

- ◆ Frutas e produtos hortícolas;
- ◆ Frutas;
- ◆ Produtos hortícolas;
- ◆ Produtos destinados à transformação;
- ◆ Citrinos;
- ◆ Frutos de casca rija;
- ◆ Cogumelos.

- Assegurar uma gestão comercial, contabilista e orçamental, adequada às tarefas que se proponham efectuar.
- Incidência sobre o preço pago ao produtor, de parte dos custos operacionais da OP;
- Estar, normalmente, submetido a condições contratuais elevadas (por vezes quase draconianas).

Modalidade B- A produção dos associados da OP é comercializada via grossistas (Transportistas e/ou de Destino).

Por sua vez, ao nível da modalidade B referem-se, como principais vantagens e inconvenientes, os seguintes aspectos:

Vantagens:

- Todas as vantagens atrás mencionadas para a modalidade A, à excepção da maior segurança no recebimento;

Desvantagens:

- Estar condicionado por um conjunto de regras decorrentes do funcionamento institucional da OP (já enumeradas para a modalidade A);
- Maior insegurança na cobrança.

Quadro 38- Dimensão mínima exigida por tipologia de OP

Tipo OP	Pré-Reconhecimento		Reconhecimento	
	Nº produtores	Produção Comercializável	Nº produtores	Produção Comercializável
Frutos casca rija	5	25.000 contos	5	50.000 contos
Cogumelos	5	25.000 contos	5	50.000 contos
Citrinos	10	1.000 ton	10	1.000 ton
Caso geral	10	50.000 contos	15	100.000 contos
ou	5	100.000 contos	5	200.000 contos

Fonte: Regulamento (CE) nº2200/96, do Conselho.

Como conclusão, e comparando com os circuitos de comercialização, em que é o produtor isolado que negocia directamente o escoamento da sua produção, com as

Grandes e Médias Superfícies e/ou outros retalhistas, ou fá-lo, indirectamente, via grossistas, as grandes desvantagens destas modalidades face às anteriores (via OP) são:

- O factor dimensão da propriedade é mais crítico;
- Menor concentração da oferta ⇒ Menor poder negocial;
- Menores ou nenhuma economias de escala na aquisição dos factores de produção;
- Maior dificuldade na obtenção de apoio técnico;
- Grande dependência dos preços no consumidor final (no caso da negociação indirecta);
- Procura de mercado para excedentes (negociação directa) ou para toda a produção (negociação indirecta);
- Grande insegurança na cobrança (no caso da negociação indirecta);
- Menor panóplia de linhas de apoio ao financiamento via fundos comunitários;

A única vantagem (e só no caso da negociação directa por parte do produtor) que se nos afigura, é a possibilidade, pontual, de se obterem melhores preços de venda da parte da produção que é comercializada.

3. Análise das principais fileiras hortofrutícolas

O Algarve goza de condições agroclimáticas de excepção para a produção de produtos hortofrutícolas, muitos deles em condições de mercado excepcionais devido à precocidade com que essas mesmas produções podem surgir nos escaparates dos espaços comerciais (primores), antecipando-se assim à concorrência de outras regiões e gozando deste modo de importantes vantagens ao nível da comercialização. A estas condições de produção altamente favoráveis, podem-se ainda adicionar um mercado turístico de excelência, que recebe anualmente, e em média, a visita de cerca de oito milhões de pessoas por ano (CCRA, 2000), a esmagadora maioria das quais clientes do sector Hotelaria, Restauração e Cafés (HORECA), uma alteração progressiva nos hábitos alimentares e crónicos défices nas balanças comerciais destes produtos:

- ◆ Em Portugal, nos últimos 20 anos, o consumo de produtos hortofrutícolas tem vindo a aumentar, verificando-se um acréscimo de 26,3% e 58,5% do consumo de produtos hortícolas e frutos, respectivamente, conforme se verifica pela análise do quadro 39. Este padrão de consumo é também uma consequência da entrada das mulheres para o mercado de trabalho e do maior conhecimento entre dieta alimentar e saúde por parte dos consumidores, que se tornaram cada vez mais exigentes em produtos de qualidade. Esta tendência de evolução no consumo interno de hortofrutícolas perspectiva-se que se virá a manter já que segundo a Balança Alimentar Portuguesa 1990-1997, publicada pelo INE, a capitação^{52, 53, 54} de produtos hortofrutícolas em Portugal ainda se encontra abaixo da média na União Europeia.

Quadro 39- Evolução das médias de consumo *per capita* de produtos hortofrutícolas em Portugal

Médias de consumo per capita anuais				
	80 - 89	90 - 94	95 - 97	Acrésc. 95 - 97 relativo a 80 - 89 (%)
Cereais e arroz	145,2	144,1	148,5	2,3
Raízes e tubérculos	144,0	152,1	143,4	-0,4
Leguminosas secas	4,6	5,9	4,7	2,2
Produtos hortícolas	91,3	107,1	115,3	26,3
Frutos inc. Azeitona	72,4	103,1	114,9	58,7
Açúcares	30,8	31,3	32,5	5,5

Fonte: MADRP (2000).

- ◆ A análise das importações e exportações dos produtos hortofrutícolas permite identificar um saldo da balança comercial negativo, patente nos dados apresentados no quadro 40. No período de 1994 – 1998 importaram-se em média 653 837

⁵² Segundo o INE, define-se capitação como o consumo humano médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando como base para o seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

⁵³ Segundo a Balança Alimentar Portuguesa 1990-1997, publicada pelo INE, a capitação média de produtos hortícolas na União Europeia foi de 114,0 kg. Portugal encontrava-se a meio da tabela de consumidores, com 106,0 kg e ficou 7% abaixo da média dos 15 países da União Europeia.

⁵⁴ A capitação média de frutos, incluindo a azeitona, na União Europeia, segundo a mesma fonte, foi de 123,8 kg. Portugal ficou 12% abaixo desta média, ou seja, com 109,0 kg.

toneladas de produtos hortofrutícolas, estimadas em 63 milhões de contos e exportaram-se 109 044 toneladas, estimadas em 14 milhões de contos (MADRP, 2000).

Quadro 40- Evolução do saldo da balança comercial portuguesa em produtos hortofrutícolas

TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES					
<i>Frutos frescos</i>			(<i>%</i>)		
	1994	1995	1996	1997	1998
Valor	16,5	19,8	20,3	31,2	21,3
Quantidade	14,5	17,6	18,7	30,3	17,9
<i>Produtos hortícolas</i>			(<i>%</i>)		
	1994	1995	1996	1997	1998
Valor	24,2	31,8	24,9	26,7	21,4
Quantidade	11,8	23,5	13,4	10,1	8,6

Fonte: MADRP (2000).

No entanto, e apesar disto, a realidade destes vários sub – sectores é diversa e muitas vezes antagónica do optimismo que estas frases introdutórias poderiam deixar transparecer, conforme se irá demonstrar ao longo das páginas seguintes.

Uma ideia inicial e de natureza transversal a todos estes sub – sectores, com maior ou menor intensidade, prende-se com o choque, decorrente da passagem de uma economia fechada, baseada em produções tradicionais, associadas a um sector transformador quase exclusivamente artesanal e sem grande capacidade de gerar valor acrescentado, tudo controlado por um tecido empresarial que ainda continua, apesar do progresso recente, algo renitente à inovação, para uma situação, que, progressivamente, foi caminhando para uma cada vez maior abertura de mercados, no quadro europeu e mundial. Se a isto se adicionar a relativa desprotecção de algumas dessas produções tradicionais algarvias no âmbito do processo de transição comunitário, acrescida por constrangimentos estruturais decorrentes do fraco desenvolvimento industrial, e neste caso concreto do sector agro – industrial, tem-se já um ponto de partida importante na

tentativa de explicação da inabilidade competitiva patenteada por esta componente nevrálgica do sector agro – alimentar algarvio.

3.1. Evolução sócio - estrutural global

Esta caracterização, elaborada a partir de informação recolhida através dos inquéritos às explorações agrícolas, levados a cabo no âmbito deste trabalho (e cujos resultados constam no Anexo D), permitiu extrair as seguintes ilações:

3.1.1. População Agrícola

O agregado familiar, em termos de composição média, é pequeno, na ordem dos 2,0 elementos em 2000 (valor idêntico ao verificado em 1993), sendo de destacar o seu baixo valor ao nível das explorações associadas da OP- Citrinos (1,9 elementos em 2000, se bem que com uma variação positiva de 18,2% face a 1993), quando comparados com os 2,2 de composição média no que às explorações associadas da OP- Frutos casca Rija e Alfarroba concerne (-12% face a 1993).

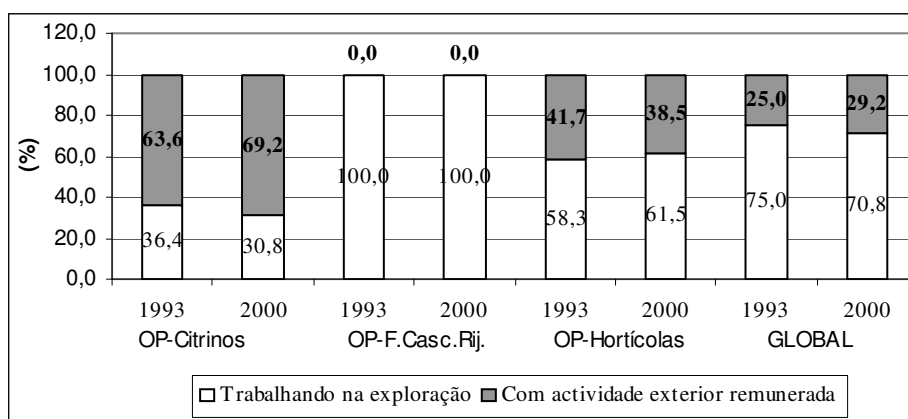
O número total de indivíduos do agregado familiar⁵⁵ do produtor inquirido, que trabalhavam nas respectivas explorações agrícolas, era em 2000, extremamente significativo (70,8%), se bem que tenha apresentado, face a 1993, uma evolução negativa (-5,6%). Desagregando por tipo de OP, pode-se observar um peso desta variável muito superior na OP, pertencente à categoria dos Frutos de casca e Rija e Alfarroba (100%, se bem que com um decréscimo em termos absolutos, de 1993 para 2000, na ordem dos -12,0%), quando comparado com os 61,5% da sua congénere Hortícola e principalmente dos Citrinos (30,8% em 2000). Este dado pode, eventualmente, ser explicado com o facto de serem as explorações, em termos de classes de dimensão económica, pequenas e muito pequenas (predominantes na OP- Frutos de Casca Rija e Alfarroba), que representam a maior parte das unidades de trabalho na agricultura e, também, por um efeito de contraponto ao menor recurso a

mão-de-obra assalariada verificado nestas mesmas explorações, como se observará mais adiante.

A percentagem das pessoas com actividade exterior remunerada aumentou, tendo passado de 25,0 % em 1993, para 29,2 % em 2000, conforme se constata pela observação do gráfico 19.

É assim, bastante relevante a dimensão social ainda desempenhada pela actividade agrícola, embora se registre uma influência ligeiramente menos marcada ao nível desta população amostrada, face a idênticos indicadores para a globalidade do Algarve, onde se constata que 83,7% da população agrícola familiar ainda trabalhava, em 1999, na exploração do agregado doméstico (*vide* Anexo B - Quadro 26).

Gráfico 19- Evolução da representatividade dos tipos de actividade dos membros do agregado familiar do produtor (por tipo de OP)

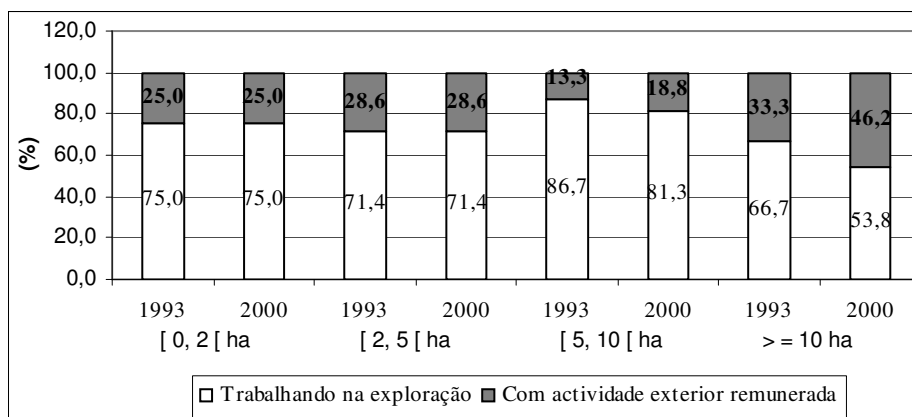


Fonte: Anexo D- Quadro 1.1.

Por classe de SAU, verifica-se que a percentagem dos membros dos agregados familiares dos produtores inquiridos com actividade na exploração era maioritária em todas as classes consideradas, atingindo o maior peso relativo na classe [5, 10[ha e o menor peso relativo nas explorações da classe de SAU com dimensão superior ou igual a 10 ha (conforme se observa no gráfico 20), classe, onde aliás, se verifica a única variação negativa no período 1993/2000 (-12,5%).

⁵⁵ População agrícola familiar (INE), composta pelo produtor agrícola e restantes membros da família com actividade agrícola na exploração, e assalariados permanentes. Não se contabilizam os assalariados com carácter eventual e consideram-se apenas as explorações associadas a produtores singulares (autónomos e empresários).

Gráfico 20- Evolução da representatividade dos tipos de actividade dos membros do agregado familiar do produtor (por classes de SAU)

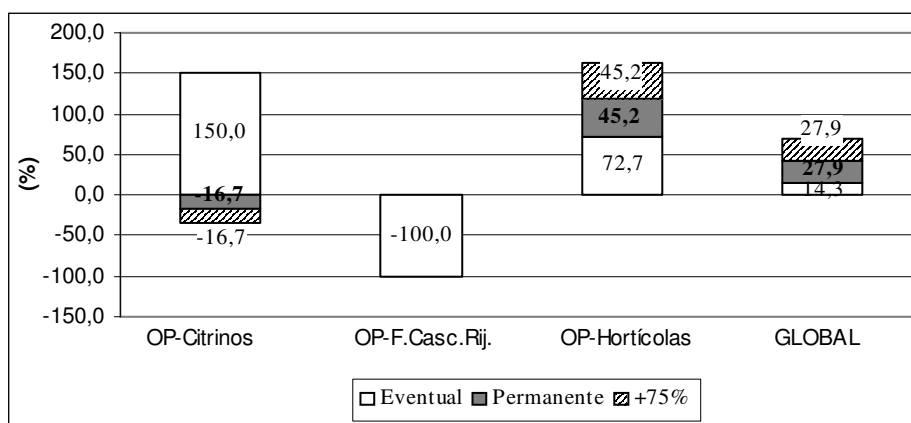


Fonte: Anexo D- Quadro 1.2.

Os assalariados agrícolas com um peso em 2000 na ordem dos 62% da população agrícola amostrada, tiveram uma franca evolução positiva, na ordem dos 23%, claramente superior à registada pela população agrícola familiar que estagnou neste período. Este aumento, ao nível dos assalariados agrícolas é grandemente da responsabilidade das explorações associadas da OP- Hortícolas (+52% de 1993 para 2000), o que não é de estranhar face à elevada intensidade de mão-de-obra exigida por esta actividade, principalmente na vertente sob abrigo. Este aumento foi, em termos globais, mais notório ao nível dos trabalhadores permanentes⁵⁶ (+27,9%) comparativamente aos eventuais (+14,3%), conforme se constata na análise do gráfico 21. Entre os permanentes é de destacar o facto de todos eles terem um tempo de actividade na exploração superior a 75%. Por OP, e reiterando em parte o que já atrás foi dito, é notória a “décalage” ao nível das explorações de frutos de casca rija e alfarroba (de 8 trabalhadores eventuais em 1993 passaram para 0 em 2000), face às que se dedicam à citricultura, onde a mão-de-obra eventual chegou mesmo a aumentar (150%), conforme se verifica no gráfico 21, e sobretudo à horticultura. Esta situação é indiciadora das maiores necessidades e, paralelamente, duma superior competitividade destas últimas actividades em termos de capacidade de atracção de mão-de-obra.

⁵⁶ Trabalhador permanente (INE) - Assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

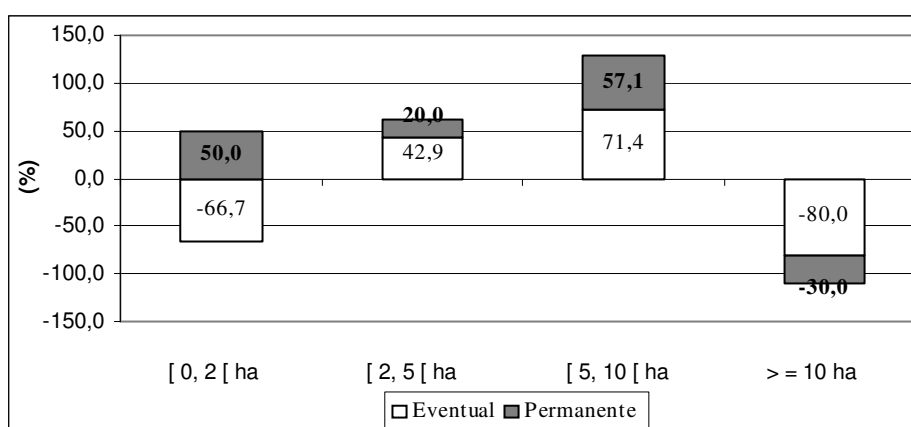
Gráfico 21- Variação do tipo de mão-de-obra assalariada por categoria de OP (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 4.1.

Procedendo a uma análise dos dados por classe de SAU, verifica-se que no período de 1993 a 2000, as explorações com classe de SAU de dimensão igual ou superior a 10 ha, empregaram menos trabalhadores permanentes (- 30%) e sobretudo menos trabalhadores eventuais (- 80%), conforme se pode observar no gráfico 22. Durante este período as maiores variações positivas, quer ao nível dos assalariados permanentes, quer eventuais, deram-se nas explorações inquiridas com classe de SAU [5, 10 [ha, respectivamente, 71,4 % e 57,1%, cabendo uma importante quota de responsabilidade neste comportamento, às explorações associadas da OP- Hortícolas.

Gráfico 22- Variação do tipo de mão-de-obra assalariada por classes de SAU (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 4.2.

3.1.2. Produtor Agrícola

No caso concreto dos produtores agrícolas inquiridos, é quase total a predominância do sexo masculino em detrimento do feminino (91,7% vs 8,3%), sendo de destacar no entanto os 28,6% de mulheres ao nível da OP- Hortícolas.

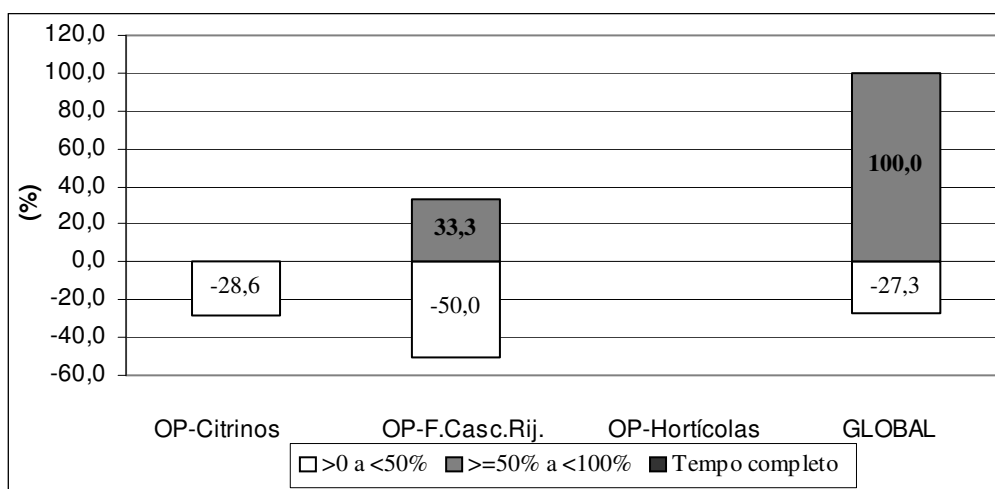
Considerando os produtores agrícolas segundo a idade dos mesmos, acentuou-se o seu envelhecimento, já que em 2000, os produtores com idade igual, ou superior a 65 anos representavam 20,8% do total, enquanto em 1993 eram somente 4,2%. Desagregando os dados por OP, é notória a maior faixa etária dos produtores de frutos de casca rijas e alfarroba, face aos de citrinos e sobretudo aos de hortícolas (na classe ≥ 65 anos o peso relativo é, respectivamente de, 40% , 14,3% e 0%)

Enquanto em termos globais, no conjunto do Algarve, o número de produtores agrícolas sem qualquer nível de instrução representava, em 1999, ainda 39,1 % do total - em 1989 atingia os 54,8 % - (*vide Anexo B - Quadro 27*), constituindo juntamente com o ensino básico (55,1%), a esmagadora percentagem das qualificações literárias dos produtores algarvios, no caso concreto destas explorações alvo de inquérito, não foram referenciados produtores sem qualquer nível de instrução. Se bem que o ensino básico seja ainda bastante significativo (41,7% do total), os detentores de formação ao nível do secundário já representam 33,3% do total, seguidos de muito perto pelos produtores com frequência de ensino superior. (25,0% do total em 2000, muito por força dos produtores de citrinos onde este grupo representa 57,1% do total), enquanto no conjunto do Algarve, em 1999, somente 5,8 % tinham instrução ao nível do ensino secundário ou politécnico/superior (*vide Anexo B - Idem*).

O tempo de trabalho dedicado à actividade agrícola por parte dos produtores inquiridos, denotou, em 2000, alterações significativas relativamente a 1993. Constatou-se ter existido um aumento da percentagem (+ 100%) dos produtores que dedicavam de “ $\geq 50\%$ a $< 100\%$ ” do seu tempo às suas explorações, conforme se constata na observação do gráfico 23. Pelo contrário, registou-se uma redução (-27,3%) da percentagem de produtores que dedicam de “ $>0\%$ a $<50\%$ ” do seu tempo à actividade agrícola, enquanto o número daqueles que a desenvolvem a tempo completo, estagnou. Por OP constata-se que a evolução global acima expressa é similar, ressalvando no entanto o

facto de na OP de Citrinos os produtores que dedicavam “<50%” do seu tempo à actividade na exploração, se bem que decrescendo em termos absolutos (-28,6%), de 1993 para 2000, conforme observável no gráfico 23, detém o maior peso relativo (71,4%), ao passo que na OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba e na OP- Hortícolas, essa posição de maior destaque era ocupada pelos que se dedicam a tempo completo (50% e 71,4%, respectivamente).

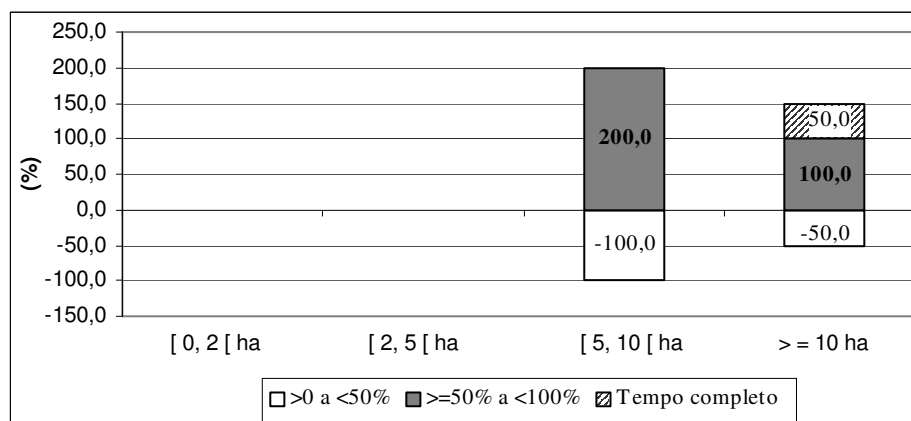
Gráfico 23- Variação do tempo de actividade na exploração por categoria de OP (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 2.5.

Por classes de SAU foi visível, conforme se observa no gráfico 24, um retrocesso, nas classes [5, 10 [ha e de dimensão igual ou superior a 10 ha, no que concerne ao tempo de actividade na exploração inferior a 50% (-100% e - 50%, respectivamente). Esse efeito foi contrabalançado nessas mesmas classes, por um aumento de, respectivamente, 200% e 100%, nas ocupações temporais compreendidas entre 50% e 100%, sendo que nesta última, se registou igualmente, uma variação positiva de 50%, em relação aos produtores agrícolas que dedicam à exploração o seu tempo completo.

Gráfico 24- Variação do tempo de actividade na exploração por classes de SAU (1993/2000)



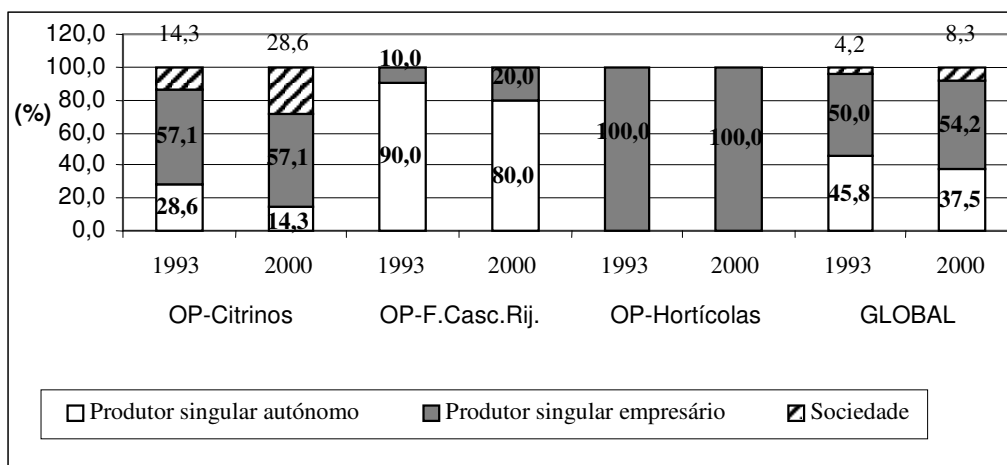
Fonte: Anexo D- Quadro 2.6.

Por tipologia de OP, os dados do inquérito em causa demonstram o equilíbrio, à data de 2000, entre o chamado agricultor a tempo parcial (representavam 100% nas explorações da OP- Citrinos), e os agricultores a título principal (maioritários, entre os produtores da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, onde representavam 70% do total e entre os da OP- Hortícolas, 71,4%). De assinalar que neste inquérito não se registou a existência (em 2000) de qualquer jovem agricultor.

Em termos de estatuto jurídico, há uma superioridade do produtor singular empresário (54,2% em 2000), face aos 37,5% correspondentes ao produtor singular autónomo e aos 8,3% de sociedades (totalmente concentradas na OP- Citrinos), conforme se pode observar no gráfico 25. No entanto em termos de variação, de 1993 para 2000, enquanto ao nível dos singulares autónomos houve um decréscimo (-18,2%), as outras duas categorias, aumentaram em, respectivamente, 8,3% e 100,0%. Por OP é notório o maior peso do produtor singular empresário ao nível dos citrinos e hortícolas (57,1% e 100% do total, respectivamente), ao passo que ao nível da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba predominam largamente os singulares autónomos (80% em 2000), se bem que tenham registado um declínio de cerca de 10%, face a 1993. É notório um certo paralelismo, no que a este item concerne, entre o estatuto jurídico do titular da exploração – sociedade/produtor singular empresário - e tipologias de actividade agrícola ditas mais empresariais/profissionalizadas – citricultura/horticultura – em contraponto a formas de exploração ditas mais “artesaniais/tradicionais”, característicos das actividades ligadas

ao pomar tradicional de sequeiro, onde predomina o estatuto do produtor singular autónomo.

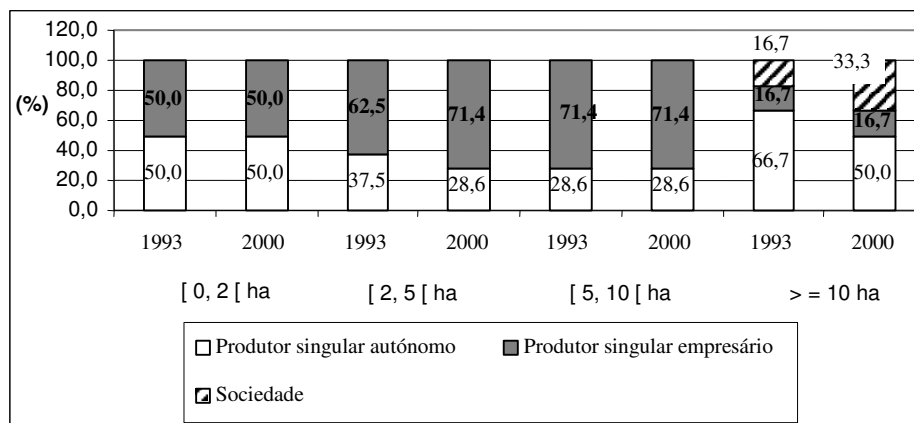
Gráfico 25- Evolução da representatividade dos diferentes tipos de estatuto jurídico dos produtores inquiridos (por tipo de OP)



Fonte: Anexo D- Quadro 5.1.

Por classes de SAU, e curiosamente, o produtor singular autónomo predomina nas explorações agrícolas pertencentes à classe de dimensão igual ou superior a 10 ha (muito por força da influência das explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba), embora o seu peso relativo tenha decaído de 66,7% em 1993, para 50% em 2000, conforme se pode observar no gráfico 26. Já nas explorações das classes [2, 5 [ha e [5, 10 [ha predominava o produtor singular empresário.

Gráfico 26- Evolução da representatividade dos diferentes tipos de estatuto jurídico dos produtores inquiridos (por classe de SAU)

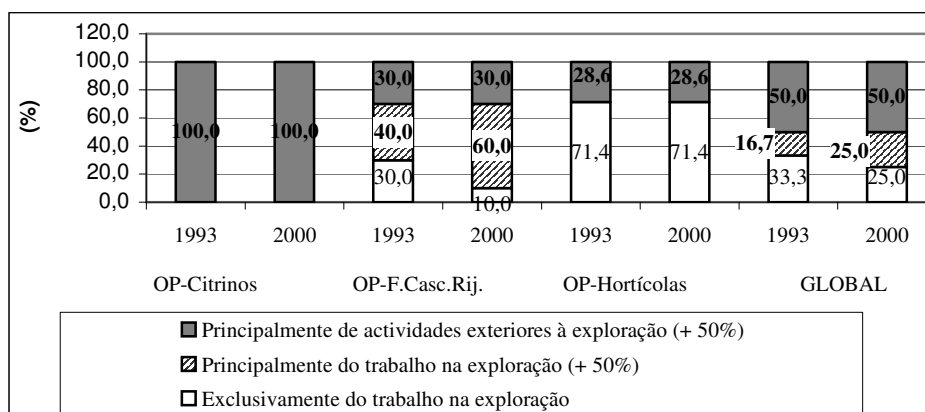


Fonte: Anexo D- Quadro 5.2.

3.1.3. Origem do Rendimento

Registou-se em 2000, relativamente a 1993, uma redução dos agregados domésticos que vivem exclusivamente dos rendimentos retirados da exploração, e um aumento dos que vivem principalmente do trabalho na exploração (-25% e +50%, respectivamente). Pelo contrário, registou-se uma estagnação da percentagem dos agregados domésticos que obtêm o seu rendimento principalmente de actividades exteriores à exploração. Em termos de peso relativo por OP, estas várias modalidades, encontram-se equilibradamente distribuídas, conforme se pode facilmente observar no gráfico 27. Assim, se nas explorações associadas da OP- Hortícolas predominava o rendimento obtido exclusivamente do trabalho na exploração, na OP- Citrinos essa origem era exclusivamente de actividades exteriores à exploração. Só na OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba é que predominava o rendimento oriundo em mais de 50% do trabalho na exploração.

Gráfico 27- Evolução da representatividade das diferentes fontes de rendimento do produtor agrícola inquirido (por tipo de OP)

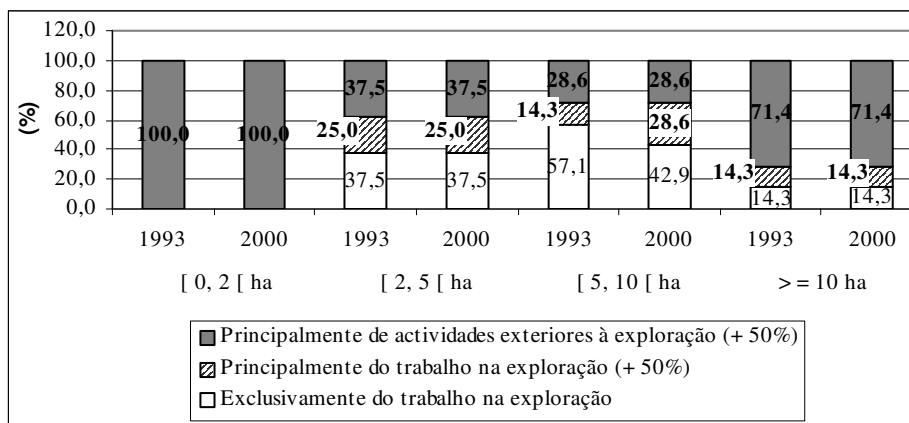


Fonte: Anexo D- Quadro 3.1.

Agrupando a informação veiculada pelos inquéritos por classes de SAU, verifica-se, pela análise do gráfico 28, que o rendimento proveniente principalmente de actividades exteriores à exploração agrícola é maioritário nas classes de SAU [0, 2 [ha e de dimensão igual ou superior a 10 ha (respectivamente, 100% e 71,4%). Já nas explorações com SAU [5, 10 [ha assistiu-se a um retrocesso em termos de peso relativo do número de produtores que obtêm o seu rendimento exclusivamente do trabalho na exploração (de 57,1% em 1993, para 42,9% em 2000), enquanto,

paralelamente, se deu um aumento do peso relativo daqueles que obtêm mais de 50% do rendimento a partir da exploração (de 14,3% em 1993, para 28,6% em 2000).

Gráfico 28- Evolução da representatividade das diferentes fontes de rendimento do produtor agrícola inquirido (por classes de SAU)



Fonte: Anexo D- Quadro 3.2.

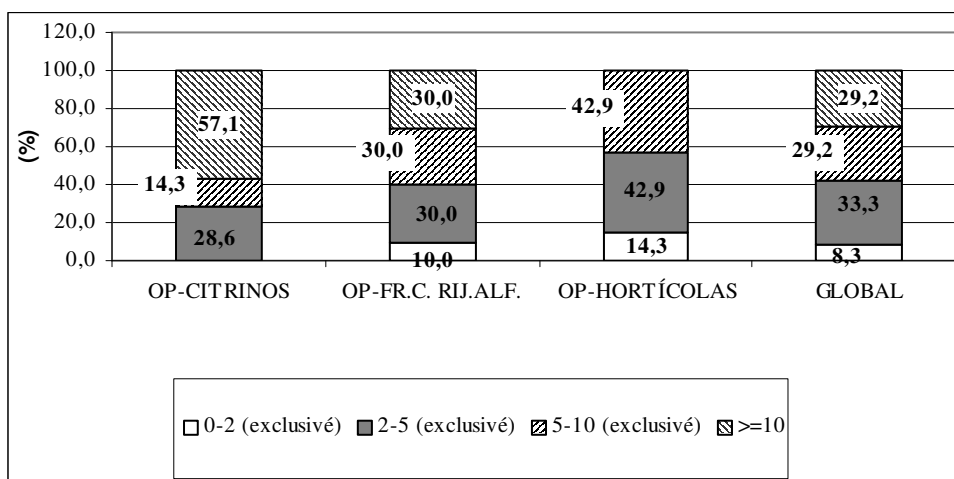
Quando os produtores agrícolas obtêm rendimentos exteriores à exploração, a principal fonte destes são as pensões e reformas (52,9% em 2000). A actividade empresarial exterior à exploração e o trabalho por conta de outrém são, equitativamente repartidas, a origem do rendimento para os restantes produtores inquiridos, com rendimentos exteriores à exploração.

3.1.4. Estrutura das Explorações Agrícolas

Da análise dos gráficos 29 e 30, resulta, no que concerne à população amostrada, que as explorações com SAU ≥ 10 ha, embora representando apenas, em 2000, 29,2% do total das explorações inquiridas, dispunham no entanto de 78,3% da SAU total – de onde se destacam as explorações associadas da OP- Citrinos, onde esta classe representa 57,1% do número total de explorações e 88,1% da SAU total respectiva, tendo registado uma variação positiva de 19,1%, entre 1993 e 2000. Já ao nível das explorações pertencentes à OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, esta classe representa 58,7% da respectiva SAU (30% das explorações), mas em comparação essa área adstrita, cresceu 32,3% em igual período – o que representou, relativamente a 1993, um aumento de 22,1%, sendo, aliás, a única das classe de SAU onde se verificou uma variação positiva. Já as explorações

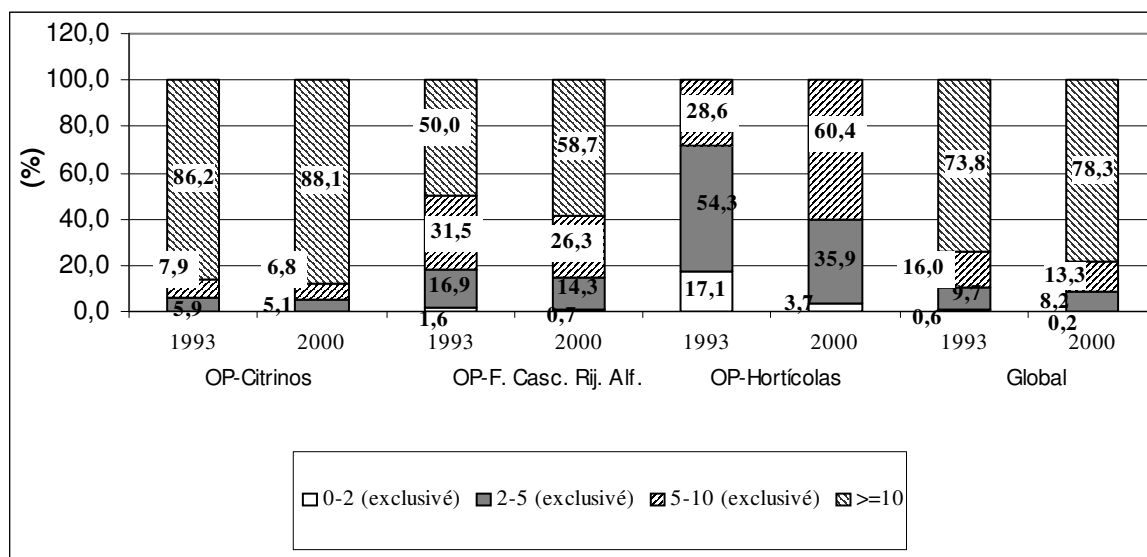
com < 5 ha de SAU, representando 41,6% do total de explorações inquiridas, dispunham apenas de 8,4% da SAU total. Da análise destes dados é possível extrapolar duma maior predominância das explorações de menor dimensão (< 5ha de SAU) ao nível da OP- Hortícolas, ao passo que nas de Frutos Casca Rija e, principalmente, nas de Citrinos, se assiste a uma maior concentração fundiária. Tal facto prende-se com razões de limiares de rentabilidade, associados a condicionalismos de natureza técnico – económica derivados da área agrícola disponível, variáveis consoante o tipo de cultura/tecnologia produtiva em causa. Assim essa dimensão crítica exigível é inferior quando se trata de explorações de horticultura intensiva, e principalmente, se feitas sob coberto.

Gráfico 29- Representatividade em termos de número de explorações das diferentes classes de SAU



Fonte: Anexo D- Quadro 6.2.

Gráfico 30 – Evolução da representatividade em termos de área adstrita às diferentes classes de SAU



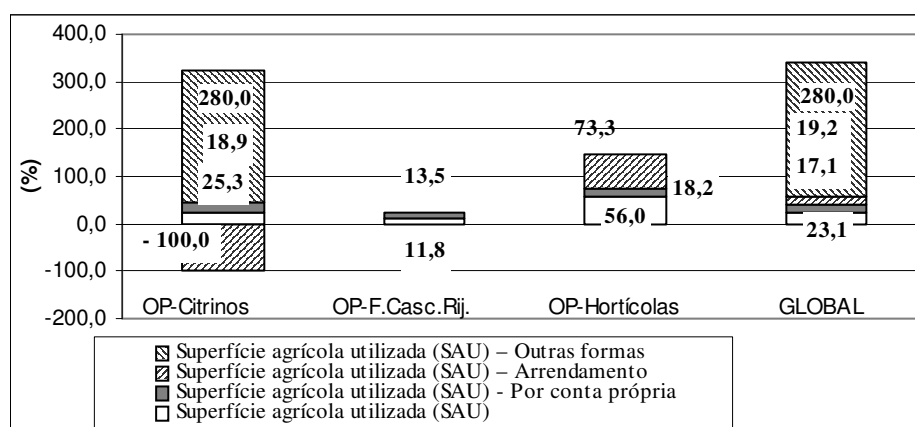
Fonte: Anexo D- Quadro 6.3.

Na população amostrada, a SAU média das explorações aumentou de 9,5 ha, em 1993, para 11,7 ha em 2000, ou seja mais 23,1% (valor claramente superior aos 2,7% registados para a situação global do Algarve, entre RGA), aumento esse feito à custa das explorações com SAU ≥ 10 ha (+ 22,1% de área entre 1993 e 2000), já que nas demais classes essa variação foi negativa. Curiosamente, procedendo-se à desagregação dos dados por categoria de OP, se bem que se observe nas explorações associadas da OP-Citrinos, para além de uma maior dimensão média em termos de SAU, um grande ritmo de crescimento da concentração fundiária, traduzida por um aumento na SAU média / exploração de 25,3% (de 19 ha em 1993 para 23,9 ha em 2000), aumento esse, tal como atrás foi referido à custa das explorações da classe mais alta, é nas explorações associadas da OP- Hortícola que essa taxa de crescimento foi maior (56% entre 1993 e 2000), traduzida em termos absolutos por um aumento de 2,5 ha para 3,9 ha, o que atendendo à especificidade estrutural da horticultura, em termos de dimensão das áreas envolvidas (facto já atrás relevado) não deixa de ser muito significativo.

No que concerne ao estatuto jurídico de posse da terra, os resultados do inquérito em causa, demonstram, uma primazia inequívoca da exploração por conta própria (82,2% em 2000). Se bem que de 1993 para 2000, a sua importância relativa tenha decaído 4,2% (por via do aumento espectacular da SAU- Outras formas, + 280%, passando de 5

ha para 19 ha), em termos absolutos a variação foi, nesse período, de + 17,1%, conforme se observa no gráfico 31. Por tipo de OP, se a exploração por conta própria tem primazia ao nível das explorações associadas das OP- Citrinos e de Frutos Casca Rija e Alfarroba (cerca de 88%, em 2000, tanto num caso como noutro), já nas associadas da OP- Hortícolas predomina o arrendamento (76%).

Gráfico 31- Variação da SAU e sua natureza, por categoria de OP (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 6.1.

Já em termos de superfície adstrita ao regadio, o panorama manteve-se sensivelmente inalterado (+9,1%), mas é de salientar que foi nas explorações associadas da OP-Hortícolas, onde se registou o maior aumento deste item, +56%, logo seguidas pelas de Frutos Casca Rija e Alfarroba (+13,9%), enquanto, nas explorações associadas da OP de citrinos, registou-se mesmo um decréscimo, se bem que praticamente insignificante, de 1993 para 2000 (-0,8%). A explicação para tal aumento nas explorações da OP-Hortícolas, prende-se com o significativo aumento de área ocorrido de 1993 para 2000. Já no que às explorações associadas da OP de Frutos Casca Rija e Alfarroba concerne, tal aumento reside no facto de muitas destas explorações apresentarem também uma importante componente de culturas de regadio, nomeadamente citrinos, isto para além, das próprias culturas do chamado pomar de sequeiro, começarem elas mesmo a ser regadas, durante os primeiros anos de crescimento, como meio de acelerar a sua entrada em produção, por via de um acelerar desse mesmo crescimento.

3.1.5. Utilização das Terras

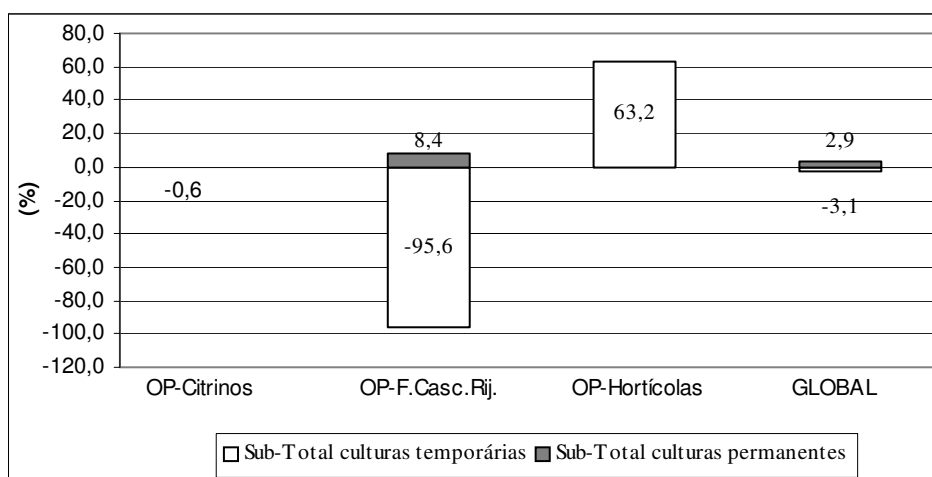
Os dados sobre a ocupação do solo veiculados via este inquérito permitem retirar as seguintes ilações:

- Grande dependência produtiva em relação a algumas, poucas, culturas agrícolas, a saber, citrinos, alfarrobeira, culturas hortícolas e amendoeira;
- A florestação não tem tido grande significado, excepção feita para o sobreiro, e só ao nível das explorações associadas da OP- Citrinos.

A estrutura da utilização da SAU no conjunto das explorações inquiridas registou, de 1993 para 2000, grosso modo as seguintes alterações:

- Ligeira diminuição, -3,1%, da área adstrita a culturas temporárias, conforme constatável no gráfico 32, com destaque para os prados temporários e culturas forrageiras (de 9 ha em 1993, para 0 ha em 2000), isto apesar do aumento significativo das áreas de hortícolas de estufa ocorrido ao nível das explorações associadas da OP- Hortícolas, que em igual período sofreram um acréscimo de 64,3% (de 14 ha para 23 ha);
- Ligeiro aumento, 2,9%, das áreas dedicadas a culturas ditas permanentes, conforme observável no gráfico 32, por força, única e exclusivamente, dos aumentos registados em duas culturas do pomar tradicional de sequeiro, o olival (+52,6%, passando de 5,7ha para 8,7ha) e principalmente a alfarrobeira, mercê do seu maior peso relativo (de 43,5 ha para 54,2 ha, +24,5%). Todas as demais culturas permanentes referidas neste inquérito sofreram variações negativas, inclusive os citrinos, se bem que neste caso essa diminuição foi praticamente residual (-0,6%);

Gráfico 32- Variação dos tipos de culturas agrícolas por categoria de OP (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 7.1.

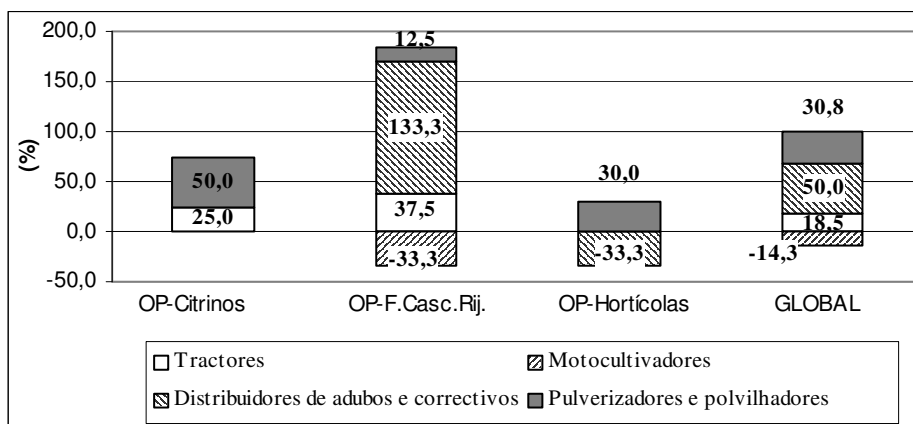
- Ao nível das chamadas tecnologias de produção alternativas é de realçar o grande incremento da protecção integrada, ao nível da OP- Citrinos (+275,3%, de 24,2 ha em 1993, para perto de 91 ha em 2000), representando, actualmente 83% de toda a área de citrinos no conjunto da população amostrada – quase 100%, se reportada apenas ao contexto das explorações associadas da OP- Citrinos – a que não é, necessariamente alheio o facto desta organização estar reconhecida como Associação de Produtores em Protecção Integrada. Já ao nível da agricultura biológica não houve quaisquer registos de áreas actualmente votadas a este método de produção, tendo havido sim, o abandono, durante o período em análise, do único hectare referenciado em 1993;
- Em termos genéricos pode-se constatar que, ao longo destes últimos anos, houve, à semelhança do ocorrido para a globalidade do Algarve (consultar Anexo B - Quadro 21), um estrangulamento no que respeita à diversificação da actividade agrícola das explorações amostradas, com algumas culturas do pomar tradicional de sequeiro algarvio (alfarrobeiras e, em termos de acréscimo relativo, também o olival) a ganharem peso relativamente a todas as outras culturas que, tradicionalmente, constituíam a base do rendimento agrícola da região, mantendo no entanto os citrinos uma hegemonia total sobre as demais culturas aqui referenciadas (52,3% da área total). A única surpresa, se assim se puder chamar, por comparação com a tendência evolutiva verificada globalmente no Algarve, foi o aumento significativo da área de culturas hortícolas em estufa (+53,3%, de 15 ha para 23 ha, entre 1993 e

2000) a que não é alheio o facto de se estar a lidar, no caso das associadas da OP-Hortícolas, com explorações agrícolas altamente especializadas em horticultura em estufa, e desta organização de produtores ter uma forte ligação a um grupo empresarial regional, com um elevado “know-how” em métodos de produção sob abrigo, nomeadamente, na vertente de cultivo sem solo, utilizando substratos alternativos (hidroponia).

3.1.6. Equipamento das Explorações

Este inquérito permitiu concluir que, de um modo geral, as explorações agrícolas que constituíram a população amostrada estão melhor equipadas. O número de tractores aumentou 18,5% (de 27 para 32 unidades), conforme observável no gráfico 33. São de assinalar igualmente os aumentos consideráveis registados, de 1993 para 2000, na utilização de outros equipamentos agrícolas. Assim, o número de distribuidores de adubos e correctivos cresceu 50,0%, e os pulverizadores e os polvilhadores 30,8%. O único tipo de equipamento referenciado que registou uma quebra no período de tempo em referência foram os motocultivadores (-14,3%). Por OP verifica-se um comportamento no que a este item diz respeito muito similar, sendo as excepções derivadas de técnicas culturais diferenciadas, nomeadamente o recurso na cultura dos citrinos a técnicas de pestifertirrega, as quais dispensam assim a existência de aplicadores de adubos e correctivos, uma vez que a grande maioria destes são aplicados via água de rega.

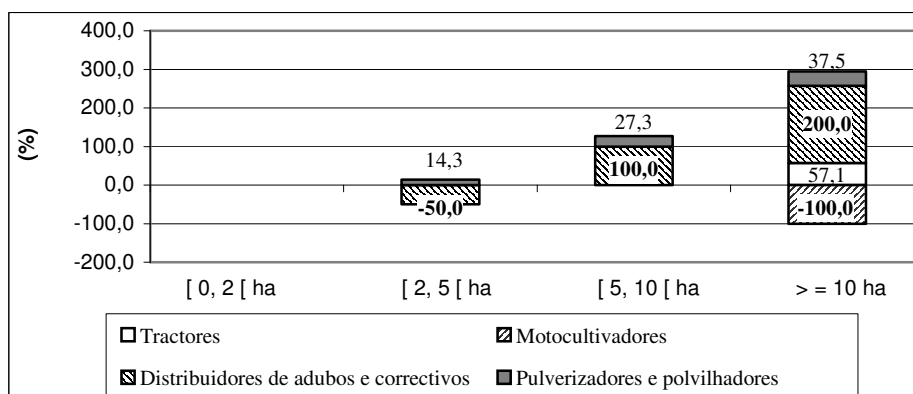
Gráfico 33- Variação dos diferentes tipos de equipamentos agrícolas por categoria de OP (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 8.1.

Por classes de SAU, é notório que, o maior apetrechamento, em termos de equipamentos, conforme é visível na observação do gráfico 34, ocorreu nas explorações da classe com dimensão igual ou superior a 10 ha, traduzido pelo aumento do número de tractores (+ 57,1%), de distribuidores de agro-químicos (+ 200%) e de pulverizadores e polvilhadores (+37,5%).

Gráfico 34- Variação dos diferentes tipos de equipamentos agrícolas por classes de SAU (1993/2000)



Fonte: Anexo D- Quadro 8.2.

3.1.7. Contabilidade Agrícola

As explorações agrícolas inquiridas com contabilidade organizada, constituíam já a maioria, em 2000 (13 explorações, isto é, cerca de 54,2% do número total), representando, relativamente a 1993, um aumento de 8,3%. Desagregando estes dados, verifica-se que na OP- Frutos de Casca Rija e Alfarroba, não há qualquer exploração que apresente a contabilidade organizada. Já a esmagadora maioria das pertencentes à OP- Citrinos (85,7%, mais uma unidade relativamente a 1993) e a totalidade das explorações associadas da OP – Hortícolas, apresentam a escrita organizada. Por classes de SAU não se pode inferir sobre a ocorrência de um padrão de comportamento do tipo, maior dimensão de SAU <-> maior número de ocorrências de escrita organizada, já que por exemplo, no que a 2000 concerne, verifica-se uma distribuição equitativa das duas situações em análise pelos vários escalões de SAU.

Como ilação, duas importantes conclusões se podem retirar desta análise aos dados atrás reproduzidos:

- As explorações agrícolas inquiridas, de 1993 para 2000, têm maior dimensão, encontram-se melhor equipadas e - excepção feita às explorações especializadas em horticultura sob estufa, que em virtude das especificidades técnicas associadas a este método de produção / dificuldade de mecanizar tarefas, são altamente consumidoras deste factor de produção - utilizam menos mão-de-obra;
- Os produtores agrícolas, durante esse mesmo período, têm mais idade e dedicam cada vez mais tempo à actividade na exploração.

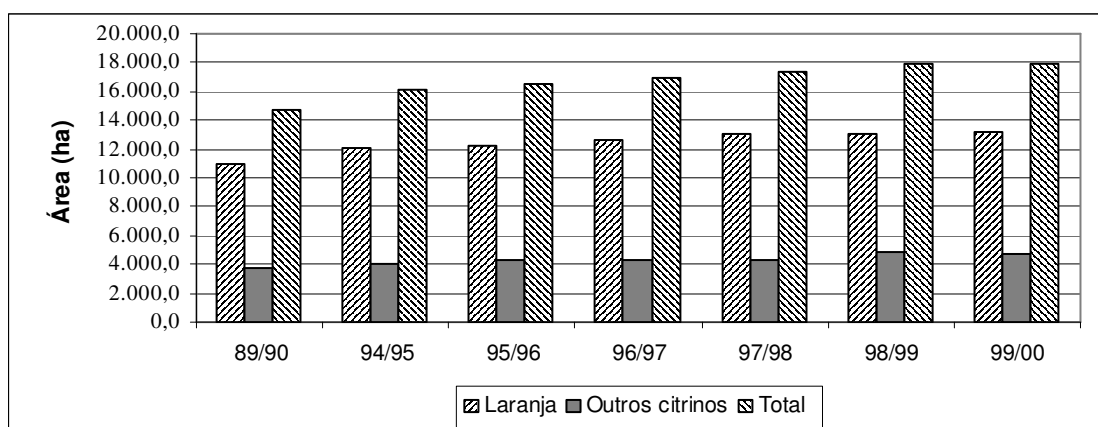
Estas alterações poderão indiciar, em certa forma, reforço do profissionalismo e da competitividade, e uma maior aposta na agricultura dita empresarial, se bem que com uma clara diferenciação em função da orientação técnico – económica das explorações, com clara prevalência da citricultura e horticultura.

3. 2. O Sector da Citricultura

Numa análise causa – efeito da evolução daquele que é sem dúvida o mais importante sub-sector da agricultura algarvia, pode-se constatar o seguinte:

- ◆ Nos últimos 40 anos a cultura teve um incremento apreciável, tendo nas décadas de 50 e 60 quadruplicado a sua área, devido essencialmente à entrada em funcionamento do perímetro de rega de Silves, Lagoa e Portimão (DRAALG, 1998), e às melhores condições de acesso aos mercados fora da Região;
- ◆ Na década de 80, verificou-se novo e forte incremento, alcançando uma área de 14.783 ha (INE, 1992), graças à introdução de tecnologias de captação de águas subterrâneas, aos apoios financeiros disponíveis e ao aumento do poder de compra em Portugal, que se traduziu num aumento do consumo;
- ◆ No período 94/99 a média de crescimento anual da superfície foi da ordem dos 350 ha, fundamentalmente como resposta aos vantajosos incentivos ao investimento, veiculados via QCA II, conforme se pode constatar no gráfico 35.

Gráfico 35- Evolução das áreas de citrinos no Algarve



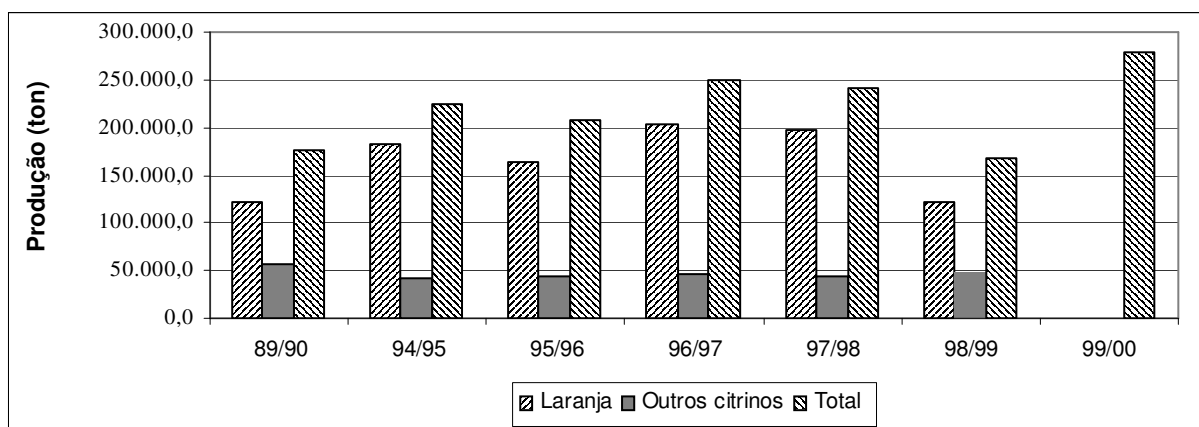
Fonte: Anexo B - Quadro 18.

Curiosamente no inquérito às explorações agrícolas efectuado no âmbito deste trabalho não se verificou esta tendência de crescimento das áreas afectas a esta cultura. Os citrinos, como aliás, todas as demais culturas permanentes referenciadas no inquérito, à excepção da alfarrobeira e oliveira, sofreram variações negativas, se bem que no caso

concreto dos citrinos essa diminuição foi praticamente residual (-0,6%, ou seja menos de 1 ha, entre 1993 e 2000), redução essa, a qual, curiosamente, se deu ao nível das explorações associadas da OP- Citrinos.

O Algarve é a principal região produtora de citrinos em Portugal com uma superfície actual instalada a rondar os 18.000 ha (*vide* gráfico 35), representando cerca de 70% da área total nacional. Em relação a 1989, registou-se um aumento substancial da área de citrinos (+ 3.051 ha), mas uma redução do número de explorações (-1.821 explorações, segundo dados do INE). De 1994 para 1999 assiste-se igualmente a um aumento de área, de 15.683 para 17.859 ha (quase + 14%), segundo dados constantes no Anexo B-Quadro 21. É de realçar o importante esforço de reestruturação dos pomares existentes, traduzido pelo abate de áreas com árvores antigas, ou variedades sem valor comercial, e sua substituição parcial por populações jovens e de variedades comercialmente mais apelativas. Esta situação, aliada às contingências climáticas, explica, grandemente, a evolução negativa (-25%) ocorrida a nível da produção, de 1994 para 1999, podendo, no entanto, já em 2000, observar-se uma notória recuperação, conforme observável no gráfico 36.

Gráfico 36- Evolução das produções de citrinos no Algarve



Fonte: Anexo B - Quadro 18.

Esta posição de destaque da região a nível nacional constata-se em todas as espécies cítricas, porquanto nela se concentram 60% do laranjal, 85% do pomar de tangerineiras e 40% do pomar de limoeiros (DRAALG, 2000-2001).

Para além destes indicadores da importância do sector a nível nacional, a actividade gera um valor superior a 30% do Produto Agrícola Bruto regional (INE), e a ela se dedicam perto de 10.000 explorações agrícolas da região (*vide* Anexo B – Quadro 22), que ocupam mais de 4.500 postos de trabalho.

Daqui resulta, ao nível da estruturação fundiária, a constatação duma forte atomização desta actividade, já que se estima que só cerca de 10% das explorações agrícolas têm uma área superior a 20 ha e que mais de 60% não atingem os 5 ha. Este facto (atendendo às exigências de dimensão mínima para efeitos de viabilidade técnico-económica das explorações, por muitos especialistas deste sub-sector defendida), constitui assim um importante estrangulamento.

Já no que respeita à população amostrada para realização do inquérito à OP- Citrinos, levado a cabo neste trabalho, e conforme traduzido nos resultados obtidos (*vide* Anexo E – Quadro 4), onde 45,8% do total das explorações associadas têm mais de 10 ha, cabendo às de área “< 5 ha”, apenas 20,8% do número total, a situação é claramente mais favorável. Esta situação patenteia que nas explorações especializadas em citricultura, amostradas neste inquérito, houve, face ao global do Algarve, uma maior tendência para a concentração fundiária, logo no sentido de um reforço da sua competitividade, no que a este parâmetro diz respeito.

3.2.1. Organização empresarial do sector expedidor

A estrutura comercial do sector citrícola, embora, de longe, o mais organizado da região, apresenta, ainda, uma grande debilidade ao nível do baixo grau de concentração da oferta.

Existiam no Algarve, até Julho de 2001, 7 organizações de produtores (OP) na categoria de citrinos (conforme constante no Anexo A – p. 6), 4 reconhecidas ao abrigo do Reg. (CE) N°2200/96 (57,1% do total de OP desta categoria), 1 com pré – reconhecimento ao abrigo desse mesmo diploma legal e 2 ainda só com reconhecimento no âmbito do Reg. (CEE) N°1035/72 – já em fase de adaptação (Plano de Acção aprovado) para transição para o Reg. 2200 (28,6%). Para além destas, existe ainda uma outra OP, que embora

pertencente à categoria de Frutas e Hortícolas, tem trabalhado na prática, quase exclusivamente com citrinos. Todas estas OP são de criação muito recente, uma vez que o 1º reconhecimento só foi concedido em 1994, e representam apenas cerca de 6,3% do número de explorações agrícolas que se dedicam a esta actividade, o que face às exigências da UE e às progressivas alterações dos mercados, que ocorreram nos últimos anos, caracterizadas por uma forte tendência de crescimento da concentração ao nível da procura, impõe regras comerciais que aconselham um nível de concentração superior da parte da oferta e um enquadramento técnico mais alargado com vista à obtenção de produções com melhor qualidade.

A atestar estes factos, e conforme se pode observar no diagrama seguinte (figura 6), na campanha de 1999/2000, cerca de 18,6% da produção, foi comercializado para os mercados através de OP (valor claramente acima da média europeia, e que é substancialmente superior ao dos restantes sub – sectores da hortofruticultura algarvia), o que representou relativamente à campanha transacta um acréscimo superior a 6% em termos de quota das OP (em 1998/99, apenas 12,4% do total da produção foi comercializado via OP, segundo DRAALG, 2000-2001). Esse aumento, afigura-se ter sido meramente pontual, fruto da campanha em causa ter sido claramente superior à do ano transacto, em termos de volumes de produção obtidos, o que motivou um aumento da oferta disponível, motivando maiores dificuldades de comercialização por via directa por parte dos produtores associados e tendo como consequência o maior recurso destes últimos ao escoamento via OP por apresentar, mesmo assim, condições mais vantajosas. Para além de fazer baixar os preços, esta elevada produção obtida, fez sentir ainda mais o grau de debilidade organizacional da produção, provocando grandes quebras ao nível do escoamento, estimando-se que cerca de 20% da mesma não tenha atingido os mercados, donde resultaram importantes quebras ao nível do rendimento dos agricultores (DRAALG, 2000-2001).

No que concerne aos procedimentos das OP deste sub – sector em termos de auto – financiamento (complementar às ajudas directas por via da regulamentação comunitária específica) e condições de pagamento aos seus associados, o inquérito às OP realizado, permitiu concluir o seguinte:

- Em termos de formação dos preços de campanha, a totalidade das OP inquiridas responderam que a formação dos mesmos era feita com base na média dos preços de venda obtidos (valor de mercado da produção, o qual está dependente do cruzamento do binómio qualidade/quantidade oferecida com a procura) aos quais eram deduzidos os custos operacionais/funcionamento ou simplesmente de intermediação. No que a esses custos diz respeito, 2/6 das OP optam por aplicar uma taxa percentual (25%-30%) ao valor da venda / kg de produto comercializado, 2/6 optam por aplicar uma taxa fixa sobre o preço de venda / kg de produto comercializado (15\$00-20\$00/kg), 1/6 optam por aplicar uma taxa fixa mas escalonada em função do preço de venda obtido (quando o preço de venda / kg fica abaixo de 100\$00, deduzem 10\$00/kg, quando é superior, deduzem 15\$00/kg) e 1/6 das OP afirmaram não cobrar qualquer montante aos seus associados, garantindo o autofinanciamento apenas por via das ajudas indirectas pagas às OP.

- No que toca ao intervalo de tempo para efectivação do pagamento aos associados (período habitual que medeia entre a entrega da produção na OP e o recebimento pelo associado correspondente à venda da mesma) este é bastante variável. Assim, 1/7 das OP processam-no, normalmente, em 15-20 dias, 1/7 em 30 dias, 3/7 em 60 dias e 2/7 em 90 dias.

Igualmente, como resultado do inquérito efectuado, pôde-se constatar que entre os principais problemas/constrangimentos referidos pelas OP no que respeita, quer ao seu funcionamento corrente, nomeadamente em termos de relacionamento com os demais intervenientes na fileira, quer em termos de críticas/anseios mais comuns entre os seus associados, ressaltam os seguintes aspectos:

Ao nível da OP:

- Dificuldades periódicas ao nível do escoamento das produções;

- Condições de comercialização penalizadoras para a produção, concretamente em termos de prazos e preços contratados com certos operadores económicos (v.g. esmagamento de margens à produção, práticas de rapel);

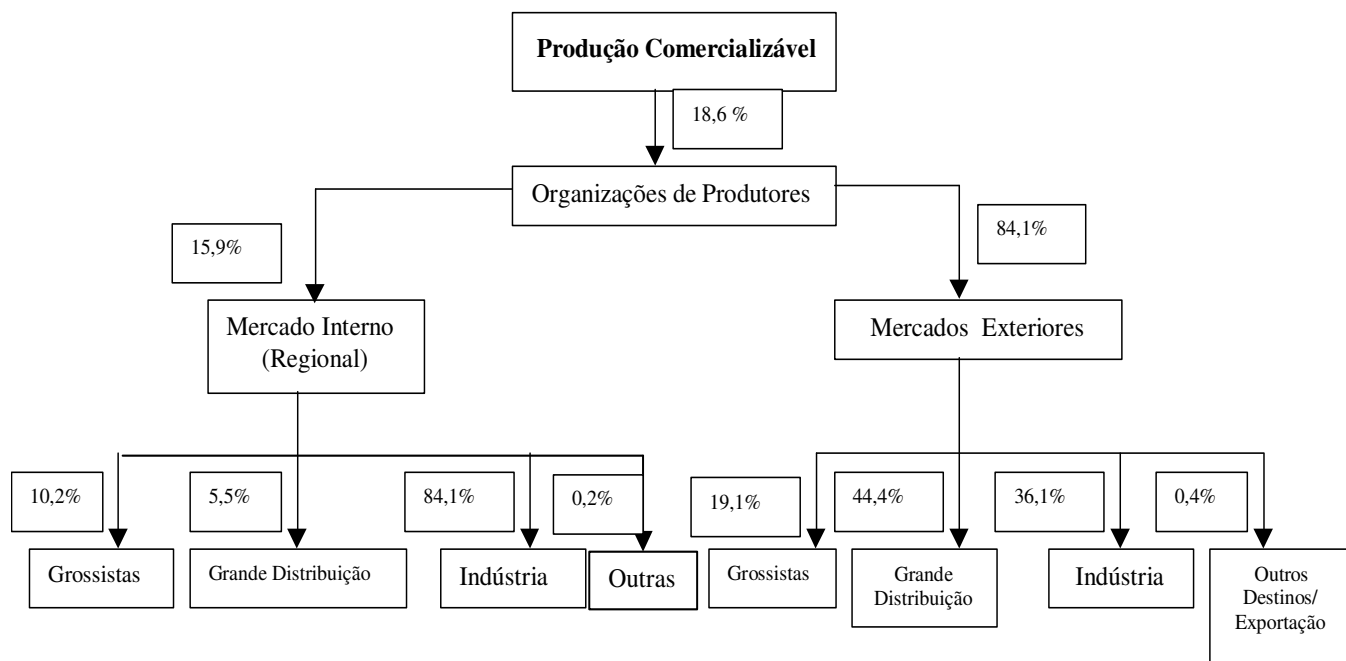
- ❑ Ineficiência de certos operadores económicos localizados a jusante na fileira;
- ❑ Falta de fidelização dos associados na hora de colocarem as suas produções para serem comercializadas via OP;
- ❑ Escassez de recursos humanos, com formação adequada;
- ❑ Carências ao nível de instalações;
- ❑ Dificuldades de ordem económica e financeira;
- ❑ Deficiente organização da produção.

Ao nível dos produtores:

- ❑ Problemas de falta de mão-de-obra e de qualificação da mesma;

Paralelamente estavam inscritos, em 2001, com número de operador e comerciante de hortofrutícolas, cerca de 1.573 empresas, segundo dados fornecidos por DRAALG/Direcção de Serviços de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DSFCQA) e destas, cerca de 200 tinham instalações e equipamentos, havendo uma grande diversidade na sua efectiva capacidade de laboração. É, pois, indiscutível a importância dos expedidores individuais na preparação e comercialização de citrinos, em todos os segmentos de mercado (cerca de 79% do total da produção regional, durante a campanha de 1999/2000). Tal situação contribui para uma grande atomização e dispersão comercial (as vinte maiores empresas de expedição, em 1997, detinham apenas 45% da quota de mercado (DRAALG, 1998), e apenas nove desses operadores trabalhavam mais de 5.000 ton / ano), com as consequências nefastas daí advindas de perda de poder negocial (por exemplo face às Médias e Grandes Superfícies) e até mesmo episódios de guerra de concorrência, traduzida por abaixamento dos preços de venda, entre esses mesmos agentes.

Figura 6- Comercialização dos Citrinos no Algarve (circuito via OP) - campanha 1999/2000



Nota: As retiradas de produção algarvia do mercado, com financiamento ao abrigo do Fundo Operacional, efectuadas pelas OP reconhecidas, não têm praticamente significado (só no período de 1994 a 1996 é que houve necessidade de recorrer a este procedimento, tendo sido retiradas pouco mais de 1.000 ton).

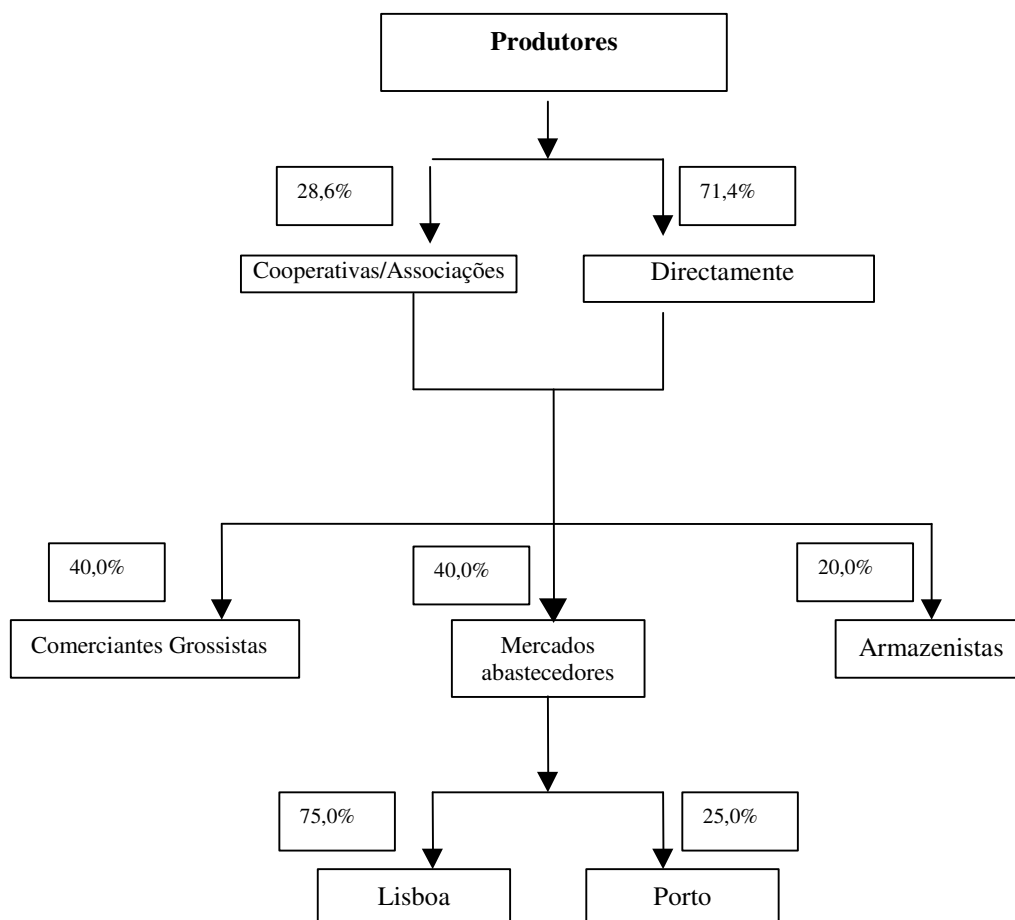
Fonte: Anexo E- Resultados dos inquéritos às OP- Citrinos (Quadro 5).

De notar o peso reduzido, da produção canalizada para a região, mesmo entrando só com o consumo potencial da população residente e com a capacidade instalada em termos de unidades transformadoras sediadas no Algarve. Considerando ainda, o consumo potencial adicional do sector HORECA em resultado dos milhões de turistas que todos os anos visitam o Algarve, pode-se mesmo dizer que o peso da região na absorção da produção comercializada via OP é quase residual. Tal facto denota uma fraca capacidade de penetração ao nível dos mercados de proximidade (desvantajosa uma vez que origina um agravamento dos custos associados ao transporte dessa mercadoria para fora do Algarve), nomeadamente em termos de aproveitamento das valências associadas ao sector turístico. Entre as razões possíveis para tal situação, destacam-se, a maior competitividade de mercados exteriores, tanto ao nível da oferta – em resultado de custos de produção/transporte mais baixos, campanhas de “marketing” mais agressivas, entre outras – como da própria procura, existência de interesses por detrás de determinados circuitos de comercialização, com todo um histórico, enraizado e difícil de alterar.

No entanto esta análise tem de ser feita com alguma precaução, sobretudo se tomada em linha de conta com o facto dos grandes grupos de distribuição presentes no Algarve terem, normalmente, as suas centrais de compras localizadas fora da região, em zonas centrais do País. Assim é natural que parte da produção originária no Algarve e escoada para mercados exteriores, regresse posteriormente à região através dos escaparates das lojas desses grupos.

Comparando os dois esquemas de comercialização (figuras 6 e 7), constata-se que a principal alteração, que advém da colocação, por parte dos produtores, das suas produções na OP e consequente comercialização desta, através desta via, foi o aumento do peso relativo do escoamento via indústria e da Média/Grande Distribuição (v.g. celebração de protocolos e criação de clubes de produtores), com a consequente perda de importância de grossistas e comissionistas/mandatários.

Figura 7- Canais de escoamento dos Citrinos no Algarve (circuito anterior à OP)



Fonte: Anexo D- Resultados do inquérito às explorações agrícolas associadas da OP- Citrinos (Quadro 13).

No inquérito realizado às explorações agrícolas, verificou-se que, anteriormente à sua entrada para a OP- Citrinos, os empresários amostrados já detinham alguma tradição ao nível do movimento associativo. Assim, 28,6% dos inquiridos afirmaram já ter sido membros de alguma Cooperativa/Associação agrícola antes da sua entrada para a OP em causa (*vide* Anexo D – Quadro 11). A natureza do vínculo a essa Cooperativa/Associação repartia-se equitativamente entre o acordo escrito e o contrato (*vide* Anexo D – Quadro 11.1). Comparando as condições de pagamento da produção colocada, auferidas então, a totalidade dos inquiridos respondeu que eram idênticas às que actualmente advém da associação à OP, quer em termos de preços de venda dos produtos, quer ao nível dos prazos para recebimento (que rondavam os sessenta dias), conforme observável no Anexo D – Quadro 12.

3.2.2. Indústrias de transformação

O papel do sector industrial poderia ser significativamente mais importante na regulação da oferta e como moderador dos preços. Considera-se normal o encaminhamento de cerca de 25 a 30% da produção para aproveitamento industrial, o que libertaria para o mercado em fresco os frutos de melhor aspecto comercial, susceptíveis de obter melhor preço. A capacidade de laboração instalada, durante a campanha 1999/2000, situava-se ao nível das 75.000 ton., no conjunto das três empresas transformadoras que laboravam na região⁵⁷ (DRAALG, 2000-2001), permitindo, portanto, cobrir esses valores (mesmo na campanha 1999/2000, em que a produção total regional obteve valores extraordinariamente elevados, a capacidade instalada permitiria cobrir 26,8% desse volume). Contudo as quantidades contratadas na região ficam muito aquém de produzir os efeitos de moderação e de regulação que se poderiam esperar desta intervenção, uma vez que só dificilmente atingem os 3% da produção regional (durante a campanha 1999/2000, esse valor rondou os 2,5%, conforme dados proporcionados pelo inquérito às OP- Citrinos, constantes no Anexo E- Quadro 5). No entanto, convém realçar, conforme dados acima apresentados (*vide* figura 6) o grande peso da indústria transformadora regional no contexto do circuito de comercialização via OP ao nível do

⁵⁷ Na campanha 2001/02, estima-se que esta capacidade de laboração, chegue às 98.000 ton., segundo dados fornecidos pela DRAALG/ DSFCQA.

mercado intra - regional (84,1% da produção movimentada na campanha 1999/2000). O único senão, é que dessa produção escoada via OP, para além do facto de ser ainda reduzida, só cerca de 16% é que se destina ao mercado interno (regional).

É de salientar que a partir de 1997, por força das alterações do Reg. (CE) N°2202/96, apenas as OP podem colocar citrinos na indústria⁵⁸, o que atendendo à ainda, relativamente, reduzida movimentação de produção por parte destas estruturas, veio dificultar o abastecimento destas unidades transformadoras. A solução para estas empresas tem passado assim pelo recurso a produto com origem exterior à região (em 1997, a maior destas unidades laborou, 10.750 ton. de laranja, das quais apenas 3.000 ton. foram fornecidas por operadores do Algarve. Já na campanha 2000/2001, as duas empresas transformadoras sediadas no Algarve⁵⁹, laboraram 14.810 ton., das quais 2.985 ton., portanto 20,2%, provieram de Espanha, segundo dados fornecidos pela DRAALG/ DSFCQA).

As duas maiores empresas de transformação de citrinos, sediadas no Algarve, têm como principal produto fabricado, o sumo, num caso sumo natural, e no outro, sumo natural ligeiramente pasteurizado. Enquanto uma delas aposta no mercado nacional, a outra orienta a sua produção, fundamentalmente para exportação, nomeadamente, para grandes superfícies em Espanha, França e Alemanha.

3.2.3. Métodos de produção alternativos

Pela importância acrescida que este nicho de mercado tem vindo a assumir, sendo claramente para o futuro, à semelhança do que já ocorre em muitos países do centro e norte da Europa, um factor importante de diferenciação das produções, à medida que a exigência e preocupações dos consumidores pela qualidade dos alimentos vai

⁵⁸ Desde 1996, o regime de ajuda à transformação de citrinos baseava-se na concessão de uma ajuda (fixada previamente pelo Conselho) às OP's pelas quantidades entregues para transformação, tendo-se estabelecido um sistema de limiares comunitários para cada citrino ou grupo de citrinos.

Tendo em vista obviar os problemas causados pela ultrapassagem do limiar comunitário e pela consequente penalização indiferenciada de todos os Estados Membros (EM) produtores, estabeleceu-se, também para os citrinos, limiares por EM (alteração ao Reg. (CE) N°2202/96, de 20 de Novembro de 2000).

⁵⁹ Na campanha 1999/2000 existiam três empresas transformadoras a laborar no Algarve. Na campanha de 2000/2001 esse número reduziu-se para duas, por via do encerramento de uma unidade. Já na campanha 2001/2002 estima-se que existirá apenas uma empresa a laborar, como resultado de um processo de aquisição/fusão envolvendo as duas unidades acima referidas.

umentando, julga-se importante nesta fase do trabalho, a referência às produções obtidas através do recurso à protecção integrada.

Actualmente existem quatro associações de Protecção Integrada⁶⁰ em citrinos no Algarve que abrangiam em 1999 uma área de 1.614,2 ha, o que equivale a cerca de 9% da área citrícola regional, provando desta forma uma grande adesão a este modo de produção. Analisando os volumes de produção operados pelo conjunto das OP referenciadas no Algarve, verifica-se que na campanha 1999/2000, 23% desse total já proveio deste método de produção alternativo, segundo dados retirados do inquérito às OP, levado a cabo no âmbito do presente trabalho (vide Anexo E – Quadro 3). Já no inquérito à estrutura das explorações agrícolas associadas da OP- Citrinos, registou-se um aumento de +275,3% em termos de áreas adstritas a esta prática alternativa, de 24,2 ha em 1993, para perto de 91 ha em 2000 (quase 100% do total da SAU), a que não é, necessariamente alheio o facto desta organização estar reconhecida como Associação de Produtores em Protecção Integrada. Sublinhe-se o facto desta estratégia de produção, permitir um aumento do rendimento dos agricultores, diminuindo o custo de produção, utilizando práticas menos agressivas para o ambiente e permitindo ainda o reforço da formação e do enquadramento técnico dos agricultores.

Já em produção biológica, existem actualmente no Algarve, apenas cerca de 2,85 ha de pomares de citrinos (segundo informação da DGD Rural- 2001), não tendo sido referenciada no inquérito às OP, realizado no âmbito deste trabalho, qualquer área afectada a este modo de produção (vide Anexo E – Quadro 3).

⁶⁰ Sistema de protecção das culturas que abandona todas as ideias de calendário de tratamentos sistemáticos. As intervenções fitossanitárias (tratamentos) só se efectuam perante um risco real de danos ou prejuízos, a partir de um certo nível, detectado pela observação das culturas e das populações das pragas e da situação das doenças.

3. 3. O Sector da Horticultura

A horticultura, sector que nos anos 70 e 80 conheceu um desenvolvimento fulgurante, competindo em termos de importância regional com a fruticultura, conheceu durante a última década, uma acentuada perda de importância. Apesar das excelentes características edafo – climáticas da região, para um grande número destas culturas, a que acresce o facto de serem produções de ciclo anual, o que permite uma grande flexibilidade, em termos de estratégias de comercialização de curto prazo, face à mudança, tão característica dos mercados modernos. Só de 1993 para 1999 a área de culturas hortícolas intensivas diminuiu cerca de 78%, enquanto nas extensivas o decréscimo foi de 69%, conforme se verifica pela análise do quadro 41. Procedendo-se a uma maior desagregação destes dados, observa-se que ao nível dos hortícolas em estufa a quebra em termos de área, no mesmo período de tempo, rondou os 50% (passou de 1.178 ha para 600 ha).

Quadro 41- Evolução das áreas e produções adstritas à horticultura por tecnologia produtiva

Tecnologia produtiva	1993		1999		Var. 93/99- Área (%)
	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	
Extensiva	4.309,0	67.164,0	1.326,0	9.297,5	-69,2
Intensiva	5.637,0	119.444,0	1.240,0	48.292,1	-78,0

Fonte: DRAALG – 1993; INE (2000).

Este decréscimo de área, repercutiu-se necessariamente, na importância económica deste sub - sector. Assim, entre 1991 e 1999, a importância do Rendimento Hortícola Bruto regional no cômputo nacional, decaiu de 16% para 7% (INE).

Reportando-se aos dados obtidos através dos inquéritos realizados à estrutura das explorações agrícolas (consultar Anexo D – Quadro 7), observa-se para a amostra seleccionada, globalmente, um acréscimo de 44,9% na área de culturas hortícolas (de 17,8 ha em 1993, para 25,8 ha em 2000), fruto de uma variação positiva de 53,3% na área dedicada a hortícolas em estufa, única e exclusivamente da responsabilidade das explorações associadas da OP especializada neste sub-sector (onde área de estufas passou de 14 ha para 23 ha).

3.3.1. Estrangulamentos Estruturais do Sector

Numa primeira tentativa para encontrar uma razão subjacente ao declínio relativamente acentuado e rápido da componente hortícola regional, poder-se-ia, logicamente, enveredar por uma explicação baseada na perda de rendibilidade desta actividade, derivada por exemplo, num contexto de globalização da economia, do aumento da concorrência levada a cabo por mercados produtores mais competitivos, capazes de colocar as suas produções a preços mais baixos junto dos demais operadores económicos da fileira, em virtude de apresentarem custos de produção inferiores aos conseguidos no Algarve. Esta hipótese, a ser verdadeira, forneceria uma explicação cabal, para o desinteresse drástico manifestado pelos agricultores algarvios nesta actividade. No entanto a realidade transmitida pelos factos é um pouco diferente.

A análise da Margem Bruta Padrão/ha (MBP/ha), a preços constantes de 1989 (apresentada no quadro 42), revela que, fosse esse um factor importante a ter em conta, o panorama não seria exactamente o mesmo. Basta olhar, por exemplo, para as margens das hortícolas e dos citrinos e verificar que, entre 1989 e 1994, a MBP/ha dos citrinos em causa (Laranja Valência Late) caiu mais de 8%, enquanto que, no caso das hortícolas, algumas culturas registaram importantes aumentos das MBP (destaque para o feijão verde de ar livre e em estufa, e, embora com aumento menos acentuado, também o melão de ar livre), enquanto outras (tomate de estufa) mantiveram este indicador relativamente estável. Quanto à diferença entre 1989 e 1997, continua a haver importantes aumentos de MBP em várias hortícolas, bem como nos frutos secos, enquanto no que respeita à laranja Valência Late, mantém-se a MBP estável (variação menor que 5%). É importante ter em conta que no cálculo das MBP é utilizado o preço ao produtor, que é influenciado, de certa forma, por eventuais problemas de mercado, o que significa que a análise deste indicador tem em conta o risco de rendimento proveniente do risco de mercado. Em conclusão, parece evidente que houve distorções externas (já que o indicador MBP demonstra que certos hortícolas e os frutos secos garantem rentabilidade aos produtores) que condicionaram, nestes últimos anos, uma especialização demasiado acentuada da agricultura algarvia por via da citricultura, a qual se pode traduzir em problemas económicos e sociais graves, por via dessa falta de diversificação.

Quadro 42- Margem Bruta Padrão/ha em 1989, 1994 e 1997 (preços constantes de 1989)

		1989	1994		1997	
		MBP (\$)	MBP (\$)	%Δ 94/89	MBP (\$)	%Δ 97/89
		IPC – 100	IPC – 154,1		IPC – 169,1	
Hortícolas						
Ar livre	Tomate fresco	1.246.818	298.894	-76,0%	779.809	-37,5%
	Melão	888.324	954.783	+7,5%	771.208	-13,2%
	Morango	2.706.823	1.864.069	-31,1%	2.483.323	-8,3%
	Feijão verde	685.241	961.648	+40,3%	1.271.388	+85,5%
Estufa	Tomate	3.462.001	3.328.093	-3,9%	3.067.266	-11,4%
	Feijão verde	988.930	1.574.359	+59,2%	1.457.911	+47,4%
	Melão/meloa	2.025.168	1.804.962	-10,9%	2.713.275	+34,0%
Citrinos	Laranja Valencia Late	556.450	506.605	-8,9%	565.064	+1,5%
Frutos secos	Amêndoa	18.448	13.762	-25,4%	41.118	+122,9%
	Figo seco	42.000	58.404	+39,1%	149.024	+254,8%

Legenda: — diminuições superiores a 5%; — aumentos superiores a 5%

Fonte: DRAALG (2001).

Acresce ainda a este dado, o facto de as produções hortícolas do Algarve que contribuem para o aprovisionamento do mercado nacional, fazerem parte do grupo daquelas para as quais Portugal tende a tornar-se mais deficitário no curto/médio prazo, a saber, tomate, melão, morango, feijão verde, alface, favas, pimento, couve - flor, entre outras. Logo, a razão para a perda de representatividade e diminuição da apetência dos agricultores algarvios, prendem-se por certo com factores de natureza fundamentalmente estrutural e não tanto decorrentes de aspectos ligados à conjuntura do mercado. Entre as principais causas subjacentes a tal situação destacam-se as seguintes:

- ◆ Desfavoráveis condições de acesso aos fundos de apoio comunitários, na vertente investimento, principalmente se comparadas com as disponibilizadas para o principal sub-sector da agricultura algarvia – a citricultura;
- ◆ Um certo descurar da necessidade de se conceber uma política especificamente adaptada à realidade conjuntural do sub-sector da horticultura, a qual poderá ter sido resultado de alguma falta de sensibilidade/conhecimento dessa mesma realidade, quer, eventualmente, da escassa vontade disponível para o efeito;
- ◆ Decorrente dessa desigualdade de tratamento e da elevada descapitalização que grassava entre os empresários da horticultura, a necessária reconversão da

actividade, indispensável num mercado cada vez mais aberto e global, não foi, em grande medida, levada a cabo. Entre as principais pechas a apontar, destaque para a reduzida expressão ao nível da indispensável substituição, na horticultura protegida, das tradicionais e ultrapassadas estufas de madeira por estruturas metálicas⁶¹.

- ◆ Por outro lado, a própria estrutura da OCM de Frutas e Produtos Hortícolas Frescos, para além da fraca importância que detém nas transferências via FEOGA-G para os vários Estados-Membros, é ainda claramente prejudicial para os horticultores e fruticultores algarvios, uma vez que por motivos relativos à ultrapassagem de um dado limiar de rentabilidade média, historicamente calculado, um grande número das frutas e produtos hortícolas frescos, nomeadamente os produtos historicamente mais importantes para a Região Algarve, caso dos citrinos e hortícolas, estão fora das chamadas ajudas directas à produção (do tipo das que existem para as culturas arvenses, ajudas por unidade de área, baseada em índices de produtividade média estimada e variáveis consoante as culturas em causa), beneficiando, unicamente, por via do Regulamento (CE) N°2201/96 (no caso de hortícolas) e Regulamento N°2202/96 (citrinos), de apoios indirectos, já que são pagos via OP. Neste cenário já de si claramente negativo, a situação da horticultura tradicional algarvia é ainda mais desoladora. Assim, até mesmo as ajudas à transformação - feitas mediante a celebração de contratos das OP com a indústria transformadora⁶² - estão somente adequadas, devido ao seu insuficiente plafonamento, para formas de produção extensivas (v.g. tomate de indústria), proporcionalmente menos onerosas em termos de produção, e não para as pequenas quantidades típicas da tradicional horticultura algarvia de primores, caracterizada por importar em custos de produção / unidade de área substancialmente superiores.

- ◆ O facto de ser uma actividade intensiva em termos de recurso a mão-de-obra e desta se ter vindo a tornar cada vez mais escassa, como resultado da competição

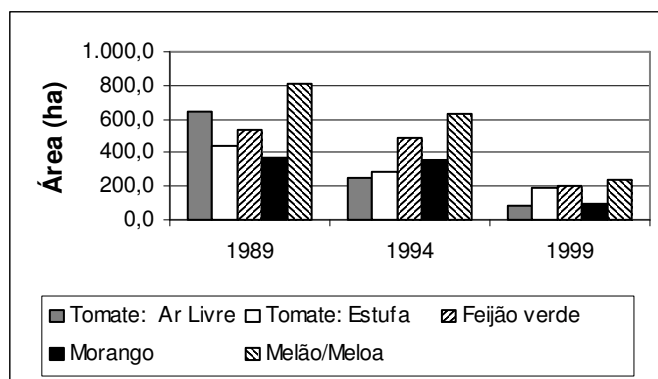
⁶¹ Devido à maior resistência e flexibilidade do material de construção, o aço, são menos vulneráveis a situações climáticas adversas (v.g. ventos fortes) e por essa via, reúnem melhores condições para acesso a coberturas por seguros. Paralelamente, facilitam e tornam mais eficaz o condicionamento ambiental, nomeadamente no que concerne à ventilação, arejamento e luminosidade, simplificando igualmente, a instalação de determinados automatismos (v.g. controlo das aberturas), bem como de outros equipamentos para efeitos de aquecimento, enriquecimento dos níveis de CO₂, etc..

⁶² Desde 1996 para os citrinos. No caso dos hortícolas, até Novembro de 2000, e pela prática do regime do preço mínimo pago pelo transformador ao produtor, a ajuda comunitária era concedida, como compensatória, às entidades transformadoras, em função dos produtos acabados. A partir desta data, tendo em vista simplificar o pagamento da ajuda e tornar mais flexíveis as relações entre produtores e transformadores, a ajuda comunitária passou a ser fixada pela quantidade de matéria prima destinada à transformação e a ser paga, à semelhança dos citrinos, directamente à produção (por intermédio da respectiva OP).

promovida, quer por outros sectores da vida económica (v.g. turismo), quer mesmo por outras actividades agrícolas, mais atractivos em termos de remuneração deste factor de produção. Também a ausência de uma política eficaz de formação profissional (já que a exigência em termos de qualificação técnica na horticultura intensiva moderna é muito elevada), constitui outro importante factor de estrangulamento para este sub - sector.

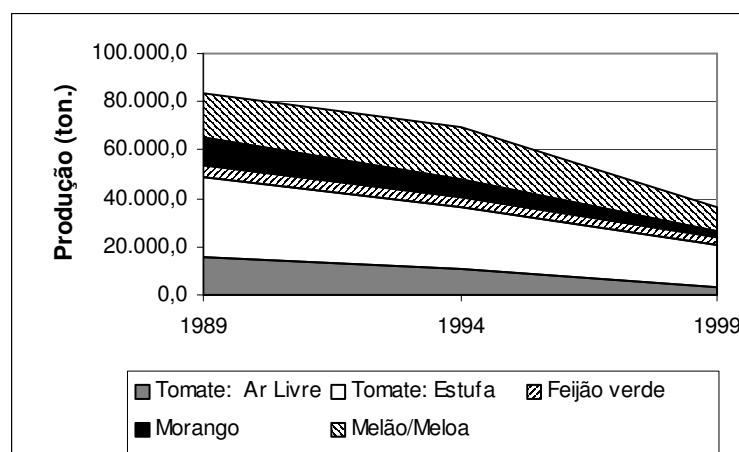
- ◆ As dificuldades técnicas atrás traduzidas, tanto a nível tecnológico, como dos próprios recursos humanos, têm conduzido à diminuição, quer da produtividade unitária, quer da qualidade das produções obtidas.
- ◆ As vultuosas perdas de área, e subsequentemente de produção (conforme se pode constatar nos gráficos 37 e 38, tipificados nas quatro principais culturas hortícolas da região, tendo como base para essa hierarquização, o trabalho de Rosa, 1996), levantam depois constrangimentos ao nível do escoamento dos produtos. A falta de dimensão crítica é um forte óbice à comercialização, visto as quantidades oferecidas não serem passíveis de levar ao aparecimento de operadores económicos, quer individuais, quer colectivos, com expressão suficiente para competir num mercado que exige regularidade, continuidade e quantidade. Entra-se assim num ciclo vicioso, já que esses mesmos estrangulamentos obstaculizam o aparecimento de novas áreas de cultura, dadas as perspectivas cinzentas em termos de condições de comercialização da produção.

Gráfico 37- Evolução das áreas das principais culturas hortícolas no Algarve



Fonte: Anexo B - Quadro 19.

Gráfico 38- Evolução das produções das principais culturas hortícolas no Algarve



Fonte: Anexo B - Quadro 19.

- ◆ Inflexibilidade produtiva, traduzida pelo facto de algumas das principais culturas hortícolas praticadas na região, continuarem a fazer-se nas épocas tradicionais, mantendo o carácter sazonal que tanto dificulta a comercialização e valorização desses produtos, devido por exemplo à concentração da oferta em determinadas alturas do ano, com o inevitável e consequente abaixamento do preço desses produtos;
- ◆ Falta de dinamismo ao nível da organização do sector expedidor, motivado também por más experiências ocorridas no passado, exemplos de insucesso que contribuíram ainda mais para obstaculizar a essa indispensável aglutinação.
- ◆ Para além da fraca concentração da oferta, assiste-se também a uma elevada dispersão da mesma ⇒ Elevada oscilação dos preços pagos à produção, devido à ausência dessa coordenação vertical⁶³ (*vide* Ponto 5 e Capítulo Quarto). Pode-se mesmo afirmar que há uma desadequação total da estrutura empresarial deste sub – sector, face às exigências do mercado de proximidade, já nem falando sequer no global (Vaz *et al*, 2001).

⁶³ Segundo STRATEGOR, 1988, é entendida como a acção de coordenar os objectivos e a utilização dos meios afectos a cada função e unidade operacional, a fim de assegurar uma convergência das acções das várias estruturas em presença para um conjunto de objectivos gerais.

Como corolário refira-se que, a um incremento crescente do sector citrícola no Algarve correspondeu um declínio progressivo da horticultura, conforme se observa pelo quadro 43, quer a nível produtivo, quer comercial.

É interessante notar que, enquanto ao nível das explorações, se pode quase dizer que não houve reconversão das áreas de hortícolas abandonadas em pomares de citrinos, nas estruturas comerciais a evolução tendeu para a perda de complementaridade entre horticultura e citricultura que sempre existiu. Essas estruturas, por força do dinamismo da citricultura, praticamente passaram só a operar com citrinos. Daqui resulta um elevado grau de especialização em citricultura (já por muitos considerada a monocultura algarvia), tornando a região muito dependente de uma só actividade e por conseguinte muito vulnerável às alterações do mercado. Mesmo naquelas explorações onde se pratica horticultura, esta só raramente é a actividade dominante, e se o for, mais raro ainda é ser a única actividade aí desenvolvida (normalmente está associada aos citrinos). Ora a especialização produtiva é cada vez mais essencial ao nível da agricultura dita empresarial.

Quadro 43- Comparação da utilização das terras aráveis no Algarve (1989, 1994 e 1999) – citrinos e hortícolas

Orientação Produtiva		1989		1994		1999	
		Ha	%	Ha	%	Ha	%
Hortícolas	Ar livre	4.881	Base – 100	4.459	91,4	1.966	40,3
	Estufas	910	Base – 100	797	87,6	600	66,0
Citrinos		14.808	Base – 100	15.683	105,9	17.859	120,6

Fonte: INE (1992), (2000); DRAALG – 1994.

Os resultados obtidos através dos inquéritos à estrutura das explorações agrícolas, levados a cabo no decorrer deste trabalho (consultar Anexo D- Quadro 7), revelam que, no que ao binómio Citricultura vs Horticultura concerne, a especialização produtiva é claramente superior da parte das explorações associadas da OP- Citrinos, já que nenhum dos produtores inquiridos declarou possuir áreas dedicadas a culturas hortícolas, contra dois associados da OP- Hortícolas (cerca de 30% do total) que o fazem em citrinos. Já no entanto, alargando-se o leque desta análise à generalidade das culturas agro-florestais referenciadas no inquérito, a situação muda radicalmente de figura, com os produtores

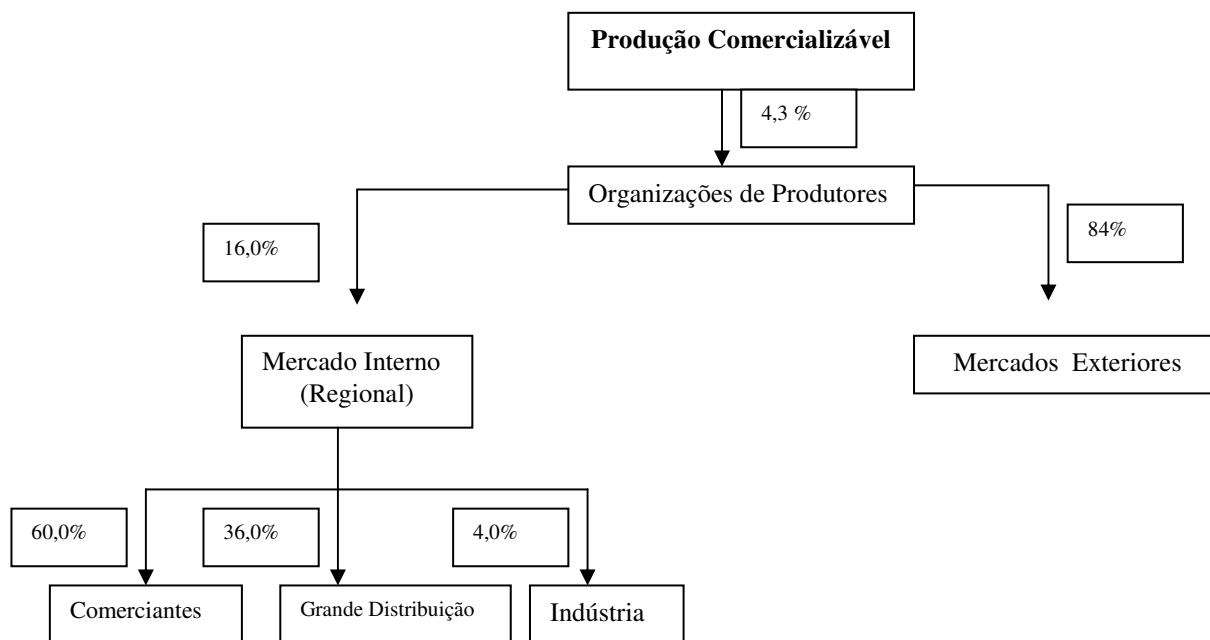
da OP- Citrinos a afirmarem praticarem nas suas explorações sete outras culturas, contra apenas duas, da parte dos associados da OP- Hortícolas.

3.3.2. Organização empresarial do sector expedidor

No Algarve, embora existam três OP para a categoria das frutas e hortícolas – conforme informação apresentada no Anexo A– p.7, apenas uma dessas estruturas (MADREFRUTA) se especializou em produtos hortícolas. As restantes (FRUSOAL e APROBAL) trabalham, fundamentalmente, com citrinos e bananas, respectivamente (se bem que recentemente tenha sido criada nesta última uma secção de citrinos).

A atestar estes factos, e conforme se pode observar no diagrama da figura 8, na campanha de 1999/00, apenas 4,25% do total da produção hortícola algarvia foi comercializada para os mercados através de OP (valor que é, em termos de representatividade, apenas cerca de 23% do registado no congénere sector citrícola). Essa quota de representatividade sobe para 9,5%, se for considerada apenas a produção hortícola em estufa, já que a OP em causa trabalha apenas com este tipo de produtos (representando os seus associados uma área de 23 ha de estufas). Em termos de destinos da produção comercializada via OP, observa-se um interessante paralelismo com o que se passa nos circuitos de comercialização de citrinos – peso do mercado regional a rondar os 16% - o que tanto num caso como noutra é muito pouco face aos consumos médios anuais totais no Algarve ao nível deste tipo de produtos. Esta situação denota, como já foi referido, fraca capacidade de penetração dos respectivos operadores económicos junto dos consumidores regionais, acarretando, desde logo, como “handicap”, custos acrescidos para esses mesmos agentes, face a transportes mais longos, agravados no caso dos hortícolas pela menor resistência à perecibilidade dos produtos.

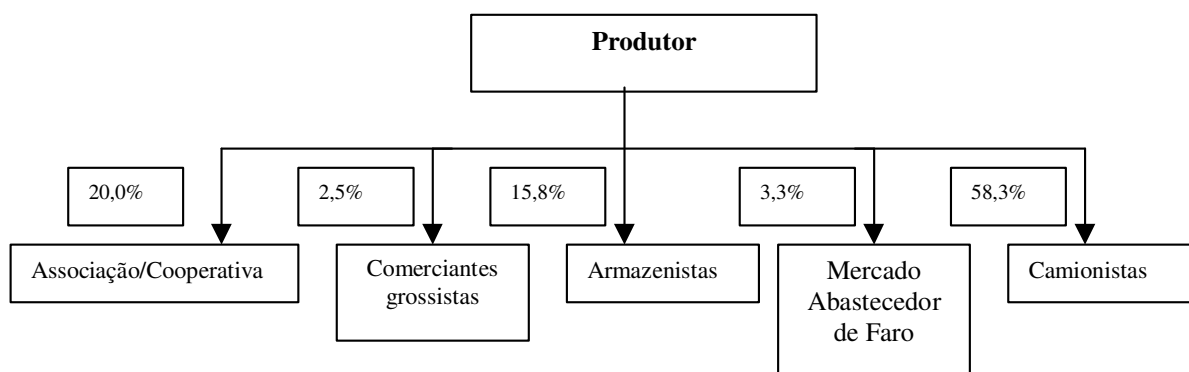
Figura 8- Comercialização dos Hortícolas no Algarve – circuito via OP (campanha 1999/2000)



Fonte: Anexo E- Resultados do inquérito à OP- Hortícolas (Quadro 5).

No que respeita aos mercados exteriores à região, os principais operadores envolvidos nessa comercialização são fundamentalmente os grossistas/camionistas e os comissionistas/mandatários (operando nos mercados abastecedores, nomeadamente de Lisboa e do Porto).

Figura 9 - Canais de escoamento dos Hortícolas no Algarve (circuito anterior à OP)



Fonte: Anexo D – Resultados do inquérito à estrutura das explorações agrícolas associadas da OP – Hortícolas (Quadro 13).

Comparando os dois esquemas de comercialização (figuras 8 e 9), constata-se que a principal alteração, que advém da colocação, por parte dos produtores, das suas produções na OP e conseqüente comercialização desta, através desta via, foi a redução do número de operadores envolvidos no circuito, um reforço significativo do peso relativo do escoamento via comerciantes (grossistas/retalhistas), da Grande Distribuição e um surgimento, se bem que ténue, da alternativa transformação.

No que concerne aos procedimentos desta OP, em termos de auto – financiamento (complementar às ajudas directas por via da regulamentação comunitária específica) e condições de pagamento aos seus associados, o inquérito, permitiu concluir o seguinte:

- Em termos de formação dos preços de campanha, a OP inquirida respondeu que a formação dos mesmos era feita com base no fixado via contratos – programa estabelecidos com as grandes superfícies, podendo eventualmente estes sofrerem alguns ajustamentos, tendo em conta os preços praticados à altura no mercado. No que aos custos operacionais diz respeito, opta esta estrutura, por aplicar uma taxa percentual (que actualmente se cifra em 10%) ao valor da venda;
- No que toca ao intervalo de tempo para efectivação do pagamento aos associados (período habitual que medeia entre a entrega da produção na OP e o recebimento pelo associado correspondente à venda da mesma) cifra-se em 30 dias.

Igualmente, como resultado do inquérito efectuado, os principais problemas/constrangimentos referidos pela OP, no que respeita, ao seu funcionamento corrente, foram os seguintes:

- Comercialização dos produtos, nomeadamente ao nível do funcionamento dos mercados e suas regras;
- Normalização dos produtos.

No inquérito realizado às explorações agrícolas (*vide* Anexo D- Quadro 11), verificou-se que, anteriormente à sua entrada para a OP- Hortícolas, os empresários amostrados já detinham alguma tradição ao nível do movimento associativo. Assim, 71,4% dos

inquiridos afirmaram já ter sido membros de alguma Cooperativa/Associação agrícola antes da sua entrada para a OP em causa, valor que é claramente superior aos resultados obtidos neste item com as explorações associadas das outras duas OP seleccionadas. No entanto, para a esmagadora maioria dos inquiridos que responderam positivamente a esta questão (80%), a associação em causa facultava meramente informação e fazia divulgação de produtos agro-químicos e equipamentos. Só em dois dos casos o inquirido mencionou ter pertencido a uma estrutura associativa com interferência na comercialização e, igualmente, somente dois desses inquiridos (40%) afirmaram ter assumido um qualquer vínculo a essas Cooperativas/Associações, repartindo-se esses vínculos entre acordo escrito e acordo verbal.

Dos produtores, à data membros de associações/cooperativas com interferência na comercialização, apenas um mencionou que os prazos de recebimento após colocação da produção nessa estrutura, rondavam os 90 dias, sendo as condições de pagamento proporcionadas pela mesma, piores dos que as auferidas actualmente via OP. O outro produtor, que integrava à data uma associação ligada à agricultura biológica, não forneceu qualquer indicação no que às condições de pagamento diz respeito.

3.3.3. O papel da transformação

A partir dos anos 90, em muitos países, o consumo de produtos, ditos de 4ª gama⁶⁴ ou de conveniência, começa a ter grande aceitação, dadas as exigências da vida moderna, uma vez que tais produtos têm uma fácil e cómoda utilização e podem oferecer uma qualidade estável e garantida também ao nível da qualidade alimentar. Têm um valor acrescentado aumentado e mantêm a imagem dos produtos frescos e naturais. Por outro lado, sendo um sub – sector em constante mutação, exige que as empresas que nele laboram estejam cada vez mais orientadas para os diferentes segmentos de mercado, indo de encontro às necessidades específicas de cada um, no que respeita a qualidade, embalagem, forma do produto, comercialização e informação.

⁶⁴ Os produtos de 4ª gama são frutos ou produtos hortícolas frescos, crus, prontos a consumir. Previamente foram lavados, secos, cortados e pré-embalados. São conservados na cadeia de frio (entre 0º e + 4º C) até ao consumidor final. A duração da conservação entre a preparação e data limite de consumo não pode exceder 7 dias. O termo 4ª gama foi escolhido para diferenciar os três primeiros (frescos em natureza, conservados e congelados).

O mercado interno, e mais concretamente o regional, teria assim neste segmento potencialidades e probabilidades de expansão. No entanto, o que se verifica é que, a origem desses produtos transformados que os portugueses cada vez mais consomem é essencialmente de importação, contribuindo assim para agravar ainda mais o défice da nossa balança comercial neste sector, ao invés de potenciarem a criação de novas unidades agro-industriais e, concomitantemente, propiciarem um novo fôlego para o sector produtivo. A falta de dinâmica e visão empresarial, a concorrência de países terceiros, agravada pela penalização deste tipo de produtos ao nível das OCM, e a falta de qualidade e quantidade da oferta, são as principais razões de peso para esta situação.

No entanto, é já possível observar algum dinamismo ao nível da transformação, já que muitos produtores que tradicionalmente orientavam as suas produções para o mercado em fresco, enveredaram pelo escoamento via indústria transformadora, através da celebração de contratos de abastecimento. Para além dos benefícios decorrentes duma maior e mais regular procura, a exigência por parte da indústria, em termos de selecção de variedades, datas de colheita, entre outros aspectos, acrescido pelo controlo de qualidade ao longo de todo o ciclo produtivo – teor de açúcares, de humidade, acidez, entre outros parâmetros, para garantir matéria prima em condições adequadas, tem tido igualmente um efeito benéfico em termos de disciplinar a produção.

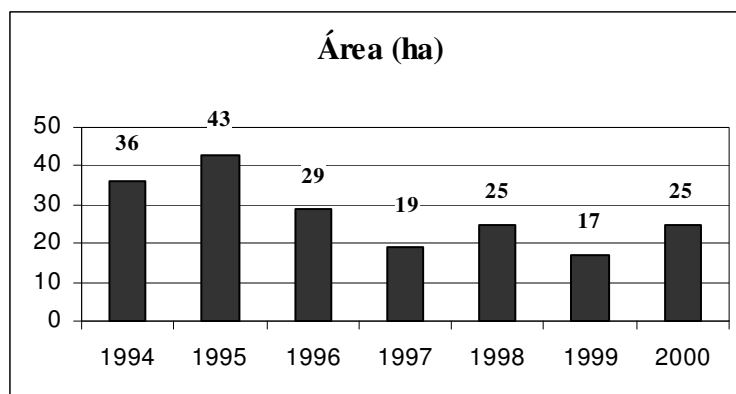
A nível do Algarve o papel da indústria transformadora neste sector é ainda bastante incipiente. Apesar das potencialidades de crescimento já acima enumeradas deste segmento, apenas uma empresa, que por sinal, tem como actividade principal a produção de sumo de laranja em fresco, se dedica à transformação de hortícolas em produtos de 4ª gama, tendo, por exemplo em 1999, transformado cerca de 3,6 ton. de feijão verde (Vaz *et al*, 2001). Destaque também para o sector das compotas que tem registado um crescimento bastante acentuado, nos últimos tempos, fruto da grande procura por parte dos turistas que nos visitam. Apesar disto o número de unidades de transformação existentes no Algarve é praticamente residual e de muito reduzida dimensão. A falta de apoios nesta área de negócio é a grande pecha apontada.

Como complemento refira-se que no inquérito efectuado à OP- Hortícolas, foi referido que apenas 4% da produção canalizada para o mercado regional, na campanha de 1999/2000 ($\approx 15,7$ ton), se destinou à transformação (*vide* figura 8).

3.3.4. Métodos de produção alternativos

Até mesmo ao nível da Agricultura Biológica, a evolução verificada no Algarve tem deixado muito a desejar, conforme se pode constatar pelo gráfico 39 (de 1994 para 2000, e segundo dados da DGD Rural, a perda de área rondou os 30%). Isto apesar das excelentes condições para a sua prática existentes no Algarve – que podem funcionar nalgumas produções, como importantes vantagens comparativas face a outras regiões, em virtude da menor exigência em termos de agro-químicos solicitada pelas plantas para o seu crescimento, o que vem assim ao encontro dos requisitos exigíveis nestes métodos de produção -, quer pela existência de um mercado pujante, cada vez mais ansioso por produtos ecológicos, de qualidade comprovada, susceptíveis de tornar este método de produção alternativo, cada vez mais um nicho de produção a explorar, digno de motivar, com a devida ponderação, uma determinada reconversão do panorama hortícola regional.

Gráfico 39- Evolução das áreas de Horticultura Biológica no Algarve



Fonte: Anexo B- Quadro 20.

No inquérito realizado à OP- Hortícolas (*vide* Anexo E- Quadro 3), não foi referida, no entanto, qualquer incidência deste modo de produção no que respeita à origem da produção comercializada no período em causa, por parte dessa estrutura. No inquérito às explorações associadas desta OP, dois produtores referiram, inclusivamente, que abandonaram, de 1993 (altura em que totalizava cerca de 1 ha) para 2000, esta prática.

3. 4. O Sector do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio (Frutos Secos)

O pomar tradicional de sequeiro é uma das variantes dos sistemas agro-florestais do mediterrâneo, os quais integram na sua máxima expressão três componentes produtivas, a florestal, a agrícola e a pastoril. Carvalho (2000), citando os trabalhos de Brito Carvalho, 1989 e Freitas *et al*, 2000, afirma que na fase actual é uma consociação de alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras, ou caracteriza-se pela presença de uma ou algumas das espécies referidas. Progressivamente, a tendência previsível do mesmo, será de evoluir para uma transformação em pomar estreme de alfarrobeiras.

Entre as principais razões subjacentes à profunda reconversão estrutural que tem vindo a assolar a paisagem do típico pomar tradicional de sequeiro algarvio, podem-se destacar, entre outras:

- O despontar da concorrência por mão-de-obra e recursos motivada pelo turismo e actividades afins, agravado pelo efeito dos surtos de emigração que caracterizaram a sociedade portuguesa, principalmente, durante as décadas de sessenta e setenta (Freitas *et al*, 2000). Essa escassez, e conseqüente, inflacionamento do preço da mão-de-obra, é fortemente condicionante, já que algumas das culturas acima indicadas eram, e continuam a ser, muito dependentes deste factor de produção (principalmente a figueira) – por motivos associados às dificuldades e reduzida viabilidade económica da sua mecanização. Este estrangulamento, ainda hoje se verifica, como o atestam, os resultados dos inquéritos feitos, no âmbito deste trabalho, às explorações agrícolas associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, onde de oito trabalhadores eventuais existentes em 1993, se passou para nenhum em 2000;
- Grande parte das figueiras e amendoeiras estão envelhecidas, devido à sua menor longevidade, sendo, portanto, de esperar produções decrescentes nos próximos anos, independentemente da manutenção a que o pomar seja submetido. Já a alfarrobeira (à semelhança da oliveira), planta de grande longevidade, é ainda passível de recuperação, a que acresce o facto de ser menos exigente em mão-de-obra;

- A semente de alfarroba tem sofrido uma valorização económica crescente, em grande parte, fruto do dinamismo da sua indústria transformadora. A industrialização da alfarroba dá origem a dois produtos com características bem distintas: a semente e a polpa. A primeira é um produto bem valorizado pelo mercado internacional, sendo responsável por 60 a 80% do valor do fruto inteiro, ainda que represente apenas 10% do seu peso. Em contrapartida, a polpa de alfarroba, representando 90% do peso do fruto assegura apenas 20 a 40% do seu valor comercial (Varela *et al*, 2000). A semente gera dois subprodutos: a goma que é utilizada como espessante, emulsionante e gelificante, sobretudo na indústria alimentar; a farinha de gérmen que é usada nas rações animais e como aditivo na indústria alimentar. A polpa tem como principal destino rações para animais, pese embora outras utilizações ditas “mais nobres” como a extracção de xaropes e o “carob powder”. Já o fraco grau de inovação na utilização industrial dos restantes produtos - amêndoa e figo - não tem sido susceptível de aportar valor acrescentado à produção;
- Os efeitos da concorrência aberta, motivada por produtos de regiões mais competitivas, têm sido fortemente penalizadores para as produções de amêndoa e figo, com repercussões negativas ao nível da posição desses produtos nos mercados de exportação (conforme informação sobre a evolução do comportamento da balança comercial portuguesa, relativamente ao sector dos frutos secos, constante no Anexo A – p. 9);
- A conjugação dos vários factores atrás mencionados têm provocado uma elevada heterogeneidade em termos de facilidade de escoamento e condições de comercialização desses mesmos produtos no mercado interno, traduzidas nos seguintes aspectos:
 - Segundo DRAALG, 2000, a comercialização da amêndoa faz-se durante todo o ano, sem ciclos bem determinados de venda ao longo da campanha. De um modo geral, pode-se afirmar que o sector comercial desta fileira se encontra em profundo declínio. Atendendo ao baixo valor comercial do fruto, devido essencialmente à fraca qualidade intrínseca e à sua apresentação, a colheita da amêndoa é, hoje, deixada para depois da apanha da alfarroba. Por outro lado, os

agricultores e comerciantes têm aumentado a sua “stockagem”, aguardando preços mais favoráveis, o qual pode ter inconvenientes, já que o armazenamento prolongado, em condições deficientes, prejudica irreversivelmente a qualidade do produto. Perante a liberalização crescente dos mercados, os preços a esperar à produção para a amêndoa algarvia, pautar-se-ão pelos praticados no comércio internacional, já que este é um produto com grandes oscilações de mercado, dependendo, fundamentalmente, da produção americana, cuja rotação raramente é superior a uma campanha de comercialização. Logo, não havendo stocks, qualquer redução significativa na produção californiana leva a desequilíbrios na relação oferta/procura e, conseqüentemente, a um aumento de preços.

- A venda da **alfarroba** decorre ao longo do ano, sendo, no entanto, no período após a colheita do fruto e até Março/Abril que as transações são mais frequentes. Os preços da alfarroba pagos ao produtor têm evoluído de forma favorável desde meados da década de 80, como resultado da já mencionada excelente valorização industrial da semente, contribuindo, desde então, e apesar dos custos elevados associados à sua colheita e recolha, para que este seja o produto mais valorizado do sequeiro algarvio. Mais concretamente, pode-se afirmar que a alfarroba é um produto de mercado estável quando se analisa a sua evolução em séries temporais longas, apresentando, simultaneamente, alguma instabilidade em avaliações de curto prazo (Freitas *et al*, 2000);

- No domínio da comercialização do figo, apesar da importância crescente da fileira do figo fresco, a maioria da produção é comercializada depois do fruto seco. O fruto seco é, usualmente, transaccionado através de comerciantes de pequena escala, ou pelos próprios produtores, após a escolha, em mercados locais. Para além disso, fornecem algumas empresas de fora da região que cá se vêm abastecer. Em resumo, são quase sempre transações de proximidade, em circuitos muito curtos e em pequenas quantidades. Em virtude da sua fácil conservação, o figo seco apresenta preços mais estáveis durante a campanha quando comparado com o figo fresco. Os preços ao produtor oscilam em função da qualidade e do seu aproveitamento (Freitas *et al*, 2000).

Por tudo o atrás relevado, tem-se vindo a assistir, particularmente a partir da 2ª metade da década de oitenta, a uma perda de diversificação e um predomínio cada vez mais notório das áreas de alfarrobal, em detrimento das áreas de figueira e amendoeira, aproveitando em larga medida a boleia dos apoios disponíveis para a reconversão estrutural do pomar tradicional de sequeiro.

3.4.1. Produção

De salientar que de 1989 para 1999, a área destinada à produção de frutos secos no Algarve, desceu de 26.610 ha para 25.258 ha (-5%), segundo dados presentes no Anexo B – Quadro 21, como resultado das quebras ocorridas ao nível da amendoeira e da figueira, já que a alfarrobeira teve um importante incremento nesse período (+20,5%). No entanto as suas culturas ainda constituem uma importante fonte de ocupação para um grande número de explorações e produtores agrícolas algarvios (11.702 explorações segundo dados constantes no Anexo B – Quadro 22).

Por comparação com os dados obtidos através do inquérito às explorações agrícolas, observa-se que neste caso, a evolução (se bem que referida ao período 1993-2000) foi positiva (+5,9%), feita, igualmente, à custa do grande incremento das áreas afectas a alfarrobal (+24,5%), já que amendoal e figueiral viram também neste caso, as suas áreas reduzirem-se (vide Anexo D- Quadro 7.1). É também interessante observar (vide Anexo D- Quadro 6.1), os 11,8% de aumento na área média da SAU, ocorrido nas explorações agrícolas da OP representativa deste sub - sector (de 7,7 ha para 8,6 ha), aumento esse, concretizado, tal como atrás já foi referido, à custa das explorações da classe mais alta (> 10 ha). Esta situação, evidencia uma certa tendência, mas só nesta classe (à qual pertencem 25,9% do número total de explorações desta organização), para uma certa concentração fundiária, que pode assim ser correlacionada com o incremento do alfarrobal.

Entrando em maiores detalhes é possível constatar o seguinte:

- A maior concentração da **amendoeira** ocorre no barrocal e na serra, com incidência especial para os concelhos de Loulé, Castro Marim e Alcoutim. A maior

percentagem de área de amendoeira, ocorre, tradicionalmente no Algarve (onde a área dedicada a esta cultura representava, em 1999, 37% do total nacional), em consociação com outras fruteiras, a oliveira, a figueira e a alfarrobeira. Os pomares estremes, que normalmente permitem obter maiores rendimentos e são os mais utilizados nos principais países produtores, têm no Algarve reduzida importância.

No Algarve, esta espécie, ocupa uma área de 14.746 ha (INE, 2000). O decréscimo da cultura da amendoeira no Algarve tem sido evidente, tanto no que se refere à área, como à produção, conforme se constata nos quadros 44 e 45. Os produtores perderam o interesse no cultivo da amendoeira, por se defrontarem com preços cada vez mais baixos e elevados custos associados à mão-de-obra.

Quadro 44- Evolução das áreas de amendoeira no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Área	Var. Área
Orientação	Área	Área	Área	89/94	94/99
Produtiva	(ha)	(ha)	(ha)	(%)	(%)
Amendoeira	16.288,0	15.510,0	14.746,0	-4,8	-4,9

Fonte: INE (1992), (2000); DRAALG - 1994.

Atentando nos dados obtidos através dos inquéritos efectuados às explorações agrícolas, observa-se que, no período de tempo em causa, houve uma retracção da área adstrita a esta cultura no valor de 7,1% (de 24,5 ha em 1993, passou-se para 22,8 ha, em 2000). Curiosamente, este decréscimo registou-se ao nível das explorações associadas da OP desta área sectorial.

Apesar de já terem sido executadas algumas plantações novas sobre as quais se aplicaram inclusive novas técnicas, relacionadas com maiores densidades de plantação e utilização de um leque reduzido de variedades, as mesmas não têm grande significado no contexto da agricultura regional. As amendoeiras, na sua quase totalidade, encontram-se dispersas, envelhecidas e abandonadas. Existe uma grande diversidade de cultivares, muitas delas sem interesse agronómico e comercial, havendo um tendência cada vez maior para deixar os frutos na árvore mercê dos preços demasiado baixos que se praticam, os quais não são

compensadores, tanto para os produtores, como para os comerciantes, devido essencialmente à fraca qualidade intrínseca e apresentação da produção, a que acrescem os levados custos associados mão-de-obra. A estrutura produtiva encontra-se, assim, de certa forma desorientada e desorganizada.

A produção regional tem vindo a baixar sistematicamente nesta última década. A atestar este facto a quebra em cerca de 83%, verificada de 1989 para 1999, conforme se comprova no quadro 45.

Quadro 45- Evolução da produção de amêndoa no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Prod.	Var. Prod.
Orientação Produtiva	Produção (ton)	Produção (ton)	Produção (ton)	94/89 (%)	99/94 (%)
Amendoeira	9.773,0	1.880,0	1.669,5	-80,8	-11,2

Fonte: DRAALG.

Cerca de 73% do número total de explorações agrícolas com amendoeiras localizam-se nos concelhos de Alcoutim, Loulé, Castro Marim, Tavira, Albufeira e Silves, representando 82% da área existente no Algarve, com destaque para Loulé (25% do número total de explorações) e Alcoutim (22,3% da área total desta cultura).

- A maior parte da área de produção de **alfarroba** situa-se no Algarve central, nos concelhos de Albufeira, Loulé, Faro, S. Brás de Alportel, Olhão e Tavira que, no conjunto, representam mais de 85% da cultura da alfarroba. Conforme se pode observar no quadro 46, esta cultura teve um importante incremento no período de 1994 para 1999 (+20,9%), mercê da preferência que tem recolhido por parte dos produtores agro – florestais, quer nos adensamentos de pomares, quer substituindo amendoeiras e figueiras envelhecidas, ilucidativo do reinteresse recente que tem suscitado.

Quadro 46- Evolução da área adstrita à cultura da alfarrobeira no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Área	Var. Área
Orientação produtiva	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	94/89 (%)	99/94 (%)
Alfarrobeira	10.184,0	10.154,0	12.277,0	-0,3	20,9

Fonte: DRAALG.

Atentando nos dados obtidos através dos inquéritos efectuados às explorações agrícolas (*vide* Anexo D- Quadro 7.1), observa-se que, no período de tempo em causa, houve uma aumento importante da área afecta a esta cultura no valor de 24,5% (de 43,5 ha em 1993, passou-se para 54,2 ha, em 2000). No âmbito deste inquérito, e no que às culturas permanentes diz respeito, foi aliás nesta cultura que se registou o maior acréscimo de área, em valor absoluto, e o segundo maior – a seguir à oliveira – em valor relativo.

Nos últimos anos, a produção de alfarroba no Algarve tem sido estável, situando-se na ordem das 45.000 ton. por ano, com excepção de 1995, pior ano da década, em que a produção se reduziu a 20.000 ton., e de 1999 em que rondou as 37.000 ton., constatável pela observação do quadro 47.

Quadro 47- Evolução da produção de alfarroba no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Prod.	Var. Prod.
Orientação Produtiva	Produção (ton)	Produção (ton)	Produção (ton)	94/89 (%)	99/94 (%)
Alfarrobeira	45.828,0	45.694,0	36.831,0	-0,3	-19,4

Fonte: DRAALG.

- No Algarve, a **figueira** assumiu, até ao final dos anos 50, um importante contributo para a economia das explorações agrícolas da região, através da valorização do figo seco. Foi, aliás, nesta altura que surgiu uma nova modalidade do comércio do figo sob a forma de «pasta», sendo vários os mercados interessados neste produto, em especial os EUA. A cultura da figueira localiza-se na zona do Barrocal, principalmente nos concelhos de Loulé, Albufeira, S. Brás, Tavira e outros. As variedades são seleccionadas, consoante o se objectivo é a produção de figo para consumo em fresco ou para secar (DRAALG, 2000).

Presentemente, o figueiral tradicional está em abandono, dado os elevados custos de mão-de-obra que são insuportáveis em relação aos fracos proventos económicos que possibilita. Esse facto, levou a um decréscimo da área afectada a esta cultura no Algarve, que numa década, se reduziu em 23,5%, representando, actualmente, cerca de 3.000 ha, conforme se observa pelos dados constantes no quadro 48.

Quadro 48- Evolução da área adstrita à cultura da figueira no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Área	Var. Área
Orientação Produtiva	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	89/94 (%)	94/99 (%)
Figueira	3.966,5	3.689,0	3.035,0	-7,0	-17,7

Fonte: DRAALG.

Atendendo aos dados obtidos através dos inquéritos efectuados às explorações agrícolas (*vide* Anexo D- Quadro 7.1), observa-se que, no período de tempo em causa, o comportamento das áreas afectadas a esta cultura foi igualmente de decréscimo (-51,1%, ou seja, de 8,8 ha em 1993, para 4,3 ha em 2000).

Curiosamente, no que à produção obtida diz respeito, esta aumentou nos três anos em apreço (conforme é patente nos dados do quadro 49), o que poderá, eventualmente, ser explicado por uma melhoria das condições produtivas por via da implementação das medidas Agro – Ambientais.

Quadro 49- Evolução da produção de figo no Algarve

	1989	1994	1999	Var. Prod.	Var. Prod.
Orientação Produtiva	Produção (ton)	Produção (ton)	Produção (ton)	94/89 (%)	99/94 (%)
Figueira	2.975,0	3.689,0	3.736,0	24,0	1,3

Fonte: DRAALG - 1989/1994; GPPAA (1999-2001).

Julga-se, no entanto, pertinente, referir o interesse crescente pelo figo, tanto em fresco, como seco, de qualidade, o que tem conduzido a uma recente atracção pela cultura, derivado da constatação da existência de novos nichos de mercado, nomeadamente, para venda em fresco, do que resultou uma aposta na instalação de pomares estromes e na reconversão dos pomares tradicionais. Em 1999, a produção

de figos Lampos e de Bebera foi boa e já proveio, principalmente, de pomares estremes regados. Esta situação abre novas perspectivas à cultura que, assim, começa a ser encarada como uma actividade com interesse económico para o Algarve, ressaltando uma vez mais os “handicaps” decorrentes do elevado peso da mão-de-obra.

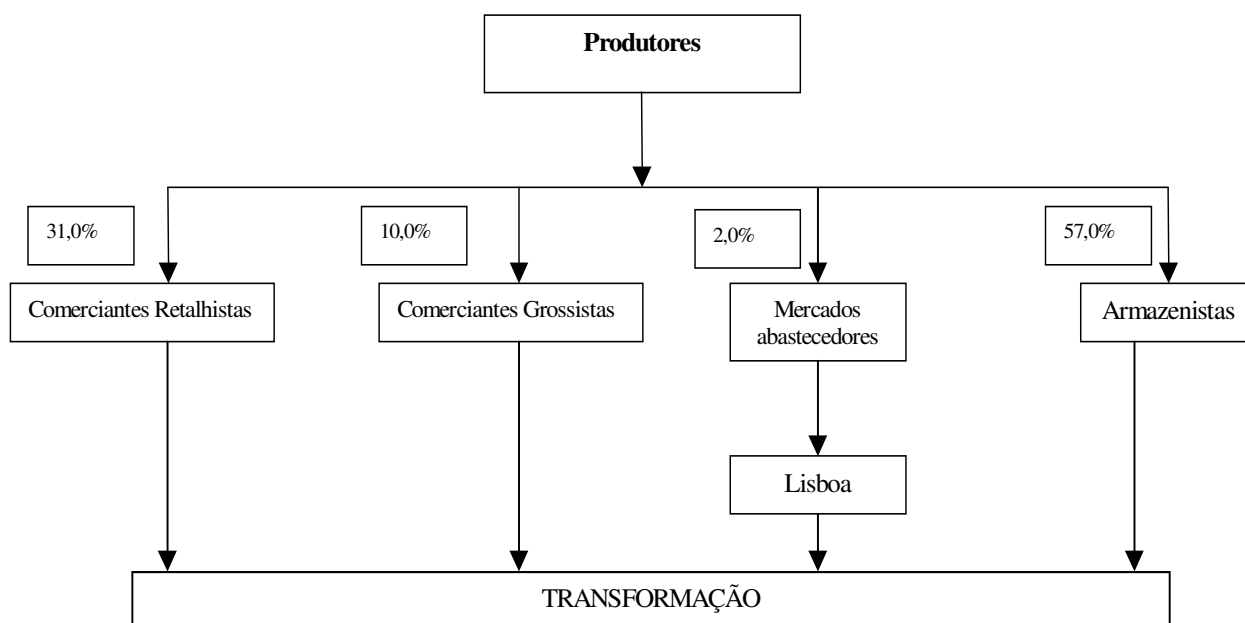
3.4.2. O papel das OP no quadro da organização da produção e comercialização

No início do anos noventa, foram instituídos um conjunto de apoios comunitários destinados a inverter a tendência de declínio da fruticultura de sequeiro da bacia mediterrânea. Por detrás da criação dessas linhas de financiamento estavam objectivos que aliavam à necessidade de rentabilizar este tipo de produções, enquanto fonte importante e por vezes única de rendimentos de algumas explorações agrícolas, uma lógica de preservação de modos de produção tradicionais que associavam a práticas conservacionistas do ambiente, um importante papel de preservação da paisagem rural.

Incentivou-se a criação de Organizações de Produtores com os objectivos de melhorar e reconverter o pomar (através do Plano de Melhoria) e apoiar a comercialização dos produtos. É assim que em 1996, já tardiamente e deixando de fora desta vaga de fundo, aquela que foi durante muitos anos um dos expoentes do movimento cooperativista algarvio neste sector, a Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo, se dá o reconhecimento de duas novas cooperativas como Organizações de Produtores, a AGRUPA e a COOPROBOL, com uma estrutura técnica dirigida para o apoio ao Plano de Melhoria.

Com a implantação destas OP (sobre as quais é apresentada informação mais detalhada no Anexo A – p. 7), o sistema cooperativo passou a ter uma intervenção efectiva na comercialização de frutos secos na região, representando, neste momento, a comercialização via OP cerca de 5,5%⁶⁵ da quota de mercado regional (campanha 1999/2000), no que concerne a amêndoa, alfarroba e figo seco, tendo-se igualmente registado alterações importantes no que ao circuito de comercialização dos frutos secos diz respeito.

Figura 10- Canais de escoamento dos Frutos Secos no Algarve (circuito via produtor)



Fonte: Anexo D- Resultados do inquérito às explorações agrícolas da OP- Frutos de Casca Rija e Alfarroba (Quadro 13).

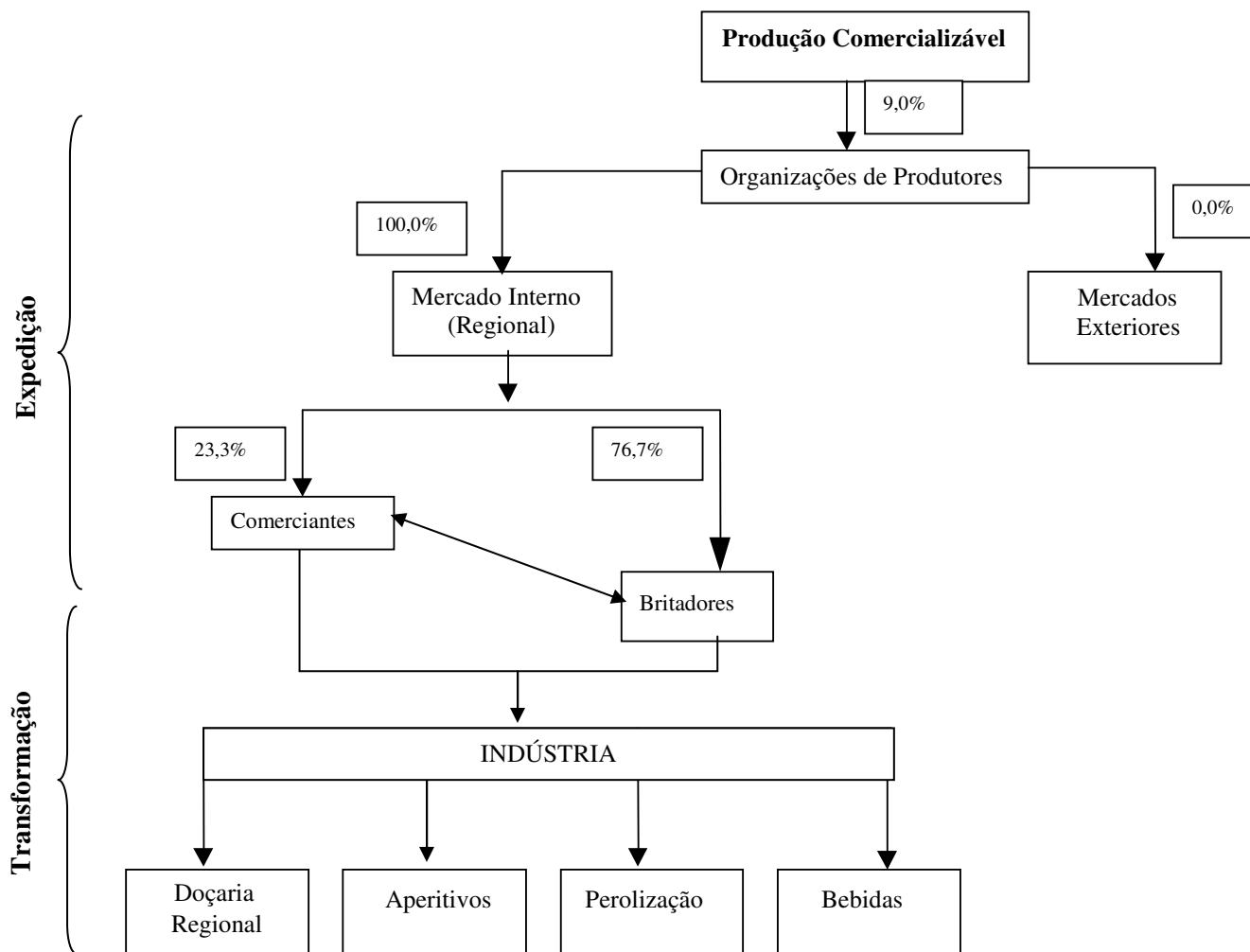
Procedendo a uma comparação entre o diagrama da figura 10 - em que era o produtor que negociava directamente a sua produção – e o modelo actual (adiante apresentado para cada um dos vários frutos secos, figuras 11, 12 e 13), em que a comercialização é feita por intermédio da OP, essa transferência acarretou uma redução dos canais de escoamento da produção:

- em termos de intervenientes, que passaram a estar, ou bipolarizados entre comerciantes e transformadores - assistiu-se ao desaparecimento do intermediário comissionista/mandatário, e por outro lado, o armazenamento passou a ser uma função desempenhada, fundamentalmente, por produtores e transformadores – ou simplesmente reduzidos a um único agente – o transformador (no caso particular do figo);
- em termos de destinos, traduzido pela dicotomia, absorção total da produção pelo mercado interno (no caso da amêndoa e alfarroba) vs absorção total pelo mercado externo (para o figo).

⁶⁵ A partir de Anexo E- Quadro 3; Quadros 43, 45 e 47.

Paralelamente é igualmente notório, um encurtamento do circuito de comercialização, já que a comercialização dos produtos faz-se agora, essencialmente, por venda directa a empresas transformadoras.

Figura 11- Comercialização da amêndoa no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000

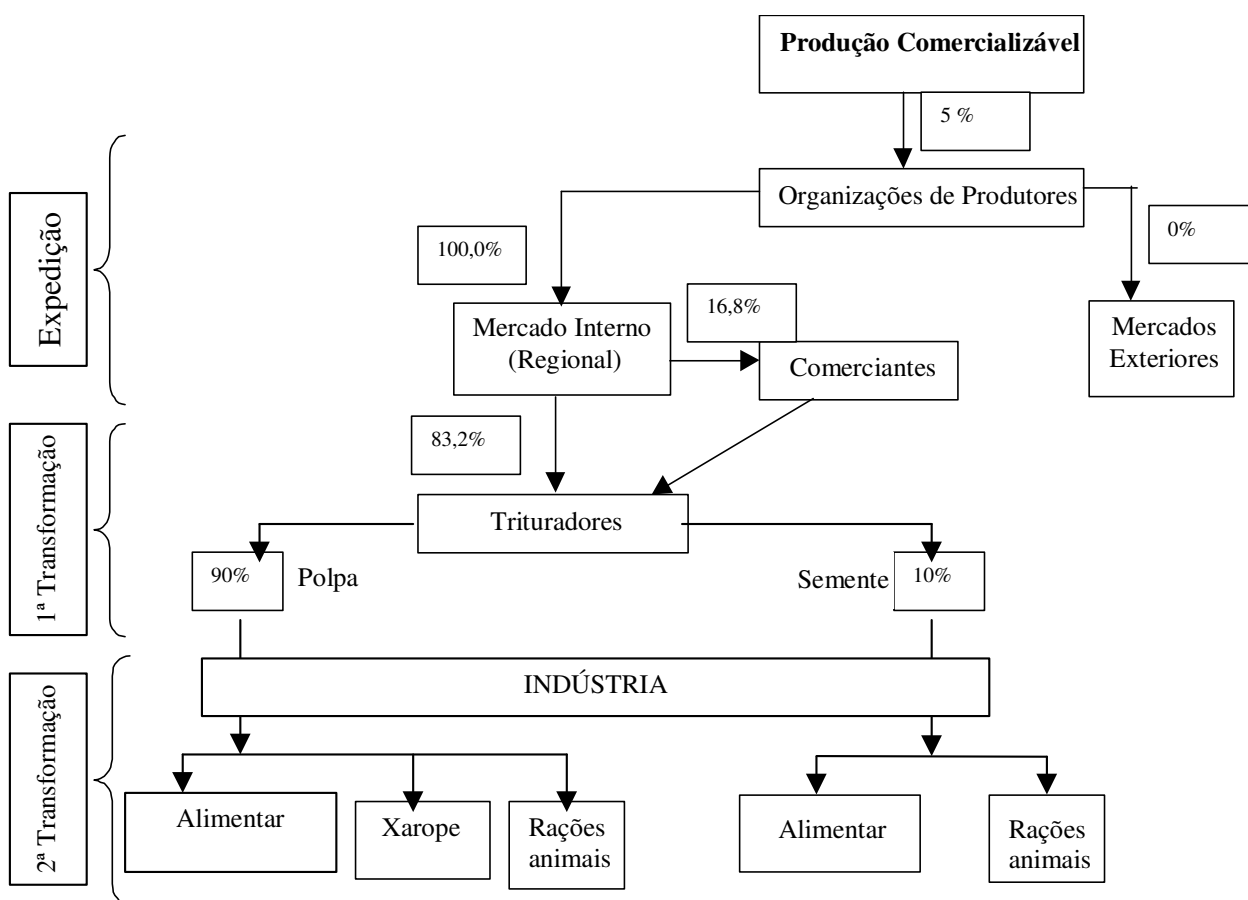


Fonte: Anexo E- Resultados do inquérito às OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (Quadro 5).

A fileira da **amêndoa** é pouco organizada, com circuitos mais ou menos longos, tendo as duas Organizações de Produtores representado, na campanha 1999/2000, uma quota de mercado de cerca de 9% da produção total regional (*vide* figura 11). A AGRUPA possui 267 associados produtores de amêndoa, a que corresponde uma área total de 1.269 hectares (8,6% do total). A COOPROBOL é uma cooperativa que possui 112 sócios produtores de amêndoa, com uma área de 700 ha. Tanto num caso como noutro

verifica-se um baixo volume de amêndoa produzido pelos associados e comercializado por intermédio destas duas OP. A AGRUPA comercializou na campanha 1999/2000 um volume anual de 109 ton. e a COOPROBOL cerca de 54 ton., sendo conveniente destacar que as mesmas não têm intervenção directa sobre a transformação do produto, colocando a amêndoa em casca no mercado. As OP vendem, indiferentemente, quer para comerciantes, quer para britadores, embora em bastante maior proporção para os segundos (conforme se constata pela observação do diagrama da figura 11).

Figura 12- Comercialização da alfarroba no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000

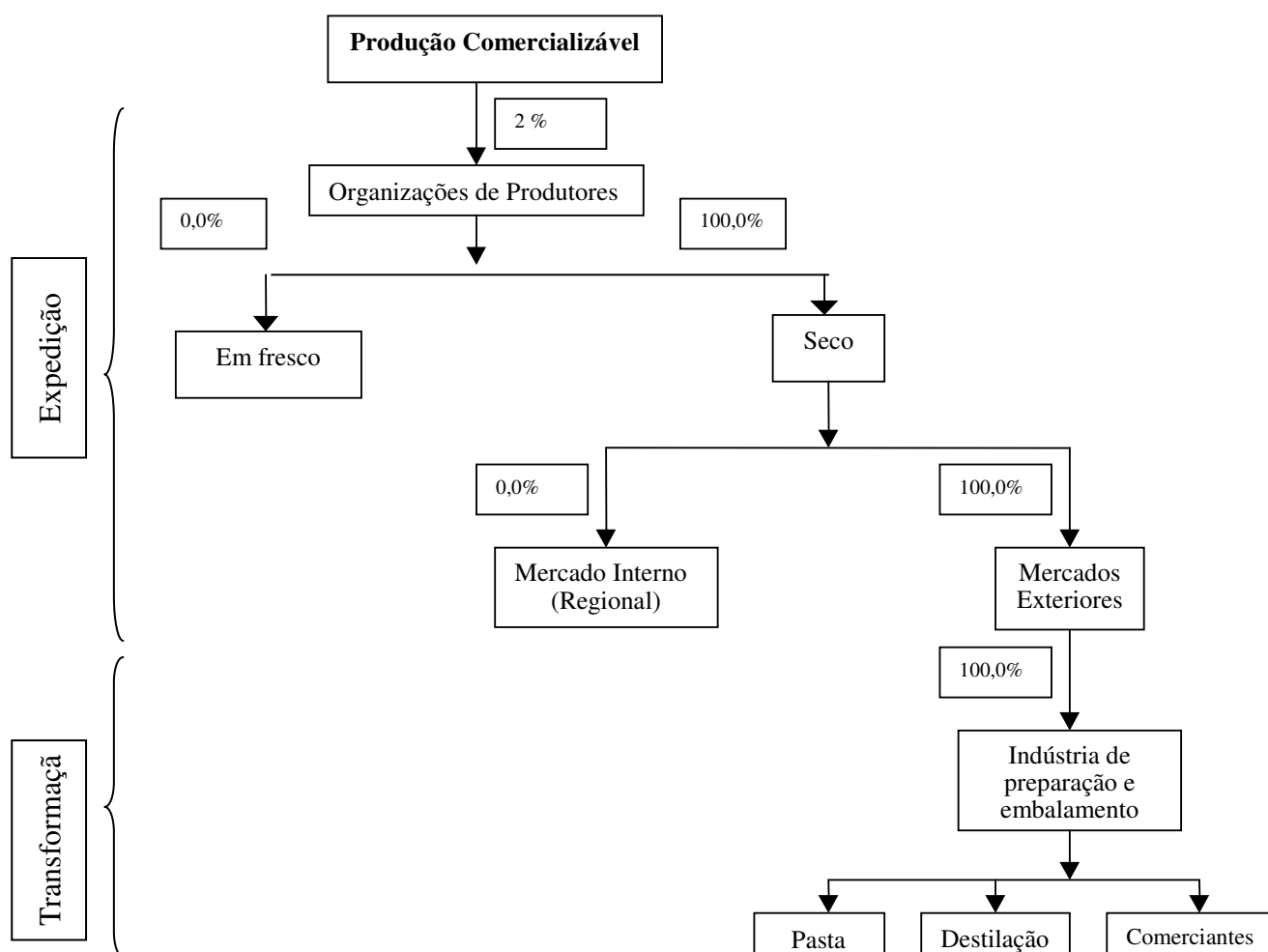


Fonte: Anexo E- Resultados dos inquéritos às OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (Quadro 5).

Segundo os dados recolhidos através dos inquéritos efectuados, as duas OP reconhecidas no Algarve para operar com **alfarroba**, COOPROBOL e AGRUPA, compreendem, respectivamente, 112 e 267 produtores associados activos no que à alfarroba diz respeito. A AGRUPA comercializou na campanha 1999/2000 um volume anual de 1.253 ton. e a COOPROBOL cerca de 706 ton., sendo conveniente destacar

que as mesmas não têm intervenção directa sobre a transformação do produto, limitando-se a colocá-lo no mercado. As OP vendem, indiferentemente, quer para comerciantes, quer para trituradores, embora em maior proporção para os segundos (mais de 80%, conforme se constata pelo diagrama da figura 12). Toda a produção é escoada para empresas da região, sendo o peso dos comerciantes nesse escoamento, de apenas, ≈17%.

Figura 13- Comercialização do figo no Algarve (circuito via OP) - Campanha 1999/2000



Fonte: Anexo E- Resultados do inquérito à OP- Frutas (Quadro 5).

Segundo os dados veiculados através do inquérito realizado, a única OP reconhecida para operar com o **figo**, a COOPROBOL, tem actualmente apenas 17 produtores associados activos no que ao figo diz respeito. Na campanha de 1999/2000 toda a produção entregue na OP para comercialização, 76 ton., já tinha sido, previamente,

submetida a um processo de secagem. A OP orientou, na campanha de 1999/2000, a totalidade da sua produção para mercados exteriores (conforme se constata pela observação do diagrama da figura 13), mais concretamente para uma unidade de transformação sediada em Torres Novas.

No inquérito realizado às explorações agrícolas, verificou-se que, anteriormente à sua entrada para a OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, os empresários amostrados já detinham alguma tradição ao nível do movimento associativo. Assim, 40% dos inquiridos afirmaram já ter sido membros de alguma Cooperativa/Associação agrícola antes da sua entrada para a OP em causa (*vide* Anexo D- Quadro 11).

A natureza do vínculo a essa Cooperativa/Associação consubstanciava-se na totalidade nos casos através de um acordo escrito (*vide* Anexo D- Quadro 11.1). De referir que no caso concreto das explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, as Cooperativas/Associações em causa, funcionavam como meras “centrais de compras” de determinados factores de produção (v.g. fertilizantes, pesticidas, etc.), e posterior fornecimento dos mesmos, a preços mais vantajosos, aos seus associados, não tendo qualquer intervenção ao nível da comercialização da produção.

É curioso observar, como já foi atrás referido, a circunstância da totalidade das produções de amêndoa e alfarroba (quando transaccionadas por intermédio de OP) serem absorvidas pelo mercado regional (*vide* figuras 11 e 12), quando no caso dos citrinos e hortícolas, essa percentagem anda à volta dos 16% (*vide* figuras 6 e 8). Esse facto deve-se, fundamentalmente, à discrepância acentuada entre os respectivos sectores transformadores sediados na Região (no caso dos citrinos sem capacidade de atrair a oferta disponível, enquanto nos hortícolas por falta de capacidade instalada, “handicaps” esses, que não se registam ao nível da transformação destes dois produtos do sequeiro).

No que concerne aos procedimentos das duas OP deste sub – sector em termos de auto – financiamento (complementar às ajudas directas por via da regulamentação comunitária específica) e condições de pagamento aos seus associados, o inquérito realizado, permitiu concluir o seguinte:

- Em termos de formação dos preços de campanha, uma das OP inquiridas respondeu que a formação dos mesmos era feita com base no valor de mercado da produção. Ao valor resultante da comercialização da produção eram deduzidos os custos de funcionamento, sob a forma de uma taxa fixa incidente sobre o preço de venda / kg de produto comercializado (20\$00/kg).

- A outra OP implementou, para efeitos de comercialização da produção um procedimento de leilão em proposta fechada. Num determinado dia da semana, a OP envia, para um conjunto de comerciantes/transformadores, o rol da produção existente para venda (obtida por comunicação dos associados), os quais respondem por carta fechada com licitações para os vários lotes disponíveis. Ganha a proposta que apresente melhor preço, e em situações de igualdade, tem prioridade a que chegou mais cedo. O pagamento à OP é feito contra a entrega da mercadoria. No que concerne a despesas de funcionamento a OP não cobra qualquer montante sobre o valor da venda da produção, aos seus associados. Antes retira, para pagamento do serviço prestado de acompanhamento técnico, 5.000\$00/ha das ajudas pagas aos produtores no âmbito dos Planos de Melhoria. Atendendo a que a taxa para cálculo do subsídio atribuído neste tipo de ajudas é de 55% (2.750\$00/ha), ao agricultor compete o pagamento dos restantes 2.250\$00/ha de superfície declarada.

- No que toca ao intervalo de tempo para efectivação do pagamento aos associados (período habitual que medeia entre a entrega da produção na OP e o recebimento pelo associado correspondente à venda da mesma) este é bastante variável. Assim, uma das OP processa-o, normalmente, em 90 dias, enquanto a outra, por via, do pagamento imediato dos compradores contra entrega da produção, fá-lo num espaço de apenas 1 a 3 dias.

Igualmente, como resultado do inquérito efectuado, pôde-se constatar que, entre os principais problemas/constrangimentos referidos pelas OP no que respeita, quer ao seu funcionamento corrente, nomeadamente em termos de relacionamento com os demais intervenientes na fileira, quer em termos de críticas/anseios mais comuns entre os seus associados, ressaltam os seguintes aspectos:

Ao nível da OP:

- Baixos preços de comercialização;
- Falta de instalações adequadas;
- Falta de fidelização dos associados na hora de colocarem as suas produções para serem comercializadas via OP, acarretando problemas ao nível da comercialização derivados de insuficiência da oferta;

Ao nível dos produtores:

- A ajuda suplementar forfetária paga ao produtor por via do Reg. (CEE) N° 1035/72 (ajuda indirecta), é só atribuída por 2 anos (normalmente os 2 primeiros), quando devia ser alargada à totalidade do período de execução do Plano de Melhoria.

3.4.3. O papel da transformação

- Existem na Região sete unidades de britagem e escolha de **amêndoa**, cuja capacidade industrial ultrapassa significativamente a produção regional. O nível de modernização destas unidades, é, excepção feita a duas delas, relativamente baixo. Os britadores regionais são responsáveis, no global, por cerca de 30% da compra directa da produção (embora representem a maior fatia, 76,7%, quando a comercialização é feita por intermédio de OP, conforme figura 11).

São, essencialmente, intermediários na comercialização da amêndoa visto que, das seis empresas mais representativas deste ramo sediadas no Algarve apenas uma delas vende a amêndoa exclusivamente em miolo, enquanto as demais tanto o fazem desse modo, como em casca. Estas empresas funcionam, também, como prestadoras de serviços de britagem e escolha a comerciantes e agricultores regionais que comercializam, directamente, o seu miolo de amêndoa. Destas seis empresas, 83% possuem actividade exclusivamente no sector dos frutos secos, embora todas elas tenham um baixo grau de especialização na comercialização de amêndoa. A transformação do miolo de amêndoa é quase inexistente, uma vez que apenas uma faz a comercialização do miolo sem pele, ou seja, a única transformação efectuada é

a partição da casca (britagem). 50% destas empresas vendem exclusivamente para o mercado regional e têm, em média, um volume global de cerca de 700 ton de miolo de amêndoa, e em relação às restantes, uma delas dedica-se exclusivamente à exportação do miolo. Os fornecedores destas empresas são os produtores ou outros comerciantes, que apenas fazem a concentração de amêndoa e a vendem a outras que possuam britagem (Madeira *et al*, 2000).

- Existem, no Algarve, 11 empresas de trituração activas, que exercem um efeito de coordenação em relação aos diferentes agentes da base da fileira, já que são responsáveis pela compra directa de cerca de metade da produção de **alfarroba** (subindo essa quota para cerca de 83%, quando a comercialização é feita por intermédio de OP, conforme figura 12).

A maioria dos comerciantes comportam-se como intermediários ao serviço dos grandes trituradores da região. Estes operadores, apesar de alguma capacidade de armazenamento, são cada vez mais compradores e transportadores de mercadoria, levando directamente do produtor ao triturador.

O nível de concentração na 1ª transformação é elevado, já que os cinco maiores trituradores, representam cerca de 80% do produto transformado. Hoje em dia a alfarroba é um produto totalmente industrializado, vendido como matéria-prima para a produção de derivados. A partir do momento em que se instalam as indústrias de 2ª transformação, a semente começa a valorizar-se. Actualmente, a semente é responsável por 60% do valor da vagem inteira, ainda que represente apenas 10% do seu peso. A indústria de semente incorpora cerca de 40% de valor acrescentado, enquanto a trituração gera níveis muito baixos (5%) na cadeia de valor do produto (Freitas *et al*, 2000).

- A Cooperativa de Santa Catarina, para além de ser uma associação de produtores, estava (e continua) também reconhecida pelo INGA como transformador de **figo seco**, tendo para tal realizado investimentos de monta na construção de uma unidade de expurgo, com cerca de 40-45m³ de capacidade, e no apetrechamento/modernização do sector de normalização. Apesar disso, durante a campanha de 1999/2000, todo o figo recebido pela COOPROBOL foi enviado para transformação

em Torres Novas, onde os produtos são submetidos a tratamentos de desinfestação (expurgo), sendo seguidamente normalizados.

4. Avaliação do impacte dos apoios à hortofruticultura algarvia no período 1986/1999

Nesta fase do trabalho, procedeu-se a uma análise sumária do impacte no Algarve resultante da aplicação das linhas de apoio disponíveis para a vertente hortofrutícola, quer no âmbito do Anterior Regulamento/QCA I (1986/93), quer no QCA II (1994/99), embora com maior enfoque neste último.

Tentou-se, sempre que possível, complementar a informação de carácter mais generalista (âmbito geral do Algarve), com dados recolhidos no decorrer dos 2 tipos de inquéritos efectuados (neste caso apenas para apoios disponibilizados no âmbito do QCA II). Para efeitos de melhor sistematização da informação, procedeu-se à classificação das diferentes ajudas entre apoios dirigidos aos produtores e dirigidos às OP.

4.1. Apoios aos produtores

No que concerne a este tipo de ajudas, optou-se neste trabalho por proceder à sua subdivisão entre apoios directos (pagos directamente ao produtor) e indirectos (pagos ao produtor por intermédio da OP).

4.1.1. Apoios directos

Numa lógica similar à apresentada no Capítulo Segundo, aquando da análise à estrutura dos apoios distribuídos no Algarve no ano de 1999 (*vide* ponto 4.5 do Capítulo Segundo), os apoios directos em apreço foram diferenciados entre *ajudas ao investimento e despesas de desenvolvimento* e *ajudas ao rendimento*.

4.1.1.1. Ajudas ao investimento e despesas de desenvolvimento

Neste tipo de apoios estão englobadas, no âmbito deste trabalho, as medidas de investimento na exploração agrícola, de investimento florestal e as medidas de apoio às despesas de desenvolvimento.

4.1.1.1.1. Medidas de investimento na exploração agrícola

- O investimento efectuado no Algarve e as alterações à ocupação cultural tradicional, foram certamente condicionadas pelas medidas de apoio ao investimento decorrentes dos 1º e 2º QCA. Segundo DRAALG, 2000-2001, analisando os números disponíveis sobre os projectos apresentados desde 1990⁶⁶, pode-se constatar que, durante a vigência do Reg. (CE) N°2328/91 (e Reg. (CEE) N°797/84), de 1990 a 1991, houve um certo equilíbrio entre o número e montantes de projectos apresentados em hortícolas e citrinos (com algum predomínio inclusive, em termos de montantes globais, para a vertente horticultura), os quais representaram cerca de 61% do total de projectos apresentados no Algarve (a partir do quadro 50).

Quadro 50- Projectos apresentados ao abrigo dos Reg.s 797/84 e 2328/91

(x 10³ Escudos)

Orientação produtiva	Total de projectos		Horticultura		Citricultura	
	Montante	Nº de Projectos	Montante	Nº de Projectos	Montante	Nº de Projectos
1990	704.491,1	116	247.882,3	35	187.644,2	44
1991	1.134.384,1	172	335.119,0	29	259.911,8	67
Total	1.843.875,2	288	583.001,3	64	447.556,0	111

Fonte: DRAALG / DSP.

Os projectos financiados ao abrigo destes regulamentos não tinham os subsídios diversificados consoante o investimento, pelo que permitiam que o mesmo fosse feito de acordo com a rentabilidade da exploração agrícola. Ou seja, quando o agricultor equacionava a orientação produtiva da sua exploração, teria em conta critérios de rentabilidade da mesma que eram mais independentes dos eventuais

⁶⁶ Visto que anteriormente, embora também se disponha dos números, não se conhece a orientação produtiva das explorações.

subsídios de que poderia beneficiar. Este ponto é tanto mais importante quanto a posterior descapitalização dos agricultores, provocada por problemas de mercado, levou a que os subsídios fossem equacionados como ponto importante na apreciação que faziam dos investimentos possíveis.

A partir da entrada em funcionamento do programa NOVAGRI, em 1992, a situação mudou radicalmente. Nesta altura, uma exploração de citrinos podia beneficiar de subsídios ao investimento de 55 a 65% a fundo perdido para plantações (consoante se encontrasse ou não numa região desfavorecida), mas a construção de estufas não era contemplada, pelo que continuava a beneficiar apenas de 45% a 55% a fundo perdido (de novo consoante a exploração se encontrasse ou não numa região desfavorecida), dados pelos programas já anteriormente em execução. Como consequência deste facto e conforme se verifica pelo quadro 51, cerca de 64% dos projectos de investimento apresentados ao abrigo de programas comunitários, de 1992 a 1994 (vigência do Reg. 2328/91 e NOVAGRI – QCA I), foram de citrinos (representando mais de 50% do montante de investimento). Esta situação condicionou o início da alteração do panorama cultural do Algarve, consubstanciada no fortalecimento da fileira citrícola e por uma redução substancial do peso da horticultura, diminuindo assim a diversificação que caracterizava a agricultura da região (*vide* quadro 43).

Quadro 51- Projectos apresentados ao abrigo dos Reg. 2328/91 e NOVAGRI

(x 10³ Escudos)

Orientação prod.		Total		Horticultura		Citricultura	
Reg.	Ano	Montante (contos)	Nº de Projectos	Montante (contos)	Nº de Projectos	Montante (contos)	Nº de Projectos
2328/91	1992	230.209	30	47.480	7	90.574	11
	1993	376.768	46	259.864	22	73.399	16
	1994	761.327	87	338.609	23	203.047	33
Sub-total		1.368.304	163	645.953	52	367.020	60
Novagri	1992	392.404	80	-	-	390.562	79
	1993	334.278	70	-	-	312.787	63
Sub-total		726.682	150	0	0	703.349	142
Total		2.094.986	313	645.953	52	1.070.369	202

Fonte: DRAALG/DSP.

Esta situação, agravou-se ainda mais, já no QCA II, com o PAMAF, cuja medida 2/Acção 2.1, regulamentada pela portaria 809-B/94, mantinha a estrutura do Reg.

797, embora baixasse os subsídios para 35% a 55% a fundo perdido, e a medida 2/Ação 2.2, regulamentada pela portaria 809-C/94 mantinha a estrutura do NOVAGRI, exactamente com o mesmo nível de subsídios. Esta desigualdade de tratamento entre horticultores e citricultores, em claro benefício dos segundos, conduziu aos números apresentados no quadro 52, em que 58% do valor global de todos os projectos de investimento produtivos ou de apoio à produção no interior da exploração, apresentados durante o QCA II (1994 - 1999), tiveram como objecto a citricultura.

Quadro 52- Projectos apresentados ao abrigo do PAMAF- Medida 2.1 e 2.2

(x 10³ Escudos)

Orientação prod.		Total	Horticultura	Citricultura
Acção	Ano	Montante (contos)	Montante (contos)	Montante (contos)
2.1	1994	1.121.000	498.577	436.965
	1995	1.050.000	160.541	454.023
	1996	931.000	242.643	485.301
	1997	1.809.000	283.025	878.255
	1998	1.140.000	415.159	462.591
	1999	1.118.000	308.325	501.358
Sub-total		7.169.000	1.908.270	3.218.493
2.2	1994	-	-	-
	1995	971.000	29.431	858.296
	1996	733.000	-	721.314
	1997	1.810.000	100.897	1.004.549
	1998	1.720.000	631.823	1.264.870
	1999	816.000	123.323	600.078
Sub-total		6.050.000	885.474	4.449.107
Total		13.220.000	2.091.642	7.667.600

Fonte: DRAALG/DSP.

Foi portanto uma política que privilegiou claramente os investimentos em citrinos, dando-lhes melhores condições numa altura em que, para os agricultores descapitalizados, era difícil investir.

A constatação desta situação levou a que esta política fosse alterada na recta final do QCA II (ano de 1998), com a introdução da reconversão das estufas na acção 2.2 da medida 2 do PAMAF, o que em conjugação com a boa aceitação desta medida junto dos agricultores veio permitir um novo fôlego à horticultura da região, com uma efectiva reconversão das estufas com condições mais deficientes, nomeadamente no que concerne à protecção das culturas. No sotavento algarvio, onde a horticultura tem maior expressão, dos 43 projectos de investimento

propostos em 1998 - até Agosto - na Medida 2, Acção 2.2, num montante total de 613.916.310\$00, 13 tinham como objectivo a reconversão de estufas, representando um investimento de 293.108.486\$00. Ou seja, a reconversão de estufas representava 30% dos projectos apresentados e 48% do montante de investimento proposto (DRAALG, 2001).

- Os programas de investimento agrícola tiveram muito baixo impacto no sub-sector dos frutos secos, na região do Algarve. Durante os 14 anos (1986/99), através destas medidas foram apoiados apenas cerca de 150 ha de novos pomares.

- Na sequência do inquérito às explorações agrícolas, realizado no âmbito deste trabalho (consultar Anexo D- Quadro 14.1), apurou-se que, no período de vigência do QCA II (1994/99), este tipo de apoios representaram 40% do número total de apoios directos aos produtores agrícolas inquiridos. Há nesta vertente, um claro predomínio das explorações associadas da OP- Citrinos e da OP- Hortícolas, face às suas congéneres da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (este tipo de apoios representaram 49% no quadro dos apoios directos recebidos pelos produtores associados da OP- Citrinos e 72% no caso das ligadas à OP- Hortícolas, contra apenas 2,2%, uma única iniciativa de investimento, e na vertente plantações, no caso da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba). Essa heterogeneidade encontra a sua razão de ser:
 - no maior grau de exigência em termos de intensidade de investimento em capital, mormente de exploração fixo (máquinas e equipamentos), motivada por razões de ordem tecnológica ligadas à produção das vertentes citricultura e horticultura, e

 - no maior dinamismo dos empresários destes dois sub-sectores ao nível da captação deste tipo de apoios para efeitos de investimentos em capital fundiário (plantações, melhoramentos fundiários e construções agrícolas), consequência também, em parte, de uma maior adequação dessas ajudas às especificidades estruturais da citricultura e horticultura, por comparação com o sub-sector do pomar tradicional de sequeiro.

Por tipo de apoios destacam-se claramente os investimentos ao nível da Medida 2 do PAMAF (34 iniciativas de investimento, às quais corresponde um peso de 29,6% no cômputo geral dos apoios directos aos produtores inquiridos) e dentro desta, realce para os investimentos nas vertentes compra de máquinas e equipamentos, e plantações (respectivamente 8,7% e 7,0%). Destaque ainda para os investimentos ao nível da reconversão de estufas (2,6% do número total dos apoios directos), principalmente entrando em linha de conta, com o facto de serem só da responsabilidade dos produtores inquiridos pertencentes à OP- Hortícolas (*vide* Anexo D- Quadro 14.1).

Os investimentos nas acções da Medida 1- Infraestruturas Agrícolas, concretamente em Pequenos Regadios e Electrificação Rural representaram 10,4% do número total dos apoios directos, com destaque para as sete candidaturas apresentadas pelas explorações ligadas à OP- Hortícolas (cerca de 24% no cômputo geral dos apoios directos por estas referenciados no período em análise).

4.1.1.1.2. Medidas de investimento florestais

- O Programa de Acção Florestal (PAF -1986/93), teve um impacte bastante positivo ao nível da cultura da alfarrobeira. Assim, por exemplo, nos seis concelhos mais importantes do ponto de vista florestal no Algarve, e dos 14.463,9 ha intervencionados ao abrigo deste programa (9.582 ha de arborização e 4.965,4 ha de beneficiação), a alfarrobeira representou 6,2% da área total (6,2% na arborização e 6% na beneficiação, respectivamente), segundo dados presentes em Graça, 2000.

No QCA II, o Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF)- Medida 3 do PAMAF, substituiu o PAF, mantendo um impacto semelhante na cultura da alfarrobeira. Este instrumento é apenas utilizado em áreas pedregosas e com mato, onde não é possível aplicar o Reg. 2080, continuando, apesar disso, a ser importante na melhoria das áreas florestais onde a alfarrobeira predomina. Refira-se que uma parte significativa da superfície florestada através do PAF já sofreu beneficiação pelo PDF.

- O inquérito às explorações agrícolas demonstrou que ao nível da amostra inquirida esta linha de apoios teve um peso de apenas 0,9% no cômputo geral dos apoios directos (uma só iniciativa de investimento), os quais foram totalmente absorvidos pelas explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (*vide* Anexo D- Quadro 14.1).

4.1.1.1.3. Medidas de apoio às despesas de desenvolvimento

De referir ainda, como resultado dos inquéritos realizados à estrutura das explorações agrícolas (*vide* Anexo D- Quadro 14.1), no quadro das ajudas às despesas de desenvolvimento, a importância da Medida 6- Formação e Educação do PAMAF, já que 14 dos produtores inquiridos afirmaram ter frequentado, durante o período em análise, acções de formação para agricultores (equivaleu a 12,2% no cômputo geral dos apoios directos).

4.1.1.2. Ajudas ao rendimento

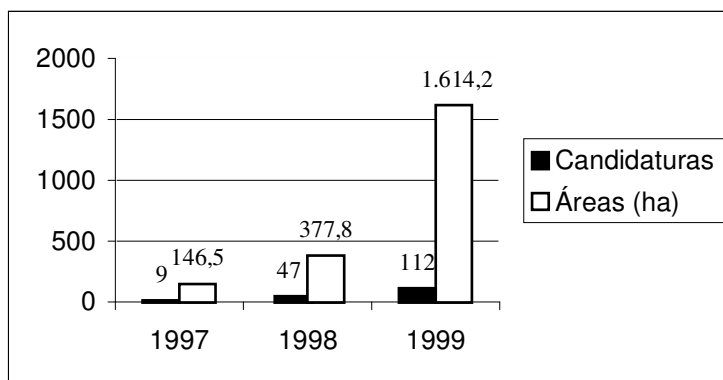
No âmbito desta dissertação, consideraram-se dentro das ajudas ao rendimento, duas das medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC – as Agro - Ambientais e a Florestação de Terras Agrícolas – e um conjunto de outros apoios, concretamente, OCM- Produtores, Indemnizações Compensatórias e Prémios à Instalação como Jovem Agricultor.

4.1.1.2.1. Medidas Agro – Ambientais

- As quatro associações de Protecção Integrada em citrinos existentes no Algarve, entre 1997 e 1999, no âmbito da Medida 3 das Agro - Ambientais, receberam cerca de 250.000 contos de ajudas, envolvendo um total de 168 candidaturas. No primeiro ano de aplicação (1997) e conforme se observa pelo gráfico 40, apenas se registaram nove candidaturas beneficiando uma área de 146,5 ha. Em 1999 foram beneficiados

1.614,2 ha (112 candidaturas), o que equivale a cerca de 9% da área citrícola regional, provando desta forma uma grande adesão a este modo de produção.

Gráfico 40- Evolução das áreas de citrinos beneficiadas pela protecção integrada



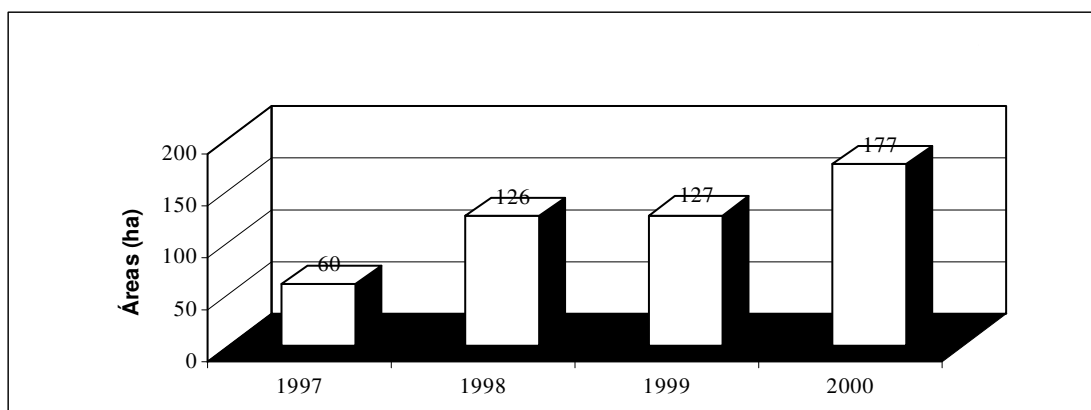
Fonte: DRAALG (2000-2001).

- Já em agricultura biológica (Medida 5), existem actualmente no Algarve, apenas cerca de 2,85 ha de pomares de citrinos, segundo dados da DGD Rural, estando a totalidade dessa área englobada em candidaturas ao abrigo da correspondente Medida 5.

Ao nível da horticultura biológica, a evolução verificada de 1994 a 2000, conforme já atrás indicado, além de irregular, não tem apresentado o crescimento que seria de esperar, situando-se em 2000, nos 25 ha, face aos 36 ha, existentes em 1994.

No que concerne às áreas dedicadas à produção biológica de frutos secos, a evolução, de 1997 a 2000, tem sido sempre positiva, cifrando-se, em 2000, nos 177 ha, o que face a 1997, representa um aumento de 195% (conforme patente pelos dados expostos no gráfico 41), comportamento claramente superior ao evidenciado nos outros dois sub-sectoros atrás analisados.

Gráfico 41- Evolução das áreas de produção biológica de frutos secos



Nota: A inexistência de dados no período de 1994 a 1996, deve-se ao facto de até então os frutos secos estarem englobados, para efeitos de tratamento de dados, na categoria mais abrangente da fruticultura.

Fonte: Anexo D- Quadro 20.

- A Medida 14- Pomares Tradicionais de Sequeiro do Algarve⁶⁷, do Programa Agro-Ambiental (Reg. (CEE) N°2078/92), teve um impacto notável no Algarve, ultrapassando largamente as expectativas iniciais para o Programa, beneficiando, entre 1994 e 1999, 22.640 ha (quando se previa inicialmente uma área em torno dos 12.500 ha), abrangendo cerca de 4.510 beneficiários e correspondendo a apoios médios anuais a rondar os 300 mil contos.

Esta medida foi claramente no Algarve, no contexto das Agro-Ambientais, o principal instrumento de apoio utilizado. Representou cerca de 90% do total das verbas pagas (segundo dados fornecidos por DRAALG/DSFCQA) e 90% da área total abrangida (*Portugal*, 1999), no âmbito das Medidas Agro-Ambientais no Algarve.

Podem referir-se dois níveis de benefícios que esta medida trouxe à região e aos agricultores: por um lado, a inversão de um processo de degradação da paisagem do barrocal algarvio (que se consumava via abandono) e, por outro lado, um contributo decisivo na manutenção/melhoria do pomar, através de intervenções culturais ao nível da mobilização do solo, de fertilizações (não obrigatórias pelo programa) e de podas.

⁶⁷ Esta medida teve a sua aplicação limitada ao Algarve.

- Algumas variedades de amendoeiras e figueiras do pomar tradicional estavam incluídas, também, na Medida 13- Fruteiras de Variedades Regionais, igualmente das Agro-Ambientais, cujo objectivo central era “a preservação do património genético *in situ* da fruticultura regional”.

O impacto desta medida na região foi baixo, tendo beneficiado, no período de 1994 a 1998, apenas 1% (cerca de 250 ha) da área total abrangida no âmbito das Medidas Agro-Ambientais (Portugal, 1999), com ajudas médias anuais na ordem dos 15.000 contos (segundo dados fornecidos por DRAALG/DSFCQA).

- O inquérito às explorações agrícolas (*vide* Anexo D- Quadro 14.1), demonstrou que ao nível da amostra inquirida esta linha de apoios teve um peso significativo, 12,2%, no cômputo geral dos apoios directos (45%, considerando apenas as ajudas complementares ao rendimento), com uma repartição equitativa, entre explorações associadas da OP- Citrinos e da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba. em termos do número de candidaturas aprovadas (7 para cada lado).

No caso das primeiras, a grande responsável por tão elevado índice de adesão (100% dos produtores inquiridos beneficiaram desta linha de apoio) foi a Medida 3- Protecção Integrada, já que como atrás foi referido esta OP encontra-se igualmente reconhecida como Associação de Protecção Integrada. Já no caso das explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, prevaleceram, por larga margem, as subvenções financeiras ao abrigo da Medida 14- Pomares Tradicionais de Sequeiro do Algarve.

4.1.1.2.2. Florestação de Terras Agrícolas

- O Reg. (CEE) N°2080/92- Florestação de Terras Agrícolas teve um impacte muito apreciável no pomar tradicional de sequeiro do Barrocal algarvio, já que veio ao encontro de uma prática dos agricultores no sentido da substituição das amendoeiras e figueiras caducas por alfarrobeiras, bem como na instalação de novos alfarrobais na beira - serra e serra algarvia.

Este instrumento de política foi, indiscutivelmente, o principal mecanismo de renovação e reconversão da cultura da alfarrobeira, tendo-se plantado, no período de 1994/98, na região cerca de 1.800 ha, ou seja, 9,6% da área total intervencionada no Algarve ao abrigo deste programa (*Portugal, 1999*).

- O inquérito às explorações agrícolas demonstrou igualmente, se bem que de forma ténue, esta maior apetência dos produtores por este instrumento de apoio, face ao seu congénere PDF (apenas utilizado em áreas pedregosas e com mato), já que ao nível da amostra inquirida, embora sem ter tido uma grande procura, esta linha de apoios recolheu duas candidaturas, face a apenas uma, no quadro do PDF, candidaturas essas que foram, também neste caso, totalmente absorvidas pelas explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (*vide Anexo D-Quadro 14.1*).

4.1.1.2.3. Outras ajudas ao rendimento

Paralelamente a estas linhas de apoio ao rendimento, merece igualmente destaque, no quadro de resultados veiculados via inquéritos às explorações agrícolas, a incidência das ajudas recebidas ao abrigo dos seguintes instrumentos:

- Via Organizações Comuns de Mercado (OCM)- Produtores, tendo as respectivas ajudas representado apenas um peso relativo na ordem dos 9%, face ao conjunto dos apoios directos ao produtor (subindo essa representatividade para 35,5%, no caso de se entrar em linha de conta apenas com as ajudas ao rendimento). Esta fraca representatividade, prende-se com o facto, já anteriormente mencionado, dos citrinos e hortícolas, por motivos associados à menor dotação da respectiva OCM e à ultrapassagem de um dado limiar de rentabilidade média, historicamente calculado, não estarem contemplados, à semelhança de outros produtos hortofrutícolas frescos, por este tipo de ajudas directas à produção.

A aderência a este tipo de instrumentos de apoio, distribuiu-se assim equilibradamente entre as explorações de duas das OP em causa (cinco menções

para as pertencentes à OP- Citrinos e seis para OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba), conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D- Quadro 14.1.

No caso da primeira destas estruturas, destaque para o peso dos pagamentos através dos Reg.s (CEE) N°1251/99 (OCM- Culturas arvenses) e (CE) N°1493/99 (OCM- Vitivinícola), nomeadamente na componente dos apoios financeiros à reestruturação e reconversão da vinha. Já no caso das explorações ligadas à OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, o maior destaque vai para as ajudas à produção de azeite via OCM - Matérias gordas - Reg. (CE) 136/66.

A importância, em termos de peso relativo no cômputo meramente numérico dos apoios referenciados pelos inquiridos, deste tipo de ajudas no que aos produtores ligados à OP- Citrinos diz respeito (por exemplo em oposição a nenhum apoio por via deste instrumento, no caso das explorações associadas da OP- Hortícolas), prende-se com a já mencionada maior diversidade cultural apresentada pelas explorações ligadas à OP- Citrinos.

- As indemnizações compensatórias (Reg. (CE) N°950/97), que recolheram quatro candidaturas, correspondentes a 3,5% no cômputo geral dos apoios directos, conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D- Quadro 14.1. Este programa, pela sua natureza vocacionada para o apoio à actividade agrícola em zonas desfavorecidas, não é de estranhar ter sido preferencialmente utilizado pelos produtores associados da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (3 candidaturas ou seja 8,1% do total dos apoios directos no quadro destas explorações) por via duma maior incidência da localização geográfica das suas explorações na zona da beira - serra e serra.
- Já pela negativa, em termos de falta de representatividade, de notar que na amostra inquirida por intermédio deste inquérito, houve apenas referência a um prémio referente à instalação como jovem agricultor, por parte de um dos produtores associados da OP- Hortícolas, conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D- Quadro 14.1.

Também na sequência do inquérito realizado à estrutura das explorações agrícolas, e na componente Outras Ajudas, é de destacar uma clara supremacia do Benefício Fiscal ao Gasóleo para a Agricultura (gasóleo “verde”⁶⁸), cuja atribuição é regida pela Portaria n.º 438/97, de 17 de Julho.

4.1.2. Apoios indirectos (via OP)

No âmbito deste tipo de apoios, foram consideradas neste trabalho, as ajudas ao sector dos frutos de casca rija e alfarroba, as ajudas ao figo e um conjunto de outros apoios veiculados também sob a forma de uma compensação financeira, ou de serviços prestados, ao produtor por intermédio da OP.

4.1.2.1. Ajudas ao sector de frutos de casca rija e alfarroba

O Reg. (CEE) N°2159/89⁶⁹ foi, de facto, o instrumento que marcou a viragem nos apoios específicos ao sub-sector dos frutos de casca rija e alfarroba, tendo por objectivos a melhoria da produção, da qualidade e da comercialização destes produtos através da criação e apoio às OP (Freitas *et al*, 2000). Por esta via, foram reconhecidas duas cooperativas como OP no Algarve, que em dez anos garantiram a captação de mais de 1 milhão de contos de ajudas para este sub-sector. No seu conjunto, reúnem cerca de 400 agricultores associados.

- Os Planos de Melhoria, destinados à melhoria e reconversão dos pomares, que constituem o principal instrumento de apoio no quadro deste regulamento, foram aprovados em Maio de 1997, cobrem cerca de 1.500 ha de alfarrobeiras e amendoeiras, num montante, que para os 10 anos em causa, será de 750 mil contos.

⁶⁸ Este apoio faz parte de um conjunto de ajudas totalmente nacionais, associadas à redução do custo dos factores, onde se incluem a bonificação dos prémios do seguro de colheitas (SIPAC), a bonificação das linhas de crédito, as ajudas à electricidade. Este combustível só pode ser utilizado em: motores estacionários utilizados na rega; tractores agrícolas; motocultivadores; moto-enxadas; moto-ceifeiras; colhedores de batata auto-motriz; colhedores de ervilha; colhedores de forragem (para silagem); máquinas de vindimar; vibradores de tronco para colheita de azeitona e outros frutos; máquinas florestais como “skidder”, “forwarder” e “arvester”.

⁶⁹ Este Regulamento está integrado na regulamentação base comunitária de apoio ao funcionamento das Organizações de Produtores do sector hortofrutícola - Reg. (CEE) N°1035/72.

Por exemplo para o caso específico da amêndoa, dos 163 associados produtores de amêndoa que a AGRUPA possui, numa área total de 1.269 hectares (8,6% do total), todos eles estão abrangidos por um Plano de Melhoria para a produção e comercialização da amêndoa e cada um deles tem de possuir uma área mínima de 0,2 ha. Através deste Plano os sócios recebem cerca de 48.000\$00 / ha de beneficiação / ano, de acordo com o Reg.(CEE) N°789/89 do Conselho e Reg. (CEE) N°2159/89 da Comissão, relativos a medidas específicas para o sector dos frutos de casca rija e alfarroba, onde é prevista a rearboreização (arranque e replantação), reconversão varietal e beneficiação geral do cultivo, incluindo melhoria das técnicas de poda, fertilização, mobilizações superficiais e protecção fitossanitária. Já no caso dos 112 sócios da COOPROBOL, que representam uma área de 700 ha, apenas 220 ha estão abrangidos pelo Plano de Melhoria nas mesmas condições que os sócios da OP anterior (Ferreira *et al*, 2000).

Após o cumprimento do quarto ano de execução, as duas OP poderão candidatar-se ao alargamento dos Planos de Melhoria, prevendo-se pelo menos uma duplicação da área beneficiada. Tal acarreta um acréscimo da ordem dos 400 mil contos no valor das ajudas previstas nos planos iniciais.

Na sequência do inquérito às explorações agrícolas realizado no âmbito deste trabalho, apurou-se que, no período de vigência do QCA II (1994/99), as ajudas à execução do Plano de Melhoria, representaram 16,3% do total de apoios indirectos aos produtores agrícolas inquiridos, conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D- Quadro 14.1. Há nesta vertente, como seria de esperar, um natural predomínio das explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, face às suas congéneres da OP- Citrinos, tendo este tipo de ajudas representado, respectivamente 26,1% e 14,3%, no quadro dos apoios indirectos recebidos pelos produtores associados dessas duas estruturas.

- Para além das anteriores, contemplava ainda este regulamento, uma ajuda indirecta suplementar forfetária - apoio à comercialização, pago ao produtor via OP, em função do Kg de produto transaccionado, durante duas campanhas à escolha, embora recaindo normalmente a mesma sobre as duas primeiras. É de assinalar o apreciável êxito (atingiu-se o pleno) em termos de captação deste tipo de ajudas por

parte dos produtores associados da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D- Quadro 14.1. Evidentemente por ser específica para o sector dos frutos de casca rija e alfarroba não foi passível de ser utilizada pelos produtores das demais organizações inquiridas.

4.1.2.2. Ajudas ao figo

- A Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo, a COOPROBOL e a FRUTICOOP, estiveram reconhecidas até 1999 como Agrupamentos de Produtores para figo seco, no âmbito do Reg. (CE) N°952/97, podendo assim usufruir das ajudas à sua constituição e funcionamento, para além dos seus produtores associados disporem de ajudas específicas ao figo seco.

A Cooperativa de Santa Catarina, para além de ser uma associação de produtores, estava (e continua) também reconhecida pelo INGA como transformador de figo seco, tendo para tal realizado investimentos de monta na construção de uma unidade de expurgo, com cerca de 40-45m³ de capacidade, e no apetrachamento/modernização do sector de normalização. Este investimento foi participado no âmbito do programa comunitário LEADER, vocacionado para o desenvolvimento local. Por via destes reconhecimentos esta estrutura conseguia captar, para si e para os seus associados, ajudas directas e indirectas.

Com o término oficial do QCA II, o Reg. (CE) N°952/97 foi revogado. As ajudas ao figo passaram, obrigatoriamente, a partir daí, e por via do Reg. (CE) N°2201/96, pelo reconhecimento da associação/cooperativa como OP no âmbito do Reg. (CE) N°2200/96. A inexistência até 2000 de OP no âmbito deste sub-sector, significou uma perda de ajudas da ordem dos 30 mil contos para a produção de figo regional.

Actualmente, apenas os produtores de figo associados da COOPROBOL, por via do alargamento do âmbito da categoria de produtos desta OP, de Citrinos para Frutas (oficializada em Agosto de 2000), têm acesso aos apoios específicos disponíveis

para o sector do figo (Reg.s (CE) N^{os} 1573/99 e 1662/99). Na campanha 1999/2000, esses valores foram os que se apresentam no quadro 53.

**Quadro 53- Ajudas ao figo- OCM Transformados à base de frutos e prod. hortícolas
(campanha 1999/2000)**

OCM TRANSFORMADOS À BASE DE FRUTOS E PROD. HORTÍCOLAS Regulamento base: REG (CE) 2201/96					
Ajudas		Valor unitário da ajuda 1999/2000			
Figos secos	N.º de frutos por quilograma ⁷⁰	<75	75 –105	106-136	N/calib.
Figos secos – ajuda à produção	Escudos/kg	70.574	58.811	47.049	58.811
Figos secos não transformados– preço mínimo a pagar aos produtores (preço à saída do produtor)	Escudos/kg	211.435	176.196	140.956	123.337

Fonte: Reg. (CE) N^o2201/96: OCM Transformados à base de frutos e produtos hortícolas.

Durante a campanha de 1999/2000 todo o figo recebido pela COOPROBOL foi enviado para transformação em Torres Novas, isto apesar dessa mesma transformação poder ser feita, no Algarve, através da Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Assiste-se assim, à saída da região de receitas importantes, em virtude desta incorporação de valor acrescentado à produção (e indispensável à comercialização da mesma) ser feita em unidades localizadas fora do Algarve.

- No quadro de resultados veiculados por intermédio do inquérito realizado às explorações agrícolas amostradas, este tipo de ajudas, específicas para a vertente de produção de figo, e como tal, circunscritas à OP, aqui designada pela sua categoria de frutos de casca rija e alfarroba⁷¹, foram acedidas por tão somente um dos inquiridos, representando apenas 4,3% no cômputo dos apoios indirectos veiculados para esta OP, conforme se comprova pela análise dos dados presentes no Anexo D-Quadro 14.1.

⁷⁰ A variedade predominante no Algarve, a “cotia”, cumpre as normas de qualidade que propiciam o benefício das ajudas referidas pelos agricultores da região.

⁷¹ Se bem que o acesso a estas ajudas indirectas por parte dos produtores associados desta OP, derive de um outro reconhecimento, na categoria de frutas (como atrás clarificado).

4.1.2.3. Outras ajudas indirectas

Em relação aos demais apoios indirectos, referenciados no âmbito dos inquéritos realizados (*vide* Anexo D- Quadro 14.1), é de salientar os seguintes aspectos:

- A majoração dos valores das ajudas nos contratos com a indústria dos citrinos, que por via da nova regulamentação, passou a ser exclusiva dos associados de OP, foi a linha de apoio com maior aderência por parte dos produtores inquiridos (24,5% do número total dos apoios via OP), fruto do elevado número de candidaturas (seis para cada lado), tanto ao nível da OP- Citrinos, como da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, circunstância a que não é alheio, nesta última organização, o facto de estar igualmente reconhecida para operar com citrinos, reforçando igualmente a ideia, já anteriormente transmitida, do menor grau de especialização produtiva das explorações agrícolas que a integram;
- Dois importantes instrumentos de apoio, no quadro estratégico de actuação e das razões subjacentes à criação da figura da OP, a assistência técnica e a orientação produtiva, com os quais se procurava, respectivamente:
 - . apoiar os produtores na sua actividade corrente, concretamente no préstimo de assessoria técnica para efeitos de resolução de eventuais problemas surgidos na condução das culturas / escolha de tecnologia, e
 - . programar a ocupação cultural da área de produção afecta à OP, em termos de maior adequação da mesma, em qualidade e quantidade, às exigências do mercado, procurando garantir, desta forma, melhores condições de escoamento,

foram mencionados por apenas três produtores da OP- Citrinos (menos de metade dos seus inquiridos) e por nenhum da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba. Já ao nível da OP- Hortícolas estes apoios representaram, respectivamente, 20,4% (a totalidade dos produtores inquiridos) e 16,3% (71,4% dos produtores inquiridos) em termos do número total de ajudas via OP relativas a esta estrutura. Este facto, denota um esforço importante, por parte desta organização, em termos de garantir assessoria técnica e programar a oferta destinada ao mercado, factores que, por certo, estão por

detrás do relativo sucesso deste conjunto de produtores, consubstanciado no, já atrás mencionado, aumento significativo da respectiva área de estufas, ocorrido entre 1993 e 2000, de 14 ha para 23 ha (+64,3%), quando o panorama global da horticultura em geral, e das estufas em particular, no Algarve, tem sido de crise e retrocesso de áreas.

4.2. Apoios directos às OP

No que concerne a este tipo de apoios, procedeu-se à abordagem neste trabalho do impacte dos incentivos à reconversão das unidades de transformação e comercialização (a nível das OP e não só) e de um conjunto de outras ajudas destinadas a participar por exemplo os custos de funcionamento corrente e de instalação das organizações.

4.2.1. Incentivos à reconversão das unidades de transformação e comercialização

- As duas empresas de transformação de citrinos existentes no Algarve (campanha de 2000/2001), viram os seus projectos de instalação aprovados no final da década de 80, num investimento global que rondou os 303.000 contos (numa destas empresas a verba investida, para além da estrutura de transformação para sumos, incluía, também, uma central de preparação para hortícolas). Durante o QCA II, os investimentos realizados por essas empresas no âmbito da transformação de citrinos foram os que se apontam no quadro 54.

Quadro 54- Tipologia dos projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à transformação de citrinos

Sub.Sector do Investimento	Natureza do Investimento	Nº de Projectos
Frutas e Produtos	Modernização/Racionalização	1
Hortic.Transformados	Reestruturação	2

Nota: A estes três projectos correspondeu um investimento global de 200.564.513\$00.

Fonte: DRAALG/DSP – 2001.

No segmento dos hortícolas transformados, a única empresa referenciada no Algarve, para além do investimento, acima mencionado, aquando da instalação (feito ainda durante a vigência do QCA I), não procedeu à realização de quaisquer outros investimentos nesta área já durante o QCA II. Não se teve conhecimento, no âmbito da pesquisa levada a cabo neste trabalho, de quaisquer outros projectos nesta vertente, apesar do conjunto de apoios disponível ao nível da Medida 5 do PAMAF.

- A integração de Portugal na Comunidade, a necessidade de cumprimento de normas de comercialização, a natural evolução do mercado e as novas exigências do consumidor, vieram alterar profundamente o quadro da comercialização dos hortofrutícolas, mormente citrinos e hortícolas.

A existência de centrais de preparação e normalização devidamente equipadas, são uma necessidade desde logo sentida pelas empresas do sector. As ajudas pré – adesão e, posteriormente, o acesso aos apoios de Regulamentos Comunitários foram os instrumentos de apoio financeiro preferenciais utilizados para a construção de novas estruturas e modernização das existentes.

O esforço de investimento enquadrado nos apoios financeiros existentes, foi realizado na segunda metade da década de 80, durante a qual foram investidos, ao abrigo do Reg. (CEE) Nº 355/77, 1,2 milhões de contos na construção de 6 centrais de média dimensão e na modernização de uma outra já existente (destas apenas uma se dedicava, também, a produtos hortícolas. Todas as demais só operavam com citrinos). De referir que duas destas estruturas, curiosamente, a única existente, até à pouco tempo atrás, na área dos produtos hortícolas, e uma outra de citrinos, abriram, entretanto, falência, por se tratarem de estruturas mal dimensionadas para a realidade dos seus associados e apresentarem uma gestão pouco eficaz.

Entre 1991 e 1997 não foram realizados quaisquer outros investimentos ao abrigo de programas comunitários (Reg. (CEE) Nº866/90, durante a parte desse período correspondente ao QCA I, e Medida 5 do PAMAF, no âmbito do QCA II). Deve no entanto ser realçado, durante este período, toda uma dinâmica de investimentos de adaptação por parte dos operadores individuais, sem recurso aos apoios disponíveis, a qual importou num esforço na ordem de centenas de milhares de contos, na

melhoria de pequenas estruturas de preparação de fruta. Tal estratégia permitiu assegurar a sua manutenção na actividade. De qualquer modo, existiu uma insuficiência de investimento na modernização e no crescimento estrutural do sector, durante este último período, a qual se reflectiu negativamente na capacidade das empresas, que não acompanharam a evolução tecnológica no domínio da preparação, acondicionamento e conservação dos citrinos e hortícolas.

A tomada de consciência de tal facto por parte das centrais citrícolas, está expressa na retoma dos investimentos a partir de 1998, traduzido na criação de três novas centrais, e pela ampliação/reformulação de seis outras já existentes. Já a nível dos hortícolas, esse despertar tem sido mais demorado, já que apenas uma central foi criada durante o período em referência (*vide* quadros 55 e 56).

Quadro 55- Comparação do número de projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à comercialização de citrinos e hortícolas

Orient. Produtiva	Investimento Executado (Contos)	Nº de Projectos Executados
Horticultura	311.162	1
Citricultura	1.364.779	10

Fonte: DRAALG/DSP – 2001; Inquérito às OP.

Quadro 56- Tipologia dos projectos executados durante o QCA II (PAMAF - Medida 5) relativos à comercialização de citrinos e hortícolas

Sub.Sector do Investimento	Natureza do Investimento	Nº de Projectos
Citrinos	Modernização/Racionalização	3
	Ampliação de unidade existente	3
	Criação de nova unidade	3
	Outra	1
Hortícolas	Criação de nova unidade	1

Fonte: DRAALG/DSP – 2001.

Podemos assim concluir que, ao abrigo dos programas de incentivos comunitários, tanto na vertente transformação, como na comercialização, houve um claro predomínio dos investimentos ligados à citricultura em relação à horticultura.

- Os investimentos em unidades de transformação e comercialização dos produtos do pomar tradicional de sequeiro, após a adesão de Portugal à CEE, foram insuficientes, correspondendo, por um lado, às baixas expectativas de desenvolvimento deste sub-sector e, por outro, a um desajustamento conjuntural dos mecanismos de apoio existentes para a Região do Algarve.

Podemos constatar a realização de 3 iniciativas de investimento, apoiadas por fundos comunitários, para modernização de unidades já existentes, uma em cada produto (amêndoa, alfarroba e azeite), no valor de 200.000 contos. Todas as iniciativas foram tomadas por empresários a título individual, não tendo ocorrido nenhum investimento por parte do sector cooperativo.

Para além desses, realizaram-se investimentos, sem apoios, em diversas unidades de transformação, nomeadamente, na britagem de amêndoa (1 britador) e na trituração (3 trituradores e indústria de semente de alfarroba (2 operadores). Nestes casos, haviam obstáculos ao nível da elegibilidade de operadores privados, a título individual, questão que foi resolvida a partir de 1997.

- Na sequência do inquérito às OP, realizado no âmbito deste trabalho, apurou-se que, no período de vigência do QCA II (1994/99), ocorreram cinco iniciativas de investimento participadas no domínio da vertente comercialização da Medida 5 do PAMAF, quatro da responsabilidade de OP da categoria Citrinos e uma por parte da OP da Categoria Hortícolas, conforme está patente nos dados apresentados no Anexo E- Quadro 2. Ao nível das duas OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba não foi referida a ocorrência de qualquer investimento ao abrigo desta Medida. No quadro geral dos apoios directos às OP inquiridas, esta linha de financiamento representou 25%, em termos de número de iniciativas de investimento referenciadas.

4.2.2. Outras linhas de apoio directo às OP

No âmbito da regulamentação comunitária de base que fornece o enquadramento legal às OP, objecto de análise no presente trabalho (Reg.s (CEE) N°1035/72 e (CE) N°2200/96), procedeu-se, também, a uma quantificação do peso, de outras linhas de

apoio directo, mais vocacionadas para a comparticipação nas despesas de constituição/funcionamento/operacionalização dessas mesmas estruturas. Os resultados alcançados foram os seguintes:

Durante a fase de pré – reconhecimento:

- Cerca de 91% das OP receberam, uma ajuda destinada a suportar integralmente os custos de constituição e de funcionamento da organização (este tipo de apoios pesaram 50% no quadro das ajudas directas às OP inquiridas), conforme evidenciado pelos dados apresentados no Anexo E- Quadro 2. Esse apoio consubstanciou-se em 70% dos casos, sob a forma de uma ajuda, durante os 5 primeiros anos, nos seguintes moldes, 10% (1º ano), 10% (2º ano), 8% (3º ano), 6% (4º ano) e 4% (5º ano) do valor da produção comercializada. Nos restantes 30% dos casos, assumiu a forma de uma ajuda forfetária (paga também em função da produção comercializável).
- As duas OP, da área dos Frutos de Caca Rija e Alfarroba, candidataram-se a uma ajuda à constituição de um fundo de maneio (até 16,5% do valor da produção comercializada, numa das duas primeira campanhas) durante o ano de 2000. Como a candidatura não foi alvo de decisão durante esse período (*vide* Anexo E- Quadro 2), a mesma foi novamente remetida durante o corrente ano.
- O apoio à promoção (50% de apoio a fundo perdido das despesas realizadas em campanhas de marketing e promoção) não foi acedido por qualquer das estruturas inquiridas (*vide* Anexo E- Quadro 2).

Estes instrumentos de apoio, específicos para o período de pré – reconhecimento, importaram assim em 50% do número total de apoios directos às OP inquiridas (*vide* Anexo E- Quadro 2).

OP reconhecidas:

Quatro OP da Categoria Citrinos (57% das estruturas desta categoria) e a OP-Hortícolas, solicitaram ajuda à constituição do Fundo Operacional (que se traduz em

50% ou 60% do seu valor total), conforme evidenciado pelos dados apresentados no Anexo E- Quadro 2. Este fundo destinou-se às seguintes utilizações:

- ❖ Para financiamento de retiradas do mercado (até um máximo de 30% do valor do fundo) no caso de uma das OP;
- ❖ Para financiamento do Programa Operacional, motivo comum às demais organizações referenciadas.

Este tipo de apoio, contabilizou assim um peso de 25%, no quadro geral das ajudas directas recebidas pelas OP inquiridas (*vide* Anexo E- Quadro 2).

Tendo em conta o exposto até ao momento neste capítulo, podem extrair-se as ilações que seguidamente se apresentam.

A) Na sequência do inquérito às explorações agrícolas, realizado no âmbito deste trabalho, apurou-se que:

- Durante o período de vigência do Anterior Regulamento/QCA I (1986-93), metade dos empresários inquiridos candidataram-se aos apoios comunitários então existentes (v.g. programas operacionais do PEDAP), conforme dados presentes no Anexo D- Quadro 10.

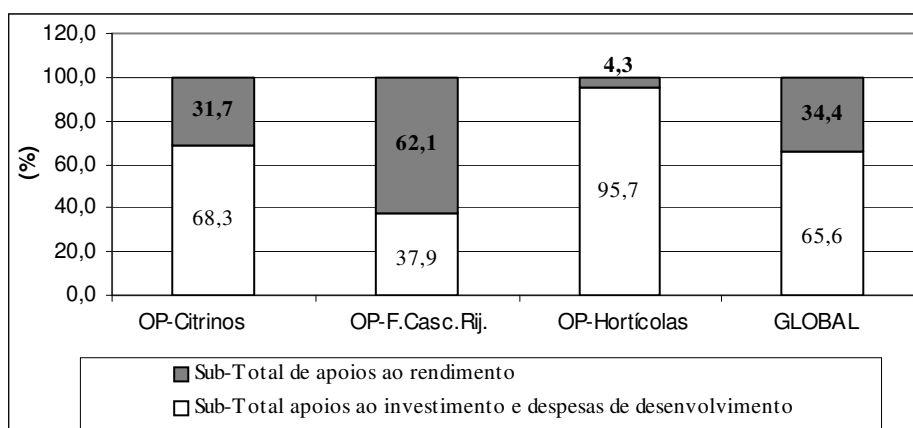
Se no entanto, procedermos à desagregação destes dados por OP, observa-se um comportamento assaz diferente, no que a este aspecto diz respeito, entre os associados das várias OP em presença. Assim, 85,7% dos empresários associados da OP- Citrinos e 57,1% da OP- Hortícolas já se tinham candidatado, durante esse período, a ajudas então disponibilizadas, face aos somente 20%, no caso dos associados da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba. Entre as principais razões subjacentes a uma tão acentuada divergência de comportamentos por parte destes últimos, é de referir, a menor adequação/inexistência de ajudas específicas para este sub-sector durante o período de vigência do Anterior Regulamento/QCA I, as maiores dificuldades de acesso à informação sobre as linhas de apoio então disponíveis, resultantes, quer de deficiências no processo de divulgação das

mesmas, quer de factores de natureza sociológica (idade mais avançada dos produtores, menor nível de habilitações literárias, etc.).

- No período de vigência do QCA II (1994/99), houve, à semelhança do ocorrido globalmente no Algarve (*vide* quadro 36), um predomínio dos apoios ao investimento e despesas de desenvolvimento (65,6%), por comparação com as ajudas ao rendimento (34,4%), conforme se constata pelo gráfico 42.

Se no entanto, procedermos a uma desagregação desses dados, observa-se, tal como seria de esperar, um maior peso dos apoios ao investimento, face ao rendimento (68,3% contra 31,7%) nas explorações agrícolas associadas da OP- Citrinos e nas associadas da OP – Hortícolas (95,7% contra apenas 4,3%), e o inverso nas suas congéneres associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba (37,9% contra 62,1%). A explicação para este comportamento tão antagónico reside, fundamentalmente, na natureza distinta das várias actividades em presença, a qual acarreta discrepâncias acentuadas ao nível da respectiva orientação técnico – económica, consubstanciada numa grande exigência em termos de intensidade de investimentos (v.g. equipamento) da parte da citricultura e horticultura, face ao carácter agro – ambiental prevalecente nas explorações do pomar tradicional de sequeiro.

Gráfico 42- Estrutura dos apoios auferidos pelas explorações agrícolas inquiridas por tipologia de OP



Fonte: A partir de Anexo D- Resultados dos inquéritos às explorações agrícolas (Quadro 14.1).

- O número médio de apoios directos / exploração inquirida, rondou os 4,8. Desagregando esses dados por OP, observa-se uma superior capacidade de captação

das várias ajudas deste tipo por parte das explorações associadas da OP- Citrinos (média de 7 apoios directos/exploração), face aos 4,1 e 3,7 registados, respectivamente, entre as explorações associadas das OP- Hortícolas e Frutos Casca Rija e Alfarroba (vide Anexo D- Quadro 14.1).

No que respeita às associadas da OP- Hortícolas, a razão para esta discrepância face às suas congéneres da OP- Citrinos, prende-se, fundamentalmente, com o menor recurso às ajudas ao rendimento, fruto, essencialmente, quer duma nula receptividade por parte dos produtores hortícolas inquiridos a formas de produção ditas mais ecológicas (zero candidaturas em horticultura biológica, contra sete à medida protecção integrada das Agro-Ambientais, por parte das explorações ligadas à OP- Citrinos), quer dum igualmente nulo acesso às ajudas à produção, veiculadas via OCM- Produtores, que se prende com a já atrás mencionada menor diversidade cultural patente nestas explorações. Considerando apenas o universo dos apoios ao investimento e despesas de desenvolvimento, o diferencial em termos de número médio de iniciativas / exploração é já bastante menor (4 apoios para as explorações associadas da OP- Citrinos, contra 3,1 ao nível das ligadas à OP- Hortícolas).

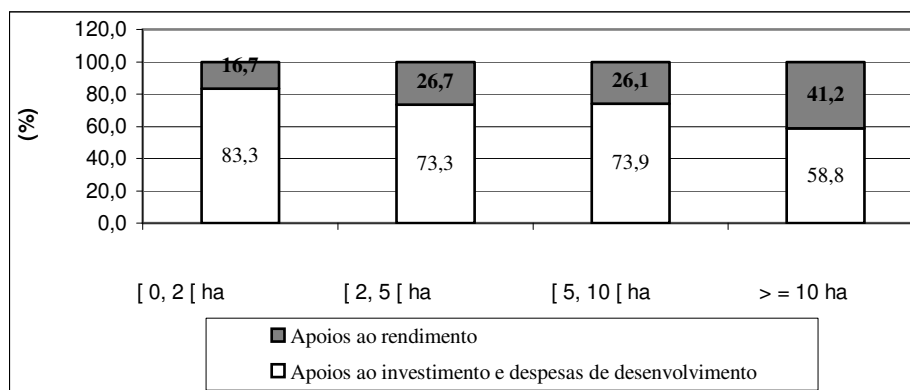
Em relação às explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, esta “décalage” face às explorações pertencentes à OP- Citrinos, é motivada por dois tipos de factores. Por um lado, a já mencionada maior adequação estrutural das ajudas ao investimento para explorações com uma orientação técnico – económica vocacionada para formas de agricultura ditas mais intensivas (comprovada cabalmente pela média de 3,4 candidaturas por exploração na OP- Citrinos, contra apenas 0,2 de média na OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba). Por outro lado, no que à componente ajudas ao rendimento diz respeito, e sabendo-se que, por princípio, deveria haver uma maior adequabilidade destes instrumentos em relação à estrutura técnico - económica prevalecente nas explorações associadas da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba, a superioridade ainda assim evidenciada pelas suas congéneres da OP- Citrinos (média de 1,9 apoios / exploração associada da OP- Citrinos, contra 1,8 no caso da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba) não pode só ser explicada pela heterogeneidade cultural patenteada pelas primeiras. Indicia também, e uma vez mais, um menor dinamismo dos empresários ligados à OP do sub-sector dos frutos secos na captação desses fundos comunitários. Apesar da melhoria significativa

patenteada em relação ao 1º QCA, em grande parte, fruto do trabalho de divulgação sobre o conjunto de apoios disponíveis, levado a cabo pela organização junto dos seus associados, a idade mais avançada e o mais baixo nível de instrução destes produtores - para além de aspectos pontuais, ligados à reduzida dimensão de algumas das produções e/ou áreas envolvidas - continuaram a ser importantes como limitadores e/ou dissuadores.

- Já ao nível dos apoios indirectos (canalizados para o produtor por intermédio da OP) o equilíbrio é bastante maior. Assim, registou-se uma média de 2 apoios / exploração no caso das associadas da OP- Citrinos, 2,3 apoios / exploração no caso da OP- Frutos Casca Rija e Alfarroba e de 1,7 apoios / exploração associada da OP- Hortícolas. De destacar nestas últimas que, a totalidade destes apoios indirectos corresponderam aos serviços de assistência técnica/orientação produtiva, fornecidos pela OP aos seus associados. Pelos motivos já anteriormente adiantados - inadequação do Reg. (CE) N°2201/96 da OCM- Frutas e Produtos Hortícolas Frescos à especificidade da estrutura de custos da horticultura intensiva - estas explorações estão fora das ajudas à transformação.

- Procedendo a uma análise dos resultados dos inquéritos por classes de SAU, verifica-se, pela observação do gráfico 43, que, numa maneira geral, embora os apoios ao investimento e despesas de desenvolvimento detenham maior peso em todas as classes, face às ajudas ao rendimento, essa discrepância vai-se esbatendo à medida que a dimensão das classes de SAU vai aumentando. As possíveis explicações para esta situação residem, por um lado, nos condicionamentos derivados da reduzida dimensão de áreas e/ou produções envolvidas (de repercussão mais evidente no caso das ajudas ao rendimento), mas sobretudo, na correlação positiva verificada ao nível das explorações associadas da OP- Citrinos entre maior SAU / maior diversidade cultural, a qual, lhes permite alargar o leque de potenciais opções em termos de ajudas ao rendimento.

Gráfico 43- Estrutura dos apoios auferidos pelas explorações agrícolas inquiridas por classes de SAU



Fonte: Anexo D- Resultados dos inquéritos às explorações agrícolas (Quadro 14.2).

B) Em termos de classificação por *Orientação Técnico - Económica (OTE)* das explorações beneficiárias, no que ao binómio horticultura vs citricultura concerne, verificou-se, principalmente no decorrer do QCA I e parte inicial do QCA II (concretamente na rúbrica investimento nas explorações agrícolas e, dentro deste, no que diz respeito à utilização do instrumento de apoio Melhoria da Eficácia das Explorações Agrícolas), uma clara supremacia dos investimentos nesta última actividade, fruto, não só de uma maior capacidade de captação das ajudas disponíveis por parte dos respectivos empresários (aliado a uma superior disponibilidade financeira, a qual, lhes permitiu maior desafogo para fazer face à comparticipação relativa ao autofinanciamento), mas também por via de uma maior adequação estrutural dos ditos apoios à realidade/especificidade/constrangimentos dos sectores em presença, a qual em última análise reflecte, durante o período em causa, uma clara aposta estratégica e política das entidades competentes no sector citrícola em detrimento do sector hortícola.

C) O pomar tradicional de sequeiro, só após as alterações verificadas no âmbito da PAC, veio a beneficiar de ajudas ajustadas à sua realidade, através da criação do Regulamento 2159/89- Apoios ao Sector de Frutos de Casca Rija e Alfarroba, e dos Reg.s 2078 e 2080/92 das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC (Freitas *et al*, 2000), as quais, se bem que indispensáveis à sua reconversão, estão no entanto a provocar uma alteração estrutural no sentido da perda de diversificação, traduzida por um domínio progressivo da cultura da alfarrobeira. Tal facto, prende-se, fundamentalmente, com aspectos inerentes à comercialização destes produtos,

nomeadamente, no que concerne ao efeito do aumento de concorrência no mercado interno do figo e da amêndoa, produtos em que o abastecimento nacional passou a ser deficitário, enquanto em contrapartida, a indústria de semente de alfarroba da região acompanha a inovação mundial do sector, o que permite manter as quotas de mercado e valorizar o produto no seu todo, justificando, assim, a apetência do agricultor por esta cultura.

As ajudas do Anterior Regulamento/QCA I e QCA II na componente agrícola e florestal tiveram impactes diferenciados no pomar tradicional de sequeiro algarvio, tendo os Regulamentos 797/85 e 2328/91 sido pouco relevantes, enquanto o Programa de Acção Florestal (PAF- 1986/93) e o Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF- 1994/99) tiveram alguma importância ao nível da beneficiação e arborização na alfarrobeira. As medidas de investimento agrícola (Reg.s (CEE) N^{os}797/85 e 2328/91, e Medida 2 do PAMAF) tiveram um impacto muito reduzido. Para além disso, o sub-sector de frutos secos teve acesso às ajudas à transformação e comercialização de produtos agrícolas através dos Reg.s (CEE) N^{os} 355/77 e 866/90, e PAMAF- Medida 5.

5. Análise dos processos de transmissão de preços nas mais importantes fileiras hortofrutícolas

É ideia corrente que a agricultura algarvia, à semelhança do ocorrido a nível nacional, foi sujeita, ao longo dos anos 90, a fortes pressões resultantes da integração progressiva nos mercados europeus e mundiais, que se traduziram num aumento da concorrência e numa descida acentuada dos preços agrícolas, compensada parcialmente por ajudas ao rendimento.

Esta descida de preços, negativa na perspectiva dos agricultores, foi decisiva no controlo da inflação nacional, dado o elevado peso que a alimentação tem na estrutura de consumo (GPPAA, 1999-2000).

Por outro lado, um dos principais estrangulamentos apontados à comercialização dos produtos agrícolas, e em especial aos hortofrutícolas, reside na falta de capacidade

negocial por parte da produção, nos seus tratos com os operadores económicos, e concretamente com as Médias e Grandes Superfícies.

O sector da distribuição alimentar é cada vez mais dominado por esta categoria de agentes, os quais, pelo peso que acarretam (conforme evidenciado pelos dados apresentados no quadro 57 e no gráfico 44), aliado a uma pulverização por parte da oferta, característico, como atrás realçado, do sector hortofrutícola algarvio, e mais acentuadamente no sub-sector dos hortícolas, podem, controlar os preços na fileira, por forma a dominarem o mercado, aumentando as suas margens de comercialização e esmagando a dos restantes agentes.

**Quadro 57- Estrutura do volume de vendas^(a) por tipo de estabelecimento
(estrutura em percentagem)**

Unidade: mil milhões de escudos

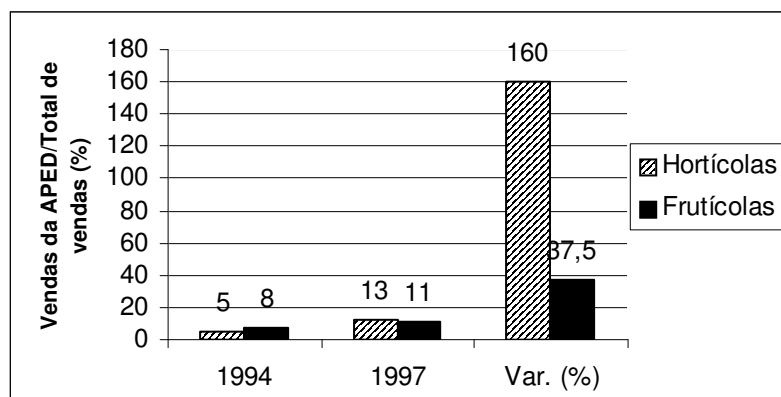
TIPO DE ESTABELECIMENTOS	ANO						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Hipermercados	36,2	40,4	42,4	39,9	37,8	37,5	37,2
Supermercados	22,5	25,2	28,7	34,4	37,8	40,2	42,4
Livre-Serviços	10,1	8,7	7,9	7,3	7,2	6,6	6,3
Mercearias grandes*	10,8	9,3	7,0	6,1	6,0	14,1	12,7
Mercearias pequenas*	16,1	13,2	11,4	9,9	9,3		
Puros Alimentares	4,3	3,2	2,6	2,4	1,9	1,6	1,4
TOTAL	100 (1 109)	100 (1160)	100 (1 231)	100 (1 335)	100 (1 441)	100 (1 549)	100 (1 648)

Nota: A partir de 1998 a totalidade das mercearias engloba as mercearias grandes e pequenas.

(a) O volume de vendas inclui a totalidade de produtos e/ou serviços comercializados nas lojas consideradas neste índice e não apenas os alimentares.

Fonte: DGCC (2000).

Gráfico 44- Percentagem de vendas de produtos hortícolas e frutícolas (nacionais e importados) pelos associados da APED no total de vendas nacional



Fonte: Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), 1998.

Segundo Vaz (2001), a teoria económica define todas as formas puras e intermédias para o mercado dos produtos agrícolas, tanto do lado da oferta, como da procura: concorrência perfeita, oligopólio puro, monopólio, concorrência monopolística, oligopólio diferenciado, monopsónio, oligopsónio ou monopólio bilateral. No entanto estas formas de mercado pressupõem que, compradores e vendedores se encontram em contacto directo de tal forma que é só uma, a situação de equilíbrio nos preços.

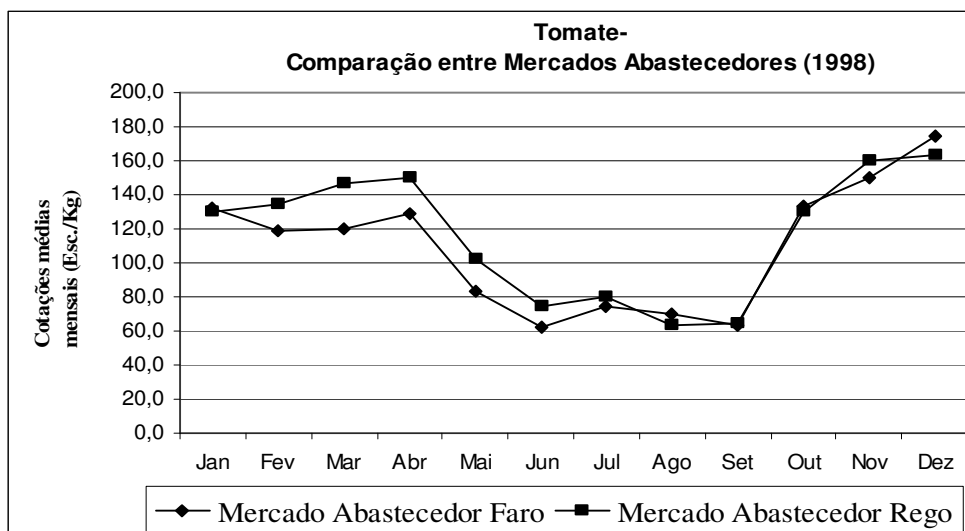
A realidade está longe de ser tão simplista. De facto, não só a oferta não é directamente feita aos consumidores, visto surgirem sempre utilizações intermédias dos produtos, com também a procura é composta de diferentes fases de intervenção. Sendo assim, não existe um único preço de equilíbrio, mas uma zona de variação dentro da qual ele se estabelecerá- *a margem de comercialização*⁷² (Vaz, 2001).

A margem de comercialização também não é única para o caso especial dos produtos agrícolas, pois pelas suas características já referidas de atomicidade da produção e também pela afectação de diferenciados custos de transporte, armazenamento, transformação quando existente, publicidade, mão-de-obra, entre outros serviços, os mercados apresentam variações no tempo e no espaço, criando um leque de possíveis margens de comercialização, as quais são possíveis de observar mesmo entre mercados situados ao mesmo nível na fileira (v.g. gráfico 45). Por outro lado o grau de

⁷² Margem de comercialização, segundo Vaz *et al*, 2001, citando Caldentey, P., 1992, entende-se, em geral, pelo aumento de preço que experimenta um produto no processo de comercialização ou em parte do mesmo.

interligação entre as séries de preços a montante e jusante, permite captar o grau de competição dos vários agentes interventores em presença.

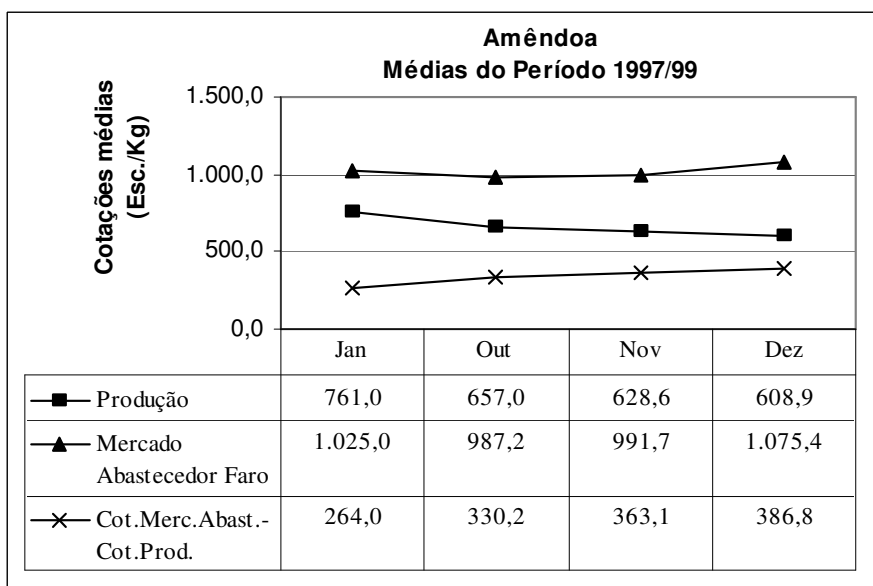
Gráfico 45- Comparação da evolução das cotações médias mensais do tomate em dois mercados abastecedores (1998)



Fonte: Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA); DRAALG/DSP/DPRTD, 2001.

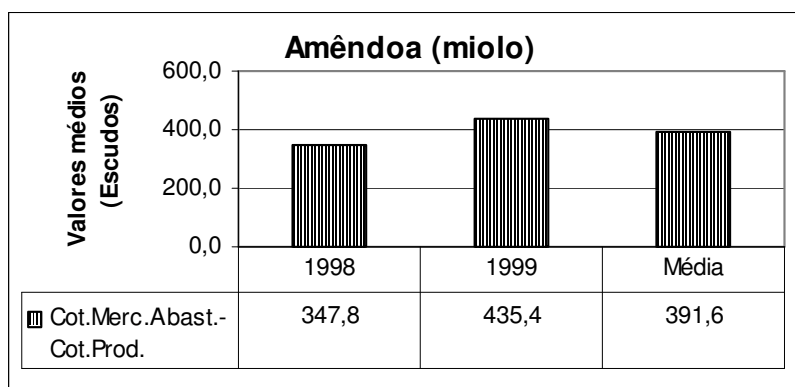
Ofereceu-se assim de interesse para os objectivos que nortearam este trabalho, observar o mecanismo de transmissão de preços ao longo da fileira, objectivo levado a cabo ao longo das páginas seguintes, e que resultou da observação continuada das cotações de vários produtos hortofrutícolas, em pelo menos dois pontos fundamentais do circuito de comercialização.

Gráfico 46- Evolução das cotações médias mensais da amêndoa (1997/99)



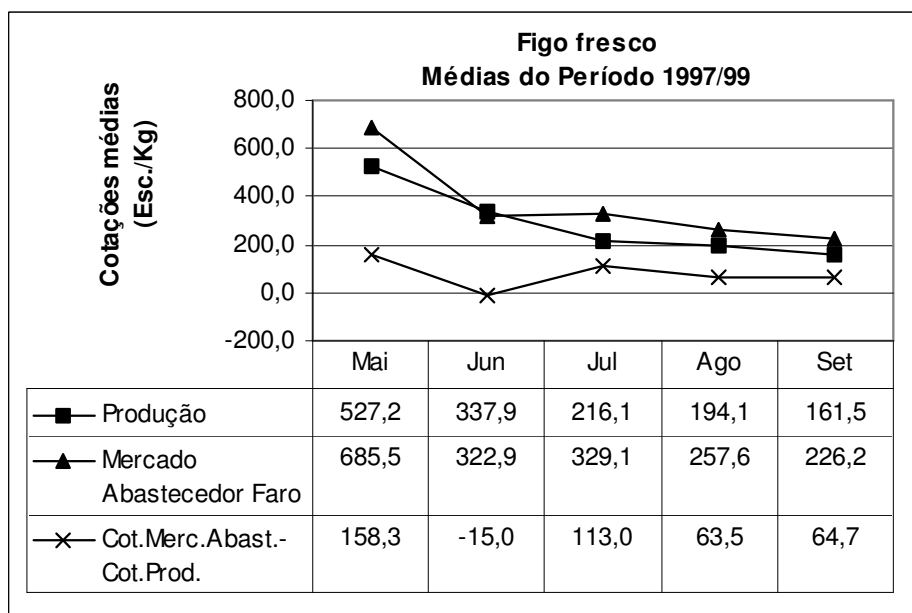
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001.

Gráfico 47- Evolução das margens de comercialização (produção/merc. abast.) médias anuais para a amêndoa (miolo)



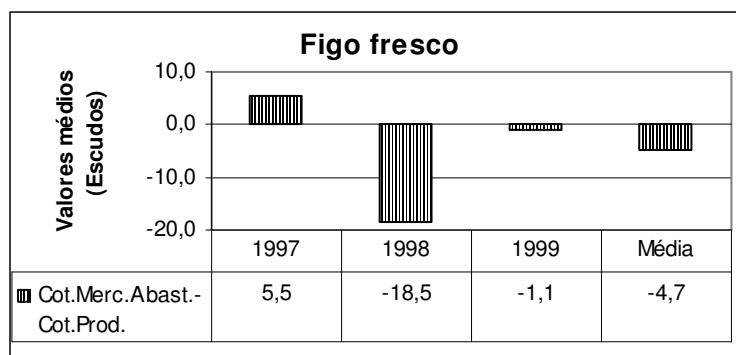
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 48- Evolução das cotações médias mensais do figo fresco (1997/99)



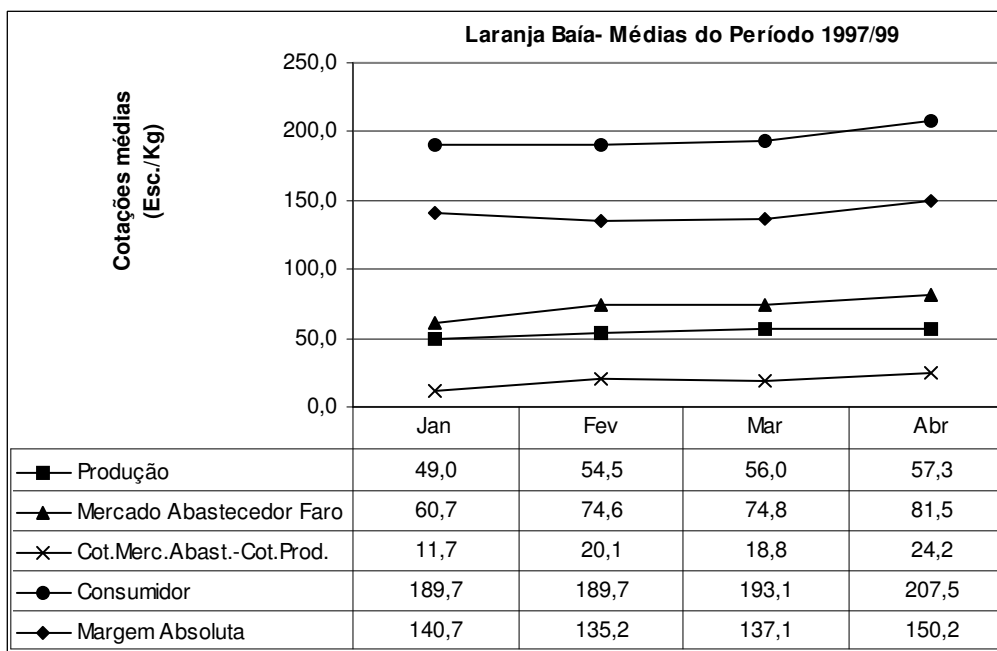
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001.

Gráfico 49- Evolução das margens de comercialização (produção/merc. abast.) médias anuais para o figo fresco



Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 50- Evolução das cotações médias mensais da laranja Baía (1997/99)



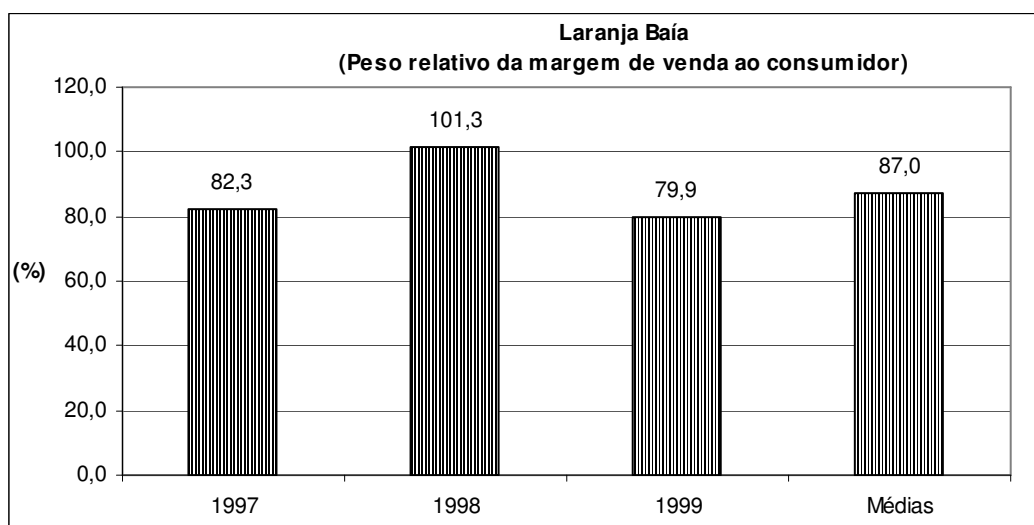
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; Direcção – Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC): cotações consumidor.

Quadro 58- Evolução de várias margens de comercialização para a laranja Baía (97/99)

Laranja Baía		1997	1998	1999	Médias
Cot.Merc.Abast.-Cot.Prod.	(1)	28,0	-1,8	36,2	20,8
Margem Absoluta	(2)	157,8	143,4	180,2	160,5
Margem de venda ao consumidor (3)=(2)-(1)		129,8	145,2	144,0	139,7
Peso=(3)/(2)*100 (%)		82,3	101,3	79,9	87,0

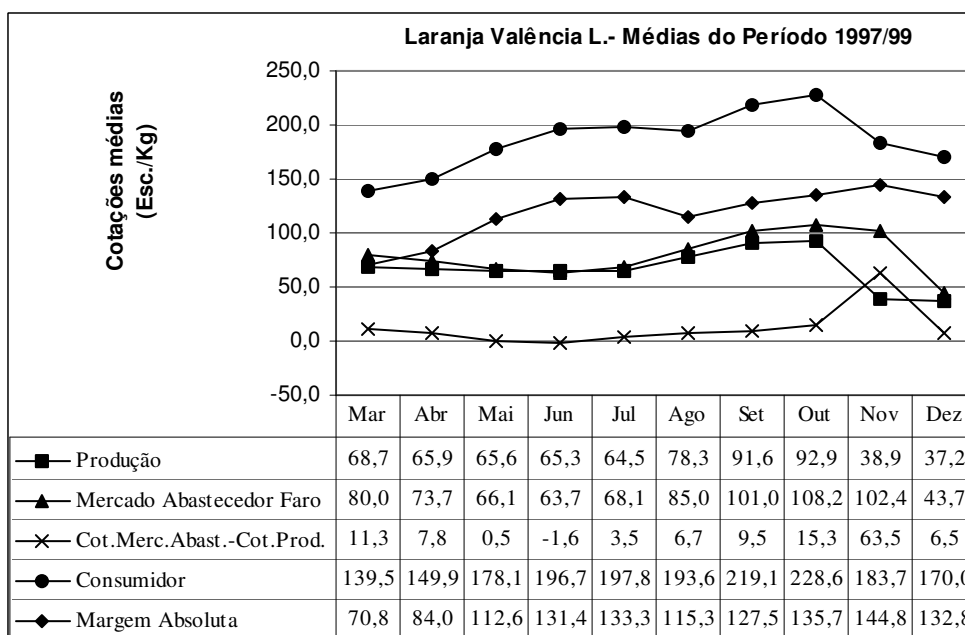
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 51- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- laranja Baía



Fonte: Quadro anterior.

Gráfico 52- Evolução das cotações médias mensais da laranja Valência Late (1997/99)



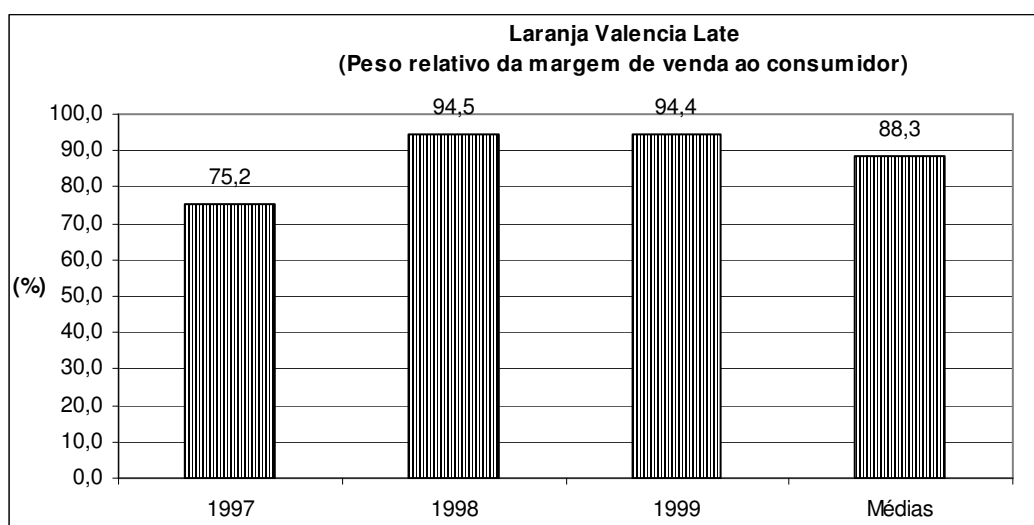
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; DGCC.

Quadro 59- Evolução de várias margens de comercialização para a laranja Valência Late

Laranja Valencia Late		1997	1998	1999	Médias
Cot.Merc.Abast.-Cot.Prod.	(1)	28,3	8,3	5,0	13,8
Margem Absoluta	(2)	113,9	150,6	90,0	118,2
Margem de venda ao consumidor (3)=(2)-(1)		85,6	142,4	85,0	104,3
Peso=(3)/(2)*100 (%)		75,2	94,5	94,4	88,3

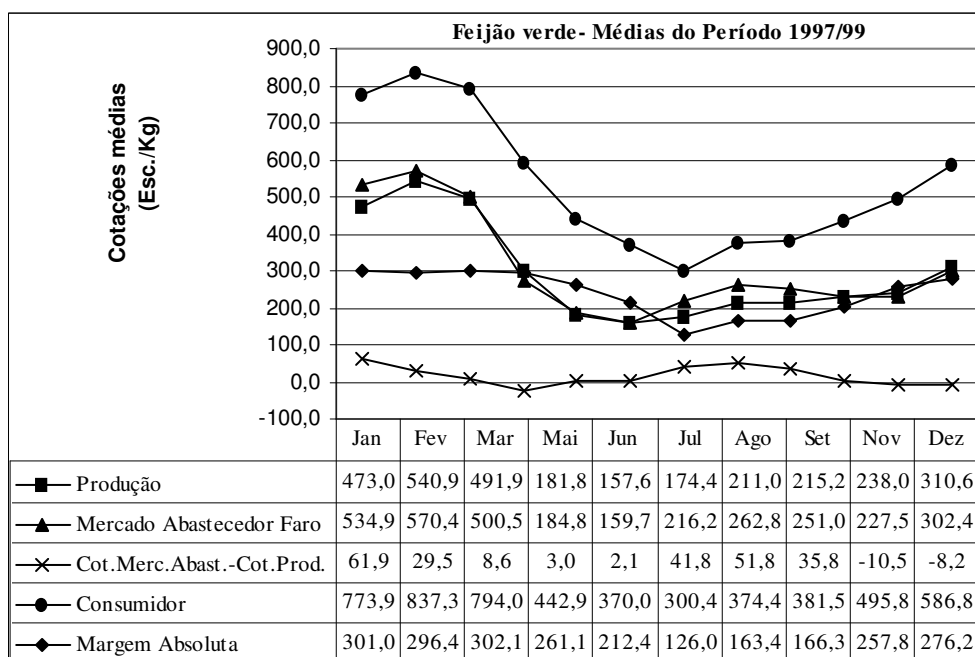
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 53- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- laranja Valência Late



Fonte: Quadro anterior.

Gráfico 54- Evolução das cotações médias mensais do feijão verde (1997/99)



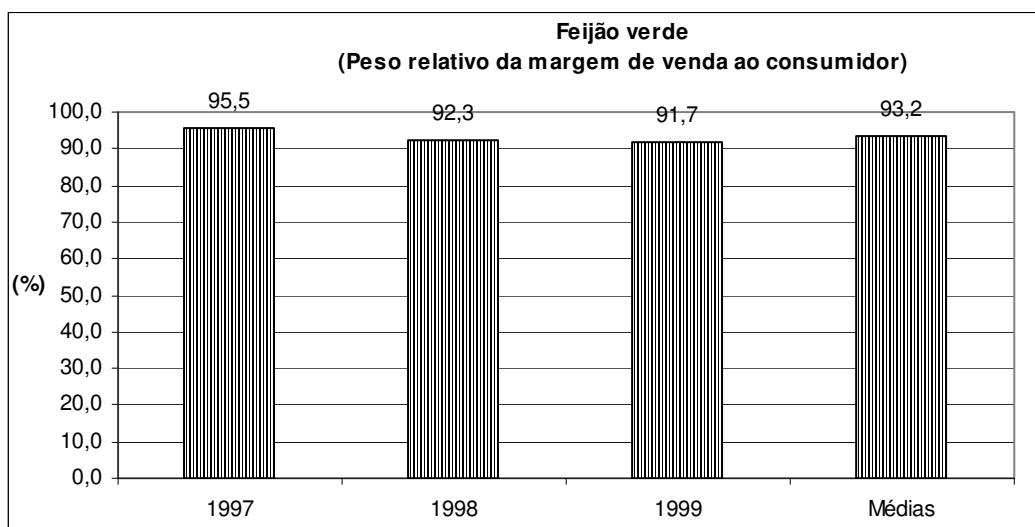
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; DGCC.

Quadro 60- Evolução de várias margens de comercialização para o feijão verde

Feijão verde		1997	1998	1999	Médias
Cot.Merc.Abast.-Cot.Prod.	(1)	10,9	18,3	19,3	16,2
Margem Absoluta	(2)	244,2	237,8	233,1	238,4
Margem de venda ao consumidor (3)=(2)-(1)		233,4	219,5	213,8	222,2
Peso=(3)/(2)*100 (%)		95,5	92,3	91,7	93,2

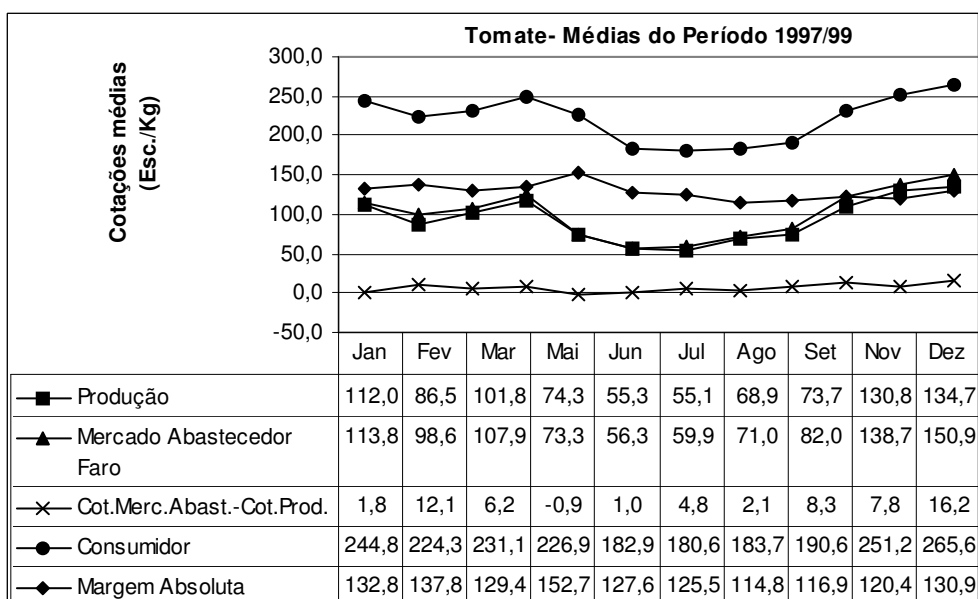
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 55- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- feijão verde



Fonte: Quadro anterior.

Gráfico 56- Evolução das cotações médias mensais do tomate (1997/99)



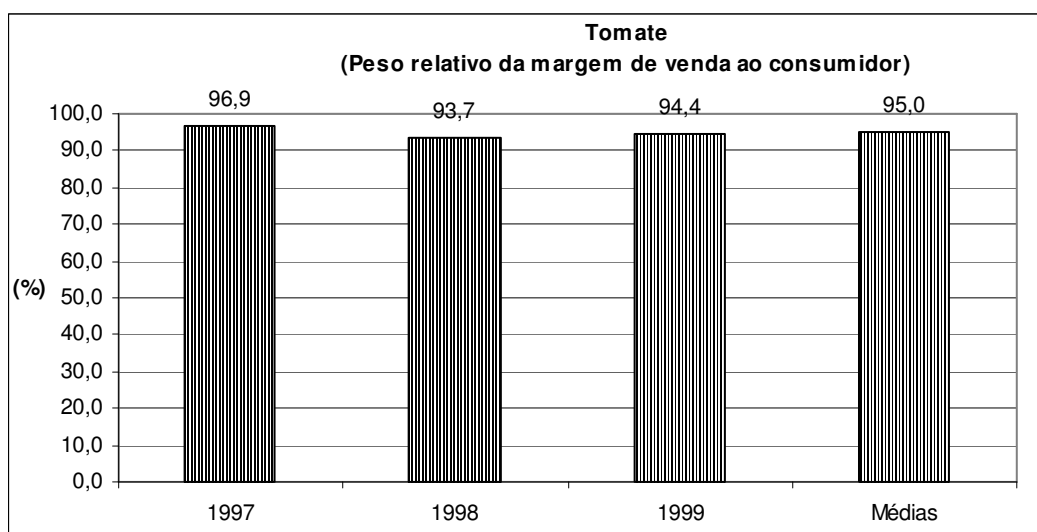
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; DGCC.

Quadro 61- Evolução de várias margens de comercialização para o tomate

Tomate	1997	1998	1999	Médias
Cot.Merc.Abast.-Cot.Prod. (1)	3,9	8,7	7,8	6,8
Margem Absoluta (2)	124,4	129,1	132,5	128,7
Margem de venda ao consumidor (3)=(2)-(1)	120,5	6,3	5,6	5,0
Peso=(3)/(2)*100 (%)	96,9	93,7	94,4	95,0

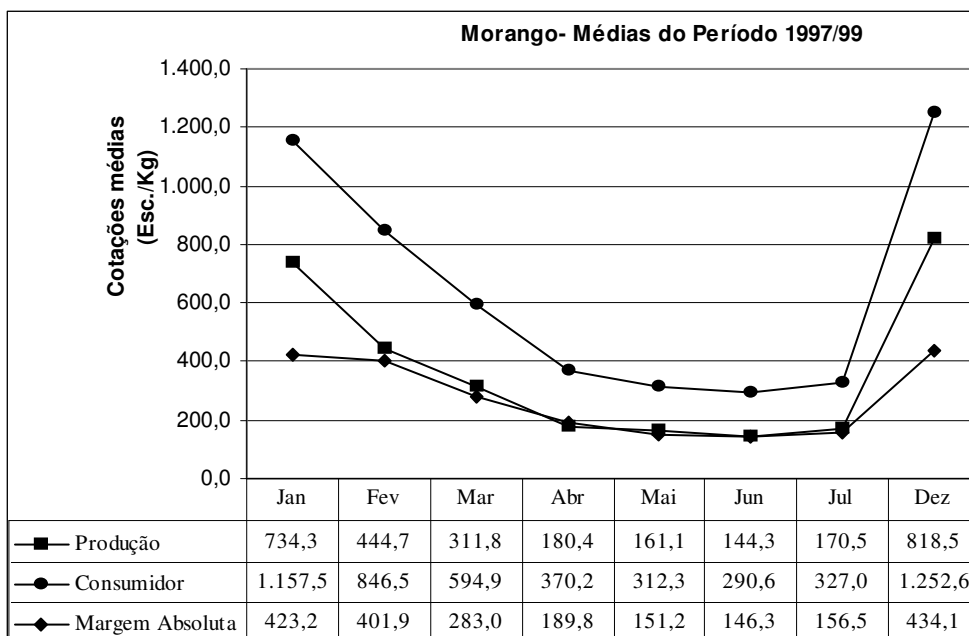
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 57- Evolução do peso relativo da margem de venda ao consumidor- tomate



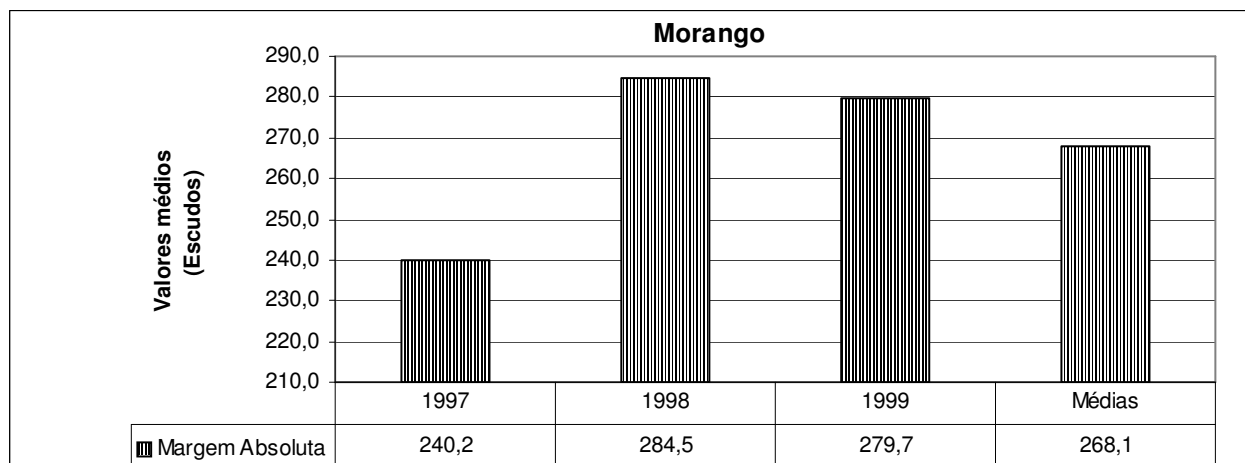
Fonte: Quadro anterior.

Gráfico 58- Evolução das cotações médias mensais do morango (1997/99)



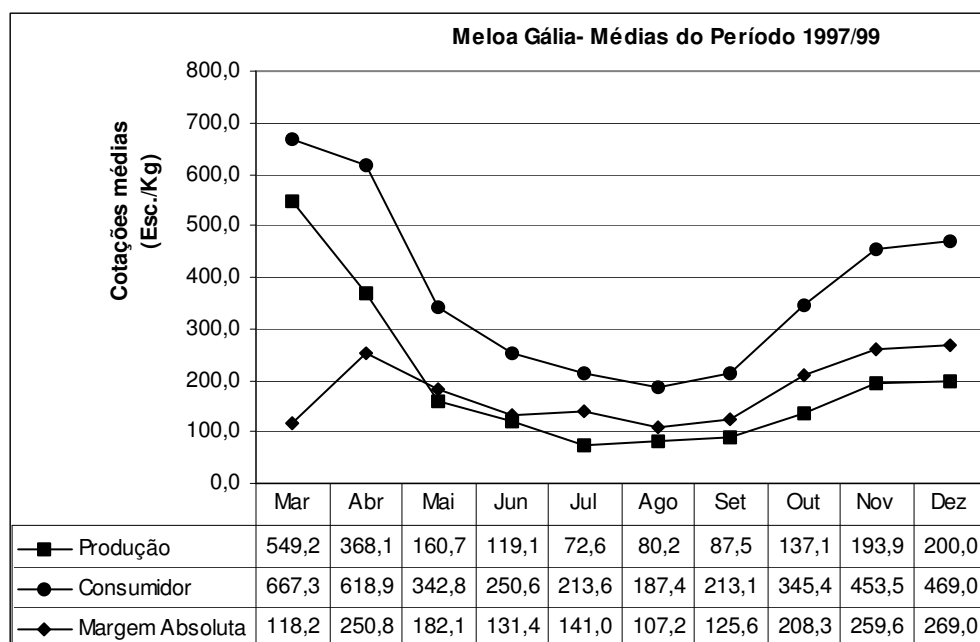
Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; DGCC.

Gráfico 59- Evolução das margens absolutas de comercialização médias anuais para o morango



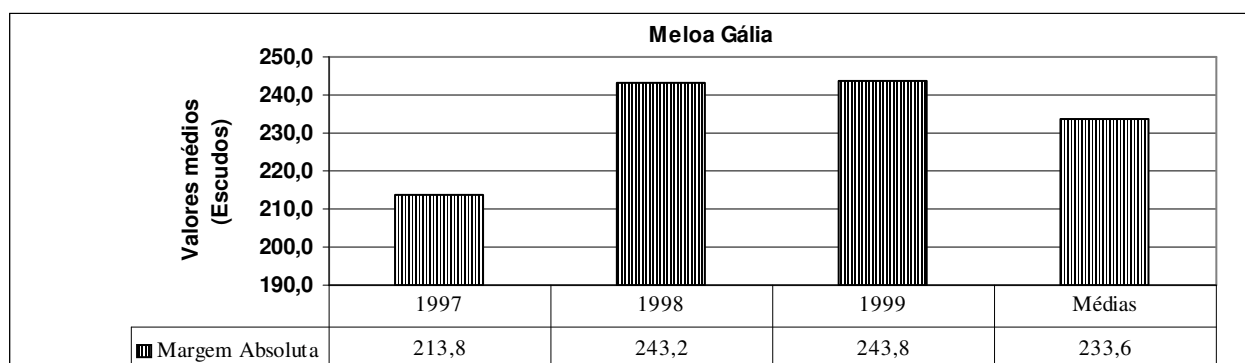
Fonte: Gráfico anterior.

Gráfico 60- Evolução das cotações médias mensais de meloa Gália (1997/99)



Fonte: SIMA; DRAALG/DSP/DPRTD, 2001; DGCC.

Gráfico 61- Evolução das margens absolutas de comercialização médias anuais para meloa Gália



Fonte: Gráfico anterior.

A partir da informação veiculada a partir dos gráficos 46 a 61, podem-se extrair as seguintes conclusões:

1. O peso da margem de venda ao consumidor em relação à margem absoluta é extremamente significativo (sempre superior a 80%), para o conjunto dos produtos estudados, atingindo nos hortícolas valores superiores a 90%. Embora as diferenças entre as duas variedades de laranjas e os diferentes hortícolas aqui estudados, no que a esta variável concerne, não sejam significativas, poderá, no entanto, deixar transparecer as vantagens de um sub-sector citrícola mais organizado, logo com maior poder reivindicativo, face ao seu congénere hortícola;
2. No período em análise (1997 a 1999) não é, no entanto, possível concluir no sentido da continuação da tendência verificada, segundo Lorena, 2001, no remanescente da década de 90, para o aumento dos desfasamentos entre preços ao longo da fileira, a qual é sinónimo duma retenção progressiva do rendimento gerado pelo produtor ao nível da distribuição;
3. Os aumentos nos preços de venda ao cliente final / consumidor (junto do retalhista) são transmitidos aos produtores, mas aumentos no produtor não são transmitidos na sua totalidade ao consumidor (à semelhança do já referido em Lorena, 2001) - um preço causa o outro, se bem que com graus de intensidade e rapidez de transmissão diferentes. Daqui se pode extrair que, à medida que se caminha para jusante ao longo do circuito de comercialização, o poder negocial dos operadores económicos em presença, ou seja, a capacidade que os mesmos possuem de promover alterações nos preços com que os produtos vão sendo taxados nos diferentes estágios de transição entre níveis da fileira, vai aumentando;
4. Pode-se assim afirmar que o sub-sector dos hortofrutícolas é medianamente competitivo, já que revela no processo de transmissão de preços heterogeneidade, se nos referirmos do consumidor para o produtor ou no sentido inverso, o que se prende, em nosso entender, com factores de natureza estrutural, já atrás abordados neste trabalho, concretamente, a maior debilidade organizacional que caracteriza a produção;

5. Neste estudo, não é possível concluir, como em Lorena, 2001, no sentido de ser evidente a interferência da perecibilidade dos produtos, no grau de transmissão dos preços na fileira, já que se observa para certos produtos mais perecíveis (o caso mais flagrante é o do figo fresco), e só ao nível da transição entre produtor e grossista, a existência de margens negativas - explicadas por exemplo, entre outras possíveis causas, por desfasamentos entre o momento da compra ao produtor e o escoamento via mercado abastecedor (“stockagem”) - ao passo que noutros produtos, com melhor capacidade de conservação (v.g. miolo de amêndoa, laranja Baía), tal situação já não se verifica. Este dado é também indiciador de uma melhoria ocorrida ao nível dos equipamentos e técnicas de armazenamento e conservação dos produtos, por parte dos operadores económicos. Para além disso, convém não esquecer que se está a trabalhar com médias mensais de três anos (os quais por sua vez são médias de preços semanais), logo em que o efeito de ajustamento derivado da repercussão dos preços ao longo da fileira, pode ser, de certo modo, diluído ou pelo menos retardado;

6. Assiste-se, fundamentalmente ao nível dos hortícolas, a uma grande irregularidade nos preços praticados ao longo do ano, que poderá ter como causa mais provável a ausência duma capacidade de concentração a nível da oferta, e subsequentemente de políticas de concertação, acrescida por fenómenos de competição interna entre esses mesmos agentes, já de si atomizados.

Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamento dos Agentes

Durante o período de 1994 a 1999/2000 (vigência do QCA II), e como já oportunamente referido no Capítulo Terceiro desta tese de dissertação, começaram a evidenciar-se alguns sinais de uma inflexão no quadro de políticas definidas para o sector agrícola regional. Foi notório o esforço desenvolvido no sentido de coadunar um pouco mais essas políticas à realidade e especificidade das várias actividades em presença. Apesar disso, a intensidade e eficácia desse esforço foi bastante variável de sub-sector para sub-sector, do que resultaram comportamentos diferenciados dos respectivos agentes face a essas mesmas políticas e por via destas, também, face aos mercados.

Tendo em conta o exposto ao longo deste capítulo, está-se agora em condições de complementar a análise, iniciada no âmbito do Capítulo Segundo, particularizando a situação no que aos três sub-sectores da hortofruticultura algarvia em apreço, diz respeito.

Assim:

A) Na citricultura observou-se, durante este período, um comportamento dos agentes deste sub-sector, em perfeita sintonia e aproximação às oportunidades oferecidas no quadro das políticas de financiamento disponíveis.

Os objectivos políticos traçados *a priori* para este importante sub-sector apontavam para o reforço da sua importância relativa no quadro agrícola regional e os agentes comportaram-se exactamente conforme as expectativas criadas: mais investimento (mercê duma forte participação dos fundos comunitários), traduzido por importantes aumentos de áreas de produção adstritas à cultura, maior grau de mecanização das operações culturais, por via da aquisição de equipamentos, etc.

Do ponto de vista dos mercados, registe-se a tentativa de ultrapassar um dos principais estrangulamentos à comercialização de que enferma este sub-sector, concretamente, a crónica dificuldade de escoamento das produções (derivada da falta de massa crítica, elevada pulverização da oferta, a que acrescem ainda alguns episódios de concorrência interna altamente penalizadora). Trata-se do reforço da capacidade interventora das organizações e associações de produtores, que, no entanto, é ainda insuficiente (a prová-lo a enorme desigualdade de peso negocial, face por exemplo à Grande Distribuição e o défice competitivo que ainda separa o sector produtor citrícola regional, por exemplo do seu homólogo andaluz), a que se acrescentam importantes investimentos levados a cabo ao nível das estruturas de apoio à transformação e comercialização.

Genericamente, pode-se afirmar que durante o período de 1994 a 1999/2000, políticas, mercados e agentes estreitaram as suas relações. Desse comportamento de aproximação ou convergência, resultou um reforço da posição competitiva deste sub-sector, a qual é, no entanto, ainda, insuficiente no quadro do mercado interno nacional, e, por maioria de razão, no quadro internacional.

Apesar desta evolução positiva, se for realizado um balanço rigoroso entre os montantes aplicados neste sub-sector e as suas reais consequências, em termos dos efectivos ganhos de competitividade e de capacidade de sustentação por parte dos agentes que nele intervêm, é, de certo modo, questionável, o grau de eficácia dos mesmos. Já descontando as inevitáveis ineficiências marginais (derivadas dos condicionalismos de natureza conceptual e procedimentos administrativos, a que se fez referência no Capítulo Segundo, aquando da avaliação das várias medidas operacionais do PAMAF), o processo em causa, aplicação dos apoios comunitários e seu impacte sobre a competitividade, não foi tão eficiente quanto seria de desejar, principalmente no que concerne aos aspectos ligados à comercialização dos produtos (v.g. facilidade de escoamento, condições de remuneração das produções).

B) Na horticultura, a sintonia dos agentes em relação às políticas traçadas para esta actividade, já não foi tão evidente, fruto duma situação financeira conjuntural mais adversa, mas, principalmente, devido, a uma menor adequação dessas políticas à realidade e dificuldades estruturais deste sub-sector e aos atrasos importantes na implementação prática das reformas entretanto introduzidas.

Como consequência deste facto mantiveram-se, em maior ou menor grau, os estrangulamentos estruturais já atrás enunciados: produções em quantidade e qualidade, relativamente desfasadas das exigências dos mercados, reduzida expressão das organizações de produtores, baixo nível dos investimentos em agro-indústrias, deficiências na comercialização, elevada vulnerabilidade às produções de mercados exteriores mais competitivos, etc.

Em resumo, durante o período de vigência do QCA II, o comportamento dos agentes pautou-se pela manutenção do afastamento em relação às políticas e por uma tentativa de aproximação, muito pontual, aos mercados de âmbito local/regional, já que sem o devido apoio das políticas a pouco mais poderiam almejar.

C) No sub-sector do pomar tradicional de sequeiro, as políticas vigentes, apontavam para o objectivo de pôr fim a uma tendência de degradação e abandono de extensas áreas de pomares, que se vinha arrastando desde há vários anos. Para a generalidade das produções visaram, não uma orientação agro-comercial, numa lógica de aproximação

aos mercados, mas antes uma orientação agro-ambiental (que também tem, e cada vez mais, uma valorização condizente), de conservação do património paisagístico e cultural.

Assistiu-se, assim, como resultado desses sinais emanados pelas políticas específicas, a uma clara aproximação dos agentes a estas, por via dos apoios concedidos, já que estes representam na prática, no quadro de um crescente desfasamento da maioria destas produções em relação aos mercados, a única fonte possível de recursos para a promoção desse investimento. A excepção feita a este comportamento, reside na cultura da alfarrobeira, na qual os agentes, beneficiando dos apoios veiculados pelas políticas e mercê dum bom enquadramento em relação aos mercados (por via do aproveitamento da semente) conseguiram aproveitar a boa conjuntura vigente para promover a sua expansão.

CAPÍTULO QUARTO: DIAGNÓSTICO E LINHAS DE ORIENTAÇÃO POSSÍVEIS PARA AS FILEIRAS HORTOFRUTÍCOLAS NO HORIZONTE DO 3º QCA

Introdução

Neste capítulo, partindo dos resultados apresentados nos capítulos segundo e terceiro, elabora-se uma análise SWOT para o sub-sector hortofrutícola algarvio à entrada do QCA III, e partindo dos pontos fortes – pontos fracos, oportunidades – ameaças detectados, procede-se ao delineamento de possíveis linhas de orientação a seguir e perspectivas futuras.

Tanto num caso (análise SWOT), como noutra (linhas de orientação), as perspectivas seguidamente veiculadas, resultaram numa visão global e compreensiva para o sector agrícola regional. Para esse efeito, esta visão foi adoptada tomando como referência o que se poderá convencionar como a exploração média típica algarvia e não confinada meramente ao contexto das explorações agrícolas abrangidas pelos inquéritos realizados no âmbito deste trabalho.

São, assim, o produto do cruzamento de informações de várias fontes, onde se incluíram, conclusões retiradas a partir dos resultados, quer dos inquéritos às explorações agrícolas e OP já mencionados, quer das demais análises desenvolvidas e transcritas ao longo desta dissertação, de perspectivas avançadas em vários documentos de análise estratégica para o sector, identificados na pesquisa bibliográfica efectuada, opiniões auscultadas para o efeito, provenientes de especialistas e agentes do sector, entre outras.

Paralelamente, tendo em conta a íntima interdependência do factor água, procurou-se igualmente reflectir sobre a importância, situação actual e estratégias de actuação futuras, para o caso concreto de dois dos mais importantes aproveitamentos hidroagrícolas regionais. Esta análise foi considerada relevante no âmbito deste trabalho de dissertação, já que estas infraestruturas de regadio deverão ser instrumentos essenciais para a concretização das políticas gizadas para o sector agrícola.

Os objectivos, acima enunciados, prenderam-se com uma tentativa de fazer a ponte e retirar ilações que possam representar uma mais valia para o novo contexto de políticas já em vigor, consubstanciadas através do QCA III.

Para a concretização dos propósitos atrás referidos, é indispensável ter em mente as principais alterações de política introduzidas pela Agenda 2000.

O enquadramento da Agenda 2000

Em 1995, e tendo em vista a evolução a longo prazo, a Comissão Europeia apresentou aos Estados-membros, no Conselho Europeu de Madrid, uma nova estratégia para a agricultura. O documento sublinhava a necessidade de aprofundar a adaptação da PAC, através de um processo que consolidasse a estratégia iniciada em 1992, mas que definisse, simultaneamente, uma estratégia global que fosse ao encontro das necessidades das comunidades rurais da Europa.

Em Novembro de 1996, a Comissão apresentou o primeiro Relatório de Coesão. Este relatório advogava uma reforma da PAC baseada numa maior orientação dos preços institucionais para o mercado e numa abordagem integrada e multi-sectorial do desenvolvimento rural. Recomendava que a União Europeia reforçasse a sua acção no sentido de valorizar o potencial económico e a riqueza ambiental das zonas rurais e de aumentar a sua capacidade de salvaguardar o emprego.

Em Julho de 1997, para preparar o próximo milénio, a Comissão apresentou um documento sobre a política futura da União Europeia - Agenda 2000, que continha propostas de reforma da política agrícola comum. As propostas tinham por base os “bons” resultados da reforma de 1992, mas tinham igualmente em conta os novos desafios e oportunidades que se apresentavam à agricultura da União Europeia e às economias rurais da Comunidade no dealbar do novo milénio.

A iniciativa da Comissão Europeia de proceder a uma reforma radical da política agrícola, tinha em conta, tanto a situação interna, como externa. Entre os principais factores externos, contavam-se a crescente procura mundial de géneros alimentícios, a

tendência para uma maior liberalização do comércio (de onde derivava a necessidade de incrementar a competitividade dos produtos agrícolas comunitários), a necessidade de simplificar a legislação agrícola e de melhorar a sua aplicação. Pretendia-se, desta forma, reforçar a posição da União Europeia, por exemplo, aquando das negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio (Millenium Round ⁷³) e perante o desafio que representa o alargamento a leste, aos chamados PECO.

Internamente, foram tidos em conta quatro factores principais: em primeiro lugar, o risco real de novos desequilíbrios do mercado em determinados sectores; em segundo lugar, o Tratado de Amsterdão, que entrou em vigor em 1 de Maio de 1999, e que incumbe os legisladores comunitários de integrarem as questões ambientais em toda a legislação; o terceiro prende-se com a necessidade de a PAC vencer o desafio que constitui o interesse acrescido dos consumidores pela qualidade e segurança dos alimentos, e pelo bem-estar dos animais, enquanto, o quarto e último, consiste na necessidade de a PAC se adaptar e funcionar de forma mais descentralizada, com maior transparência e regras mais simples.

Na formulação das suas propostas políticas, a Comissão identificou várias prioridades:

- . assegurar a competitividade da agricultura da União Europeia, tanto no mercado comunitário, como nos cada vez mais vastos mercados de exportação,
- . promover uma agricultura que contribua para a manutenção e a preservação do meio rural e da paisagem natural, e
- . contribuir para a manutenção do nível de vida dos agricultores, promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento da economia rural.

⁷³ A Terceira Conferência Ministerial da OMC, decorreu em Seattle, de 30 de Novembro a 3 de Dezembro de 1999, pretendendo lançar o novo ciclo de negociações multilaterais – Round do Milénio, que se iniciaria em 1 de Janeiro do ano 2000. Iniciaram-se em Março de 2000, como previsto no Acordo Agrícola (na base do artº 20), as negociações multilaterais sobre Agricultura.

1. A situação de partida do sub-sector

Partindo da avaliação global do impacte do programa PAMAF, levada a cabo no Capítulo Segundo, e dos objectivos, estratégia, programação e avaliação de resultados do Capítulo Terceiro, está-se em condições de proceder a uma análise SWOT.

A razão subjacente à escolha deste tipo de instrumento de análise prende-se com a necessidade de compreender/caracterizar uma dupla dicotomia entre, por um lado, o que está «dentro», é interno aos vários sub-sectores hortofrutícolas algarvios em análise e o que está «fora», o contexto em que os mesmos se inserem, e, por outro, o que deve ser «dito», a estratégia formulada, e «feito», a execução dessa mesma estratégia (STRATEGOR, 1988).

Internamente, importava fazer um diagnóstico do que constituíam as forças e as fraquezas destes sub-sectores, de maneira a identificar as suas competências distintivas, por outras palavras, os elementos sobre os quais estes teriam interesse em basear a sua estratégia face à concorrência. Segundo Santos, 1993, a tomada de decisão quanto a estes factores críticos permitirá, pela sua qualidade, a obtenção de vantagens concorrenciais.

Externamente, era importante analisar as ameaças e as oportunidades susceptíveis de afectarem estes sub-sectores da hortofruticultura algarvia, de modo a identificar as variáveis estratégicas próprias do seu domínio de actividade.

Mediante o cruzamento da análise interna e da análise externa, podia-se então definir o campo do possível, isto é o conjunto das opções em aberto, as quais seriam então objecto de um processo de selecção para se proceder à determinação de quais dos factores críticos são chave para o sucesso, permitindo passar do estágio «vantagem concorrencial» para o estágio «vantagem competitiva». A consecução de uma vantagem competitiva implica o domínio de factores chave de sucesso, o qual será conseguido através da forma como se decide e implementa uma dada actividade face aos desafios e oportunidades exteriores (Santos, 1993).

Os principais pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças, das várias fileiras hortofrutícolas em apreço, são, entre outros, os seguidamente apresentados.

Análise SWOT para a fileira da Citricultura algarvia

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Condições edafo-climáticas favoráveis à produção de citrinos, com importantes vantagens comparativas motivadas pela qualidade, precocidade e produtividade, susceptíveis de se obterem; ❑ Aumento das áreas de regadio; ❑ Evolução rápida e favorável das tecnologias de produção nos pomares mais recentes; ❑ Investigação e cooperação com os agricultores na área da protecção integrada ❑ Sinais de abertura a uma reorientação produtiva agrícola mais adequada às condições edafo-climáticas e às exigências do mercado; ❑ Composição do pomar bastante diversificada por forma a cobrir um período de produção bastante largo; ❑ Tendência para a especialização da actividade agrícola em vários segmentos, sem prejuízo da existência de uma clara diferenciação de sistemas de produção e de produtos; ❑ Existência de uma Universidade e de unidades de I&D nela integradas, a par de laboratórios e recursos de investigação integrados em instituições públicas, caso da D. R. Agricultura; ❑ Existência de uma estrutura de produção de material vegetal base com garantia ❑ Capacidade agro-industrial instalada ❑ Boas vias de comunicação- ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, com tendência para melhorar; ❑ Maior capacidade de organização da oferta; ❑ Possibilidades das OP's de garantir aprovisionamentos; ❑ Facilidade de redução de custos (laborais, fiscais, etc.) por parte dos grossistas; 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Debilidade das infra-estruturas de apoio às actividades económicas ligadas à agricultura; ❑ Apesar dos sinais positivos, a capacidade de organização do sector é ainda reduzida; ❑ OP com estruturas de comercialização pouco eficientes e ainda muito dependentes do Estado; ❑ Baixo nível de qualificação da mão-de-obra; ❑ Debilidade e pulverização do tecido empresarial; ❑ Existência de grande percentagem de pomares envelhecidos e com variedades sem valor comercial e de reduzida produtividade; ❑ Pouca atenção dispensada à qualidade, calibragem, acondicionamento e normalização da produção; ❑ Explorações de pequena e muito pequena dimensão e com acentuada fragmentação; ❑ Unidades de comercialização atomizadas e sem dimensão crítica; ❑ Elevado nível dos produtores agrícolas e com claras limitações ao nível da receptividade à inovação e à modernização; ❑ Baixos níveis de qualificação dos agricultores; ❑ Dificuldade em assegurar a continuidade das explorações agrícolas no quadro familiar; ❑ Fraca apetência dos empresários agrícolas para se associarem por forma a ganharem dimensão e desta forma tornarem-se mais competitivos, motivado por razões de índole histórico-cultural; ❑ Dificuldades ao nível da comunicação entre os pólos de investigação e os agricultores. Inexistência de uma estrutura de IED que responda às necessidades do sector em matéria de obtenção e difusão de tecnologias e inovação; ❑ Grande propensão a pragas e doenças (v.g. vírus da Tristeza); ❑ Ausência de um controle de qualidade fidedigno ao nível do material vegetativo produzido nos viveiros; ❑ Grossistas com forte dependência das disponibilidades da produção; ❑ Poucas unidades industriais para dar saída aos frutos de pequeno calibre.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Visão enriquecida e alargada da cadeia de valor do núcleo de actividades turísticas e imobiliárias existentes na Região, de molde a arrastar um leque alargado de actividades, a montante e a jusante, e que não têm beneficiado do efeito motor que surge normalmente associado ao investimento e impulso do turismo; ❑ Aposta pública no aumento das áreas de regadio; ❑ Possibilidade de criação de sinergias ao nível das estruturas de comercialização, derivada do previsível aumento das áreas de citrinos propiciadas pelo Aproveitamento do Alqueva; ❑ Forte procura por produtos com qualidade reconhecida. A produção nacional não é excedentária em relação ao consumo.; ❑ Venda de produtos diferenciados- devido às suas características organolépticas excepcionais-, de qualidade (aposta na criação das denominações de origem), que, após adequada certificação, podem beneficiar de uma relação mais intensa com os visitantes que procuram as praias do litoral; ❑ Forte esforço de investimento em curso, quer ao nível do plantio de novas áreas, quer ao nível do rejuvenescimento das já existentes, com variedades mais adaptadas à região e ao mercado; ❑ Apoios comunitários favoráveis à expansão da cultura; ❑ Aposta estratégica na criação de Organizações de Produtores e Centrais Hortofrutícolas; ❑ Aparecimento de OP's para a protecção integrada; ❑ Centro Tecnológico de Citricultura recentemente criado; ❑ Implementação da Indicação Geográfica Protegida “Citrinos do Algarve” como forma de valorização do produto. 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ A falta de dimensão crítica, tanto ao nível da produção, como da comercialização, levanta problemas quer ao nível do escoamento dos produtos (inexistência de economias de escala, susceptíveis por exemplo de diluir o custo dos factores de produção e desta forma tornarem os preços mais competitivos), quer em termos de capacidade negocial/reinvidicativa, por exemplo junto das grandes superfícies; ❑ Estrangulamentos ao nível da comercialização. Ausência de uma estratégia de "marketing" regional; ❑ Forte concorrência por parte de um dos maiores exportadores mundiais- a região da Andaluzia- e novos competidores localizados no Norte de África; ❑ Falta de formação e especialização dos diversos intervenientes da fileira; ❑ Forte abandono das terras agrícolas, motivado entre outras, por dificuldades na reconversão dos pomares; ❑ Pressão do litoral / competição com o Turismo sobre os recursos terra e mão-de-obra; ❑ Excessiva especialização regional no produto turístico; ❑ Riscos de degradação ambiental; ❑ Localização periférica nos espaços europeu e nacional; ❑ Permissividade à entrada no mercado de produtos com menor qualidade importados como excedentes de outros países; ❑ Incumprimento em larga medida das regras de entrada de produtos oriundos de outras zonas, nomeadamente ao nível da rotulagem obrigatória; ❑ Aumento da competição, se não forem desenvolvidas estratégias de cooperação com parceiros localizados nas novas áreas de regadio a criar com o Aproveitamento do Alqueva.

Análise SWOT para a fileira da Horticultura algarvia

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Condições edafo-climáticas de eleição para a obtenção de hortícolas, particularmente fora de época, com importantes vantagens comparativas, face a produções similares de outras regiões; ❑ Existência de uma Universidade (com várias unidades de I&D associadas e boas perspectivas de aparecimento de novas), instituições públicas, com centros de investigação, laboratórios e meios humanos com "know-how" (v.g. Direcção Regional de Agricultura); ❑ Importante panóplia de projectos de investigação nesta área já realizados ou em perspectiva; ❑ Todo um património sócio-cultural e saber acumulados nesta área por parte dos agricultores; ❑ Aumento das áreas de regadio; ❑ Sinais de abertura a uma reorientação produtiva agrícola mais adequada às condições edafo-climáticas e às exigências do mercado; ❑ Boas vias de comunicação- ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, com tendência para melhorar; 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Perda de competitividade das produções algarvias ❑ Perda galopante de importância, em termos de áreas envolvidas e consequentemente de volumetria de produção; ❑ Unidades de comercialização atomizadas e sem dimensão crítica⇒ Elevada oscilação dos preços à produção; ❑ Estufas e abrigos de qualidade deficiente, não permitindo as necessárias condições de produção ❑ Elevados investimentos necessários (v.g. estufas metálicas na horticultura forçada); ❑ Elevado peso dos custos variáveis na estrutura de custos das explorações, quer ao nível de "inputs" produtivos, quer ao nível de mão-de-obra; ❑ Empresários agrícolas profundamente descapitalizados; ❑ Tecido empresarial atomizado, envelhecido e revelando pouca apetência para o risco/inação; ❑ Baixos níveis de qualificação dos agricultores; ❑ Dificuldades no acesso à mão-de-obra, derivada em grande parte da concorrência de outros sectores de actividade, como é o caso do turismo; ❑ Mão-de-obra com forte sazonalidade e sem formação; ❑ Pouca atenção dispensada ao controlo de qualidade, acondicionamento e normalização das produções; ❑ Concorrência, ao nível da captação de investimentos, com outras actividades e até mesmo culturas- v.g. citricultura, susceptíveis de proporcionarem maiores rendimentos; ❑ Ausência de estratégias de marketing; ❑ Fraca apetência dos empresários agrícolas para se associarem por forma a ganharem dimensão e desta forma tornarem-se mais competitivos, motivado por razões de índole histórico-cultural; ❑ Falta de especialização produtiva; ❑ Dificuldade em encontrar soluções técnico-economicamente viáveis para dar resposta cabal ao problema dos resíduos (v.g. plásticos das estufas, embalagens de agro-químicos,...); ❑ Conotação da horticultura intensiva, com consumos excessivos de agro-químicos e subsequentes problemas de poluição dos solos e água; ❑ Desfasamento entre a produção e o mercado; ❑ Elevado número de pragas e doenças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Crescimento acentuado, ocorrido nos últimos anos, do consumo de produtos frescos (frutas e vegetais) a nível interno e europeu, com tendência para aumentar; ❑ Portugal produz menos de metade daquilo que consome; ❑ Aproveitamento das valências ao nível do core de actividades associadas ao turismo / integração ou complemento à cadeia de valor do sector turístico; ❑ Aposta pública no aumento das áreas de regadio, permitindo por um lado estender esse recurso vital a novas áreas e por outro diminuir a pressão intensa a que os recursos subterrâneos estão submetidos; ❑ A qualidade das produções obtidas é susceptível de conduzir à diferenciação desses mesmos produtos, desde que seja dada particular atenção às condições de produção; ❑ É cada vez mais notória a propensão dos consumidores para produtos produzidos de forma ecológica (agricultura biológica e da produção/protecção integrada); ❑ Possibilidade de uma diversificação cultural, face a novas solicitações do mercado; ❑ Cada vez maior atenção dispensada à formação dos intervenientes do mundo agrícola por várias entidades da administração pública (v.g. Direcção Regional de Agricultura, IEFP); ❑ Reconversão em curso dos abrigos elevados, com reflexos nos aumentos da produção e qualidade do produto. 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ A falta de dimensão crítica, tanto ao nível da produção, como da comercialização, levanta problemas quer ao nível do escoamento dos produtos (inexistência de economias de escala, susceptíveis por exemplo de diluir o custo dos factores de produção e desta forma tornarem os preços mais competitivos), quer em termos de capacidade negocial/reinvidicativa, por exemplo junto das grandes superfícies; ❑ Dificuldades na reconversão técnica das explorações (v.g. passagem de estufas de madeira para metálicas); ❑ Inadequação das estruturas produtivas e comerciais à livre concorrência motivada por um mercado europeu e mundial cada vez mais aberto; ❑ Oferta demasiado concentrada em determinados períodos do ano; ❑ Reduzida exportação dos produtos; ❑ “Perda de mercado” em favor de produtos externos; ❑ Forte concorrência das províncias de Huelva e de Sevilha; ❑ Localização periférica nos espaços europeu e nacional; ❑ Os jovens que recorrem à formação profissional muitas vezes não iniciam a actividade; ❑ Permissividade à entrada no mercado de produtos com menor qualidade importados como excedentes de outros países; ❑ Incumprimento em larga medida das regras de entrada de produtos oriundos de outras zonas, nomeadamente ao nível da rotulagem obrigatória; ❑ Elevado peso dos custos variáveis na estrutura de custos das explorações, quer ao nível de "inputs" produtivos, quer ao nível de mão-de-obra; ❑ Elevado nível de infestação dos solos, derivada de rotações culturais pouco diversificadas; ❑ Existência de necessidades não cobertas ao nível de homologação de determinados produtos fitossanitários.

Análise SWOT para as fileiras dos Frutos Secos do Algarve

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Condições edafo-climáticas favoráveis à produção da generalidade dos produtos do pomar de sequeiro; ❑ Existência de variedades de alfarrobeira bastante produtivas; ❑ Sinais de abertura a uma reorientação produtiva agrícola mais adequada às condições edafo-climáticas e às exigências do mercado; ❑ Incentivo ao aumento da área de alfarrobal em regime de “sequeiro ajudado”; ❑ Facilidade de conservação da amêndoa; ❑ Existência de variedades regionais de amendoeira com excelente qualidade para a doçaria; ❑ Baixas e elásticas necessidades da amendoeira em mão-de-obra; ❑ Baixo nível de tratamentos fitossanitários exigidos, principalmente na amendoeira e figueira; ❑ Existência de uma Universidade e de unidades de I&D nela integradas, a par de laboratórios e recursos de investigação integrados em instituições públicas, caso da D. R. Agricultura; ❑ Elevada rentabilidade do figo, nomeadamente em fresco; ❑ Boas vias de comunicação- ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, com tendência para melhorar; ❑ Existência de 2 OP, na área dos frutos de casca rija e alfarroba, com alguma capacidade de concentração da oferta; 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Debilidade das infra-estruturas de apoio às actividades económicas ligadas à agricultura; ❑ Falta de mão-de-obra; ❑ Existência de grande percentagem de pomares envelhecidos e com variedades sem valor comercial e de reduzida produtividade, principalmente ao nível da figueira e amendoeira; ❑ Pouca atenção dispensada à qualidade, calibragem, acondicionamento e normalização da produção; ❑ Explorações de pequena e muito pequena dimensão e com acentuada fragmentação; ❑ Elevado nível etário da população rural em geral e dos produtores agrícolas em particular e com claras limitações ao nível da receptividade à inovação e à modernização; ❑ Baixos níveis de qualificação dos agricultores; ❑ Dificuldade em assegurar a continuidade das explorações agrícolas no quadro familiar; ❑ Fraca apetência dos empresários agrícolas para se associarem por forma a ganharem dimensão e desta forma tornarem-se mais competitivos, motivado por razões de índole histórico-cultural; ❑ OP com expressão insuficiente e pouco eficientes ao nível da comercialização; ❑ Dificuldades ao nível da comunicação entre os pólos de investigação e os agricultores; ❑ Ausência de um controle de qualidade fidedigno ao nível do material vegetativo produzido nos viveiros; ❑ Ausência de apoios financeiros adequados no campo da transformação de produções tradicionais, como é o caso da alfarroba; ❑ Instabilidade de preços, excepção feita à alfarroba; ❑ Necessidades intensas e concentradas de mão-de-obra, principalmente no maneo da figueira; ❑ O figo é um produto ultra-perecível em fresco; ❑ Baixo valor da aguardente de figo;

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❑ Visão enriquecida e alargada da cadeia de valor do núcleo de actividades turísticas e imobiliárias existentes na Região, de molde a arrastar um leque alargado de actividades, a montante e a jusante, e que não têm beneficiado do efeito motor que surge normalmente associado ao investimento e impulso do turismo (v.g. Turismo das amendoeiras em flor); ❑ Forte procura por produtos com qualidade reconhecida; ❑ Venda de produtos diferenciados- devido às suas características organolépticas excepcionais-, de qualidade (aposta na criação das denominações de origem), que, após adequada certificação, podem beneficiar de uma relação mais intensa com os visitantes que procuram as praias do litoral; ❑ Forte esforço de investimento em curso, quer ao nível do plantio de novas áreas, quer ao nível do rejuvenescimento das já existentes, com variedades mais adaptadas à região e ao mercado; ❑ Aposta estratégica na criação de Organizações de Produtores; ❑ Em grande parte devido aos trabalhos de investigação que têm sido desenvolvidos, cresce o leque de potenciais utilizações para algumas produções tradicionais- caso da alfarroba; ❑ Melhoria das técnicas de produção na alfarrobeira; ❑ A Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Alfarroba (AIDA) tem uma marcada influência no sector; ❑ Pouca concorrência no mercado interno e externo para a grainha de alfarroba; ❑ A alfarroba tem uma utilização diversificada; ❑ Novas tecnologias de produção (Agricultura biológica e protecção integrada); ❑ Aposta pública no aumento de áreas de regadio; ❑ Possibilidade de reconversão para regadio, possibilitando ganhos de produtividade e o encurtar da entrada em produção (na alfarrobeira esta possibilidade é acrescida devido ao recurso a técnicas de multiplicação); ❑ Instalação de pomares estromes; ❑ Novas tecnologias de produção e conservação; ❑ Possibilidades de expansão do mercado de figo fresco; ❑ Novos usos e aproveitamento do figo seco. 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ A falta de dimensão crítica, tanto ao nível da produção, como da comercialização, levanta problemas quer ao nível do escoamento dos produtos (inexistência de economias de escala, susceptíveis por exemplo de diluir o custo dos factores de produção e desta forma tornarem os preços mais competitivos), quer em termos de capacidade negocial/reinvidicativa, por exemplo junto das grandes superfícies; ❑ Estrangulamentos ao nível da comercialização. Ausência de uma estratégia de "marketing" regional; ❑ Forte concorrência por parte de grandes exportadores mundiais- a região da Andaluzia, Turquia, EUA, e novos competidores localizados no Norte de África; ❑ Forte abandono das terras agrícolas, motivado entre outras, por dificuldades na reconversão dos pomares; ❑ Pressão do litoral / competição com o Turismo sobre os recursos terra e mão-de-obra (agora menos acentuada, devido ao elevado fluxo de emigrantes provenientes dos Países do Leste Europeu); ❑ Desertificação humana de parcelas significativas do território rural; ❑ Excessiva especialização regional no produto turístico e citrícola; ❑ Localização periférica nos espaços europeu e nacional; ❑ Aparecimento de eventuais substitutos para a grainha de alfarroba.

2. Algumas linhas de orientação

Partindo do diagnóstico atrás efectuado, delinea-se, seguidamente, um conjunto de possíveis linhas de actuação no médio/longo prazo, entendidas como elementos de oportunidade (factores críticos de sucesso) e contributos para o desenvolvimento sustentado da actividade agrícola regional, neste momento crucial que corresponde ao pós – arranque de um novo quadro comunitário de apoio.

Estas directrizes, seguidamente explicitadas, têm tradução prática no triângulo, políticas, mercados e agentes, que tem norteado as análises levadas a cabo ao longo deste trabalho. Paralelamente, foram também perspectivadas numa óptica direccionada para aquilo que poderemos designar por Sistema de Valor⁷⁴ do sector hortofrutícola algarvio, entendido como a sequência encadeada de Cadeias de Valor desde a produção até ao negócio de distribuição ao consumidor final. Este prolongamento das Cadeias de Valor das produções hortofrutícolas algarvias, em apreço neste trabalho, às Cadeias de Valor dos demais intervenientes localizados ao longo das respectivas fileiras, inseriu-se numa lógica que pretende:

- realçar o papel do desenvolvimento de alianças estratégicas verticais entre os agentes intervenientes nos diferentes estágios das fileiras em presença, e
- relevar para a necessidade de se acautelar cada vez mais os anseios e necessidades dos consumidores (primado do cliente),

já que, cada vez mais, se constata que as ligações entre as várias actividades a montante e a jusante possuem as características de jogo de soma não nula, isto é, os benefícios para cada uma delas decorrentes destas ligações não constituem prejuízos para as demais.

⁷⁴ Segundo definição apresentada em Santos, 1993.

Agentes

A) Produtores/empresários agrícolas

- ❖ Promover o desenvolvimento e efectiva melhoria de eficácia das estruturas agrícolas, nas actividades cujo peso na economia regional é, ou tem condições para ser, significativo. Essa melhoria passa necessariamente por inovar os processos não só de índole tecnológica, mas também organizacional (v.g. instrumentos de gestão, cooperação empresarial). Tal objectivo passa, necessariamente, por reforçar o nível de competências técnicas dos empresários agrícolas, formação essa que terá de ser pluridisciplinar, fomentar a criação de estruturas de apoio técnico aos produtores, etc.

- ❖ Melhorar as condições de escoamento da produção ⇒ Agrupar e organizar.

- ❖ Incorporar, sempre que possível, nas empresas ou através da prestação de serviços, valor acrescentado aos produtos. Por exemplo, de uma forma geral, os produtores acrescentaram já alguns serviços, particularmente no que se refere à normalização e embalagem. No entanto, essas embalagens são ainda de qualidade irregular. Têm como principal critério de escolha o custo mínimo, situação que não se coaduna com um mercado cada vez mais exigente em termos de acondicionamento e apresentação dos produtos.

- ❖ Enveredar pela reconversão cultural, quando a mesma implica o apostar em culturas mais rentáveis, em detrimento de outras que, apesar de todo um historial de importância económica na região estão, mais tarde ou mais cedo, estão condenadas a desaparecerem, pelo menos, nos moldes em que sempre têm sido feitas (v.g. no pomar tradicional de sequeiro uma das soluções passará pela conversão da consociação tradicional de fruteiras em pomar estreme de alfarrobeiras).

- ❖ Mudança de mentalidades e atitudes: maior abertura ao movimento associativo, reforço das competências técnicas, maior predisposição ao risco, interpretado neste caso, como melhoramento e inovação.
- ❖ Rejuvenescimento do tecido empresarial.
- ❖ Maior aposta na qualidade da produção.
- ❖ Aposta em produtos tradicionais de qualidade (v.g. doçaria), provenientes de um “saber fazer” peculiar e específico, e que funcionem como um complemento ao rendimento das produções agrícolas, principalmente nas zonas mais desfavorecidas.

B) Organizações de Produtores

- ❖ Aumentar a dimensão e melhorar a eficiência de organização dos produtores e destas estruturas entre si (cooperação vertical). O objectivo será aumentar o grau de concentração da oferta e permitir a concertação de estratégias de comercialização, tendentes a obviar os principais constrangimentos apontados a este nível à hortofruticultura, e modo geral, à agricultura algarvia e que são, as dificuldades de escoamento da produção e as reduzidas margens de comercialização afectas à produção, derivadas, conforme demonstrado, de distorções nos mecanismos de transmissão de preços a este nível inicial da fileira.
- ❖ Reforço da capacidade de penetração nos mercados.
- ❖ Reforço da capacidade de assistência técnica aos seus associados.
- ❖ Maior atenção dedicada à componente assessoria para efeitos de orientação produtiva.
- ❖ Maior controlo de qualidade das produções comercializadas.
- ❖ Melhoria dos aspectos ligados à normalização e acondicionamento dos produtos.

- ❖ Controlo rigoroso dos custos de funcionamento.

- ❖ Aposta na profissionalização da gestão das OP, como uma das vias para o aumento da eficiência, acima apontado.

- ❖ Aposta na criação de estruturas organizacionais de grau superior ao longo da fileira (processos de integração vertical), susceptíveis de propiciarem o desenvolvimento de sinergias, criação de economias de escala, e, simultaneamente passíveis de transferir para o lado da produção mais valias resultantes da canalização de parte dos processos geradores de valor acrescentado (v.g. 1ª transformação, normalização, entre outras variáveis).

- ❖ Aposta numa estratégia para as produções do pomar tradicional de sequeiro (nomeadamente figo seco e azeite) que passe pelo aproveitamento da capacidade de transformação instalada, ou eventual reforço da mesma, através do estabelecimento de protocolos que canalizem para as OP reconhecidas a produção das demais cooperativas, comprometendo-se estas por sua vez a entregar essas produções aos transformadores já reconhecidos no Algarve (v.g. Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo). Desta forma conseguir-se-á capitalizar ao máximo, a captação/retenção de ajudas comunitárias para a região.

Mercados

- ❖ Fomentar a ligação da produção à Média e Grande Distribuição (v.g. Clubes de produtores de vários grupos distribuidores), como forma de obviar a um poderoso “handicap” com que a produção agrícola muitas vezes se depara, e que se prende com as dificuldades de comercialização, resultantes duma certa aleatoriedade da procura. No entanto, para que essa cooperação – quase sempre consubstanciada através de contratos programa - seja mutuamente benéfica é necessário a adopção de regras de equidade em termos de tratamento entre as partes, ou seja, não sejam meros exemplos de aproveitamento da debilidade de uma das partes, que é posta perante um cenário de “cooperação” ou de desaparecimento do mercado. Para tal é necessário um trabalho conjunto, envolvendo pelo lado da **produção**:

- programação da produção, fornecimentos regulares, controlo de qualidade, garantias de rastreabilidade dos produtos, normalização e embalagem de produtos – estes parâmetros de “standartização”, vêm, normalmente, definidos em caderno de especificações “impostos” pela MGD,

por parte da **distribuição**:

- preços, prazos e condições de pagamento justos, garantia de aprovisionamento / escoamento da produção, fomento da organização a nível da produção (criação de massa crítica), apoio técnico aos produtores,

tendo como objectivo final a garantia de qualidade para o consumidor final, motor de todo o processo.

- ❖ Maior adequação das produções ao mercado.
- ❖ Aposta em produtos diferenciados, para determinados nichos de produção, concretamente:
 - Determinados produtos obtidos de forma ecologicamente mais amigável (v.g. agricultura biológica, produção e protecção integradas), para os quais, as excelentes características edafo-climáticas do Algarve, associadas à utilização de variedades/cultivares regionais de qualidade comprovada, funcionem, relativamente a outros pontos de origem, como uma vantagem comparativa, em termos de garantir maior produtividade e melhor qualidade dos produtos, face às restrições ao uso de produtos fitossanitários ou outros agro-químicos, impostas pelo reconhecimento desses modos de produção.
 - Produtos regionais que pelas suas excelentes qualidades organolépticas são ímpares, tanto a nível nacional, como internacional.
 - A rentabilização/viabilização económica dessas produções, implicará necessariamente a adopção de indicações geográficas protegidas / denominações de origem protegida e criação de marcas regionais, associadas a campanhas de

promoção/marketing, construídas em torno das mesmas, e que procedam à sua divulgação, tanto a nível externo, como interno.

Porém, para que essas acções resultem, é indispensável que os consumidores se apercebam das competências distintivas destes produtos e, simultaneamente, confiem na qualidade dos mesmos, o que passará por uma aposta na certificação de produtos / modos de produção. Isto pressupõe, não só o respeito pelo conjunto de normas, especificadas nos respectivos cadernos de encargos, mas talvez evoluir mesmo para sistemas de controlo de qualidade (v.g. normas ISO) ou quiçá verdadeiras políticas de qualidade (v.g. “Total Quality Management”). Tanto num caso como noutro, para que tais processos funcionem, sejam idóneos e credíveis aos olhos dos consumidores, é, absolutamente, necessário, um controlo e fiscalização acurados por parte dos organismos certificadores. Se assim acontecer a região passará a deter, neste segmento, uma importante vantagem competitiva.

- Produtos altamente perecíveis ou para os quais o custo do transporte seja factor crucial, aquando da formação do preço de venda ao consumidor final.

- ❖ Aproveitamento das enormes potencialidades decorrentes do fenómeno turístico algarvio (cerca de 8 milhões de turistas, em 1998), o que “pressupõe um aprofundamento das relações, a montante e a jusante, das actividades turísticas e de lazer, com todas as outras actividades económicas, em particular: o agro - alimentar (...)”, (CCRA, 2000). De entre os inúmeros exemplos possíveis, destaque para:
 - O turismo agro-rural de qualidade (aqui entendido como o “regresso à natureza, reencontro/contacto com determinadas vivências, com cores, aromas e sabores tradicionais, com modos característicos e diferentes de fazer”) e diferenciado, por oposição ao que poderíamos classificar como turismo massificado do litoral;

 - A realização de acções de promoção/divulgação de produtos regionais de qualidade, levadas a cabo em restaurantes e hotéis (v.g. cabazes de géneros alimentícios).

- ❖ Potenciar o aproveitamento da capacidade agro-industrial instalada e estimular o aparecimento de novas unidades, passíveis de acrescentar, via transformação, valor acrescentado aos produtos (v.g. produtos de 4ª gama).

Políticas

- ❖ Melhoria da interacção do sector público com o privado, através do desenvolvimento de parcerias efectivas e eficazes (v.g. criação de um observatório regional para a qualidade, criação de novas unidades e melhoria da operacionalidade do Centro Tecnológico, aproveitamento dos laboratórios instalados na DRAALG e Universidade do Algarve – depois de acreditados, maior profusão de iniciativas conjuntas para projectos de I&D, etc.).
- ❖ Melhoria dos processos de transferência de conhecimentos resultantes de trabalhos de investigação e experimentação, levados a cabo na Universidade e em organismos regionais da Administração Central, como os centros de experimentação da DRAALG.
- ❖ Melhoria da cooperação inter-institucional (Universidade, CCRA, Autarquias, DRAALG, IFADAP, Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, Associações de Desenvolvimento Local, Região de Turismo do Algarve, ...).
- ❖ Aposta na cooperação inter-regional, concretamente, Algarve / zona de regadio abrangida pelo Empreendimento do Alqueva, como forma de aproveitar e potenciar sinergias, nomeadamente ao nível da comercialização, e simultaneamente de obviar ao possível surgimento de uma concorrência perigosa, de consequências bastante nefastas, principalmente para a fruticultura de regadio do Algarve.
- ❖ Reforço do papel preferencial atribuído pela administração central à agricultura organizada (na linha das próprias orientações emanadas pela União Europeia), em detrimento de formas não organizadas.

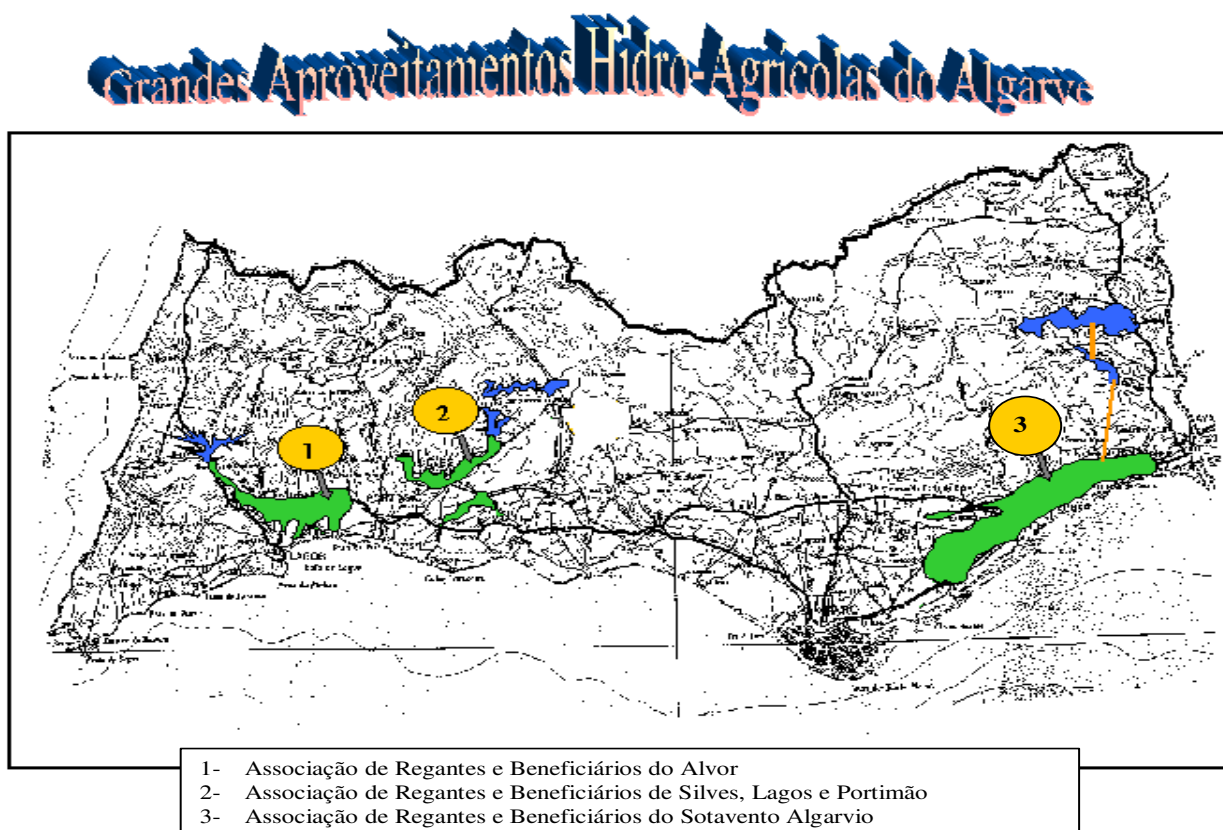
- ❖ Aposta na criação de uma rede de unidades para prestação de serviços de apoio às explorações agrícolas.
- ❖ Maior adequação dos apoios comunitários à realidade e especificidade estrutural de determinados sub-sectores.
- ❖ Aposta clara na qualidade dos produtos e processos, consubstanciada não só em termos de incentivos ao investimento, mas também ao nível de mecanismos que garantam essa mesma qualidade.
- ❖ Promover um ordenamento eficaz do território em termos agrícolas, com o intuito de potenciar a criação de nichos territoriais mais especializados em determinada cultura/actividade (“clusters”) - por possuírem melhores condições agro - climáticas, por razões históricas de importância, por facilidades de logística de mercado, existência de infra-estruturas de apoio (v.g. rega, comercialização) – por forma a fomentar e facilitar, quer o aparecimento de organizações associativas mais fortes, quer o desenvolvimento de sinergias horizontais ou verticais ao longo da fileira.
- ❖ Principalmente nas zonas mais carenciadas, reforçar o papel das explorações agrícolas enquanto unidades aglutinadoras e dinamizadoras do meio onde se inserem. Esta política passa, necessariamente, por estimular e apoiar o seu carácter multifuncional, nomeadamente, através do aumento da remuneração das funções extra-produtivas (conservação da paisagem, ordenamento do território, gastronomia, lazer).
- ❖ Potenciar o aproveitamento dos novos regadios colectivos do Algarve.

Estas propostas representam na prática, um conjunto de possíveis linhas de orientação conducentes à maximização das oportunidades do ambiente, erguidas sobre os pontos fortes do sector hortofrutícola algarvio, bem como à minimização das ameaças e diluição do efeito dos pontos fracos, atrás referidos.

3. A importância dos aproveitamentos hidroagrícolas no desenvolvimento do sub-sector hortofrutícola

Neste sub-capítulo, procedeu-se a uma avaliação/diagnóstico do estado actual de dois dos mais importantes aproveitamentos hidroagrícolas algarvios, de carácter público, numa tentativa de relacionar o actual nível de eficiência dos mesmos, aspecto de importância crucial no contexto duma agricultura cada vez mais dependente do regadio, com os projectos apresentados pelas respectivas Associações de Regantes e Beneficiários⁷⁵ ao abrigo dos financiamentos via Programas Comunitários.

Figura 14- Localização geográfica dos Grandes Aproveitamentos HidroAgrícolas existentes no Algarve



Fonte: DRAALG.

Os empreendimentos que foram objecto de análise no presente trabalho, e cuja

⁷⁵ As Associações de Regantes e Beneficiários foram criadas em 1938 com o fim de promover a administração das grandes obras de fomento hidroagrícola, executadas pelo Estado.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL :

- 3 Decreto-Lei n.º 269/82 de 10 de Julho
- 3 Decreto Regulamentar n.º 84/82 de 4 de Novembro

localização geográfica consta na figura 14, são os seguintes:

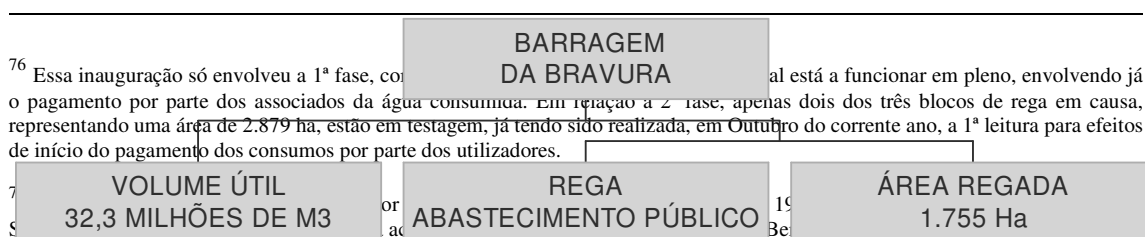
- ◆ Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor
- ◆ Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão

Apesar do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio já estar, actualmente, em funcionamento, optou-se por não inclui-lo nesta avaliação, já que na mesma se procura fazer, de acordo com o contexto deste trabalho, uma análise/avaliação estrutural à aplicação dos fundos comunitários, com principal incidência no período 1994/1999. Acontece que este grande regadio, só foi (e apenas parcialmente) oficialmente inaugurado⁷⁶ em 2000, ainda não se encontrando, hoje em dia, a funcionar em pleno.

3.1. Descrição geral

As obras de construção do **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor**⁷⁷ (do qual se apresentam algumas características relevantes na figura 15) decorreram de 1956 a 1959. A preços de 1959, o custo total das obras realizadas foi de 77.437 contos. A área de rega⁷⁸ beneficiada, na ordem dos 1.750 ha, desenvolve-se ao longo dos cursos inferiores das ribeiras de Odeáxere, Arão, Farelo e Torre, nas freguesias de Bensafirim e Odeáxere, do concelho de Lagos, e nas freguesias de Alvor e Mexilhoeira Grande, do concelho de Portimão, distrito de Faro.

Figura 15- Características relevantes do Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor



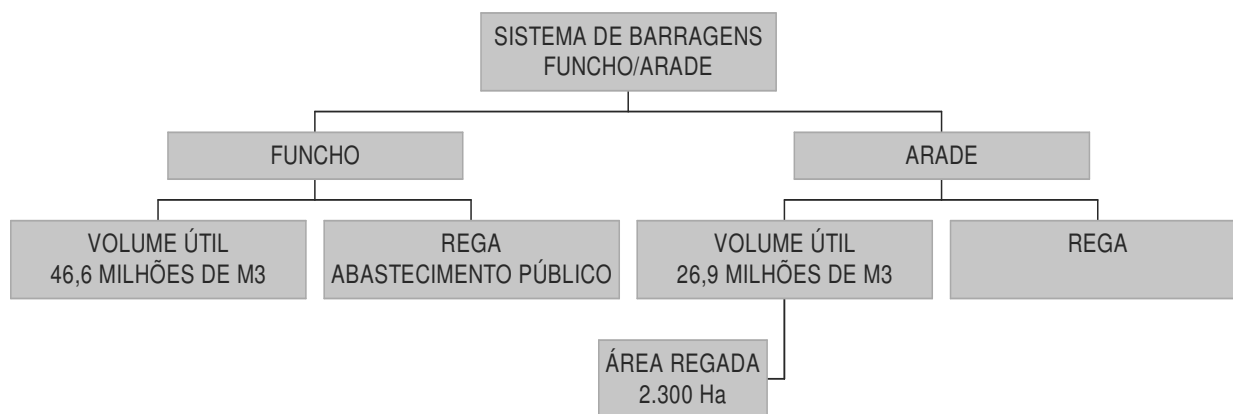
⁷⁶ Essa inauguração só envolveu a 1ª fase, com o pagamento por parte dos associados da água consumida. Em relação a 2ª fase, apenas dois dos três blocos de rega em causa, representando uma área de 2.879 ha, estão em testagem, já tendo sido realizada, em Outubro do corrente ano, a 1ª leitura para efeitos de início do pagamento dos consumos por parte dos utilizadores.

⁷⁸ Embora o projecto desta obra de rega não tivesse contemplado nas suas previsões o abastecimento às populações, o município de Portimão recorreu a ela a partir de 1981, para superar as suas carências.

Fonte: DRAALG.

A construção da obra do **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão**⁷⁹ (do qual se apresentam algumas características relevantes na figura 16) decorreu de 1944 a 1956, englobando uma área de 1.900 ha. Em 1973/74 deu-se uma ampliação da área beneficiada que conduziu aos actuais 2300 ha. A preços de 1956 o custo da Obra, no seu total, foi de 116.577.000\$00. A área de rega⁸⁰ beneficiada, situa-se nos vales das ribeiras de Arade e Odelouca e na Várzea de Lagoa, concelhos de Silves, de Lagoa e de Portimão, distrito de Faro.

Figura 16- Características relevantes do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão



Fonte: DRAALG.

3.2. Caracterização e avaliação dos Perímetros

Neste ponto, apresentam-se um conjunto de informações, para efeitos de caracterização geral dos dois aproveitamentos hidroagrícolas em apreço, nomeadamente nas vertentes sócio-estrutural e da ocupação cultural, e simultaneamente que ofereçam a possibilidade

⁷⁹ A exploração deste Aproveitamento Hidroagrícola iniciou-se em 1956, sob gestão da ex-Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Esta actividade foi transferida em 1959 para a Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão.

⁸⁰ Não se tem recorrido ao Aproveitamento para abastecimento às populações. O abastecimento para indústrias ocorreu apenas no período de 1966 a 1971 e pontualmente em 1978.

de proceder a uma avaliação destas infraestruturas nas ópticas, funcional e financeira (relevando para o papel desempenhado pelos apoios auferidos).

3.2.1. Ocupação cultural

Em termos históricos, as principais culturas regadas praticadas na área de intervenção do **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor** foram o arroz, o milho, o pomar (principalmente de citrinos) e as forragens. A cultura do arroz já foi abandonada, a cultura do milho, à semelhança do que ocorre a nível global no Algarve, tem visto as áreas a ele dedicadas diminuir de ano para ano, enquanto o pomar tem evoluído positivamente.

No primeiro ano de exploração do perímetro a área regada atingiu 42 % da área equipada, tendo subido no quinto ano para o seu valor mais alto de sempre, 75 %, devido ao forte incremento da cultura do arroz nesse ano (cultura essa que a partir daí entrou em declínio acentuado). No entanto este nível de utilização foi meramente pontual. Em média, ao longo dos vários anos de exploração, a área regada tem correspondido, apenas, a 47% da área potencial (Ministério do Ambiente, 1999).

A principal cultura regada com maior expressão em termos de área ocupada ao longo dos vários anos de vida do **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão** foi o pomar (fundamentalmente de citrinos). Outras culturas historicamente importantes, foram, por ordem decrescente de área regada, o arroz, as hortícolas, o milho e forragens diversas.

No primeiro ano de exploração a área regada foi de 352 ha, processando-se a partir desta data uma evolução positiva no desenvolvimento do regadio. Em 1964 a área regada atinge 85 % da área equipada, considerando-se naquela data como área beneficiada apenas 1.900 ha. Este crescimento⁸¹ do regadio, numa obra de carácter

⁸¹ Por deficiência de recursos hídricos, as áreas regadas em 1992 e 1993 registaram um abaixamento considerável, ocupando respectivamente 55 % e 61 % dos 2.300 ha de área total beneficiada pelo sistema (Ministério do Ambiente, 1999).

público e colectivo, não é normal atingir-se em Portugal em tão curto número de anos (Ministério do Ambiente, 1999).

3.2.2. Características sócio – estruturais

A estrutura fundiária do **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor**, caracterizava-se pelo predomínio da pequena propriedade, muito fragmentada, com uma área média por prédio inferior a 2 hectares, conforme se atesta pelos dados presentes no quadro 62.

Quadro 62- Estruturação fundiária do Perímetro de Rega do Alvor

Classe de área (ha)	Número de prédios	Área (ha)
0 a 1	847	359,00
1 a 5	277	538,00
5 a 10	22	152,00
10 a 20	19	220,00
20 a 50	11	356,00
50 a 100	2	154,00
+ de 100	1	125,00
Total	1.179	1.904,00

Nota: Este levantamento abrange uma área ligeiramente superior à área do perímetro.

Fonte: Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor, 1986.

Quanto às formas de exploração, predominava a conta própria (93%) praticando-se o arrendamento em apenas 7 % da área regada.

Os agricultores beneficiados são, de um modo geral, de idade avançada, revelando significativas carências ao nível da formação profissional.

A estrutura fundiária do **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão** caracterizava-se pelo predomínio da pequena propriedade, com uma área média de 1,08 ha por prédio, conforme se atesta pelos dados presentes no quadro 63.

Quadro 63- Estruturação fundiária do Perímetro de Rega de Silves, Lagoa e Portimão

Classe de área (ha)	Número de prédios	Área (ha)
0 a 1	1.709	567,88
1 a 5	356	737,84
5 a 10	34	236,63
10 a 20	14	185,55
20 a 50	5	159,62
50 a 100	1	75,49
+ de 100	2	337,49
Total	2.121	2.300,50

Fonte: Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, 1986.

Referidos, também, ao ano de 1986 (únicos dados disponíveis), os elementos colhidos quanto às formas de exploração, revelam que 90 % da área regada o foi por conta própria e apenas 10 % por arrendamento.

Embora em menor grau que no caso anterior, um importante “handicap” continua a ser a idade avançada da generalidade dos agricultores e o deficiente nível de formação profissional dos mesmos.

3.2.3. Consumos e eficiência de condução da água de rega

O **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor** nunca atingiu até hoje uma intensidade cultural que leve a concluir até que ponto os recursos hídricos anualmente disponíveis influenciaram ou condicionaram as culturas e as áreas regadas. Verificam-se em muitos anos, no final da campanha de rega, volumes armazenados consideráveis, ocorrendo no entanto outros em que se dá o cenário inverso.

Num Estudo Prévio⁸², elaborado por solicitação da respectiva Associação de Regantes, procedeu-se à simulação da exploração da albufeira, de modo a estimar a grandeza de abastecimento, considerando as reservas transferidas de uns anos para os outros.

⁸² Este Estudo Prévio, e posteriormente o projecto de execução para um dos quatro blocos em que foi dividida a área delimitada do perímetro reabilitado, mereceram aprovação, por parte das entidades competentes, tendo parte das respectivas obras já sido executadas.

Concluiu-se que os recursos hídricos são suficientes para a situação actual, com uma garantia de 79%, sendo por vezes necessário uma gestão criteriosa das disponibilidades existentes no início da Primavera.

É também de referir as vultuosas perdas de água ocorridas ao longo do perímetro, na ordem dos 30% da água colocada à cabeça no sistema (Ministério do Ambiente, 1999). Tais perdas, que conduzem a uma baixa eficiência de funcionamento do perímetro, derivam fundamentalmente do envelhecimento e mau estado de conservação das redes de rega, a qual se traduz por inúmeras fugas ao longo do circuito.

No que concerne ao **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão**, tem-se verificado uma diminuição lenta dos volumes de água de rega consumidos ao longo dos anos, que poderá explicar-se, em parte, pelo desaparecimento das áreas de arroz, que apresentavam consumos muito elevados.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, não se verificam insuficiências de água para satisfazer as necessidades da rega. Algumas falhas de abastecimento que têm ocorrido no bloco de Lagoa, são devidas à insuficiente capacidade de vazão do sistema condutor, nessa zona terminal da obra.

Também de acordo com um Estudo Prévio⁸³ entretanto realizado, avaliou-se a garantia de funcionamento do Aproveitamento e a área máxima regável, para as necessidades hídricas actuais. Segundo este estudo a barragem do Arade permite em média uma garantia de 100% até uma área efectivamente regada próxima dos 2.900 hectares, valor muito superior à actual área beneficiada.

Em termos médios as perdas de água até à entrada das parcelas são da ordem dos 33 %, correspondendo a uma eficiência de 67% na condução e distribuição da água no sistema (Ministério do Ambiente, 1999). É uma baixa eficiência que resulta, por certo, do estado

⁸³ Devido a deficiências de funcionamento do Aproveitamento, a Associação de Regantes mandou elaborar um estudo prévio com vista à reabilitação e modernização do mesmo. Este Estudo Prévio, e posteriormente o projecto de execução para um dos blocos, que se considerou mais representativo, mereceram aprovação, por parte das entidades competentes, tendo parte das respectivas obras já sido executadas.

do revestimento interior dos canais e das perdas de água que ocorrem nos finais destes.

3.2.4. Receitas da obra

Ao nível do **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor** há a destacar as seguintes fontes de receita:

- Taxas de exploração e conservação que foram cobradas de 1962 até 1980, com base numa componente fixa, lançada sobre o hectare beneficiado. De 1981 a 1984, este valor sofreu algumas alterações, deixando de incluir esta quota;
- A partir de 1984, além da componente fixa por área, adiciona-se o consumo de água pelas culturas, que é cobrado por metro cúbico. Além disso, introduz-se também o modelo de escalões de volumes consumidos com preços superiores, quando os volumes atribuídos às culturas excedem o valor anualmente fixado. Estes condicionamentos tinham em vista penalizar os agricultores, que consumissem mais água do que o previsto, com o fim essencial de poupar este factor de produção;
- Os volumes de água entregues para rega dos campos de golfe e áreas urbanizadas, associadas a jardins e parques, os quais são pagos por metro cúbico. Acresce ainda que para este tipo de consumidor foram considerados preços diferenciados, consoante a área se encontra dentro ou fora do perímetro, sendo neste último caso aplicado um preço ligeiramente superior;
- O abastecimento às populações por parte do município de Portimão, a partir de 1981, para superar as suas carências tem constituído um forte apoio para a Câmara Municipal, que presentemente, como contrapartida contribui monetariamente à Associação de Regantes, ajudando a suportar os seus encargos fixos.

De uma maneira geral pode-se afirmar que a receita arrecadada pela Associação como produto das taxas de exploração lançadas foi nalguns anos suficiente para cobrir os encargos de exploração e conservação do aproveitamento, mas na maioria dos anos essa receita foi manifestamente insuficiente, com a agravante de um elevado número de beneficiários saldarem os seus compromissos com muito atraso.

No que concerne ao **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão**, temos que:

- A Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, adoptou desde a data em que recebeu o aproveitamento, o critério de lançar a taxa de exploração e conservação com base no hectare beneficiado, incluindo, na mesma componente, o valor correspondente à quota de associado. A partir de 1981, o que de resto aconteceu em todas as associações, o critério é modificado, deixando a taxa de incluir a parcela correspondente à quota de associado;
- O sistema que tem sido adoptado é simples e de fácil aplicação. Dado que a Associação não entrega presentemente água para abastecimento urbano e para indústrias, não tem outras taxas para liquidar com bases diferentes daquelas que atrás referimos.

Duma maneira geral, ao longo dos vários anos de exploração deste perímetro, os resultados de exploração têm-se mantido equilibrados entre receitas e despesas.

3.2.5. Papel dos apoios

Ao nível do **Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor** há a destacar as seguintes fontes de receita:

- ❖ Os défices crónicos de exploração mencionados no ponto anterior têm obrigado a Associação de Regantes a recorrer por diversas vezes a subsídios a fundo perdido (concedidos pela ex- Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola);
- ❖ No período de 1968 a 1986, os extintos organismos, Junta de Hidráulica Agrícola e Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, concederam à Associação verbas a fundo perdido no total de 25.762.759\$00. Tais financiamentos destinaram-se à rede viária, a obras de defesa/enxugo, a construções diversas e a estruturas hidráulicas;

❖ Durante o QCA II, via Acção Reabilitação dos Perímetros de Rega em Exploração, da Medida 1 do PAMAF, foram realizados, neste Aproveitamento Hidroagrícola, os seguintes projectos de investimento⁸⁴:

- 1) Reabilitação do Canal Conductor Geral (Troços 1 e 2- Alvor), numa extensão de 3.276 m* ;
- 2) Reabilitação do canal Distribuidor do Alvor, numa extensão de 3.800 m*;
- 3) Reabilitação da Estação Elevatória de Enxugo de Montes do Alvor*;
- 4) Reabilitação do Túnel do Moinho Velho (Alvor)**.

Investimento total executado: 382.405 contos

No que concerne ao **Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão**, temos que:

- Nos anos de 1970 a 1986 foram concedidos pelos organismos já extintos, Junta de Hidráulica Agrícola e Direcção - Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, subsídios a fundo perdido, que totalizaram 71.760.300\$00. Estes subsídios foram aplicados na melhoria da rede viária, defesa e enxugo, regularização fluvial, trabalhos de electrificação, construções diversas e estruturas hidráulicas;
- Durante o QCA II, via Acção Reabilitação dos Perímetros de Rega em Exploração, da Medida 1 do PAMAF, foram realizados, neste Aproveitamento Hidroagrícola, os seguintes projectos de investimento⁸⁵:
 - 1) Beneficiação e automatização de 1 Km de redes de rega⁺
 - 2) Reabilitação e beneficiação de 2 estações elevatórias⁺

⁸⁴ Segundo informação fornecida pela Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor.

* Entidade promotora: Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor.

* * Entidade promotora: IHERA.

⁸⁵ Informação fornecida pela Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão.

⁺ Entidade promotora: Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão.

Investimento total executado: 24.794 contos

3.3. Principais estrangulamentos detectados e linhas de actuação possíveis

Como corolário das considerações atrás expostas, enumeram-se em seguida alguns dos principais estrangulamentos que mais têm contribuído para uma relativa sub- utilização das estruturas em causa, apontando-se, simultaneamente, algumas das possíveis vias para os obviar. Assim temos:

- Ineficiente estrutura fundiária, com prédios de muita pequena dimensão. Basta lembrar que no Aproveitamento Hidroagrícola do Alvor, cerca de 847 prédios (72% do número total) tinham em 1986, áreas compreendidas entre 0 e 1 hectares, ocupando cerca de 20 % da área beneficiada, subindo esse número de prédios para 1.709 (80,6% do total), a que corresponde 24,7% da área beneficiada, no caso do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão ⇒ Realização de estudos e acções de emparcelamento por forma a fomentar a concentração fundiária;
- Fraca capacidade empreendedora do sector agrícola. Os agricultores têm uma idade avançada e a sua formação profissional é deficiente ⇒ Fomento da renovação do tecido empresarial agrícola (v.g. recurso à linha de apoio à Reforma Antecipada na Agricultura, disponibilizada, no QCA II, através das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, e no actual QCA, via programa RURIS) e aposta em acções de formação tendentes a aumentar as valências do mesmo;
- A forte concorrência do sector turístico, no que diz respeito à utilização de mão-de-obra e ocupação de solos ⇒ Reestruturação da actividade, passando, entre outras vias, pela adopção de novas formas de gestão da empresa agrícola, aumento de produtividade do trabalho e uma maior aposta na mecanização. Aumento da fiscalização e eventual agravamento das sanções a aplicar nas situações de construção ilegal dentro da área do perímetro;

- Mau estado de funcionamento de alguns componentes. Os Aproveitamentos Hidroagrícolas em causa entraram em funcionamento há mais de 40 anos, pelo que alguns dos seus elementos de obra já atingiram o seu limite de vida útil, com principal destaque para o mau estado de funcionamento das redes de rega com elevadas perdas de água. Por outro lado assiste-se à utilização generalizada de métodos de rega por gravidade, pouco eficientes na utilização da água ao nível da parcela, quando comparados com os modernos métodos de rega por pressão ⇒ Realização obras de conservação (algumas de elevado custo) e promover a mudança, sempre que economicamente aconselhável, dos actuais métodos de rega por gravidade para a rega em pressão, com predominância da rega localizada;

- Despesas fixas de exploração e conservação do Aproveitamento elevadas, pelo excesso de mão-de-obra requerida. Esse excesso, que resulta da forma como o sistema está montado, recai sobre os orçamentos anuais de despesa da Associação, agravando conseqüentemente os valores da taxa de exploração e conservação, que é suportada pelos beneficiários ⇒ A mudança, a ser concretizada, nos métodos de rega, introduzida pela modernização do sistema conduzirá, por certo, a alterações profundas na sua gestão e diminuirá os seus custos de exploração e conservação.

Resulta assim, pelo apresentado ao longo deste ponto que:

- Os estrangulamentos acima mencionados, em maior ou menor grau, terão contribuído para a actual situação de subaproveitamento, baixa eficiência de funcionamento, e elevados custos em mão-de-obra para a gestão corrente dos perímetros em causa;

- Pode-se afirmar que, com as devidas ressalvas, fundamentalmente ao nível da respectiva intensidade de incidência, ambos os perímetros se deparam com estrangulamentos idênticos (a que não será estranho tempos de exploração e características técnicas de funcionamento similares), que afectam seriamente, podendo mesmo comprometer no futuro, as respectivas viabilidades de funcionamento;

- Em termos gerais parecem não restar dúvidas que a reabilitação e modernização destas duas obras são absolutamente necessárias, no contexto duma agricultura moderna, cada vez mais dependente do regadio. Estas intervenções de fundo, que acarretam custos avultados, não devem, no entanto, ser desligadas de outras medidas de fundo a que acima também fizemos referência, sob pena da sua eficácia ficar irremediavelmente comprometida.

Conclusão: Políticas, Mercados e Comportamentos dos Agentes

Neste novo período da actividade agrícola, nacional e algarvia, enquadrado na vigência do QCAIII, por muitos especialistas considerada a derradeira oportunidade para o salto qualitativo em direcção à modernização e sustentabilidade do sector, enumeram-se seguidamente - tendo como pano de fundo, as estratégias possíveis para o sub-sector hortofrutícola regional, atrás especificadas - algumas características consideradas desejáveis no relacionamento entre os três vectores supra-identificados.

As políticas devem assumir-se, em definitivo, como a referência, o fio condutor do comportamento dos agentes que intervêm nos vários sub-sectores da agricultura, e mais especificamente, da hortofruticultura algarvia. Para isso acontecer, aquando da definição dessas políticas, existem alguns pressupostos cuja pertinência deve ser reforçada, nomeadamente:

- Aumento do carácter integrador e da coerência da estratégia global gizada para o sector, no contexto da qual as diferentes políticas sub-sectoriais são concebidas, e, simultaneamente, uma maior atenção dedicada às particularidades e especificidades muito próprias dos vários sub-sectores em presença.
- Maior eficácia das acções destinadas a ultrapassar os obstáculos ainda existentes (em maior ou menor grau, consoante o tipo de sub-sector em presença) no caminho da reestruturação que se exige e que é indispensável para, em definitivo, se alcançar um patamar de competitividade que se coadune com a capacidade de sustentação almejada para o sector.

- Maior ênfase na fixação de metas realistas e objectivas, e concomitantemente, na concepção das linhas de acção e na formulação dos instrumentos postos à disposição dos agentes para as atingirem. É necessário reforçar a confiança dos agentes nas políticas e para que tal ocorra é primordial aumentar a sua identificação nessas políticas. Só assim será possível, cativar e aproximar mais os agentes das políticas, característica indispensável para a concretização de quaisquer objectivos por estas propostos.

Se assim acontecer, as políticas estarão em condições de induzir nos agentes um comportamento que, de uma vez por todas, os encaminhe, devidamente preparados e em condições de serem bem sucedidos, na direcção dos mercados, não apenas de âmbito nacional, mas, fundamental e necessariamente, à escala global.

CAPÍTULO FINAL: CONTINUIDADE E MUDANÇA NAS POLÍTICAS E NOS COMPORTAMENTOS

Pela análise do exposto ao longo desta tese de dissertação, nomeadamente por via dos resultados obtidos a partir dos inquéritos realizados e da informação recolhida das demais fontes a que se recorreu, está-se agora em condições de proceder à aferição do grau de exactidão ou desfasamento, relativamente aos resultados esperados, indicados no Capítulo Introdutório.

Assim, é de realçar, em primeira instância, a capacidade que o tecido agrícola algarvio continua a apresentar em proporcionar uma ocupação e uma fonte de rendimento a todo um conjunto de agentes com poucas possibilidades de inserção no resto da economia, contribuindo para colmatar a forte sazonalidade da mão-de-obra característica do Turismo e constituindo-se, ainda, num importante factor de coesão social.

Principalmente nas zonas mais carenciadas (v.g. zonas desfavorecidas do interior), há que relevar o papel das explorações agrícolas enquanto unidades aglutinadoras e dinamizadoras do meio onde se inserem, constituindo em muitos casos as únicas ou principais estruturas económicas aí existentes, e funcionando na maioria das vezes como o único “travão” à progressiva desertificação que ameaça essas zonas.

É de destacar o carácter de pluriactividade e de plurirendimento muitas vezes associado à actividade agrícola, nomeadamente como complemento valioso e fundamental aos rendimentos provenientes de outras actividades, para numerosos agregados familiares. Não é demais frisar, o carácter multifuncional de muitas dessas explorações agrícolas, exercido através de toda uma série de funções extra-produtivas por estas desempenhadas (conservação da paisagem, ordenamento do território, gastronomia, lazer, entre outras).

Apesar de terem sido dados passos importantes, com a criação de políticas especificamente orientadas para este propósito (v.g. reforma antecipada, incentivos à instalação de jovens agricultores, apoios à formação e reciclagem técnica), as quais começaram já a dar alguns frutos, a taxa de renovação do tecido empresarial agrícola e o aumento das valências técnicas do mesmo, ficou ainda bastante aquém do desejável.

A superfície agrícola total regional aumentou cerca de 7%, de 1989 para 1999 (a partir dos dados publicados pelo INE, 1992 e 2000), e 23,1%, se reportada ao conjunto das explorações inquiridas neste trabalho. Paralelamente um grande número de explorações, essencialmente de pequena dimensão, cessaram a sua actividade (-29%, de 1989 para 1999, na classe de menos de 5 ha de SAU, para a globalidade do Algarve), tendo a superfície agrícola correspondente, em grande medida, sido integrada noutras explorações, contribuindo para o aumento de escala das explorações agrícolas, característica que resulta em larga medida numa adaptação às novas exigências do mercado. Este fenómeno foi mais visível ao nível da citricultura, se bem que não tivesse sido observável nos resultados obtidos através dos inquéritos realizados neste trabalho.

Perante as duas alternativas possíveis ao desenvolvimento: diversificação ou especialização, a aposta das políticas e dos agentes, em grande parte pelo inevitável arrastamento por estas induzido, foi claramente no sentido da especialização: em grande escala na direcção dos citrinos (a ponto de já por muitos ser apelidada de monocultura algarvia), e secundariamente, nas explorações orientadas para as produções do pomar tradicional de sequeiro, para a alfarrobeira. Esta aposta na especialização produtiva, se, por um lado, é discutível do ponto de vista de uma estratégia global para o sector agrícola, já que:

- provoca um aumento do risco associado («nunca se devem pôr todos os ovos no mesmo saco»),
- tem repercussões negativas nos demais sub-sectores agrícolas regionais, devido ao consumo intenso de energias e recursos,

não conduziu, genericamente, aos ganhos esperados, em termos de competitividade e aumento da eficiência (v.g. redução dos custos de produção, maiores facilidades e melhores condições de escoamento das produções, devido à criação de sinergias entre os vários agentes intervenientes pelo lado da produção, etc.).

Foi constatado ao longo do presente trabalho, fruto do cruzamento de informação sobre o conjunto das ajudas comunitárias colocadas ao dispor das explorações agrícolas, com os dados estatísticos da conjuntura estrutural agrícola, disponibilizados pelo INE para a

Região Algarve e particularizados para o conjunto amostrado de explorações agrícolas por via dos inquéritos realizados no âmbito deste trabalho, uma certa correspondência positiva entre a dinâmica de crescimento verificada nalgumas vertentes da actividade agrícola regional, principalmente ao nível da citricultura, e o nível de apoios disponibilizados. Essa correlação positiva foi particularmente evidente no que respeita aos investimentos em equipamentos, infraestruturas de apoio à produção, reconversão ou renovação cultural, entre outros.

As associações/organizações de produtores aumentaram, principalmente no quadro do sub-sector citrícola, a sua representatividade no conjunto da produção hortofrutícola regional comercializável. No entanto, numa análise mais profunda e fria deste fenómeno, pode eventualmente chegar-se à conclusão de que esse aumento de peso relativo talvez não se tenha devido tanto ao reconhecimento, por parte dos produtores agrícolas, da existência de uma efectiva mais valia representada por estas estruturas (por exemplo em termos de capacidade para influenciar o mercado e os restantes operadores económicos que nele se movimentam), mas talvez mais ao efeito persuasor das políticas de incentivos a elas agregadas.

Em suma, o efeito indutor e dinamizador pretendido com a aplicação dos apoios comunitários disponíveis para o sector agrícola algarvio, particularmente no período 1994/99, nem sempre se traduziu na criação dos alicerces que garantam, efectivamente, às explorações agrícolas, e num sentido mais lato, às diferentes fileiras da agricultura algarvia, uma capacidade de sustentação efectiva e real, para lhes permitir fazer face à competitividade crescente duma economia cada vez mais global.

Nalguns casos, pode mesmo falar-se de aspectos perniciosos, decorrentes da aplicação dos subsídios atribuídos via programas comunitários, na medida em que induziram a concretização de investimentos com fracas condições de viabilidade económica, e mais grave ainda, não foram mais do que meras muletas colocadas à disposição dos empresários agrícolas, que se preocuparam mais em apostar em projectos de investimento que lhes garantissem algum retorno no curto prazo, benefícios esses muitas vezes até meramente fictícios, uma vez que não provém do funcionamento normal do mercado, mas de um mero mecanismo de empolamento artificial dos preços à produção. Esta situação motivou o aparecimento de determinados “vícios” de conduta,

traduzidos por comportamentos meramente oportunistas, da procura do lucro fácil, e não baseados numa mentalidade empresarial, de semear no presente, para poder colher no futuro.

O risco que daí advém é preocupante. Perante os novos cenários decorrentes do alargamento da UE a leste⁸⁶ e a eminência de fecho, ou pelo menos redução substancial, da torneira dos apoios comunitários, já em 2006, várias destas iniciativas de investimento têm a sua continuidade seriamente ameaçada, se medidas preventivas não forem tomadas, aproveitando o QCA III, para corrigir alguns dos erros cometidos com os seus predecessores e, caso não seja tarde demais, aproveitando esta derradeira oportunidade que se depara à agricultura algarvia, e nacional, de uma vez por todas dar o salto qualitativo em frente, dotando-a das bases de sustentação necessárias à competição num mundo cada vez mais global.

A resposta para alguns dos problemas acima mencionados, terá necessariamente de passar, no quadro da política agrícola nacional, por algumas alterações de fundo ao nível da Política Agrícola Comum, pois é aí que reside o seu âmago.

O contexto actual da PAC

Um dos pressupostos da reforma consubstanciada na Agenda 2000 era ter em conta o crescente interesse dos consumidores pela qualidade e segurança dos alimentos, pela protecção do ambiente e pelo bem-estar dos animais nas explorações. Tanto para o apoio ao mercado como na nova política de desenvolvimento rural era exigida a observância de um mínimo de normas ambientais, de higiene e de bem-estar dos animais. No entanto, o alastrar das várias epizootias, tem vindo, progressivamente a minar a confiança dos consumidores nestes desideratos da PAC: 90 % das ajudas comunitárias são atribuídas às formas de agricultura intensivas, por muitos considerada a grande responsável pela surgimento e propagação destes surtos epidémicos. Apenas 10 % são canalizadas para apoiar o desenvolvimento rural, onde se incluem a

⁸⁶ Um recente cenário elaborado pelo Eurostat, relativamente às zonas mais ricas da Europa, feito com base nos últimos dados disponíveis (1999), mostra que o Algarve, actualmente com um PIB *per capita* equivalente a 69% da média na UE-15, terá, após o alargamento a leste, um nível de riqueza equivalente a 76,8% da UE-25, ultrapassando assim (à semelhança do que já se passa com

agricultura extensiva, biológica, integrada e os produtos regionais de qualidade - curiosamente são cada vez mais pelos produtos resultantes destas formas de produção que os consumidores anseiam.

Hoje em dia é cada vez mais notória a constatação de que o orçamento anual da **PAC** não tem manifestamente capacidade para apoiar um sector que sofreu uma contracção na procura da ordem dos 30% e simultaneamente fazer face:

- Aos custos resultantes das medidas de combate aos surtos das várias zoonosias, nomeadamente BSE, febre aftosa, designadamente os testes de despistagem e a gestão do esquema de compra de animais para abate, financiados a 50% e a 70%, respectivamente, pelos cofres de Bruxelas;
- À pressão por parte de países terceiros (v.g. EUA) contra as medidas intervencionistas sobre o mercado protagonizadas nas OCM - medidas azuis, em contraponto às medidas ditas verdes (v.g. medidas agro-ambientais), antagonismos que poderão atingir o seu clímax aquando da próxima ronda negocial da Organização Mundial do Comércio, com repercussões importantes ao nível do relacionamento económico (lembre-se episódios recentes de embargos a exportações não agrícolas da UE por parte dos Estados Unidos);
- Ao alargamento eminente da UE a leste, a um conjunto de países em que a agricultura continua a representar um peso muito importante no cômputo geral das suas economias, encontrando-se, por comparação com a dos Quinze, num estágio estrutural muito atrasado. Para se conseguir a convergência, vai certamente ser necessário promover transferências maciças de fundos para esses países (embora haja já quem advogue que para os candidatos à entrada não deva ser considerado o pagamento das ajudas directas, no intuito de reduzir substancialmente esse bolo).

Com a libertação destes montantes, a margem financeira da **PAC** ficará esgotada face aos limites máximos acordados pelos líderes europeus, no quadro da Agenda 2000, onde se fixaram os tectos máximos de despesa da União Europeia até 2006.

Lisboa e Vale do Tejo) o tecto de 75%, valor que representa o limiar de pobreza que dá acesso à maior fatia dos fundos estruturais (onde se incluem as regiões do chamado «Objectivo 1»).

Começa assim, a estar cada vez mais na ordem do dia o debate sobre a necessidade de mais uma reforma da PAC, apenas dois anos após a revisão acordada pela UE em Março de 1999, tanto por razões de limitação orçamental, como por necessidade de tranquilizar os consumidores em relação aos produtos agrícolas europeus.

Portugal no contexto da PAC

A agricultura portuguesa é a sexta mais importante da UE em termos de volume de trabalho, a sétima na SAU, a nona no produto (oitava, se este for medido a preços paritários do mercado mundial) e apenas a décima terceira nas transferências do FEOGA-Garantia (décima quarta, se contabilizados os apoios implícitos nos preços de mercado), conforme está patente nos dados apresentados no quadro 64.

Quadro 64- Peso da Agricultura Portuguesa na UE

	(%)			
	UTA	SAU	VALpm	Transferências FEOGA-G
	1997-99	1997	1995-97	1996-98
UE	100,0	100,0	100,0	100,0
Bélgica	1,1	1,1	2,2	2,5
Dinamarca	1,2	2,1	2,9	3,2
Alemanha	9,6	13,3	9,5	14,4
Grécia	8,7	2,7	7,1	7,1
Espanha	15,4	19,9	15,6	12,7
França	14,7	22,0	22,8	24,1
Irlanda	3,0	3,4	2,2	4,2
Itália	24,6	11,5	19,7	12,3
Luxemburgo	0,1	0,1	0,1	0,0
Holanda	3,4	1,6	7,5	3,8
Áustria	2,0	2,7	0,4	1,6
Portugal	7,6	3,0	2,6	1,5
Finlândia	1,8	1,7	0,2	1,0
Suécia	1,2	2,4	0,3	1,6
Reino Unido	5,7	12,6	6,9	10,4

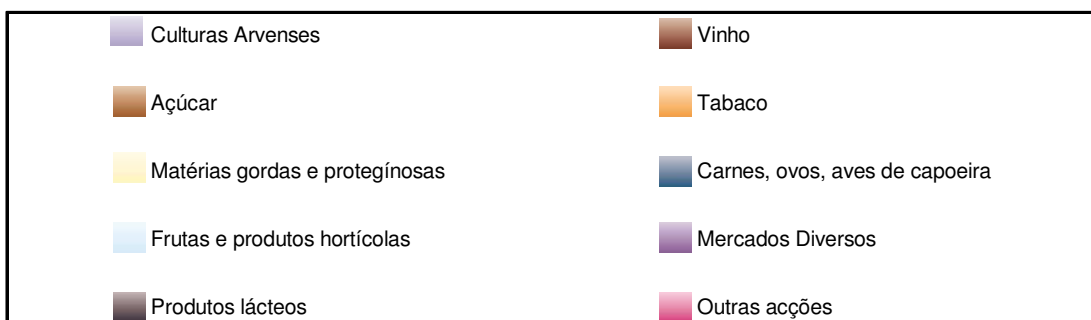
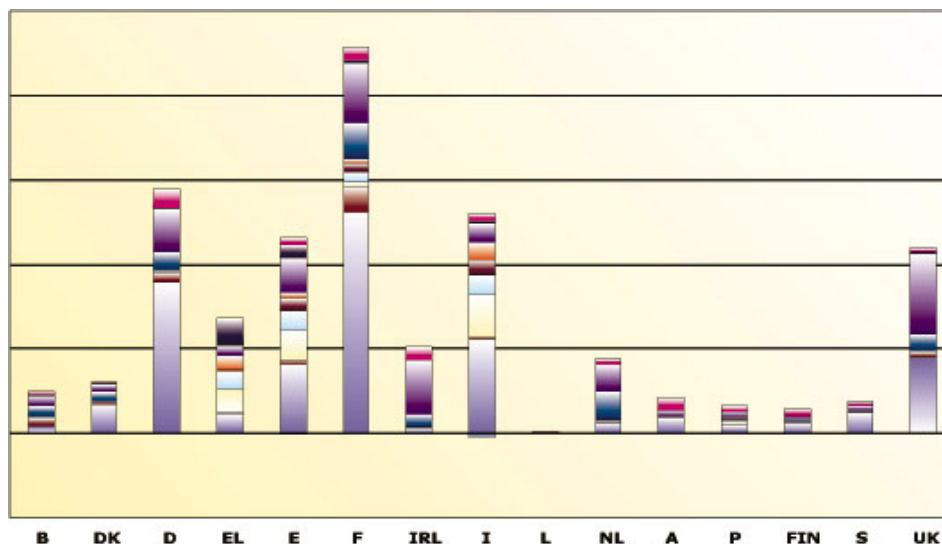
Nota: Em 1999, segundo dados do INGA, o valor da transferência para Portugal via FEOGA-G representou cerca de 1,6 %.

Fonte: GPPAA (1999-2000).

O peso substancialmente inferior que a agricultura portuguesa detém nos apoios ao rendimento, em comparação com a importância no trabalho, terra e produto, se, se deve também em certa medida às menores produtividades, resulta, sobretudo, da Política Agrícola Comum privilegiar produções com inferior representatividade na produção nacional (caso das culturas arvenses, do leite e da carne de bovino, conforme é visível

no gráfico 62), não dando ênfase suficiente às funções ambientais e sociais da actividade agrícola, em detrimento do apoio à intensificação da produção que favorece claramente os países do norte e centro europeus.

Gráfico 62- Pagamentos por mercado e por Estado Membro (1997⁸⁷)



Fonte: Anexo B - Quadro 1.

Daqui resultam em parte, as razões por detrás da recente proposta para nova reforma da PAC, avançadas por Portugal, as quais pressupõem, muito resumidamente uma nova plataforma de cálculo das ajudas a atribuir aos agricultores. Assim abandonar-se-ia a tradicional fórmula de cálculo baseada na produção (v.g. ajudas tendo em conta o número de hectares, o número de cabeças de gado, entre outras, da qual resultam em grande medida os actuais graves problemas com que se debate o sector, derivados do incentivo à intensificação), para uma metodologia, em que o montante das actuais ajudas directas seria distribuído pelos vários Estados – Membros, com base num de três

⁸⁷ Últimos dados publicados pelo INGA.

cenários distintos, indicando-se, simultaneamente, a variação do montante de ajudas directas recebidas pelos agricultores portugueses (FEOGA-G excluindo medidas de acompanhamento), perante a concretização dos vários cenários⁸⁸:

- ❖ Critério emprego: proporcional ao volume de emprego directo gerado pelos respectivos sectores agrícolas (+ 330%);
- ❖ Critério ambiente: proporcional à dimensão da superfície agrícola nacional de cada Estado – Membro, com particular interesse do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade (+ 130%);
- ❖ Critérios emprego e ambiente: metade proporcional ao emprego gerado e a outra metade numa base proporcional à superfície agrícola com interesse do ponto de vista da conservação (+ 230%).

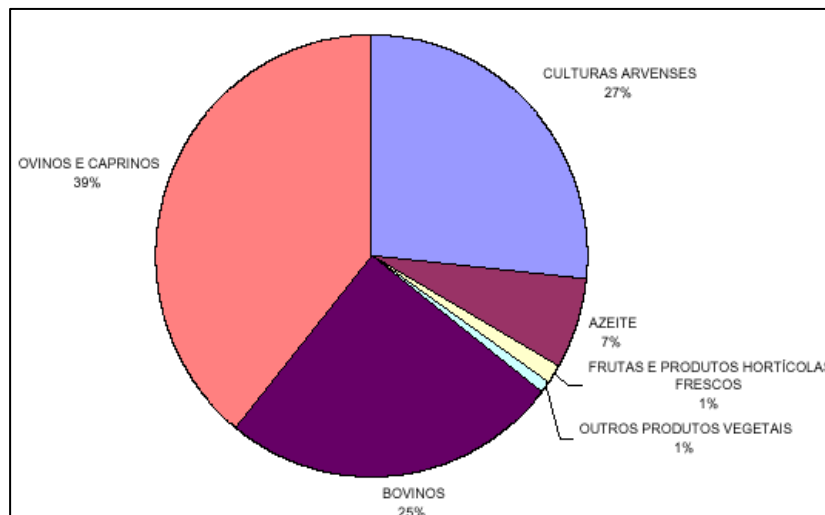
Neste “handicap” já por si significativo para a produção agrícola nacional, convém realçar a ainda mais desfavorável situação do Algarve. Assim, se já por um lado, as OCM privilegiadas pela PAC têm um peso praticamente residual no Algarve (da ordem do 1 % no cômputo da produção agrícola regional), por outro, aquelas que têm maior peso a nível regional, casos das frutas e dos hortícolas- basta lembrar que os frutos e os hortícolas frescos representam respectivamente, cerca de 17 % e 7 % do VAB nacional dos respectivos sub - sectores (GPPAA, 1999-2001)- representaram, em 1997, menos de 4% do total dos encargos da UE com as várias OCM, conforme se depreende da análise dos dados facultados no Anexo B- Quadro 1.

Estes critérios de ponderação, claramente desvantajosos para a agricultura algarvia, motivam uma distribuição destas ajudas pelas suas diferentes produções, desigual e completamente desfasada da realidade agrícola desta Região. Exemplo disso, é a repartição que a seguir se evidencia no gráfico 63, na qual à OCM- Frutas e Produtos Hortícolas Frescos foram atribuídos, no ano de 1999, apenas 1% do total das verbas, quando o seu peso a nível do panorama agrícola regional é substancialmente superior,

⁸⁸ MADRP (2001).

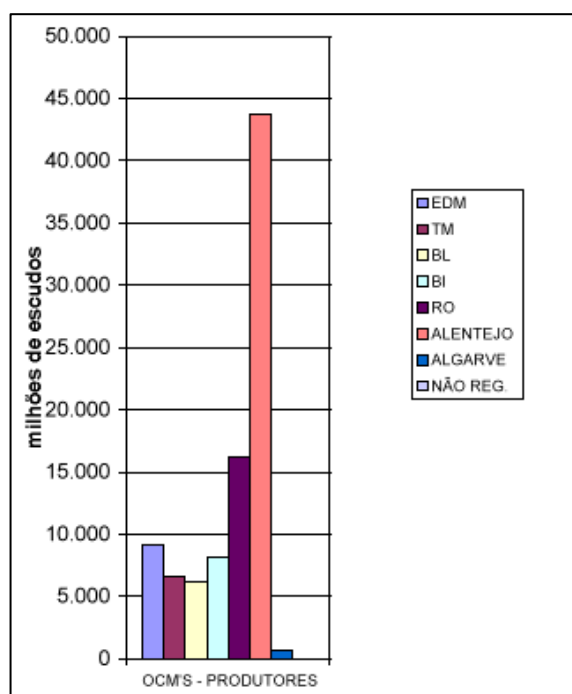
quer em termos de área adstrita, quer em termos de contribuição para o Produto Agrícola.

Gráfico 63- Estrutura das OCM Produtores no Algarve em 1999



Fonte: Anexo B - Quadro 25.

Gráfico 64- Correlação entre Regiões Agrárias portuguesas na repartição das OCM Produtores (1999)



Fonte: A partir de GPPAA (1999).

Como consequência directa dos factos acima descritos, o peso dos pagamentos via OCM- Produtores no Algarve (igualmente referidos ao ano de 1999), representou apenas 0,8 % do total do Continente (*vide* Anexo B- Quadro 2), ocupando esta Região, claramente, a retaguarda, face às demais Regiões do País, conforme se observa pelo gráfico 64.

No entanto, mesmo que as acima citadas propostas do Estado português tenham receptividade por parte da Comissão Europeia, a sua eficácia passará necessariamente, conforme demonstrado pelos resultados e conclusões extrapolados a partir deste trabalho, por um maior enfoque em três áreas - chave:

- Agrupar a produção;
- Regionalizar políticas;
- Apostar em projectos sustentáveis ou que criem condições para se atingir essa sustentação.

Sugestões de pesquisa futura

Delineiam-se, seguidamente, algumas pistas relativamente a possíveis trabalhos futuros, entendidos numa perspectiva de continuidade ou como resposta a algumas carências/dificuldades, surgidas na sequência do trabalho desenvolvido para elaboração desta tese de dissertação.

- 1) Levantamento, caracterização e avaliação das principais alterações introduzidas ao nível da concepção, formulação e operacionalização do novo QCA III, vigente para o sector agrícola regional durante o período 2000/06, face aos seus antecessores, no que concerne às suas incidências sobre os três vectores-chave, considerados nesta tese de dissertação: políticas, mercados e comportamento dos agentes;
- 2) Formulação de métodos de avaliação expedita, final ou intercalar, do grau de execução e nível de eficácia das políticas, relativamente a metas/objectivos,

antecipadamente definidos, e construídos sobre o seu impacte previsível ao nível da estrutura das agrícolas algarvias e respectivo tecido empresarial;

- 3) Projecção das repercussões previsíveis sobre o sector agrícola algarvio, mais concretamente ao nível da competitividade dos agentes em presença, como resultado dos vários cenários em aberto, em termos de políticas de apoios comunitários, para o período pós-2006.

